Colégio Estadual "Professor Sílvio Tavares"
Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Rua João Manoel dos Santos, 1350 - Fone/Fax 532-4305 - Cambará - PR

Aut. De Func. Dec. 2432/76 - D.O.E. d 29/10/76 Rec. Do Estab. Res. 1709/82 - D.O.E. de 15/07/82

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Cambará - Paraná

Março-2012

1.0 SUMÁRIO

2.0 APRESENTAÇÃO.....06
3.0 IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO.....08
4.0 OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....09

5.0 MARCO SITUACIONAL

5.1 ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR.....10
5.2 HISTÓRICO DA REALIDADE.....11
5.3 DADOS HISTÓRICOS DA INSTITUIÇÃO.....14
5.4 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR.....16
5.5 ESCOLA DE SUPERAÇÃO.....17
5.6 PDE – ESCOLA.....18
5.7 PORTE DA ESCOLA.....18
5.8 REGIME ESCOLAR.....19
5.9 CLASSIFICAÇÃO.....19
5.10 PROMOÇÃO.....19
5.11 REGIME DE PROGRESSÃO PARCIAL.....19
5.12 QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS EM CADA SETOR.....20
5.13 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO.....20
5.14 PROBLEMAS EXISTENTES NA COLÉGIO.....20
5.14.1 Índice de Aproveitamento Escolar.....21
5.14.2 Contradição e conflitos presentes na prática docente.....23
5.14.3 Atividades Complementares de Contraturno.....24
5.14.4 Formação Inicial e Continuada.....25
5.14.5 Organização do Tempo e do Espaço.....25
5.14.6 Equipamentos Físicos e Pedagógicos.....26
5.14.7 Relações Humanas de Trabalho no Colégio 26
5.14.8 Organização da Hora-Atividade.....26
5.14.9 Inclusão (Alunos com Necessidades Especiais).....27
5.15 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....28
5.15.1 Conselho de Classe.....28
5.15.2 Conselho Escolar.....28
5.15.3 Grêmio Estudantil.....29

5.15.4 APMF.....29
5.15.5 Participação dos Pais.....29
5.16.6 Critérios de organização e distribuição de turmas.....30
5.15.7 Desafios Educacionais Contemporâneos.....30
5.15.8 Diversidade.....30

6.0 MARCO CONCEITUAL

6.1 FUNDAMENTAÇÃO.....31
6.1.1 Filosofia do Colégio.....31
6.1.2 Concepção Educacional.....32
6.1.3 Princípios Norteadores da Educação.....33
6.1.4 Objetivos do Colégio.....34
6.1.5 Fins Educativos.....35
6.1.6 Concepções Norteadas pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....35
6.1.7 Ensino Fundamental de 9 Anos Finais.....38
6.1.8 Letramento 39
6.1.9 Concepções do Estatuto da Criança e do Adolescente.....40
6.1.10 Concepção de Infância.....41
6.1.11 Concepção de Adolescência.....42
6.1.12 Concepções das Capacitações Continuadas.....43
6.1.13 Concepção de Homem.....44
6.1.14 Concepção de Sociedade.....45
6.1.15 Concepção de Cultura.....46
6.1.16 Concepção de trabalho 47
6.1.17 Concepção de Escola.....48
6.1.18 Concepção de Conhecimento.....49
6.1.19 Concepção de Tecnologia.....49
6.1.20 Concepção de Ensino Aprendizagem.....51
6.1.21 Concepção de Cidadania.....52
6.1.22 Concepção de Escola de Superação.....53
6.1.23 PDE – Escola.....54
6.1.24 Concepção de Tempo e Espaço na Escola.....55
6.1.25 Concepção e Princípios da Gestão Democrática.....56

6.1.26 Concepção de Formação Continuada.....59
6.1.27 Concepção da Hora-Atividade.....60
6.1.28 Concepção de Plano de Trabalho Docente.....62
6.1. 29 Concepção da Reunião Pedagógica.....62
6.1.30 Concepção do Conselho de Classe.....64
6.2 CONCEPÇÃO DO TEMPO ESCOLAR.....65
6.3 RESOLUÇÃO CP N° 1 DE 17/06/2004 *E LEI COMPLEMENTAR 11.645/08*.....67
6.4 LEI 13.381/2001.....69
6.5 LEI n° 11788/2008 (Lei do Estágio não obrigatório).....69
6.6 ENSINO DE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA.....70
6.7 CONCEPÇÃO DAS AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS.....71
6.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURRICULARES DE CONTRATURNO.....74
6.9CONCEPÇÃO DE DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS.....75
6.10 CONCEPÇÃO DE DIVERSIDADE.....78
6.11 CONCEPÇÃO CURRICULAR/ DE CURRÍCULO.....79
6.12 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....83
6.13 CONCEPÇÃO AVALIAÇÃO.....84
6.14 PLANOS DE AVALIAÇÃO.....87
6.14.1 Adaptação Curricular.....87
6.14.2 Progressão Parcial 88
6.14.3 Recuperação.....88
6.14.4 Classificação.....90
6.14.5 Reclassificação.....91
6.15 Procedimento de Informações aos Pais.....92
7 .0. SAREH – ATENDIMENTO DOMICILIAR, GESTANTE.....
7.1. Sareh
7.2. Licença

8.0 MARCO OPERACIONAL/ PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

8.1 PLANO DE AÇÃO.....95
8.1.2 Escola de Superação.....96
8.1.3 PDE – Escola.....96
8.1.4 Organização.....97
8.1.4.1 Hora-Atividade.....97

8.1.4.2 Reuniões pedagógicas.....97
8.1.4.3 Conselhos de Classe.....97
8.1.5 Facilitadores da Aprendizagem.....98
8.1.6 Recuperação de Estudos e Progressão Parcial.....98
8.1.7 Plano de Trabalho Docente.....100
8.1.8 Recursos Financeiros.....102
8.1.9 Organização Interna do Colégio.....103
8.1.10 Relações entre Aspectos Administrativos e Pedagógicos.....123
8.1.11 Qualificação dos Equipamentos Pedagógicos.....123
8.1.12 Família e Comunidade.....125
8.1.13 Organização do Trabalho Pedagógico e a Prática Docente.....126
8.2 REDIMENSIONAMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....127
8.2.1 Conselho Escolar.....127
8.2.2 Conselho de Classe.....129
8.2.3 Grêmio Estudantil.....129
8.2.4 Eleição do aluno representante de turma.....130
8.2.5 APMF..... .131
8.3 FORMAÇÃO CONTINUADA.....131
8.4 AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS..... ..132
8.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CONTRATURNO.....133
8.6 DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS..... 133
8.7 Diversidade.....134

9.0 REGIME DE FUNCIONAMENTO 135
9.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULA 135
9.2 MATRIZ CURRICULAR (anexo).....135
10.0 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR.....136
10.1 ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....136
10.2 FORMAÇÃO DE DOCENTES.....377
10.3 RECURSOS HUMANOS.....425
10.4 TECNICO EM ADMINISTRAÇÂO SUBSEQUENTE.....445
10.5 TECNICO EM ADMINSTRAÇÃO INTEGRADO.....461
10.6 TECNICO EM CONTABILIDADE.....509

10. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO 534
REFERÊNCIA.....536
ANEXOS.....539

2.0 APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Político - Pedagógico é resultado do trabalho coletivo realizado com todos os envolvidos no processo educacional, professores, funcionários, diretores, equipe pedagógica e comunidade escolar visando o interesse na melhoria e qualidade do ensino deste estabelecimento de ensino procurando melhorar e adequar um planejamento participativo para a execução das ações para atingir os objetivos propostos, resgatando a unidade do trabalho escolar e garantindo que não haja uma divisão entre os que planejam e os que executam.

A LDB, Lei nº 9.394 / 96 prevê no seu art. 12, inciso I que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Esse preceito legal está sustentado na ideia de que a escola deve assumir, como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade.

Art. 12º. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Art. 13º. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 53 diz que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- direito de ser respeitado por seus educadores;

III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV- direito de organização e participação em entidade estudantis;

V- acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência;

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

O Projeto Político - Pedagógico é um instrumento de fundamental valor para implantar um processo de ideias e reflexões dentro de um movimento que vise aplicar os objetivos e buscar resultados, efetivando assim um ensino de qualidade na escola pública. É um esforço coletivo que exigirá resgatar o querer e a vontade política da comunidade escolar, consciente da necessidade e importância para uma educação mais acessível aos nossos alunos, diante da realidade do meio em que está inserido, sendo assim, é diante desta visão de organização de trabalhos e metas que elaboramos coletivamente o Projeto Político - Pedagógico, sendo

discutida, decidida e planejada pelos diferentes segmentos da comunidade escolar, superando a ruptura entre concepção e execução, entre o pensar e o agir dentro da teoria e da prática, ciência e cultura.

Desta forma a ação fundamental para nortear a organização do trabalho pedagógico da escola é a construção de um Projeto assentado na concepção de sociedade, homem/cidadão, escola e mundo que vise a emancipação humana, reforçada no esforço integrado e organizado da equipe escolar, enaltecendo a sua função primordial de coordenar a ação educativa visando atingir os objetivos por ela propostos e o compromisso com a formação do cidadão para exercer seus deveres e ter seus direitos na sociedade onde está inserido.

3.0 IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

3.1 *COLÉGIO*: COLÉGIO ESTADUAL "PROFESSOR SÍLVIO TAVARES" - ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO, NORMAL E PROFISSIONAL.

***CÓDIGO*:** 00015

3.2 *ENDEREÇO*: Rua João Manoel dos Santos, nº 1350

3.3 *TELEFONE*: (043) 3532-4305 ou (043) 3532-5682

3.4 *FAX*: (043) 3532-4305

3.5 *MUNICÍPIO*: CAMBARÁ

3.6 *DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA*: ESTADUAL **CÓDIGO:** 0360

3.7 *NRE*: JACAREZINHO ***CÓDIGO*:** 17

3.8 *ENTIDADE MANTENEDORA*: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ (SEED)

3.9 *ATO DE AUTORIZAÇÃO DO COLÉGIO*:

DECRETO Nº: 2432/76 **DE:** 29/10/1976

3.10 ATO DE RECONHECIMENTO DO COLÉGIO:

RESOLUÇÃO Nº 1709/82 **DE** 15/07/1982

3.11 ATO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO COLÉGIO:

ENSINO MÉDIO: RESOLUÇÃO Nº 1401/08 **DATA VENC**. 31/12/13

ENSINO FUNDAMENTAL: RESOLUÇÃO Nº 1685/08 **DATA VENC.** 31/12/13

ATO ADMINISTRATIVO DE APROVAÇÃO DO REGIMENTO ESCOLAR N° 007/05 NRE/SEF – PARECER N° 145/00 E ATO ADMINISTRATIVO N° 209/00.

3.12 ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CURSOS

FORM.DOC.ED.INF. : RESOLUÇÃO Nº 125/06

TÉC.INFOR.INTEG. : RESOLUÇÃO Nº 862/06

TÉC.ADM.INTEG. : RESOLUÇÃO Nº 714/06
TÉC.INFORM.SUBS.: RESOLUÇÃO Nº 723/06
TÉC.ADM.SUBS.: RESOLUÇÃO Nº 715/06
3.13 DISTÂNCIA DO COLÉGIO DO NRE - 20 Km

3.14 LOCAL: Urbana

3.15 SITE DO COLÉGIO: www.cbrsilviotavares.seed.pr.gov.br

3.16 E-MAIL: cbrsilviotavares@seed.pr.gov.br

4.0 OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO POLÌTICO – PEDAGÓGICO

- Discutir, elaborar e assumir coletivamente, oferecendo garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade no processo educativo.
Considerar o projeto como processo sempre em construção, cujos resultados são gradativos e mediatos.

- Situar e realizar, com a devida abrangência e visão integradora, o processo e os procedimentos de planejamento da escola, de sua organização e de seu funcionamento para que alcance seus objetivos e cumpra sua tarefa sócio educativa.

- Buscar um nível de interdisciplinaridade e de complementaridade epistemológica para dar conta da consecução dos fins educacionais.

- A implementação de projeto político pedagógico é condição para que se firme a identidade da escola, como espaço pedagógico necessário à construção do conhecimento e da cidadania.

- Propiciar a qualidade das atividades escolares nas dimensões técnica e política visando o bom desenvolvimento da educação no preparo para a cidadania e na qualificação para o trabalho.

5.0 MARCO SITUACIONAL

5.1 ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR:

5.1.1 MODALIDADES DE ENSINO

- ENSINO FUNDAMENTAL (6º Ano a 9º Ano)
- ENSINO MÉDIO
- FORMAÇÃO DE DOCENTES
- TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO
- TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE
- TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS SUBSEQUENTE
- CELEM – FRANCÊS E ESPANHOL
- SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL – TIPO 1, para oferta na Educação Básica, nas áreas da deficiência intelectual. Deficiência física, neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos globais específicos. (Instrução n ° 16/11).
- SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL – TIPO 1 , na Educação Básica: altas habilidades/superdotação. (Instrução n° 020/10)
- DEFICIÊNCIAINTELECTUAL / TRANST. FUNC. ESPECÍFICOS

5.1.2 NÚMERO DE:

- TURMAS: 39
- ALUNOS: 1141
- PROFESSORES: 92
- PEDAGOGOS: 07
- COORDENADORES: 04
- FUNCIONÁRIOS: 24
- DIRETOR AUXILIAR: 2

5.1.3 TURNO DE FUNCIONAMENTO:

MATUTINO

- Horário:1°- 7:30 às 8:20, 2° - 8:20 às 9:10, 3° - 9:10 às 10:00, Intervalo: 10:00 às 10:20, 4°- 10:20 às 11:10, 5° - 11:10 às 12:00.

VESPERTINO

- Horário: 1° - 13:00 às 13:40, 2° - 13:40 às 14:30, 3° - 14:30 às 15:20. Intervalo: 15:20 às 15:40, 4° - 15:40 às 16:30, 5° - 16:30 às 17:30.

NOTURNO

- Horário: 1° - 19:00 às 19:50, 2° - 19:50 às 20:40, 3° - 20:40 às 21:25, Intervalo: 21:25 à 21:35, 4°- 21:35 às 22:20, 5° - 22:20 às 23:00.

5.1.4 AMBIENTES PEDAGÓGICOS:

- NÚMERO TOTAL DE SALAS DE AULA: 22
- Nº DE SALAS DE AULA UTILIZADAS POR TURNO:
- MANHÃ: 22
- TARDE: 05
- NOITE: 12
- SALA DE RECURSOS: 02
- ALTAS HABILIDADES: 01
- MULTIFUNCIONAL: 01
- SALA DE APOIO: 04
- CLASSE ESPECIAL: NÃO TEM
- BIBLIOTECA: 01
- LABORATÓRIO DE QUÍMICA E BIOLOGIA: 01
- LABORATÓRIO DE FÍSICA E MATEMÁTICA
- LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA: 01 COM 50 COMPUTADORES E COM INTERNET (PARANÁ DIGITAL)
- LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA: PROINFO – 20
- AUDITÓRIO: 01
- QUADRAS:
- COBERTA: 01
- DESCOBERTA: 02

5.2 HISTÓRICO DA REALIDADE:

Um breve olhar sobre os problemas que a sociedade precisa enfrentar, no momento presente, de imediato nos mostra os desafios que a escola e o professor são solicitados a enfrentar para responder às exigências dos novos tempos.

Globalização, nova ordem mundial, terceira revolução industrial ou revolução técnico -científica, multipolaridade, competição econômica e tecnológica, crise em todos os setores, novos valores sociais, força e audácia dos meios de comunicação social, tendência neoliberal, fim dos empregos, sociedade pós - capitalista, pós neoliberalismo, multiculturalismo, estas são algumas das manifestações e desafios que estamos acostumados a ver e a ouvir quotidianamente.

Dentro da escola, esses desafios da sociedade se manifestam em tendências novas como: interdisciplinaridade, psicopedagogia, escola responsável, analfabetos tradicionais e novos analfabetos digitais; qualidade total na educação, sociedade do conhecimento; inclusão; cotas para negros, índios; passagem da monocultura escolar para o atendimento às diversas correntes culturais etc.

Segundo MEÍJA, "os ventos que sopram no mundo nos colocam... diante de uma mudança mais global; não mais de signo político ou de período histórico, mas de época e civilização. Isto traz uma nova maneira de ver o mundo e exige, de todos os habitantes do planeta, o abandono das certezas para interpretar de maneira diferente, o fazer humano" (MEÍJA, 1994, p46).

Analisar essa nova ordem sob a ótica das políticas educacionais, implica considerar as mudanças no conhecimento e mudanças culturais, bem como fazer a crítica à organização social vigente e à forma que a modernização assume entre nós.

Em relação às mudanças no conhecimento, é preciso ressaltar as transformações no saber com multiplicidade de saberes, a transitoriedade das verdades, a ruptura de paradigmas, a velocidade do desenvolvimento tecnológico. As mudanças culturais que interessam à organização e funcionamento das instituições escolares dizem respeito às novas formas de socialização do saber, ligadas ao mundo das imagens. Essa reorganização cultural traz consigo mudanças nas formas de ver, sentir, conhecer, representar e aprender, com o conseqüente desafio de ser capaz de fazer novas perguntas.

Esse contexto estabelece novos desafios para a educação. O mundo

globalizado, ao mesmo tempo, multiculturalista, fragmentado e em mudança contínua, exige dos novos profissionais uma formação flexível que lhes proporcione o desenvolvimento de raciocínio lógico; autonomia; articulação verbal; capacidade de iniciativa, comunicação e cooperação; capacidade de tomar decisões.

As grandes linhas do cenário educacional dos anos 90, em seus aspectos mais gerais, inserem-se na discussão da redução do tamanho do Estado com as conseqüentes políticas de descentralização; na ênfase em indicadores de eficiência do sistema mediante sistemas de avaliação, na participação, conciliação e envolvimento dos atores educativos e segmentos da sociedade mediante órgãos colegiados e parcerias.

A década atual é caracterizada com mudanças constantes nos rumos educacionais, gerando uma situação caótica. Não há certezas quanto ao rumo a tomar e as críticas e reflexões geram dúvidas e temores. Algumas tendências buscam o resgate da valorização da gestão e a avaliação institucional.

Nesse contexto, a escola busca resgatar seu valor, cumprindo o seu papel diante de uma sociedade descompromissada com os fins educativos na formação humana e comunitária dos indivíduos que a compõe.

Ao refazer o trabalho pedagógico a escola busca caminhos para tornar a sociedade justa e igualitária.

O Município de Cambará de tradição econômica essencialmente agrícola, experimentou a partir dos anos 90 o processo de industrialização. Ao refletirmos sobre a história da cidade, conclui-se que vivemos um processo semelhante ao ocorrido na década de 40, quando a atividade agrícola local atingiu seu ponto máximo, a população era o dobro da atual, em seguida houve o êxodo rural, as pessoas movidas pelo desejo de prosperidade buscavam nos grandes centros colocação profissional na indústria.

Entretanto o sonho de uma vida melhor foi destruído pela falta de qualificação profissional, altos índices de criminalidade, desemprego, miséria.

O Município passou de "porta de ouro" do Paraná para estagnação, não apresentando no cenário regional e estadual importância significativa.

A partir da década de 90, o poder público investiu maciçamente a fim de zerar o déficit habitacional, contudo ainda era necessário promover o crescimento local, para tanto o município tornou-se um chamariz para a instalação de indústrias.

Com possibilidades reais de moradia e emprego, as pessoas estão

retornando ao município em busca de uma melhor qualidade de vida. Embora a administração pública dê especial atenção a área social, nem todas as pessoas que procuram nossa cidade conseguem um emprego, muitas vezes por falta de qualificação profissional. Nossas indústrias possuem tecnologias de ponta e o funcionamento deve acompanhar essas inovações.

Com o desemprego, vemos aumentar os índices de criminalidade, principalmente os delitos juvenis.

Precisamos formar cidadãos capazes de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Essa consciência social é tarefa da escola criar com o apoio do poder público e da sociedade. Buscamos o progresso, mas devemos afastar ou, ao menos, minimizar os seus efeitos colaterais para que o crescimento seja sustentável.

É necessário agora focar a educação de nossas crianças e jovens como prioridade absoluta, caso contrário, a história se repetirá.

5.3 DADOS HISTÓRICOS DA INSTITUIÇÃO

O Colégio Estadual “Professor Sílvio Tavares” Ensino Fundamental Médio e Profissional foi criado por uma sociedade particular, em 1940, com o nome de GINÁSIO DE CAMBARÁ . A sociedade era liderada pelo Dr. Alceu Marques Ladeira, Prefeito Municipal, que, consultando o MEC a respeito das exigências e necessidades à fundação, conseguiu autorização **para que os** exames de admissão fossem realizados em Cambará. A 1ª série Ginasial, em virtude da falta de um prédio que cumprisse as exigências do Ministério da Educação, funcionou em salas gentilmente cedidas pela direção da Santa Casa de Misericórdia de Cambará, então em construção. No entanto, de dois em dois meses, por ocasião das provas parciais, os alunos se locomoviam à cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo, a fim de prestarem as referidas provas. Era Diretor do Ginásio de Ourinhos, bem como de Cambará, o Senhor José Augusto de Oliveira e o Inspetor Federal, o Senhor José de Souza Soares. Os professores que ministravam aulas eram: Dr. Amadeu Rocha, José Fernandes da Cunha, Artur da Silva Pimentel, Pedro Alves dos Anjos e Francisco de Paula Júnior. É de salientar que os alunos foram regularmente matriculados em Ourinhos e, posteriormente, em 1941, em virtude da cidade já ter atendido às exigências do MEC (salas de aula, material didático, salas de

administração, biblioteca, etc.), foram os mesmos transferidos para o Ginásio de Cambará, primeiro nome do estabelecimento de ensino, que então, já possuía autorização para funcionamento.

Pela Portaria nº 138, de 11 de junho de 1942, o Ministério da Educação e Cultura concedeu ao Ginásio de Cambará o regime de fiscalização preliminar. Em 22 de dezembro de 1943, no recinto do Cine São Carlos desta cidade, ocorreu a festa de entrega dos certificados à primeira turma de 16 alunos do Ginásio de Cambará.

Pela Portaria nº 217, de 04 de maio de 1949, o MEC transferiu o Ginásio de Cambará para a rede oficial de ensino do Paraná com o nome de Ginásio Estadual de Cambará.

Pelo Decreto nº 18610, de 21 de agosto de 1958, ficou criado o curso, e pela Portaria nº 708, de 04 de agosto de 1960, do MEC, foi autorizado o seu funcionamento.

Em 1962, mudou do antigo prédio situado à Rua João Manoel dos Santos, 1014, para o prédio próprio, recém construído, na mesma Rua, nº 1029.

Pelo Decreto nº 5709, de 25 de outubro de 1978, o Colégio Estadual de Cambará passou a denominar-se Colégio Estadual “Professor Sílvio Tavares” – Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo e de 2º Grau Regular, em homenagem ao Professor Sílvio Tavares, pelo seu trabalho e dedicação prestados à educação e à comunidade, principalmente a este estabelecimento, onde foi Diretor durante 13 anos.

Pela Resolução nº 1709, de 28 de junho de 1982, Art.1º, ficaram reconhecidos, nos termos da Deliberação nº 030/80, do Conselho Estadual da Educação, os seguintes cursos ministrados no Colégio Estadual “Professor Sílvio Tavares”: Curso de 1º Grau Regular; Curso de 1º Grau Supletivo Fase II e Curso de 2º Grau com as habilitações plena de Magistério e parcial de Auxiliar de Escritório, e, conseqüentemente, o reconhecimento deste Estabelecimento de Ensino.

No ano de 1983, devido à reorganização das escolas da rede oficial de ensino do Paraná, o Colégio “Professor Sílvio Tavares” passou a denominar-se Colégio Estadual “Professor Sílvio Tavares” – Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo e de 2º Grau Regular.

Em 1986, houve a implantação e funcionamento do Curso Propedêutico de 2º Grau, regido pela Lei 7044/81 e pelo Parecer nº 23/86, de 13 de janeiro de 1986.

Atendendo às necessidades e aspirações dos educandos cambaraenses, foi proposta a criação e implantação do Curso Educação Geral – Ensino de 2º Grau. Este curso foi homologado e reconhecido através da Resolução nº 3207/88, de 17 de outubro de 1988, assinada pelo Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, Sr. Otaviano Fabbri Ferraz. Este curso passou a ter seu reconhecimento integrado à Resolução do Estabelecimento, nº 1709/82, de 28 de junho de 1982.

Já, em 199l, foi autorizado o funcionamento do Curso Auxiliar de Contabilidade, com implantação gradativa, a partir do início do ano letivo de 1991, através da Resolução nº 1392/91, de 25 de abril de 1991, pela Secretaria de Estado da Educação, Dr. Elias Abrahão.

No início de 1993, foi implantado o Curso de 2º Grau, com Habilitação de Magistério, no período noturno, aprovado e autorizado pela Resolução nº 3208/92, implantação gradativa.

Em 1998 a Lei 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parecer 15/98 da Câmara de Educação Básica (CEB), na Resolução nº 03/98 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, ocorrendo a exclusão gradativa dos cursos profissionalizantes.

No ano de 2005 os Cursos Técnicos retornam através do decreto 51 ofertando os seguintes cursos: Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Integrado, Técnico em Informática Nível Médio - Integrado, Técnico em Administração de Nível Médio - Integrado.

5.4 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

O Colégio localiza-se na parte central da cidade de Cambará. A área possui boa estrutura (rede de abastecimento de água suficiente, de boa qualidade, coleta de lixo em dias alternados, saneamento básico, asfalto e iluminação pública)

O entorno da escola é considerado um local bom para morar. A rua que dá acesso à escola é arborizada com trânsito razoável de carros e por onde circula a linha de ônibus específica para os estudantes, uma vez que nela há mais três escolas.

A população residente na área é de renda média.

Quanto à situação profissional dos pais, uma grande parte está concentrada na agricultura, seja como produtor agrícola ou trabalhador rural na

condição de empregado. Há casos em que a família mora na zona rural e os filhos vêm para a escola nos ônibus e Van da prefeitura.

Os alunos trabalham no comércio como balconistas ou entregadores de supermercados, empregados na agricultura e também aqueles que só estudam e esperam uma oportunidade de emprego.

Nos cursos: Fundamental, Médio, Formação de Docentes, Administração e Informática, nota-se uma ligeira superioridade numérica das mulheres sobre os homens.

5.5. ESCOLA DE SUPERAÇÃO

5.5.1 APRENDIZAGEM EVASÃO E REPETÊNCIA

Nenhum resultado, seja ele bom ou mau, se dá do dia para a noite. Nada acontece inesperadamente quando o assunto é Educação. Educação é um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano (definição: Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa). A aprendizagem acontece como resultado deste processo de desenvolvimento. Porém para que a aprendizagem aconteça é de fundamental importância que haja um sincronismo entre aluno/professor/família. Esta parceria é importantíssima para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem.

O mundo atual é complexo e, consequentemente, os problemas a serem superados são múltiplos, principalmente no que diz respeito a repetência e o abandono escolar. Estes são dilemas a serem equacionados pela escola pública.

As diferentes concepções de comunidade escolar expressam expectativas históricas que não só responsabilizam o aluno e suas famílias pelo fracasso escolar, como também sinalizam para a situação em que se encontra o ensino no país que apesar de universalizado, ainda não garante qualidade para todos.

A responsabilidade pela interrupção nos estudos não recai exclusivamente sobre o aluno. A interrupção é consequência de múltiplos fatores: condições de trabalho, stress, moradia, desinteresse pelas aulas, falta de motivação e incentivo, às vezes, do próprio professor.

Em relação a repetência, as justificativas vêm sempre atreladas a

modelos de eficiência de desempenho, inadequação da avaliação do trabalho docente e do rendimento escolar, dificuldades de aprendizagem por não terem tido um boa formação inicial, alguns alunos simplesmente não gostam de estudar e por isso não valoriza a escola e a falta de acompanhamento familiar nos estudos de seus filhos.

Enfim esses são alguns aspectos relacionados a evasão e repetência diagnosticado em nossa comunidade escolar que teremos que enfrentar, enfrentar só não, mas sim, encontrar coletivamente as ações adequadas para que consigamos amenizar essa situação.

5.6 PDE – ESCOLA

O Plano de Desenvolvimento da Escola, (PDE) foi criado para atender objetivos do programa FUNDESCOLA (Fundo de Desenvolvimento da Escola), de conformidade com o Acordo de Empréstimo número 4311BR com o Banco Mundial, no âmbito do projeto BRA 98/011 do PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento.

A ineficiência do sistema escolar que evidência altos índices de evasão, de repetência e baixa qualidade da aprendizagem escolar, passou a ser prioridade dos sistemas educacionais; mudanças que estão longe de serem obtidas em curto prazo.

Através dos projetos implantados pelo Ministério da Educação, PDE o governo Federal vem investindo financeiramente com o repasse de verbas para as escolas.

O PDE serve para auxiliar as escolas a se organizar de maneira eficiente e eficaz, com a melhor concentração de esforços e recursos para reverter: Os índices de repetência, abandono escolar e má qualidade da aprendizagem.

De acordo com a Resolução nº 1150/2002 os estabelecimentos da rede estadual que ofertam a Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio – regular, Educação de Jovens e Adultos presencial e Educação Especial), para fins de organização e distribuição de seu pessoal não-regente de classe, orientar-se-ão pelos parâmetros contidos na presente Resolução e respectivos anexos.

Para efeito de composição de turmas, serão obedecidos os critérios estabelecidos na Resolução n° 864/2001 – SEED, de 04/04/01

5.7 PORTE DA ESCOLA

O Porte de escola é definido pela Resolução nº 1150/2002.

Para efeito de composição de turmas, serão obedecidos os critérios estabelecidos na Resolução n° 864/2001 – SEED, de 04/04/01.

5.8 REGIME ESCOLAR

Neste estabelecimento de ensino os regimes escolares adotados são: por séries no ensino regular e semestral nos Cursos Técnicos Subsequente da Educação Profissional.

5.9 CLASSIFICAÇÃO

A classificação no Ensino Fundamental e Médio é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desenvolvimento adquiridos por meios formais ou informais.

5.10 PROMOÇÃO

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua freqüência.

Sendo assim, os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, que apresentarem freqüência mínima de 75% do total de horas letivas e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina, serão considerados aprovados ao final do ano letivo resultante da média aritmética nas respectivas disciplina, como segue:

$$\frac{1ºB + 2ºB + 3ºB + 4ºB}{4} = 6,0$$

Poderão ser promovidos por Conselho de Classe os alunos que demonstrem apropriação dos conteúdos mínimos essenciais e que demonstrem condições de dar continuidade de estudos nas séries/anos seguintes.

5.11 REGIME DE PROGRESSÃO PARCIAL

O estabelecimento de ensino não oferta matrícula com Regime de Progressão Parcial ao aluno, mas transferências são aceitas.

5.12 QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS EM CADA SETOR

Direção - 03

Das equipes dos funcionários que atuam nas áreas de Administração Escolar e Operação de Multimeios Escolares -12

Da equipe dos Funcionários que atuam nas áreas de Manutenção de Infraestrutura Escolar e Preservação do Meio Ambiente, Alimentação Escolar e Interação com o Educando - 14

Equipe Pedagógica – 07

Professores – 94

Coordenador de Curso - 04

5.13 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO

Os profissionais em educação são habilitados com Licenciatura Plena e pós-graduação .

5.14 PROBLEMAS EXISTENTES NO COLÉGIO

Um dos problemas que aflige os educadores é o excesso de alunos em sala de aula, que dificulta o trabalho individualizado por parte dos professores, e se o número fosse menor, certamente o aluno poderia adquirir maior e melhor qualidade de ensino.

Uma dificuldade enfrentada é em relação ao espaço destinado ao laboratório de Informática, onde temos toda a estrutura, mas não temos um profissional que dê suporte para que o professor possa desenvolver algumas atividades com o aluno nesse ambiente.

Em relação à repetência, as justificativas vêm sempre atreladas a modelos de eficiência de desempenho, inadequação da avaliação do trabalho

docente e do rendimento escolar, dificuldades de aprendizagem por não terem tido um boa formação inicial, alguns alunos simplesmente não gostam de estudar e por isso não valoriza a escola e a falta de acompanhamento familiar nos estudos de seus filhos.

Enfim esses são alguns aspectos relacionados a evasão e repetência diagnosticado em nossa comunidade escolar que teremos que enfrentar, enfrentar só não, mas sim, encontrar coletivamente as ações adequadas para que consigamos amenizar essa situação.

5.14.1 ÍNDICE DE APROVEITAMENTO ESCOLAR

Ano: 2008

Ensino/Série	Rendimento Escolar		
	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
FUNDAMENTAL - TOTAL	**70,20%**	**25,70%**	**4,00%**
5ª SERIE	70,70%	24,70%	4,50%
6ª SERIE	65,20%	30,90%	3,80%
7ª SERIE	70,60%	27,90%	1,30%
8ª SERIE	76,00%	18,00%	6,00%
MEDIO REGULAR - TOTAL	**67,80%**	**17,70%**	**14,30%**
1ª SERIE	60,60%	22,50%	16,70%
2ª SERIE	63,90%	16,30%	19,60%
3ª SERIE	82,10%	12,50%	5,30%
MEDIO INTEGRADO - TOTAL	**81,80%**	**4,50%**	**13,60%**
2ª SERIE	71,40%	7,10%	21,40%
4ª SERIE	100,00%	0,00%	0,00%
NORMAL/MAGISTERIO - TOTAL	**86,90%**	**2,70%**	**10,20%**
1ª SERIE	73,60%	7,80%	18,40%
2ª SERIE	95,50%	0,00%	4,40%
3ª SERIE	87,00%	3,20%	9,60%
4ª SERIE	90,60%	0,00%	9,30%
EDUCACAO PROFISSIONAL - NIVEL TECNICO	**59,70%**	**20,60%**	**19,50%**

Ano: 2009

Ensino/Série	Rendimento Escolar		
	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono

FUNDAMENTAL - TOTAL	**83,10%**	**12,40%**	**4,30%**
5ª SERIE	81,80%	14,50%	3,60%
6ª SERIE	84,40%	10,20%	5,30%
7ª SERIE	78,90%	17,40%	3,60%
8ª SERIE	88,70%	6,40%	4,80%
MEDIO REGULAR - TOTAL	**76,40%**	**14,60%**	**8,90%**
1ª SERIE	66,60%	23,50%	9,80%
2ª SERIE	78,70%	11,00%	10,20%
3ª SERIE	87,20%	6,30%	6,30%
MEDIO INTEGRADO - TOTAL	**60,00%**	**30,00%**	**10,00%**
3ª SERIE	60,00%	30,00%	10,00%
NORMAL/MAGISTERIO - TOTAL	**80,70%**	**9,20%**	**10,00%**
1ª SERIE	48,20%	24,10%	27,50%
2ª SERIE	93,10%	3,40%	3,40%
3ª SERIE	90,90%	4,50%	4,50%
4ª SERIE	85,70%	7,10%	7,10%
EDUCACAO PROFISSIONAL - NIVEL TECNICO	**54,20%**	**22,50%**	**23,20%**

Ano: 2010

Ensino/Série	Rendimento Escolar		
	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
FUNDAMENTAL - TOTAL	**74%**	**21,6%**	**4%**
5ª SERIE	69,00%	27,40%	3,60%
6ª SERIE	71,00%	21,20%	6,80%
7ª SERIE	86,3%	11,3%	2,40%
8ª SERIE	69,7%	27,10%	3,20%
MEDIO REGULAR - TOTAL	**52,6%**	**14,8%**	**7,6%**
1ª SERIE	61,00%	35,2%	3,80%
2ª SERIE	64,6%	19,60%	15,80%
3ª SERIE	85,00%	4,40%	10,60%
TEC. ADM. SUBS- TOTAL	**68,6%**	**16,2%**	**15,2%**

1° ,2°,3° Semestre	68,6%	16,2%	15,2%
NORMAL/MAGISTERIO - TOTAL	**77,3%**	**10,6%**	**11,3%**
1ª SERIE	69,4%	16,6%	14,0%
2ª SERIE	68,0%	18,8%	13,2%
3ª SERIE	85,2%	3,7%	11,1%
4ª SERIE	86,6%	4,4%	9,0%
TEC. REC. HUMANOS	**63,6%**	**19,6%**	**16,8%**
1°,2°,3° Semestre	**63,6%**	**19,6%**	**16,8%**
TEC. INFORMATICA SUB.	**70,3%**	**18,9%**	**10,8%**
1°,2°,3° Semestre	**70,3%**	**18,9%**	**10,8%**

5.14.2. CONTRADIÇÃO E CONFLITOS PRESENTES NA PRÁTICA DOCENTE

Ao analisar o índice de aproveitamento escolar do Colégio nos anos de 2008, 2009, 2010, foi possível observar normalidade quanto a taxa de aprovação, reprovação e abandono. Um número razoável quanto ao abandono se dá pelo fato de ser um município onde a agricultura ainda é a maior taxa de empregabilidade, portanto muitos de nossos alunos deixam de estudar para trabalhar na agricultura.

Com relação ao IDEB 2009 o colégio superou a meta projetada que era de 2.8 ficando com 3.9.

Assim o Colégio busca tratar o aluno com respeito, procurando dar oportunidades iguais, buscando facilitar o convívio entre educadores e educandos.

As contradições e conflitos presentes na prática docente atualmente é que a boa convivência exige, cada dia mais que saibamos lidar com as diferenças, que são muitas: gênero, raça, classe social, maneira de pensar... Se olharmos para o nosso país, então, temos tantas maneiras diferentes de viver. E hoje se exige que as pessoas saibam conviver em grupos, trabalhar em equipes, aceitar os diversos tipos de posicionamentos pessoais e ideológicos, a pluralidade das crenças religiosas, as variações musicais e não só saber os vários idiomas, bem como os dialetos. No entanto, o exercício da convivência com o diferente, o novo, é ainda muito precário, e o que se vê é o confronto dos valores, principalmente no interior da família e da escola. E, aí, é que ocorrem atritos/conflitos e choques de valores, hábitos e ideias que geram uma mobilização afetiva e pode nos ensinar a praticar a democracia e proporcionar a cidadania.

Uma outra contradição vivida no nosso dia-a-dia são aqueles alunos que

têm pouco ou nenhum acesso às novas tecnologias, como os videogames, acesso à internet, entre outros. Nesse sentido, observa-se que a escola está distante de favorecer as condições para que esses alunos não fiquem excluídos desse mundo digital. Sabe-se que o computador pode trazer benefícios tais como: acelerar o desenvolvimento cognitivo, aguçar a curiosidade, aumentar a criatividade, auxiliar na aprendizagem e proporcionar uma produtividade maior e com uma imensidão de informações.

5.14.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURRICULARES DE CONTRATURNO

No momento o colégio conta com Sala de Apoio. Enfrentamos alguns problemas , especialmente pela freqüência a índices de evasão por parte dos alunos.

A partir do mês de setembro o colégio foi contemplado com duas Atividades Complementares Curriculares de Contraturno que são as seguintes:

- Experimentação e Iniciação Científica - ensino fundamental
- Esporte e Lazer – Atletismo

5.14.4 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Os profissionais de Educação deste estabelecimento participam dos programas de Formação continuada ofertada pelos órgãos oficiais, e quando necessário fazemos momentos de reflexões sobre temas que são do interesse comum de todos (Ex. Regimento Escolar, PPP, PPC, PTD e outros) com o objetivo de sanar as dificuldades encontradas em nosso dia-a-dia de trabalho e assim melhorar o desempenho dos profissionais envolvidos no processo de ensino – aprendizagem.

A **Equipe Multidisciplinar** é composta por professores do Estabelecimento, e tem como objetivo trabalhar a Diversidade Étnico Racial. Seus componentes são:

PEDAGOGA: Maria Ângela Cegatte
AGENTE EDUCACIONAL: Valdriana Forteza

INSTÂNCIAS COLEGIADAS: Rosilaene dos Santos Amâncio
PROFESSOR DA ÁREA DE HUMANAS: Cristina Malerba S. Boldi de Pinho e Ivonete Pirolo Jamberci
PROFESSORA DA ÁREA DE EXATAS: Keila Teixeira Erthal
PROFESSORA DA ÁREA DE BIOLÓGICAS: Márcia Regina Franco de Oliveira.

5.15.5 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO

O Colégio Estadual "Prof. Sílvio Tavares" Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional , funciona em três turnos: matutino – 6º ano a 9º ano, Ensino Médio – 1ª, 2ª e 3ª série, Técnico de Administração Integrado – 1ª série e CELEM - das 7:30 as 12:00; vespertino - 13:00 ÀS 17:30 6º ano a 9º ano, CELEM, noturno -19:00 ÀS 23:00 Ensino Médio, Formação de Docentes, Técnico em Administração Subsequente e Recursos Humanos Subsequente.

O Colégio conta com espaços adequados para realização de suas atividades, oferecendo boas condições de trabalhos aos professores e funcionários, recursos físicos para desenvolvimento de suas atividades.

5.15.5. EQUIPAMENTOS FÍSICOS E PEDAGÓGICOS

A Escola conta com acervo bibliográfico para consultas dos professores alunos e literatura infanto-juvenil para utilização em sala de aula e leitura em casa, materiais pedagógicos adequados tais como: cartazes, mapas,alfabeto móvel emborrachado, de madeira, dominós de alfabetização, quebra cabeças, caixas de medida, material dourado, régua de frações, disco de frações, blocos lógicos, pega-varetas, fitas de vídeo, Cds, fitas cassete, microscópio, globos terrestres, planetário, retroprojetor, computadores, calculadoras, impressoras, fotocopiadoras, televisão, Tv Multimídia, aparelho de data show, vídeos cassete, aparelhos de DVDs, aparelho de fax, mimeógrafo a álcool, aparelhos de som, microfones, caixa grande de som, máquina fotográfica, bebedouros, ventiladores de teto, material esportivo, mesas de ping-pong, arcos, colchonetes, bolas, petecas, raquetes e outros jogos, teatro de fantoches, esqueleto humano, torso bissexual, instrumentos musicais de fanfarra, sólidos geométricos, tangran, ábacos, escala cuisenaire, dentre outros.

5.15.6 RELAÇÕES HUMANAS DE TRABALHO NO COLÉGIO:

De forma geral é necessário articular as partes envolvidas no processo educacional. Hoje, o fazer coletivo se faz necessário, pois somos comparados a uma máquina, onde cada peça tem o seu valor para que a mesma funcione de maneira eficaz.

Diretores, professores, pedagogos, técnicos administrativos, serviços gerais, estudantes, mantêm um ritmo harmônico e sintonizados num só objetivo: educação. As ações desenvolvidas por cada uma dessas partes estão articuladas de forma que, uma depende da outra, e que, no fazer coletivo das ideias, atingem as metas determinadas pelo corpo escolar.

5.15.7. ORGANIZAÇÃO DA HORA - ATIVIDADE

Em relação a hora-atividade, temos dificuldades em estabelecer dias da semana para as disciplinas, uma vez que, temos um número grande de professores, inviabilizando o processo de montagem de horários, portanto a adequação foi parcial de acordo com as orientações repassadas na reunião realizada no dia 16/12/2011 pelo NRE.

A hora - atividade é o espaço de tempo que o professor tem para desenvolver suas seguintes atividades: correção de tarefas dos alunos, planejamento das aulas, estudos de textos com orientação da equipe pedagógica, troca de experiências e outros assuntos educacionais de interesse dos professores.

5.15.8. INCLUSÃO

São destacados, no conhecimento dos professores e equipe pedagógica que a inclusão social implica no reconhecimento e atendimento às diferenças de qualquer aluno que, seja por causas endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresenta dificuldades de aprendizagem.. A inclusão desses alunos é destacada através do trabalho pedagógico que os professores realizam em sala de aula, destacando certas habilidades e valorizando o educando independentemente de sua classe social.

O grande desafio é de criar mecanismos que permitam ao aluno, com

necessidades educacionais especiais se integrarem com sucesso educacionalmente, socialmente e emocionalmente com seus colegas e professores . Nossa escola possui profissionais qualificados e específicos que dão suporte, acompanhamento e orientação ao próprio educando. A inclusão educacional para efetivar-se necessita do suporte da Educação Especial, incluindo a implantação e /ou implementação de uma rede de apoio.

No espaço físico do colégio há rampas no pátio que dá acesso aos corredores e às salas de aulas. Mas ainda não existem os banheiros adaptados. Sabemos que não é somente a eficiência física, visual e auditiva que merecem um projeto especial para lidar com a inclusão, mas estes seriam os casos que necessitam do acompanhamento profissional já que no Paraná, a Deliberação nº 02/03 - CEE fixa normas para a educação Especial, na modalidade básica, no contexto inclusivo, preferencialmente.

Hoje, o colégio atende os seguintes alunos com necessidades educacionais especiais através da Sala de Recursos que são:

59 alunos com deficiência intelectual

02 alunos com visão subnormal (baixa visão)

02 alunos deficientes auditivo

07 alunos transtorno funcional específico

01 aluno com Síndrome de Hasper

01 aluno deficiente físico

08 alunos altas habilidades

Outros alunos estão passando por avaliações pelas professoras da Sala de Recursos.

5.15 GESTÃO DEMOCRÁTICA/GESTÃO COMPARTILHADA

5.15.1. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um momento colegiado que tem finalidades próprias. Mas, nota-se que ainda há a necessidade de conscientizar alguns professores da real finalidade atribuída a esse órgão que é a de estudar e interpretar a aprendizagem do aluno em relação ao seu trabalho realizado em sala de aula, bem como revelar as necessárias e possíveis modificações metodológicas a fim de

projetar suas estratégias para o próximo bimestre. Deve ter a participação de todos os professores da turma. As ações pós conselho devem ser tomadas o mais rápido possível. O aluno com problema ao ser detectado no Conselho deve ser notificado aos pais imediatamente.

5.15.2. CONSELHO ESCOLAR

O nosso Conselho Escolar tem uma participação efetiva. A comunidade escolar tem conhecimento sobre a composição desse órgão, (pais, alunos, professores, funcionários, diretores, pedagogos), cabe a ela a postura de tomar parte das deliberações e fiscalizações constituídas pelos princípios da representatividade democrática, da legitimidade e da coletividade, sendo esse órgão máximo de gestão do estabelecimento de ensino. O funcionamento deste órgão obedece aos critérios estabelecidos e aprovados no Regimento Escolar estabelecendo relações de uma convivência harmônica e co-responsável procurando estabelecer tais relações com a instituição local.

5.15.3 GRÊMIO ESTUDANTIL

O Grêmio Estudantil é um órgão colegiado de representatividade dos alunos. É um apoio à direção de uma gestão democrática e está assegurado pela Lei 7398 da Constituição Federal, como entidade autônoma.

Para que haja uma interação do verdadeiro papel do grêmio é preciso desenvolver o espírito de solidariedade e cooperação entre os estudantes e a escola, a fim de serem conscientes de seus direitos e deveres, tornando essa classe participativa e unida.

5.15.4. APMF

É uma importante instância de participação democrática e representa pais, professores e funcionários que buscam integrar os segmentos escolares e colaborar no aprimoramento do processo educacional e na integração família-escola. A APMF não tem caráter político-partidário, atua sem fins lucrativos e não remunera seus membros. Atualmente, sua principal função, em conjunto

com o Conselho Escolar, é atuar na gestão da unidade escolar, participar das decisões relativas à organização e funcionamento da instituição nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros.

5.15.5. PARTICIPAÇÃO DOS PAIS

A escola tem feito trabalho de conscientização e preparação do aluno no conhecimento, mas a escola de forma geral vem enfrentando problemas como: pouca participação dos pais na vida escolar de seu filho, alguma das causas que poderiam ser apontadas são as seguintes: a falta de motivação e o desinteresse causados pela pouca conscientização e integração da escola para com os pais; a pouca comunicação e diálogo entre a direção da escola e a APMF; o desconhecimento do valor dos pais na educação de seus filhos; o excesso de trabalho dos pais causado pela baixa renda familiar; a cultura de que os pais acham que educação é responsabilidade única da escola. Existe a necessidade da escola criar condições para que a participação dos pais aconteça.

5.15.6. CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS

A organização escolar é feita de forma seriada, composta por ensino fundamental de 6º ano a 9º ano, Ensino Médio, Curso de Magistério, Técnico em Administração, Técnico em Informática e Técnico em Recursos Humanos.

5.16 DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

Cidadania e Educação Fiscal, Educação Ambiental, Enfrentamento à Violência na Escola, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena, Sexualidade

Os temas citados acima são trabalhados pelos professores e constam no Plano de Trabalho Docente.

5.17 DIVERSIDADE

A escola é o espaço onde se encontra a maior diversidade cultural e também é o local mais discriminador. Tanto é assim que existem escolas para ricos e pobres, de boa e má qualidade, respectivamente. Por isso trabalhar as diferenças é um desafio para o professor, por ele ser o mediador do conhecimento, ou melhor, um facilitador do processo ensino - aprendizagem. A escola em que ele foi formado e na qual trabalha é reprodutora do conhecimento da classe dominante, classe esta, que dita as regras e determina o que deve ser transmitido aos alunos. Mas, se o professor for detentor de um saber crítico, poderá questionar esses valores e saberá extrair desse conhecimento o que ele tem de valor universal.

A proposta de uma educação voltada para a diversidade coloca a todos nós, educadores, o grande desafio de estar atentos às diferenças econômicas, sociais e raciais e de buscar o domínio de um saber crítico que permita interpretá-las.

Nessa proposta educacional será preciso rever o saber escolar e também investir na formação do educador, possibilitando-lhe uma formação teórica diferenciada da eurocêntrica. O currículo monocultural até hoje divulgado deverá ser revisado e a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas. E a escola terá o dever de dialogar com tais culturas e reconhecer o pluralismo cultural brasileiro.

6.0 MARCO CONCEITUAL

6.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO COLÉGIO

6.1.1. FILOSOFIA DO COLÉGIO

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual “Prof. Sílvio– EFMNP, consiste no uso do método dialético, cujo objetivo é envolver o educando na aprendizagem significativa dos conteúdos, oferecendo aos mesmos uma possibilidade de aprender criticamente o conhecimento científico. Seguindo tal pensamento a escola tem compromisso de respeitar os saberes dos educandos,

aproveitando sua experiência, discutindo sua realidade, associando os saberes curriculares e a experiência social que eles têm, valorizando e resgatando a diversidade cultural e assim enriquecendo o conhecimento, pois ao mesmo tempo em que se ensina estamos num constante aprender. Assim ao trabalhar nesta perspectiva, nosso colégio terá como questão central o processo de ensino - aprendizagem e a participação dos pais no acompanhamento deste processo, com uma gestão democrática onde as instâncias colegiadas e, em específico, o Conselho Escolar também acompanhem o processo. No entanto, para que a aprendizagem ocorra a escola deve pensar na organização de situações e ambientes facilitadores desse processo, pois a escola tem sua maneira própria de organizar e propor situações de aprendizagem, criar mecanismos para a permanência dos alunos na escola. Segundo Nóvoa os professores detêm "alquimia do conhecimento". Ora o que faziam os alquimistas? Diz a história que buscavam a transformação da matéria, na tentativa de encontrar a fórmula para produzir o ouro.

Pensar uma escola com essas características, implica o desafio de pensar.

- uma escola curiosa sobre si mesma, sobre sua época, sobre seu papel;

- uma escola que procure novos critérios de organização, novas formas de trabalho e novas relações com o saber, com os alunos, com a ciência, em outras palavras, uma escola que valorize e estimule a ousadia;

- uma escola que tenha a diversidade cultural em seu horizonte de preocupações, deixando de representar a figura de "dona da verdade" e que aprenda a respeitar as diferenças;

- uma escola centrada no sucesso dos alunos, significando que para além de ter acesso e permanecerem na escola, os alunos devem sair dela com domínio de conhecimentos básicos necessários à vida moderna.

6.1.2 CONCEPÇÃO EDUCACIONAL

A educação é uma prática social, uma atividade específica dos homens, situando-os dentro da história – ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações de trabalho.

“Educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho. Bem

como é ela própria, um processo de trabalho” (Saviani, 1992,p.19)

Segundo Pinto (1994) a educação é um processo histórico de criação do homem para a sociedade e simultaneamente de modificação da sociedade para benefício do homem.

Vista como processo de desenvolvimento da natureza humana, a educação tem suas finalidades voltadas para o aperfeiçoamento do homem que dela necessita para constituir e transformar a realidade.

Segundo Brandão (1986, p. 9-73) “Ninguém escapa da educação”. Ela existe em toda parte e faz parte dela existir entre os opostos. “[...]” é inevitavelmente, uma prática social que, por meio da inculcação de tipos de saberes, reproduz tipos de sujeitos sociais”. A educação, como a cultura, a sociedade, sofre influência do pensamento dominante. A educação é condição necessária para vida humana, mas é paradoxal, pois ao mesmo tempo que pode ser instrumento de controle social, de opressão, ela pode contribui para a modificação das condições existentes e libertar. A educação interfere na sociedade podendo contribuir para sua transformação. É uma relação dialética , onde uma influência sobre a outra.

Considerando a educação em sentido lato, podemos afirmar que ela envolve todas as instâncias sociais. Uma delas é a escola, que tem como função social garantir o acesso a todos os saberes científicos produzidos pela humanidade. Nereide Saviani afirma que "a ciência merece lugar destacado no ensino como meio de cognição e enquanto objeto de conhecimento", ou seja, ao mesmo tempo em que eleva o nível de pensamento dos estudantes, permite-lhes o conhecimento da realidade, ampliando sua capacidade de descobrir, criar, , criticar, transformar a realidade. É o local onde o aluno deve se sentir feliz, alegre, criar responsabilidade para viver e conviver se tornar um cidadão, construindo uma nova questionar sociedade, através das relações sociais e solidárias. A escola deve dar condições para que a criança tenha uma formação humana, e sua função é garantir educação aos estudantes para se tornarem autores e senhores de suas vidas, para que eles possam decidir, pensar e tornar-se livres, responsáveis, autônomos e emancipados.

6.1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO

A edição da Lei nº 9394/96 , LDB, elaborada em consonância com os

princípios da Constituição Federal, trouxe profundas mudanças para o Sistema Educacional Brasileiro, tanto em relação à gestão e à organização , quanto à ação educativa, ao consagrar como princípio: a liberdade, a autonomia, a flexibilidade e a democracia.

Em seu art. 3º da LDBEN a abordagem do projeto político - pedagógico, como organização do trabalho, está fundada nos princípios que deverão nortear a escola pública e gratuita que são:

- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento , a arte e o saber;
- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- valorização do profissional da educação escolar;
- gestão democrática do ensino público;
- garantia de padrão de qualidade;
- valorização da experiência extra - escolar;
-vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

6.1.4 OBJETIVOS DO COLÉGIO

São objetivos da Escola, além daqueles previstos na LDB nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 e demais normas complementares:

- Atender aos educandos com necessidades educacionais especiais, respeitando suas individualidades, ofertando a flexibilização curricular e adequações necessárias para o pleno desenvolvimento das potencialidades

- Promover a formação integral do educando como sujeito do processo contínuo de educação, seu direito de acesso, a universalidade da educação, a concepção de formação em seus diferentes aspectos: estéticos, éticos, cognitivos, afetivos, culturais, biológicos, sociais e religiosos.

- Desenvolver ações responsáveis e conscientes quanto a proteção e restituição do meio ambiente.

Favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente devendo ser resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica.

- Resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, diálogo fundado na reflexão coletiva, promovendo a integração escola x família x comunidade.

- Dar condições à reeducação das relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos e contestações, valorizando as diferenças.

- Atingir sua finalidade política social ao formar o indivíduo para a participação política que implica direitos e deveres da cidadania.

- Possibilitar a compreensão do papel do trabalho na formação profissional dos alunos.

- Priorizar ações educativas especificas que oportunizem o acesso, a permanência e o êxito dos alunos inclusão nos espaço escolar.

Resgatar a importância da Cultura Afro-brasileira em nossa sociedade, sua influencia na formação étnica atual e sua diversidade no meio cultural.

- Preparar o aluno para agir com autonomia, solidariedade e responsabilidade, desenvolvendo a auto estima e conduzindo à construção de um projeto de vida que considere o bem estar pessoal e da comunidade.

- Desenvolver a capacidade do aluno em se comunicar, interagir, participar e decidir em grupo, cooperar, respeitar o outro, compreender a interdependência entre os seres humanos e a necessidade de partilhar de projetos coletivos.

- Preparar o aluno para o ingresso no mundo do trabalho tendo como foco a formação pessoal, o desenvolvimento das aptidões, o comportamento social, o trabalho em equipe a capacidade de decidir, tomar iniciativa, partilhar decisões e atuar em grupo.

- Formar o aluno para o domínio da leitura, da escritura, da expressão oral, do cálculo e da solução de problemas; para o despertar da curiosidade intelectual, do senso crítico, da compreensão do real e da capacidade de discernir e formar as bases que permitirão ao indivíduo continuar aprendendo ao longo de toda a vida.

6.1.5 FINS EDUCATIVOS

Conforme a LDBEN nº 9394/96, a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

6.1.6 CONCEPÇÕES NORTEADAS PELAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A consolidação de um sistema nacional de educação não pode ser realizada sem considerar a urgente necessidade de superação das desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero ainda presentes na sociedade e na escola brasileira. Por isso, a sua realização - assim como o cumprimento e atendimento legal às normas constitucionais que orientam essa tarefa - só será possível por meio do debate público e da articulação entre Estado, escola e movimentos sociais, em prol de uma sociedade democrática direcionada à participação e a construção de uma cultura de paz.

Quanto à função social da educação, cabe destacar o entendimento de que a educação é processo e uma prática social constituída e constituinte das relações sociais mais amplas. Essa concepção de educação, além de ampliar os espaços por onde pode ocorrer, sinaliza para a importância de que ela seja um processo contínuo de formação, ao longo da vida. Assim, para se concretizar como direito inalienável do cidadão, em consonância com o artigo 1º da LDBEN, a prática social da educação deve ocorrer em espaços e tempos pedagógicos diferentes, para atender às diferenciadas demandas.

Como prática social, a educação tem como lócus privilegiado a escola, entendida como espaço de garantia de direitos. Para tanto, é fundamental atentar para as demandas da sociedade como parâmetro para o desenvolvimento das atividades. Como direito social, avulta, de um lado, a defesa da educação pública, gratuita, democrática, inclusiva e de qualidade

A democratização da gestão e a educação com qualidade social implicam

a garantia do direito à educação a todos, por meio de políticas, programas e ações articulados para a melhoria dos processos de organização e gestão dos sistemas e das escolas, privilegiando a construção da qualidade social inerente ao processo educativo.

A gestão democrática da escola e dos sistemas é um dos princípios constitucionais do ensino público, segundo o art. 206 da Constituição Federal de 1988. O pleno desenvolvimento da pessoa, marca da educação como dever de Estado e direito do cidadão, conforme o art. 205 da mesma Constituição, ficará incompleto se tal princípio não se efetivar em práticas concretas no espaço da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394\96), confirmando esse princípio e reconhecendo o princípio federativo, repassou aos sistemas de ensino a definição das normas da gestão democrática, de acordo com o inciso VIII do art. 3º. Além disso, a mesma lei explicitou dois outros princípios a serem considerados no processo de gestão democrática, a saber: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Vale destacar que, também, o Plano Nacional de Educação/PNE (Lei nº 10.172/01) estabeleceu, em suas diretrizes, “(...) uma gestão democrática e participativa”, a ser concretizada por programas e projetos, especialmente no que concerne à organização e fortalecimento de colegiados em todos os níveis da gestão educacional.

Com isso, cabe destacar a necessidade de: democratizar a gestão da educação e da escola, garantindo a participação de estudantes, funcionários, pais, professores, equipe gestora e comunidade local nas políticas educacionais; estabelecer mecanismos democráticos como forma de provimento ao cargo/função de diretor para todos os sistemas de ensino; e implantar formas colegiadas de gestão da escola.

No campo das políticas educacionais, as questões referentes à formação, desenvolvimento profissional e valorização dos trabalhadores em educação (professores e funcionários) sempre estiveram de alguma forma presentes na agenda de discussão, mas, possivelmente, em nenhum outro momento histórico tal questão tenha merecido tanta ênfase como nas últimas décadas, por diferentes agentes, instituições, organismos nacionais, internacionais e multilaterais.

Nessa perspectiva, a questão da formação e profissionalização, por perpassar quase todos os demais temas, tem gerado inúmeros debates no cenário educacional brasileiro, desencadeando políticas, assim como a mobilização dos diversos agentes, na tentativa de construir uma educação pública de qualidade para todos. Nesses debates, tem ficado claro que as duas facetas – formação e valorização profissional – são indissociáveis.

Considerando a legislação vigente e as necessidades dos sistemas de ensino e, ainda, a garantia de um padrão de qualidade na formação dos que atuam na educação básica, é fundamental que se crie uma Política Nacional de Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação, articulando, de forma orgânica, as ações das instituições formadoras, dos sistemas de ensino e do MEC.

A diversidade, do ponto de vista cultural, pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Ela é construída no processo histórico-cultural, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Os aspectos tipicamente observáveis, que se aprende a ver como diferentes, só passaram a ser percebidos dessa forma porque os sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomearam e identificaram.

Assim como a diversidade, os processos e a luta pela inclusão na educação básica representam mais do que a incorporação total ou parcial dos chamados “diferentes” aos espaços e tempos escolares a eles negados historicamente. Eles implicam posicionamento político, reorganização do trabalho na escola, do tempo escolar, da formação de professores, o trato ético e democrático dos alunos e seus familiares, novas alternativas para a condição docente e uma postura democrática diante do diverso.

Pode-se dizer que há consenso na educação brasileira acerca da necessidade da inclusão, sobretudo quando se observa o caráter excludente da sociedade brasileira e suas repercussões na garantia dos direitos sociais e humanos. Mas, além de sensibilidade e reconhecimento para desencadear ações concretas, são necessários posicionamentos, práticas políticas e o entendimento da relação entre inclusão, exclusão e diversidade, articulados a uma visão ampla de educação e desenvolvimento sustentável.

Essa é uma reflexão que precisa ocupar mais espaço na agenda educacional do País. Nesse sentido, as políticas educacionais devem se estruturar de forma a contribuir na discussão da relação entre formação, diversidade, inclusão

e qualidade social da educação básica. Assim, é fundamental problematizar questões como: a contextualização curricular a partir da diversidade regional, educação indígena; educação e afro-descendência; educação no campo; educação de pessoas com deficiências e altas habilidades; educação de pessoas privadas de sua liberdade; educação e diversidade sexual.

6.1.7 ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (nove) anos/ ANOS FINAIS.

Conforme o PNE, a determinação legal (Lei nº 10.172/2001, meta 2 do Ensino Fundamental) de implantar progressivamente o Ensino Fundamental de nove anos, pela inclusão das crianças de seis anos de idade, tem duas intenções: *"oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade"*.

O PNE estabelece, ainda, que a implantação progressiva do Ensino Fundamental de nove anos, com a inclusão das crianças de seis anos, deve se dar em consonância com a universalização do atendimento na faixa etária de 7 a 14 anos. Ressalta também que esta ação requer planejamento e diretrizes norteadoras para o atendimento integral da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, além de metas para a expansão do atendimento, com garantia de qualidade. Essa qualidade implica assegurar um processo educativo respeitoso e construído com base nas múltiplas dimensões e na especificidade do tempo da infância, do qual também fazem parte as crianças de sete e oito anos.

No Estado do Paraná através da Instrução nº 008/2011 -SUED/SEED nas instituições de ensino da rede pública municipal e da rede privada a oferta do 6º ao 9º ano será de forma simultânea

6.1.8 LETRAMENTO

Letramento é uma palavra recém chegada ao vocabulário da Educação e das Ciências Lingüísticas. É uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.

Se a palavra letramento nos causa estranheza, uma vez que é não é muito antiga, outras do mesmo campo semântico sempre nos foram familiares como

analfabetismo, analfabeto, alfabetizar, alfabetização, alfabetizado e mesmo letrado e iletrado.

A palavra letramento talvez tenha surgido em virtude de não utilizarmos a palavra alfabetismo, enquanto seu contrário, analfabetismo, nos é familiar. Isso é, conhecemos bem e há muito tempo o estado ou condição de analfabeto, mas só recentemente o seu oposto tornou-se necessário, pois recentemente passamos a enfrentar uma nova realidade social, onde faz necessário fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente.

Portanto, letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como conseqüência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. Apropriar-se da escrita é torná-la própria, ou seja, assumi-la como propriedade. Um indivíduo alfabetizado, não é necessariamente um indivíduo letrado, pois ser letrado implica em usar socialmente a leitura e a escritura e responder às demandas sociais de leitura e de escrita.

6.1.9 CONCEPÇÕES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8069/90, inaugurou um novo marco ideológico para as concepções sobre a criança e o adolescentes, orientando a atuação do Estado, tanto no que se refere aos poderes legislativo, executivo (políticas públicas) e o judiciário.

O Estatuto, propõe uma doutrina de proteção integral, que considera crianças e adolescentes como sujeitos de direito e cidadãos, portanto, a Lei instaura direitos para todas as crianças e adolescentes,garantindo um atendimento integral. Levando em conta as diversas necessidades desse público instituiu a co-responsabilidade de toda a sociedade civil e do poder público em garantir o direito a uma vida saudável.

Art. 53 A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- direito de ser respeitado por seus educadores;

III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV- direito de organização e participação em entidade estundantis;

V- acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência;

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Paulo Afonso Garrido de Paula (1995:94) menciona o conceito de educação e sua abrangência:

"Educação, em sentido amplo, abrange o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade, o ensino fundamental, inclusive àqueles que a ele não tiverem acesso na idade própria, o ensino médio e o ensino em seus níveis mais elevados, inclusive aqueles relacionados à pesquisa e à educação artística."

O direito à educação é direito subjetivo da criança e do adolescente, devendo ser garantida pelo Estado. Elenca o dispositivo os direitos do menor quanto ao acesso e permanência, devendo haver critérios claros e isonômicos por parte do responsável legal: Diretor, Delegado de Ensino e Secretario da Educação. Ainda elenca referida norma o direito de respeito pelos educadores, o direito de constestar critérios avaliativos, de organização em entidades estundantis, bem como o acesso a escola pública e gratuita. Aos pais cabe-lhes o direito de participação.

6.1.10 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

A palavra infância vem do latim, infantia, e refere-se ao indivíduo que ainda não é capaz de falar. Essa incapacidade, atribuída à primeira infância, estende-se até os sete anos, que representaria a idade da razão. Percebe-se, no entanto, que a idade cronológica não é suficiente para caracterizar a infância. É o que Khulmann Jr. (1998, p. 16) afirma categoricamente:

> Infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel.

A concepção de infância dos dias atuais é bem diferente de alguns séculos atrás. É importante salientar que a visão que se tem da criança é algo

historicamente construído, por isso é que se pode perceber os grandes contrastes em relação ao sentimento de infância no decorrer dos tempos. O que hoje pode parecer uma aberração, como a indiferença destinada à criança pequena, há séculos atrás era algo absolutamente normal. Por maior estranheza que se cause, a humanidade nem sempre viu a criança como um ser em particular, e por muito tempo a tratou como um adulto em miniatura. Segundo Áries:

> "o sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem" (Áries, 1978 : 99).

Nessa perspectiva o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia da do adulto, e portanto merece um olhar mais específico.

A vida familiar ganha um caráter mais privado, e aos poucos a família assume o papel que antes era destinado à comunidade. É importante salientar que esse sentimento de infância e de família representa um padrão burguês, que se transformou em universal. Segundo Kramer :

> ...a idéia de infância (...) aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a sua inserção e o papel social da criança na comunidade. se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto ("de adulto") assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa de ser cuidada, escolarizada e preparada para uma função futura. Este conceito de infância é pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade (2003 : 19).

6.1.11 CONCEPÇÃO DE ADOLESCENCIA

Adolescência deriva de "Adolecere, uma palavra latina que significa crescer, desenvolver-se, tornar-se jovem" (BECKER, 1994, p. 8). Segundo Becker (1994), a etimologia da palavra adolescente vem do latim *ad*, que significa *para* e *olescere* , que quer dizer *crescer*; ou seja, "*crescer para"*. Na verdade, inúmeras

palavras são associadas a este momento do ciclo vital da família: *crise, ruptura, crescimento*, *descobertas*, *oportunidades*, *iniciação*, *incertezas, esperanças e formação da personalidade*. Falamos aqui em ciclo vital pois são mudanças que afetam, não apenas ao adolescente, mas a todos que estão ao seu redor. Em meio a essa crise de identidade, o jovem vai partir em busca de novas identificações, novos padrões de comportamento, sempre que possível bem diferentes daqueles que seus pais representam. Há uma enorme necessidade de pertencer a um grupo, fato que ajuda o indivíduo a encontrar a própria identidade nos contextos sociais.

Dessa forma, atualmente a adolescência é considerada uma fase de transição entre a infância e a idade adulta, caracterizada por aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais que levarão a criança a se tornar adulta, acrescida da capacidade de reprodução, conforme acrescenta Aberastury (1986) e Zagury (1996). Há que se ressaltar que o adolescente vivencia tal conquista como a irrupção de um novo papel, que modifica sua posição frente ao mundo e que também o influencia em outros planos da vida dele. A adolescência inclui este momento de saída do mundo privado para o mundo público de uma forma mais efetiva, mais autônoma, em contato com um novo leque de possibilidades de vir-a-ser. A incógnita que permanece é se todos passam por esta fase de forma semelhante, ou se, ampliando a questão, podemos pensar que alguns adolescentes parecem mais identificados, propensos e sensíveis ao envolvimento com situações de risco, como por exemplo, o envolvimento com drogas.

A adolescência é compreendida como um momento de um processo e, como tal, em construção, que pode ser diferente do que está sendo para o próprio adolescente e para uma sociedade. É entendido como não natural e universal, mas produto de sua história de vida, enquanto sujeito pertencente a um grupo social, a uma cultura, da qual recebe influência e sobre a qual age dialeticamente; não desenvolvimentista, pois cada sujeito o vivenciará de uma maneira, dependendo de suas interações sociais, do desenvolvimento de seus interesses, de suas necessidades e da significação que as mudanças biológicas têm ou tiveram; e não patológico, no sentido de que não vivenciar as mesmas coisas que outro adolescente - por exemplo, a chamada crise da adolescência – pode ser saudável, possibilitando que cada um seja sujeito de sua própria história, capaz de fazer suas escolhas dentro de suas possibilidades objetivas e subjetivas, desenvolvendo uma autoconsciência e autonomia diante do contexto. Essa compreensão não nega as

mudanças biológicas, mas as entende também como significadas histórica e socialmente (Aguiar e Ozella, 2008; Ozella, 2003; Vigotski, 1984).

6.1.12 CONCEPÇÕES DAS CAPACITAÇÕES CONTINUADAS

A valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Paraná constitui um dos princípios básicos estabelecidos por esta Secretaria de Estado de Educação. Dentre as inúmeras ações desencadeadas para que esta valorização se efetive, são ofertados eventos de formação continuada aos profissionais da educação, considerando o contido na LDB 9394/96, em seus artigos 67, 80 e 87, bem como na Lei Nacional nº 10172/2001 – Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação.

A formação continuada dos professores, funcionários e equipe pedagógica obedecerá ao Calendário da SEED quanto a realização de cursos e grupos de estudos específicos para cada segmento; também com a elaboração de programas de formação com questões como um todo, abordando temas de interesse de toda a sociedade. Os professores e funcionários em sua maioria participam de todos os cursos ministrados, via escola, ofertados pela SEED e também de outros cursos de formação ministrados por outras entidades em particular, estando sempre em constante aprimoramento para melhor exercício de suas funções. E é interesse de todos que continue a serem ofertados os cursos de Formação Continuada e Grupos de Estudos nas escolas.

- As **Equipes Multidisciplinares** são instâncias de organização do trabalho escolar, preferencialmente coordenadas pela equipe pedagógica, e instituídas por Instrução da SUED/SEED, de acordo com o disposto no art. 8º da Deliberação nº 04/06 – CEE/PR, com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, ao longo do período letivo. As Equipes Multidisciplinares se constituem por meio da articulação das disciplinas da Base Nacional Comum, em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com vistas a tratar da História e

Cultura da África, dos Africanos, Afrodescendentes e Indígenas no Brasil, na perspectiva de contribuir para que o aluno negro e indígena mire-se positivamente, pela valorização da história de seu povo, da cultura, da contribuição para o país e para a humanidade.

6.1.13 CONCEPÇÃO DE HOMEM

O homem é um ser natural e social, ele age na natureza transformando-a segundo suas necessidades e para além delas. Nesse processo de transformação, ele envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim, acumula experiências e em decorrência destas, ele produz conhecimentos. Sua ação é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não-materiais que são apropriados de diferentes formas pelo homem, conforme Saviani (1992):

Considerando o homem um ser social, ele atua e interfere na sociedade, se encontra com o outro nas relações familiares, comunitárias, produtivas e também na organização política, garantindo assim sua participação ativa e criativa nas diversas esferas da sociedade. O homem, como sujeito de sua história, segundo Santoro “... é aquele que na sua convivência coletiva compreende suas condições existenciais transcende-as e reorganiza-as, superando a condição de objeto, caminhando na direção de sua emancipação participante da história coletiva” compreende seu trabalho nas suas relações. Conforme Veiga (VEIGA, 1995, p, 27).

Portanto, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar a natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é,transformá-la pelo trabalho.

6.1.14 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

Quando se questiona o próprio sentido da escola, a sua função social e a natureza do trabalho educativo, enquanto docentes, aparecemos sem iniciativa, “arredados ou deslocados pela força arroladora dos fatos, pela vertiginosa sucessão de acontecimentos que tornaram obsoletos os conteúdos e as práticas educativas”

(Peres Gomes, 1998). E para que isso não aconteça é que precisamos entender em que tipo de sociedade estamos inseridos.

Para Severino (1998), a sociedade é um agrupamento tecido por uma série de relações diferenciadoras. É configurada pelas experiências individuais do homem, havendo uma interdependência em todas as formas da atividade humana, desenvolvendo relações, instaurando estruturas sociais, instituições sociais e produzindo bens, garantindo a base econômica e é o jeito específico do homem realizar sua humildade, sendo que:

“A sociedade configura todas as experiências individuais do homem, transmite-lhe resumidamente todos os conhecimentos adquiridos no passado do grupo e recolhe as contribuições que o poder de cada indivíduo engendra e que oferece a sua comunidade. Nesse sentido a sociedade cria o homem para si”. (Pinto,1994).

A sociedade mediadora do saber e da educação presente no trabalho concreto dos homens, que criam novas possibilidades de cultura e do agir social a partir das contradições geridas pelo processo de transformação da base econômica.

Segundo Demerval Saviani, o entendimento do modo como funciona a sociedade não pode se limitar às aparências. É necessário compreender as leis que regem o desenvolvimento da sociedade. Obviamente que não se trata aqui de leis naturais, mas sim de leis históricas, ou seja, de leis que se constituem historicamente.

6.1.15 CONCEPÇÃO DE CULTURA

A cultura é resultado de toda a produção humana e segundo Saviani, “para sobreviver o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano, o mundo da cultura” (1992 p 19).

Podemos considerar que, “de um ponto de vista antropológico, cultura é tudo o que elabora, e elaborou, o ser humano, desde a mais sublime música ou obra literária até as formas de destruir-se e as técnicas de tortura, a arte, a ciência, a linguagem, os costumes, os hábitos de vida, os sistemas morais, as instituições sociais, as crenças, as religiões, as formas de trabalhar”. (Sacristan, 2001, p 105).

Todo conhecimento, na medida em que se constitui num sistema de significação, é cultural. Além disso, como sistema de significação, todo conhecimento está estreitamente vinculado com relações de poder". (Tomas Tadeu1999). Toda a organização curricular, por sua natureza e especificidade precisa completar várias dimensões da ação humana, entre elas a concepção de cultura. Na escola em sua prática, há necessidade da consciência de tais diversidades culturais, especialmente da sua função de trabalhar as culturas populares de forma a levá-los à produção de uma cultura erudita, como afirma Saviani", a mediação da escola, instituição especializada para operar a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultural erudita; assume um papel político fundamental, "Saviani, apud, Frigotto,1994 p, 189).

Ao mesmo tempo em que se tornam visíveis manifestações e expressões culturais de grupos dominados, observa-se o predomínio de formas culturais produzidas e vinculadas pelos meios de comunicação de massa, nas quais aparecem e visa completar várias dimensões da ação humana, entre elas a concepção de cultura. Na escola, em sua prática há a necessidade da consciência de tais diversidades culturais, especialmente da sua função de trabalhar as culturas populares de forma a levá-los à produção de uma cultura erudita, como afirma Saviani: "a mediação da escola, instituição especializada para operar a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita; assume um papel político fundamental". (Saviani, apud, Frigotto, 1994 p, 189).

Respeitando a diversidade cultural e valorizando a cultura popular e erudita cabe a escola aproveitar a diversidade existente para fazer dela um espaço motivador, aberto e democrático.

6.1.16 CONCEPÇÃO DE TRABALHO

"O trabalho é uma condição da existência humana independentemente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre o homem e natureza e, portanto, a própria vida humana. (...) O que distingue o homem dos animais é o fato de que as criações humanas constroem-se primeiro na imaginação; somos arquitetos, e não abelhas." Karl Marx O trabalho é uma atividade que está na base de todas as relações humanas,

condicionando e determinando a vida. É uma atividade humana intencional que envolve forma de organização, objetivando a produção dos bens necessários á vida (Andery, 1998,p,13).

Nesta perspectiva é preciso entender o trabalho como ação intencional, o homem em suas relações sociais , dentro da sociedade capitalista, na produção de bens. Porém, é preciso compreender que o trabalho não acontece de forma tranqüila, estando sobrecarregado pelas relações de poder.

Quando produz bens , estes são classificados em matérias ou não – materiais. Os bens materiais são produzidos para posterior consumo, gerando o comércio. Já nos bens não materiais produção e consumo acontecem simultaneamente.

No trabalho educativo o fazer e o pensar entrelaçam-se dialeticamente e é nesta dimensão que esta posto a formação do homem.

Ao considerarmos o trabalho uma práxis humana , é importante o entendimento de que o processo educativo é um trabalho não material, uma atividade intencional que

envolve , formas de organização necessária para a formação do ser humano.

Ao enfatizar o mundo do trabalho na sua historicidade, como relação social fundamental que não se reduz á ocupação, tarefa, emprego, mas não excluí, e que abarca o conjunto que não se reduz á ocupação, tarefa, emprego, mas não excluí, e que abarca o conjunto das relações produtivas , culturais, lúdica, etc..., estou querendo sinalizar que ai situa-se o Lócus da unidade teórica , pratica e política , ponto de partida e de chegada das ações educativas que , na escola ,nos sindicatos, nas fábricas, interessam á luta hegemônica das classes populares (.SNYDERS, 1981) .

O trabalho aparece como virtude universal , pela qual a acumulação de capital é legítima (Martins,1981) .

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião , por tudo que o quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida (...) O modo como os homens produzem seus meios depende , em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado no mero aspecto de produção da existência física dos indivíduos .Trata-se já, isso sim, de forma determinada de atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de

exprimirem a sua vida determinando modo de vida dos mesmos. Aquilo que os indivíduos são depende portanto, das condições materiais de sua produção. (Marx & Engels, 1984).

O trabalho é uma atividade que está “na base de todas as relações humanas, condicionando e, determinando a vida. É (...) uma atividade humana intencional que envolve forma de organização, objetivando a produção dos bens necessários à vida”. (Andery, 1998.p.13).

6.1.17 CONCEPÇÃO DE ESCOLA

A escola, como instituição social, que tem como função a democratização dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, é um espaço de mediação entre sujeito e sociedade. Compreender a escola como mediação significa entender o conhecimento como fonte para efetivação de um processo de emancipação humana e, logo, de transformação social. O que implica em ver o papel político da escola atrelado ao seu papel pedagógico e, mais, dimensionar a prática pedagógica, em todas suas características e determinantes com intencionalidade e coerência, o que transparece um compromisso político ao garantir que o processo de ensino e aprendizagem esteja a serviço da mudança necessária.

Fazer a escola funcionar de maneira que garanta o interesse da maioria, comunidade, educando, educadores, especialistas e gestor, passa por diversas instâncias, mas a capacidade de organização e coordenação, talvez represente o primeiro passo dessa longa e complexa caminhada na realização do Projeto Político Pedagógico.

6.1.18 CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO

Conhecimento é uma atividade humana que busca explicitar as relações entre os homens e a natureza. Desta forma, o conhecimento é produzido nas relações sociais mediadas pelo trabalho.

Sendo assim, o conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e das condições sociais que o geram, configurando as dinâmicas históricas

que representam as necessidades do homem a cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para obtenção do conhecimento, mudando, portanto a forma de interferir na realidade. Essa interferência traz conseqüências para a escola, cabendo a ela garantir a socialização do conhecimento que foi expropriado do cidadão.

6.1.19 CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996) propõe uma prática educacional adequada à realidade do mundo, ao mercado de trabalho e à integração do conhecimento. Desta forma, a utilização efetiva das tecnologias da informação e comunicação na escola é uma condição essencial para inserção mais completa do cidadão nesta sociedade de base tecnológica. A utilização das tecnologias, no mundo atual, está fortemente inserida nessas exigências. Além disso, nunca houve tanta informação e conhecimento disponíveis num espaço de tempo tão curto.

Consta no Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001) em suas metas e objetivos, assegurar às escolas públicas, de nível fundamental e médio, o acesso universal à televisão educativa e a outras redes de programação educativo-cultural, com o fornecimento do equipamento correspondente, promovendo sua integração no projeto pedagógico da escola, além de constar também como meta equipar, em dez anos, todas as escolas de nível médio e todas as escolas de ensino fundamental com mais de 100 alunos, com computadores e conexões de internet que possibilitem a instalação de uma Rede Nacional de Informática na Educação e desenvolver programas educativos apropriados, especialmente a produção de softwares educativos de qualidade.

Atendendo à lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (que aprovou o Plano nacional de educação), o Presidente da República, através do Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, dispõe em seu art. 1º sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - Proinfo, executado no âmbito do Ministério da Educação, o qual promoverá o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de Educação básica.

Por sua vez, o Plano Estadual de Educação tem como meta investir,

anualmente, na compra de equipamentos, garantindo que no final do decênio, todas as escolas de Ensino Fundamental disponham de: laboratórios de informática com número de conjuntos compostos de micro-computadores conectados à internet e impressoras, na proporção de, no mínimo, um conjunto para cada 80 alunos matriculados; e TVs de 29 polegadas e aparelhos de DVD, na proporção de, um conjunto para cada 160 alunos matriculados.

Hoje, a escola conta com o Laboratório de Informática PROINFO e Paraná Digital e as salas de aulas são equipadas com TV Multimídias. Não se pode mais dizer que a escola não dispõe de recursos para atender à atualidade. Assim as pessoas envolvidas neste processo devem rever sua postura diante dessas novas tecnologias reconhecendo suas potencialidades, para que ocorra de fato uma melhora significativa no processo ensino-aprendizagem.

As novas tecnologias vêm modificando significativamente as relações do homem com o mundo, visto que em cada segmento social encontramos a presença de instrumentos tecnológicos. A escola não pode ficar excluída desta realidade, devendo apropriar-se dos avanços tecnológicos e incorporá-los à pratica educativa.

6.1.20 CONCEPÇÃO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Para a concepção socio-histórica de Vygotsky (1991), o processo de aprendizagem ocorre por meio da interação entre o educando, o objeto de conhecimento e educador, que assume o papel de mediador, intervindo na aprendizagem supondo que o educando possui conhecimento que podem ser reelaborados e aprofundados.

O ser humano não nasce com inteligência pronta, porém pode desenvolvê-la através da convivência com outros indivíduos, porque este traz consigo ao existir a capacidade de construí-la, que constitui a sua herança biológica. A vivência em sociedade é essencial, pois é através da interação com o meio social impregnado de cultura que o ser humano constrói a sua inteligência. Ao estabelecer com estas relações mútuas, evoluem e vão mudando as formas de compreender o mundo ao longo de seu desenvolvimento intelectual do ser humano não é produto só da maturação biológica, sim pelo conhecimento acumulado através das interações com o ambiente rico em cultura e significado. As funções psicológicas superiores

dos seres humanos (percepção, atenção, memória, capacidade para solucionar problemas) surgiram através da intricada interação dos fatores biológicos e de fatores culturais que evoluíram no decorrer da história humana. Na sua busca constante de respostas para as suas indagações e satisfação das suas necessidades, o ser humano transforma a natureza e ao mesmo tempo transforma-se passando a ser um produto de seu ambiente como também um agente ativo no processo de construção do conhecimento. Por meio da ação, em busca de significados consegue transformar-se em um ser com um grau de inteligência super desenvolvido. Ao longo do seu desenvolvimento e da sua aprendizagem o ser humano vai conseguindo progredir cada vez mais e mais. Para Vygotsky a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, entretanto uma correta organização de aprendizado conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento e esta ativação não poderia produzir-se sem aprendizagem. A aprendizagem e o desenvolvimento são fenômenos distintos e interdependentes, cada um tornando o outro possível. Ao dar um passo em frente no campo da aprendizagem o sujeito da dois passos no campo do desenvolvimento, por esta razão eles não são fenômenos coincidentes. Para Vygotsky o educador deve descobrir as relações reais entre o processo de desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem do educando, para isto elaborou a teoria da zona de desenvolvimento proximal, que explica como sendo as funções que ainda não amadureceram, que estão em processo de maturação. É a distância entre o nível de desenvolvimento real, grau de desenvolvimento mental já conquistado por um sujeito, ou seja, a sua capacidade de solucionar um problema sem ajuda de ninguém e o nível de desenvolvimento potencial que define tudo aquilo que um indivíduo pode fazer por ser da espécie humana, é o previsível e o esperável, como por exemplo a capacidade de imitar, de falar. Numa atividade coletiva ou sob a orientação de um mediador, usando a imitação, o educando é capaz de fazer muito mais coisas do que se estivesse sozinho. Porém esta imitação não fica limitada a processo mecânico como nos animais, mas sim num processo dinâmico resultando em desenvolvimento. O processo de desenvolvimento cognitivo progride de forma mais lenta e atrás do processo de aprendizagem, desta sequenciação resultam então a zona de desenvolvimento proximal. Nesta relação o educador é o planejador, transformador e o condutor do processo de aprendizagem intervindo no processo de aprendizagem considerando não somente o nível de desenvolvimento

potencial e real, mas principalmente que o educando possui uma zona de desenvolvimento proximal funções que estão em processo de maturação. Se o educador envolver a criança em um processo de aprendizagem adequadamente organizado a mesma conseguirá amadurecer estas funções e conseqüentemente elevar o seu nível de desenvolvimento real, como também despertar novas funções para o estado embrionário. O educador tem que estar ciente de que deve criar situações problemas que levem o educando a questionamentos e a busca de respostas orientando o a chegar a uma conclusão, ou seja, a construir os seus conceitos. O trabalho do educador é de decidir sobre a qualidade e quantidade de conhecimento, idéias, conceitos e princípios a serem explorados nas atividades curriculares, estabelecendo uma relação intrínseca coma realidade social que está inserida, contextualizando assim o ensino.

6.1.21 CONCEPÇÃO DE CIDADANIA

A construção da cidadania e de uma cultura baseada em direitos sociais e políticos constitui, hoje, um dos problemas mais cruciais para o processo de democratização do Brasil. Aí estão envolvidas questões não apenas de fatores sociais, capazes de criação de esferas públicas e democráticas. Os cidadãos, numa democracia não apenas são titulares de direitos estabelecidos, existindo possibilidade de expansão, de criação de novos direitos.

Segundo Martins (2000, p.54), pode-se afirmar que “aquela relação entre cidadania e democracia explicita-se no fato de que ambas são processos; o processo não se dá num vazio, a cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de luta na definição de instituições permanentes para expressão política. Neste sentido, a autora distingue a cidadania passiva, aquela que é outorgada pelo Estado, com a idéia moral da tutela e do favor. Cidadania Ativa – aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos, de abrir espaços de participação. Confirma ainda, que a cidadania requer a consciência clara sobre o papel da educação e as novas exigências colocadas para a escola que, como instituição para o ensino – a educação formal – pode ser um lócus excelente para a construção da cidadania”.

6.1.22 CONCEPÇÃO DE ESCOLA DE SUPERAÇÃO

O Programa Superação é composto de ações integradas entre os diversos Departamentos, Coordenações e Núcleos Regionais de Educação da Secretaria de Estado da Educação, e coordenadas pela Diretoria de Políticas e Programas, com o objetivo de potencializar a qualidade educacional no Paraná, buscando superar problemas constatados e localizados em determinadas escolas da rede pública estadual de ensino.

Os critérios para a escola ser incluído no Programa são:

- Aprovação menor que 70%
- Reprovação maior que 25%
- Abandono maior que 25%
- IDEB de 2007 menor que 3,0
- Resultado da Prova Brasil 2007 - 8ª série
- Língua Portuguesa menor que 235,71
- Matemática menor que 252,18

Todas as escolas da Fase II também estão incluídas no PDE Nacional, sendo chamadas de escolas prioritárias. Mas ainda assim, as ações dentro do Programa demandam assessoramento pedagógico do NRE, prevêem planejamento de ações concretas, sempre levando-se em conta as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (DCE´s), o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) e que vai confluir na Proposta Pedagógica Curricular(PTD), o qual representa o projeto de aulas com a fundamentação teórico-metodológico do professor. O professor é o mediador entre o conhecimento e o educando.

6.1.23 PDE – Escola

O PDE Escola objetiva,

> (...) em regime de parceria e responsabilidade social, [alcançar] a eficácia, a eficiência e a eqüidade no ensino fundamental público (...) por meio da oferta de serviços, produtos e assistência técnico-financeira inovadores e de qualidade, que

> focalizam o ensino-aprendizagem e as práticas gerenciais das escolas e secretarias de educação.

Na atualidade, grande parte das lideranças e sujeitos da educação pública está de acordo que a democratização da escola e das instâncias executivas da política educacional é imprescindível para a construção da qualidade social da educação das maiorias e, principalmente, que é responsabilidade do poder público a manutenção integral das escolas públicas, cujo papel social, muito mais do que produzir "inovações" fugidias, é garantir a todos o direito à apropriação do conhecimento historicamente construído.

Assim sendo, a SEED-PR e suas instâncias descentralizadas, os Núcleos Regionais de Educação (NRE), optaram por remodelar os instrumentos do Programa PDE Escola, que ora apresenta-se às escolas estaduais integrantes do rol de prioridades do PDE Nacional. Tal remodelação, elaborada em conjunto pela Coordenação de Planejamento e Avaliação (CPA), pela Coordenação de Gestão Escolar (CGE), em estreita colaboração com profissionais dos NRE, visa adequar a metodologia dos instrumentos do PDE Escola aos princípios elementares de gestão democrática da educação que vêm sendo defendidos e, coletivamente, implementados na rede estadual ao longo dos últimos cinco anos.

Importante frisar que a positividade do PDE Escola reside, além dos recursos que este disponibiliza às escolas, na contribuição para o desenvolvimento da prática cotidiana do planejamento escolar. Esta prática, que deve envolver todos os sujeitos da escola, aliada à elaboração e revisão constante do Projeto Político Pedagógico, em muito auxilia a escola a definir e reorientar sua atuação, considerando sua autonomia e especificidades mas, também, seus limites, enquanto parte de um contexto institucional e social mais amplo.

Ao longo da adequação dos instrumentos originais, teve-se em mente os alicerces de uma educação pública, cuja qualidade reside entre outras características na, já reiterada, democratização da gestão, mediante os processos coletivos de planejamento e execução do trabalho administrativo, gestor, pedagógico e docente; no respeito às peculiaridades individuais, étnicas e culturais; na valorização dos profissionais da educação e na defesa do caráter gratuito e laico da educação pública. Acredita-se que, ao mobilizar seus coletivos para elaborar e executar o seu Plano de Ações – PDE Escola, da forma que esta proposta

remodelada orienta, as escolas fortalecerão ainda mais seus projetos próprios, à medida que os instrumentos obrigam que as escolas atualizem seu diagnóstico e avaliem coletivamente suas práticas e processos, para, então, com base nas fragilidades evidenciadas, definam as prioridades que serão objeto de financiamento deste Programa. Em suma, é com a intenção de contribuir para a superação das dificuldades das escolas participantes, também co-autoras e signatárias do grande pacto nacional pela educação coordenado pelo governo federal, que a Secretaria de Estado da Educação do Paraná apresenta esta versão revista dos instrumentos constantes no Programa PDE Escola.

6.1.24 CONCEPÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO NA ESCOLA

No interior da escola há todo um processo de relações sociais que se constrói, onde, além dos objetivos pretendidos pela ação intencional de ensinar, surgem outros processos não intencionais como resultado do encontro de sujeitos individuais e coletivos. São esses processos os responsáveis pela criação da cultura da escola.

Na cultura escolar vivenciam-se os costumes, constroem-se e obedecem-se as regras, transgridem-se as normas e inventa-se o cotidiano escolar. Nessa invenção, a linguagem e os símbolos são expressões significativas dos vários momentos do ato de comunicar.

Mas como surgiu o tempo escolar? Quando se inventou a escola no século XIX educação tornou-se ensino-instrução. Educar passa a ser um processo de formação escolar, pois a educação deixa de se limitar aos auspícios da vida familiar. Ocorre, uma ruptura com o lugar e o tempo de se ensinar e aprender. O lócus da educação escolar torna-se o espaço onde se administra e vive-se o tempo escolar - a escola. Nas palavras de Brandão: *O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), os seus métodos, estabelecem suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor...(1995,p.26).*

O tempo escolar, tal como o tempo cronológico criado pela razão iluminista em que se estabelece a narrativa da história ocidental e cristã, é linear e posto como

universal assim nos explica a autora sobre o conceito de tempo: *O conceito de tempo no pensamento moderno, o tempo cronológico do calendário cristão, foi utilizado pelo iluminismo europeu como correspondendo a uma noção universal de temporalidade.* (Gauer,1998, p.18).

A escola pode ser um espaço de tempo e vivências democráticas. A vida escolar ocorre dentro deste tempo e espaço, que compreende o período de vivências pedagógicas dos estudantes no ambiente escolar. O tempo escolar é o tempo pedagógico de aprendizagens significativas para toda a vida. Dentro deste contexto o colégio participa do Programa VIVA ESCOLA e SEGUNDO TEMPO.

6.1. 25 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Entre os princípios que devem nortear a educação escolar, contidos na nossa Carta Magna - a Constituição de 1988 -, em seu art. 206, assumidos no art. 3º da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional - LDB), consta, explicitamente, a "gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino" (inciso VIII do art. 3º da LDB).

Trata-se de enfrentar o desafio de constituir uma gestão democrática que contribua efetivamente para o processo de construção de uma cidadania emancipadora, o que requer autonomia, participação, criação coletiva dos níveis de decisão e posicionamentos críticos que combatam a idéia burocrática de hierarquia. Para tanto, é fundamental que a escola tenha a sua "filosofia político-pedagógica norteadora", resultante de uma análise crítica da realidade nacional e local e expressa em um projeto político-pedagógico que a caracterize em sua singularidade, permitindo um acompanhamento e avaliação contínuos por parte de todos os participantes das comunidades escolar (estudantes, pais, professores, funcionários e direção) e local (entidades e organizações da sociedade civil identificadas com o projeto da Escola).

A autonomia da escola para experienciar uma gestão participativa também está prevista no art.17 da LDB, que afirma:" os sistemas de ensino assegurarão ás unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público".

A LDB é mais precisa ainda, nesse sentido, no seu art. 14, quando afirma que:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola; II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Ao democratizar as relações que se desenvolvem no interior da escola,fazendo com que a comunidade interna em conjunto com a comunidade externa participe da análise, discussão e deliberação a respeito da proposta educativa a ser concretizada, fica claro que essa administração possibilita uma prática pedagógica qualitativamente adequada às necessidades e interesses das camadas populares.

Há pelo menos duas razões que justificam a implantação de um processo de gestão democrática na escola pública:

A primeira porque a escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar o exemplo. A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia. A escola não tem um fim em si mesma. Ela está a serviço da comunidade. Nisso, a gestão democrática da escola está prestando um serviço também à comunidade que a mantém.

A segunda porque a gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola, isto é, o seu ensino. A participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus setores; propiciará um contato permanente entre professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo e, em conseqüência, aproximará também as necessidades dos alunos dos conteúdos ensinados pelos professores.

O aluno aprende quando ele se torna sujeito da sua aprendizagem, e para tornar-se sujeito da sua aprendizagem ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte também do projeto de sua vida.

A autonomia e a participação - pressupostos do projeto político-pedagógico da escola - não se limita à mera declaração de princípios consignados em algum documento. Sua presença precisa ser sentida no conselho de escola ou colegiado, mas também na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais, de atividades cívicas, esportivas, recreativas. Não

basta apenas assistir à reuniões.

A gestão democrática deve estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos ou de novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação de recursos humanos, etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho.

Entre os mecanismos de participação que podem ser criados na escola, destacam-se: o conselhoescolar, o conselho de classe, a associação de pais e mestres e o grêmio escolar.

Conselho escolar

O conselho escolar é um órgão de representação da comunidade escolar. Trata-se de uma instância colegiada que deve ser composta por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e constitui-se num espaço de discussão de caráter consultivo e/ou deliberativo. Ele não deve ser o único órgão de representação, mas aquele que congrega as diversas representações para se constituir em instrumento que, por sua natureza, criará as condições para a instauração de processos mais democráticos dentro da escola. Portanto, o conselho escolar deve ser fruto de um processo coerente e efetivo de construção coletiva.

Associação de pais e mestres

A associação de pais e mestres, enquanto instância de participação, constitui-se em mais um dos mecanismos de participação da comunidade na escola, tornando-se uma valiosa forma de aproximação entre os pais e a instituição, contribuindo para que a educação escolarizada ultrapasse os muros da escola e a democratização da gestão seja uma conquista possível.

Grêmio estudantil

Numa escola que tem como objetivo formar indivíduos participativos, críticos e criativos, a organização estudantil adquire importância fundamental, à medida que se constitui numa "instância onde se cultiva gradativamente o interesse

do aluno, para além da sala de aula" (VEIGA, 1998, p. 113).

Nesse sentido, o grêmio estudantil torna-se um mecanismo de participação dos estudantes nas discussões do cotidiano escolar e em seus processos decisórios, constituindo-se num laboratório de aprendizagem da função política da educação e do jogo democrático. Possibilita, ainda, que os estudantes aprendam a se organizarem politicamente e a lutar pelos seus direitos.

O grêmio estudantil foi instituído legalmente por meio da Lei nº 7.398/85, a qual explicita que a organização e a criação do grêmio estudantil é um direito dos alunos. Essa lei caracteriza-o "como órgão independente da direção da escola ou de qualquer outra instância de controle e tutela que possa ser reivindicada pela instituição" (VEIGA, 1998, p. 122).

6.1.26 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A Formação Continuada dos Profissionais da Educação tornou-se uma meta de políticas educacionais nos últimos 20 anos. A LDB da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, ao tratar dos " Profissionais da Educação" estabelece no art. 67 que: Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público (...) II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; (...) Iv - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho; V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho...

O Plano Nacional de Educação, por sua vez, reforça como diretrizes para a formação dos profissionais da educação e sua valorização que:

A formação continuada do Magistério é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação, e visará a abertura de novos horizontes na atuação profissional.

A Formação Continuada dos profissionais da Educação Pública deverá ser garantida pelas Secretarias Estaduais e Municipais da Educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente e a busca de parceria com universidades e instituições de ensino superior. Aquela relativa aos professores que atuam na esfera privada será de

responsabilidade das respectivas instituições.

A Secretaria de estado da Educação do Paraná, ao se debruçar na proposta político - pedagógica que vem norteando a condução do processo educacional do Estado, estabelece como uma de suas metas a " Valorização dos Profissionais da Educação" e, neste propósito, um " Programa de Formação Continuada dos professores e profissionais da Educação

Assim, pensar a formação continuada dos profissionais da educação constitui-se em considerar as dimensões científicas, teóricas e práticas do trabalho, uma vez que a política de formação em serviço passa a considerar o conhecimento e a experiência vinculados à realidade educacional que se situa no contexto histórico, político, social e econômico.

6.1.27 CONCEPÇÃO DA HORA – ATIVIDADE

No art. 67 da LDB da Educação Nacional, nº 9394/96, sobre a hora-atividade diz que " Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estudos e dos planos de carreira do magistério público (...) VI - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho, ou seja:

A hora-atividade é o tempo reservado ao professor em exercício de docência, para estudos, avaliação e planejamento.

A organização da hora - atividade deverá favorecer o trabalho coletivo dos professores, priorizando -se:

- o coletivo de professores que atuam na mesma área do conhecimento e/ ou módulos, tendo em vista a implementação do processo de elaboração das diretrizes curriculares para a rede pública estadual de Educação Básica;

- o coletivo dos professores que atuam na (s) mesma(s) turma(s), série(s), etapas(s) do ciclo ou ano(s) diferentes níveis e modalidades de ensino;

- a formação de grupos de professores para o planejamento e para o desenvolvimento de ações necessárias ao enfrentamento de problemáticas específicas diagnosticadas no interior do estabelecimento;

- a correção de atividades discentes, estudos e reflexões a respeito de atividades que envolvam a elaboração e implementação de projetos e ações que

visem a melhoria da qualidade de ensino, propostos por professores, direção, equipe pedagógica e/ou NRE/SEED, bem como o atendimento de alunos, pais e (outros de interesse da) comunidade escolar;

- a organização da hora-atividade deverá garantir, também, carga horária que permita ao professor a realização de atividades pedagógicas individuais inerentes ao exercício da docência;

- cabe ao conjunto de professores, sob a orientação e coordenação da equipe pedagógica ou direção do estabelecimento, planejar, executar e avaliar as ações a serem desenvolvidas durante o cumprimento da hora-atividade.

- Cabe à equipe pedagógica coordenar as atividades coletivas e acompanhar as atividades individuais a serem desenvolvidas, durante a hora-atividade.

- Cabe à direção do estabelecimento sistematizar o quadro da distribuição da hora -atividade, que deverá constar em edital, permitindo o seu acompanhamento e informando à comunidade escolar da disponibilidade de horário de atendimento do professor aos alunos e pais;

- é de responsabilidade do Diretor do estabelecimento de ensino a distribuição e a verificação do cumprimento da hora-atividade.

- será atribuído 25 de hora - atividade sobre o total de horas - aula assumidas pelo professor em efetiva regência de classe.

6.1.28 CONCEPÇÃO DE PLANO DE TRABALHO DOCENTE

O plano é o lugar da criação pedagógica do professor, onde os conteúdos receberão abordagens contextualizadas histórica, social e politicamente, de modo que façam sentido para os alunos nas diversas realidades regionais, culturais e econômicas, contribuindo com sua formação cidadã. O plano de trabalho docente é, portanto, o currículo em ação. Nele estará a expressão singular e de autoria, de cada professor, da concepção curricular construída nas discussões coletivas. (DCEs, p 75)

A partir da proposta pedagógica curricular, o professor elaborará seu plano de trabalho docente, documento de autoria, vinculado à realidade e às necessidades de suas diferentes turmas e escolas de atuação.

No plano se explicitarão os conteúdos específicos a serem trabalhados no semestre letivo, bem como as especificações metodológicas que fundamentam a relação ensino/aprendizagem, além dos critérios e instrumentos que objetivam a avaliação no cotidiano escolar.(DCEs, p. 26)

Sua dimensão legal aparece no **Artigo 13, II e IV da LDB** como *Plano de Trabalho* que deve ser feito pelo professor, isso justifica o termo *Plano de Trabalho Docente.*

Sendo assim, para a elaboração do Plano de Trabalho todos os professores precisam ter conhecimento sobre os métodos, principalmente o da concepção, que está no Projeto Político-Pedagógico. Nenhum método inteiramente eficaz, no entanto, o desconhecimento dos mesmos deixa o professor desorientado para a realização de seu trabalho.

6.1.29 CONCEPÇÃO DA REUNIÃO PEDAGÓGICA

As reuniões pedagógicas em escolas públicas têm algumas especificidades: a) fazem parte do calendário escolar; b) têm caráter administrativo, de planejamento e pedagógico; c) são obrigatórias, independentemente do interesse que os professores tenham sobre os assuntos tratados; d) congregam professores de diversas disciplinas ; e) tratam de temas muitas vezes determinados por instâncias superiores, como a SEED ou o MEC, ao invés de temas escolhidos pela comunidade local.

Vasconcellos enfatiza que a reunião pedagógica pode despertar ou criar uma nova postura educativa. Em suas palavras:

> O trabalho do professor tem uma dimensão essencialmente coletiva: não é o único que atua na escola e o que faz não é para si, já que presta um serviço à comunidade. Além disso, um sujeito isolado, lutando por uma idéia não vai muito longe. (...) Na medida em que possibilita a unidade entre o sujeito da ação e o da reflexão, este espaço é revolucionário. Devemos nos empenhar para consegui-lo,
> pois desta forma há condições para se criar na escola uma nova prática pedagógica e um novo relacionamento (VASCONCELLOS, 2009, p 120).

As reuniões pedagógicas seriam um espaço coletivo, propício à reflexão

crítica sobre a prática de sala de aula e sobre a própria instituição. Conforme Vasconcellos, esse espaço se caracterizaria por:

- Troca de experiências

- Partilha de dúvidas, inquietações, angústias. Descoberta: o problema não é só comigo!

- Partilha de esperanças práticas. Descoberta: o sonho de mudança não é só meu!

- Sistematização da própria prática; resgate do saber docente;

- Pesquisa: a partir da reflexão surge a necessidade do estudo, que é feito, então, tendo um significado, uma vez que corresponde a um problema localizado na realidade;

- Desenvolvimento da atitude de cooperação e co-responsabilidade;

- Elaboração de formas de intervenção pessoais (qualificadas pela reflexão conjunta) e/ou coletivas (possibilitando a integração entre diferentes áreas ou níveis);

- Avaliação do trabalho;

- Replanejamento (VASCONCELLOS, 2009, p. 120-121).

A caracterização do espaço feita por Vasconcellos implica uma maior integração entre teoria e prática, a primeira como decorrência das necessidades reais dos professores; seria também uma forma de valorização do saber acumulado pelos docentes, vistos aqui como produtores de conhecimento. O autor parte dos conceitos postulados por Dewey (1916) e por Schön (1992, 2000) para a caracterização desse espaço, visto como um momento para reflexão “para, na e sobre” a prática.

No entanto, Vasconcellos (2009) insiste que as reuniões não poderiam se dar de forma esporádica, ou com um espaçamento muito grande entre uma e outra. Ele propõe reuniões pedagógicas semanais, o que parece ser uma realidade distante de muitas escolas públicas. Pare ele, não se trata de um requinte, mas de uma “absoluta necessidade; sua inexistência dificulta muito qualquer mudança na escola” (p. 122).

Portanto, devemos transformar o espaço de reunião pedagógica em, efetivamente, pedagógico, ou seja, transformador, de educação. Devemos perseguir a formação, a transformação, o grupo, a indagação e os desafios colocados por nossa profissão, não devemos abrir mão da generosidade de falar aos ouvidos

daqueles que escutam as suas palavras, pois, no mínimo, o que se ganha com esses espaços é o tempo, que constrói uma cultura coletivizada de um grupo de educadores.

6.1.30 CONCEPÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE

Nascido de uma experiência francesa, o Conselho de Classe chegou ao Brasil em 1959, em caráter experimental, escolhendo-se algumas turmas do Colégio de Aplicação da Universidade do Rio de Janeiro (CAP), para desenvolver o trabalho, devido ao êxito foi estendido ao total de turmas do estabelecimento, tendo como objetivo discutir o aproveitamento das turmas no todo e a situação de cada aluno em particular, buscando especificar com base em observações, causas de baixo e alto rendimento escolar, estabelecia a fixação de metodologias e recursos específicos para atendimento ao aluno ou turma com aproveitamento insuficiente, bem como determinava o mesmo para o aluno bem dotado. Evidenciava a necessidade de ação conjunta do colegiado, objetivando a melhoria do processo educacional.

Os objetivos inicialmente estabelecidos para a existência do conselho de classe nas escolas, continuam mantidos, pois o conhecimento mais profundo do desempenho dos alunos, a integração dos professores e de outros elementos da equipe da escola são primordiais para o sucesso do processo ensino e aprendizagem. O que se tem definido hoje, através do Regimento Escolar, é que este espaço faz parte do processo coletivo de avaliação na escola, a ele confere-se a prioridade de abrir caminhos para uma reestruturação do processo de ensinar e aprender, “é a mais importante das instâncias colegiadas da escola pelos objetivos de seu trabalho [...]” (DALBEN, 2004, p. 57).

O Conselho de Classe como órgão colegiado, cujas reuniões tem caráter avaliativo e reflexivo sobre a prática pedagógica, em busca de alternativas que garantam a efetivação do processo ensino e aprendizagem, apresenta algumas características que o torna diferente dos demais órgãos colegiados ligados á instituição escolar. Assim havendo no conselho de classe a forma de participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico, uma organização interdisciplinar e a centralidade da avaliação escolar como foco de trabalho (DALBEN, 2004), Atribuem-lhe a importância de articulador do trabalho

docente, passando a ser espaço capaz de organizar a ação pedagógica do conjunto de professores visando a superação da dicotomia educar e avaliar, permitindo um olhar de conjunto e ainda a percepção da dinâmica da construção do Projeto Político Pedagógico da Escola. Tem ainda, a função de associar diferentes análises e avaliações dos trabalhos individual e coletivo dos professores, equipe pedagógica e direção, o que possibilita análises globais dos alunos em relação aos trabalhos desenvolvidos. Assim concebido o conselho de classe torna-se espaço coletivo de reflexão e análises contínuas das práticas pedagógicas, sociais e escolares.

Portanto, “a avaliação no Conselho de Classe é uma ação pedagógica histórica, isto é, inserida dentro do processo de vida da escola, intencionalmente executada e com um fim claro”, (CRUZ, 2005, p.16) exigindo o conhecimento do aluno, do processo educativo, da sociedade, dos caminhos a serem trilhados, objetivando a formação do aluno para a futura vida social.

6.2 CONCEPÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

A organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentre os meios de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral.

Tempo - espaço são categorias que sempre estiveram no centro da preocupação humana com a vida. O ser humano reconhece no tempo a sua existência finita. Com o avanço científico - tecnológico, o tempo e o espaço passaram a ser dimensionados em função de novas possibilidades criadas pelo homem. A escola está situada num determinado espaço e tem que lidar com a simultaneidade e a complexidade do tempo de hoje.

A LDB **9394/96** estabelece uma duração para o tempo pedagógico escolar: são 200 dias e 800 horas anuais (Art.24º, Inciso I). A dimensão tempo é outro fator associado ao aprendizado. Por meio de como ele está estruturado pode-se conhecer e qualificar a ação educativa, o cotidiano da escola, a vida de alunos e

professores. Esse tempo escolar é sucessivamente fracionado em semestres, bimestres, dias letivos, e cada dia subdividido em tempos nucleares: as aulas. Esse é o tempo que para o aluno assume a dimensão educativa propriamente dita.

O tempo escolar oferece estruturas variadas como: a dos níveis e modalidades de ensino no qual temos: 5ª a 8ª séries (duração de 4 anos), 2º grau : Ensino Médio (duração de 3 anos), Formação de Docentes (duração de 4 anos) , Técnico em Administração Integrado e Técnico em Informática Integrado (duração de 4 anos) , Técnico em Informática Subseqüente e Técnico em Administração Subseqüente (duração de 1 ano e meio), Técnico em Recursos Humanos (1 ano) , CELEM (duração de 2 anos).

O uso do tempo escolar, em atividades efetivamente educativas, é um recurso altamente significativo para os alunos da escola pública, que contam com a escola como um dos poucos espaços para a aquisição do saber cientifico.

6.3 RESOLUÇÃO CP Nº 1 DE 17/06/2004 (INSTITUI DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO- BRASILEIRA E AFRICANA E LEI COMPLEMENTAR 11.645/08.

A sociedade brasileira, embora ainda enfrente impasses e contradições acerca do reconhecimento de direitos aos quais todos os grupos humanos devem ter acesso, apresenta, gradativamente, mudanças significativas.

No campo educacional, entre as medidas afirmativas que visam combater as desigualdades sociais brasileiras, bem como propiciar desconstruções e construções necessárias para práticas da promoção de igualdade racial, encontra-se a legislação pertinente à Educação das Relações Étnico-Raciais. Um conjunto de documentos, que mantendo cada qual sua especificidade, vislumbram desenvolver mudanças de olhares e sentidos sobre a população negra brasileira e imprimir novas

abordagens históricas, sociais e culturais relacionadas ao continente africano. São essas:

1) A Lei nº 10.639/20039, que alterou os artigos 26-A e 79-B da Lei nº 9394/96, determinando a obrigatoriedade de estudos relacionados à História e Cultura Afro- Brasileira nos diferentes níveis de ensino da educação básica, estabelecendo como conteúdo programático nas disciplinas do currículo “o estudo da História da África e dos Africanos , a Luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a história do Brasil” (BRASIL, 2003).

2) O Parecer 003/2004 do Conselho Nacional de Educação-CNE/CP, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

3) E finalmente, no Paraná, a Deliberação 04/2006 do Conselho Estadual de Educação-CEE, que prevê normas complementares para as citada Diretrizes. É importante destacar que todos esses documentos nasceram das reivindicações dos movimentos negros organizados, comprometidos com uma educação anti-racista, e visam romper com modelos e padrões pré-estabelecidos de uma educação excludente, eurocêntrica e hegemônica.

No Paraná, com o objetivo de ampliar a implementação de tal legislação nas escolas da Rede Pública Estadual, a Secretaria de Estado de Educação, por meio da Superintendência da Educação-SUED, expediu a Instrução nº 017/2006 SUED/SEED. Entre seus objetivos, encontra-se o de apoiar a efetivação da Deliberação 04/2006-CEE. A Instrução também prevê a criação de Equipes Multidisciplinares, “que poderá envolver a direção, equipe pedagógica, professores/as e funcionários, para orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ao longo do ano letivo” (PARANÁ/SEED, 2006).

Dessa forma, é importante também salientar que tanto a Lei nº 10.639/2003 quanto os demais documentos, além de promover o devido reconhecimento dessa parcela da população para o desenvolvimento nacional, também têm entre suas metas garantir:

> [...] o direito dos negros, assim como de todos os cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino de diferentes áreas de

> conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais entre eles descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade para todos, assim como é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos (BRASIL/ CNE, 2004, p.11).

As ações formativas e políticas afirmativas da Secretaria de Estado da Educação do Paraná-SEED no que diz respeito à implementação da legislação específica nos últimos cinco anos caminharam no sentido de proporcionar espaços de diálogo, vivências e conhecimento entre diversos sujeitos que compõem a sociedade paranaense.

Nesta trajetória, entende-se que os esforços para se efetivar o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana perpassa pela formação continuada dos/ as professores/as e pelo comprometimento do Estado em efetivar ações que imprimam novos olhares acerca das relações étnico-raciais. O caminho estende-se desde a percepção da sua importância no contexto histórico brasileiro ao estudo aprofundado da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, até as possibilidades de se trabalhar esses conteúdos no currículo escolar.

6.4 LEI 13381/2001 (OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DA HISTÓRIA DO PARANÁ)

O Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista a lei Estadual nº 13.381/2001 e considerando a Indicação nº 01/06 – CEE/PR que a esta se incorpora e ouvida a Câmara de Legislação e Normas.

Delibera que:

Art. 1º – A presente Deliberação institui a inclusão dos conteúdos de História do Paraná, nos currículos da Educação Básica, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade do potencial e das possibilidades de valorização do nosso Estado.

Art. 2º – Os estabelecimentos de Ensino poderão ofertar a disciplina História do Paraná na parte diversificada do currículo, em mais de uma série ou distribuir os seus conteúdos em outros componentes curriculares, baseados em bibliografia especializada.

§ O Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista a lei Estadual nº 13.381/2001 e considerando a Indicação nº 01/06 – CEE/PR que a esta se incorpora e ouvida a Câmara de Legislação e Normas.

Atendendo a Lei nº 13.381/01, a qual torna obrigatória, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual, o trabalho com os conteúdos de História do Paraná será trabalhado dentro das propostas metodológicas das Disciplinas em geral, com maior ênfase nas disciplinas de História e Geografia.

6.5 LEI Nº 11788/2008 (LEI DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO)

De acordo com a Lei nº 11.788/2008, o estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O objetivo do estágio não obrigatório é servir para que o aluno possa desenvolver atividades que ajudem a sua formação escolar. Em outras palavras, o estágio é uma atividade de complementação pedagógica. Qualquer aluno do ensino médio ou profissional de escola pública estadual pode realizar o estágio, desde que tenha 16 anos ou mais.

O estudante pode fazer seu estágio em qualquer empresa que estiver cadastrada na Gerência Regional. Às vezes, o contato entre o estudante e a empresa é feito pelo Orientador de Estágio - um funcionário da escola encarregado de cuidar do estágio - e às vezes existe um Agente Integrador - uma empresa especializada em encontrar estágios para os estudantes.

Quando estiver fazendo seu estágio, o estudante deverá ser responsável e profissional como qualquer trabalhador: deverá ser pontual ao trabalho, não faltar e cumprir suas atividades da melhor forma possível. Ele será avaliado pela empresa e pela escola por isso!

O estagiário também vai avaliar a empresa e todos os que acompanham o estágio. Isso serve para evitar irregularidades e para garantir o melhor tratamento possível aos estagiários; por isso, faça as avaliações de estágio sempre com muita responsabilidade!

A inserção do Estágio não obrigatório no Projeto Político pedagógico da escola não pode contrapor-se à própria concepção de escola pública, ainda que o estágio seja uma atividade que vise a preparação para o trabalho produtivo, conforme Lei nº. 11788/2008 a função social da escola vai para além do aprendizado de competências próprias da atividade profissional e, nesta perspectiva, vai para além da formação articulada às necessidades do mercado de trabalho.

6.6 ENSINO DE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA

Os ensinos de Sociologia e Filosofia tornaram-se obrigatórios em todo o território nacional, passando a componente curricular básico do ensino médio das redes pública e privada graças à Resolução n.º4, de 16 de agosto de 2006, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE). Esta norma teve como fundamento o Parecer n.º 38/2006, aprovado em 7 de julho de 2006, regulamentando o inciso III, do §1°, do art.36, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB (Lei n° 9.394/1996).

As disciplinas de Sociologia e Filosofia permitem compreender as relações sociais que nos cercam, compreender que no ambiente de trabalho, na família, na participação da vida política da comunidade, nem sempre tudo o que aparenta ser concreto para os olhos resiste a uma análise mais aprofundada. Nas palavras do próprio parecer do Conselho Nacional de Educação, esse ensino permite um processo educacional consistente e de qualidade na formação cidadãos éticos, críticos e protagonistas de suas histórias.

Além de ser dispositivo observado na Lei de Diretrizes e Bases, e resolvido pelo Conselho Nacional de Educação, os ensinos de Sociologia e Filosofia no ensino médio podem ser incluídos dentro das garantias constitucionais que regem o direito à educação, dentre elas, mas não exclusivamente, a garantia do padrão mínimo de qualidade. Isso implica na possibilidade, inclusive, de responsabilizar civilmente o Estado pela omissão ou má prestação do serviço público educacional.

6.7 CONCEPÇÕES DAS AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS (atividades escolares a serem desenvolvidas durante o tempo escolar, por exemplo: Agenda 21, Jogos Colegiais, Educação Fiscal, Celem, Eureka, atividades de

envolvimento com a comunidade Cultura Afro-Brasileira e Indígena do Paraná, outros)

Sabedores de que a Pedagogia investiga a natureza das finalidades da educação como processo social, a didática coloca-se para assegurar o fazer pedagógico na escola, na sua dimensão político, social, técnica, afirmando daí caráter essencialmente pedagógico. Definindo-se as ações didáticos-pedagógicos como a mediação escolar entre os objetivos e os conteúdos do ensino, dando como resultado a assimilação sólida de conhecimentos, tendo o currículo como expressão dos conteúdos, a metodologia como conjunto dos procedimentos de investigação, e as técnicas sendo os recursos ou meios de aplicabilidade do ensino que vai determinar o fazer docente. Este fazer docente é que vai determinar a linha de qualidade do ensino. O processo didático está centrado na relação ensino e aprendizagem, cujos elementos constituídos são conteúdos das disciplinas, ação de ensinar e ação de aprender. As Ações Didáticos Pedagógicos serão de contato direto e transparente com a comunidade escolar, construindo em relacionamento harmonioso de forma que percebem a importância da participação e interação para a concretização de uma escola de qualidade. Serão atividades de integração curricular que constituem ações estratégicas para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, aos adolescentes e jovens, por meio da aplicação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualificam o processo educacional e melhoram o aprendizado dos alunos.

a) AGENDA 21

Elos de cidadania foi criado em 2007 com objetivo de debater a temática socioambiental nas escolas e de estimular o diálogo com as comunidades vizinhas, buscando soluções coletivas e a participação de estudantes, professores e dos demais moradores na vida pública local.

- estimular o aprendizado de conteúdos curriculares e a produção cultural e despertar na comunidade educacional o interesse pela cultura, pela arte e pela ciência, fortalecendo-a para entender o conhecimento adquirido a todos os domínios da vida.

c) JOGOS COLEGIAIS

Atualmente, os Jogos Colegiais do Paraná fazem parte dos Jogos Oficiais do Paraná e são organizados, dirigidos e supervisionados pelo Governo do Paraná, através do corpo técnico da Secretaria de Estado da Educação e da autarquia Paraná Esporte, com a participação dos Núcleos Regionais de Educação (NREs), Centros Regionais de Esporte e Lazer (CRELs) e a co-participação das Prefeituras Municipais.

Os JOCOPs são disputados por alunos do ensino regular e especial, que estejam devidamente matriculados em instituições de ensino, públicas ou privadas, e que tenham a freqüência mínima de 75% até o início da competição. Os alunos regulares são divididos por sexo e nas seguintes classes: CLASSE “A” (15 a 17 anos) e CLASSE “B” (12 a 14 anos), com exceção nas modalidades de Ginástica Rítmica (somente sexo feminino) e Xadrez (masculino e feminino) em que existe somente uma classe com alunos de 11 a 14 anos. Para os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)9 a divisão é realizada por sexo e da seguinte maneira: CLASSE “A” (15 anos ou mais) e CLASSE “B” (12 a 14 anos).

As modalidades esportivas disputadas nos JOCOPs para os alunos do ensino regular estão divididas em coletivas (basquetebol, futebol, futsal, handebol e voleibol) e individuais (atletismo, ginástica rítmica, judô, natação, tênis de mesa e xadrez). Para os alunos com NEE as modalidades são as seguintes: coletivas (basquetebol e futsal) e individuais (atletismo, natação, tênis de mesa e xadrez). Com isso, os alunos são divididos por sexo, idade (classe A ou B) e de acordo com as modalidades que participam, observando que cada aluno poderá participar somente em uma modalidade individual e em uma modalidade coletiva em cada Fase dos Jogos. No que se refere a sua execução, de acordo com o Regulamento dos JOCOPs

Os jogos escolares são realizados em todas as escolas e tem o objetivo de incentivar a prática e a cultura do esporte, lazer e atividade física no Paraná, promovendo a cidadania, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

Os jogos permitem destacar o esforço de todos os participantes para que se efetive a transformação da realidade, convivendo com a solidariedade, com as regras próprias, com a dedicação, com o planejamento e com a mobilização que tornam possível o seu desempenho frente às situações do mundo.

f) EDUCAÇÃO FISCAL

A proposta da Educação Fiscal é estimular o cidadão a refletir sobre a função socioeconômica dos tributos, possibilitar aos cidadãos o conhecimento sobre administração pública, incentivar o acompanhamento, pela sociedade, da aplicação dos recursos públicos e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o Cidadão.

Cabe aos profissionais da educação fazer, na medida do possível, a abordagem pedagógica dos assuntos da Educação Fiscal relacionando-os aos conteúdos historicamente acumulados (conteúdos do currículo).

g) CELEM - CENTRO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRA MODERNAS

Regulamentado e organizado pela Resolução nº 3904/2008. Tem o objetivo promover a aprendizagem de Língua Estrangeira Moderna (LEM).

Desenvolver a compreensão de valores sociais, adquirir conhecimentos sobre outras culturas.

A oferta dos cursos é feita, além dos alunos, à comunidade, professores e agentes educacionais.

Este colégio optou pela língua estrangeira o espanhol, com atendimento em contra turno.

f) EUREKA

EUREKA – material impresso:

O Departamento de Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação disponibiliza apostilas, contendo aulas do Ensino Médio. As aulas transpostas para as apostilas articulam-se com as 96 aulas gravadas e veiculadas pela TV Paulo Freire. Desta forma, integrando linguagem escrita e linguagem televisiva, o material impresso visa fornecer aos nossos estudantes o aprofundamento de conteúdos disciplinares, consistindo em um importante apoio para que eles se preparem para os exames do Ensino Médio e para os concursos vestibulares.

EUREKA – TV Paulo Freire:

Vídeo aulas ministradas por professores com experiência em cursos pré-vestibulares, priorizando a preparação do aluno para o vestibular. Os conteúdos das disciplinas foram pautados nas apostilas, que tiveram a orientação e a supervisão do

Departamento de Educação Básica (DEB). São 96 video aulas com 30 minutos de duração, que contemplam todas as disciplinas do Ensino Médio.

EUREKA – TV Paraná Educativa:

Programa pré-vestibular público que tem como objetivo auxiliar os alunos em sua preparação para concursos vestibulares, bem como para os exames do Ensino Médio. É apresentado aos sábados e reprisado aos domingos pela manhã, na TV Paraná Educativa.

6.8 ATIVIDADES COMPLENTARES CURRICULARES DE CONTRATURNO

Sala de Apoio: foi instituída pela Resolução Nº1690/2011, que visa a melhoria da qualidade do ensino por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas realizadas na escola ou no território onde esta situada, em contraturno, a fim de atender às necessidades socioeducacionais dos alunos. As atividades devem estar vinculadas ao Projeto Político Pedagógico da escola, respondendo às demandas educacionais e aos anseios da comunidade, tem como objetivo principal sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos da 5ª série e 8ª série e diminuir a taxa de repetência. As turmas da sala de apoio funcionam no turno da manhã e tarde.

Atividades Complementares Curriculares de Contraturno: foi ínstituída pela Instrução Nº 004/2011, entendida como atividades educativas, integradas ao Currículo Escolar, com a ampliação de tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem que visam ampliar a formação do aluno, têm os seguintes objetivos:

- promover a melhoria da qualidade do ensino por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas realizadas na escola ou no território em que está situada, em contraturno, a fim de atender às necessidades socioeducacionais dos alunos.

- ofertar atividades complementares ao currículo escolar em contraturno vinculadas ao Projeto Político - Pedagógico da Escola, respondendo às demandas educacionais e aos anseios da comunidade.

- possibilitar maior integração entre alunos, escola e comunidade, democratizando o acesso ao conhecimento e aos bens culturais.

Portanto as atividades curriculares estão voltadas para atender alunos do Ensino Fundamental e Médio em situação de risco social e/ou com dificuldade de aprendizagem com atividades no contraturno.

6.9 CONCEPÇÃO DE DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

Desafios Educacionais Contemporâneos são demandas que possuem uma historicidade, por vezes fruto das contradições da sociedade capitalista, outras vezes oriundas dos anseios dos movimentos sociais e, por isso, prementes na sociedade contemporânea. São de relevância para a comunidade escolar, pois estão presentes nas experiências, práticas, representações e identidades de educandos e educadores.

O desafio maior é sem dúvida, o conhecimento em si, razão do nosso trabalho e função essencial da escola. No entanto, constantemente vai além, demonstrando-nos demandas novas, exigindo um posicionamento em relação aos novos desafios que se opõem para a educação e que devem ser trabalhados neste contexto, tanto para os profissionais da escola, como para os educandos, seus pais e a comunidade, em toda a complexidade de cada um desses segmentos.

Tais desafios trazem as inquietudes humanas, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais, levando-nos a avaliar os enfrentamentos que devemos fazer. Implica, imediatamente, a organização de nossas tarefas e o projeto político-pedagógico que aponta a opção pela direção educacional dada pelo coletivo escolar, nossos planos, métodos e saberes a serem enfrentados, para hoje, sobre o ontem e com a intensidade do nosso próximo passo(...).

Os Desafios Educacionais Contemporâneos são:

Educação Ambiental

O trabalho desenvolvido com a questão ambiental, visa implementar a Lei 9795/99 e promover o desenvolvimento da Educação Ambiental em um processo permanente de formação e de busca de informação voltada para a preservação do equilíbrio ambiental, para a qualidade de vida e para a compreensão das relações entre o homem e o meio bio-físico, bem como para os problemas relacionados a estes fatores. Para concretizar esse intento, os educadores necessitam de subsídios para que, a partir de uma compreensão crítica e histórica das questões relacionadas

ao meio ambiente, possam por meio do tratamento pedagógico e orientados pelas Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná, construir a identidade da Educação Ambiental na escola pública.

Educação Fiscal

Esse programa visa despertar a consciência dos estudantes sobre direitos e deveres em relação ao valor social dos tributos e do controle social do estado democrático. A dinâmica de arrecadação de recursos pelo Estado e o papel dos cidadãos no acompanhamento da arrecadação e de sua aplicação em benefícios da sociedade são questões a serem tratadas e desenvolvidas. A abordagem pedagógica desses assuntos a partir dos conteúdos historicamente acumulados, são a tônica da Educação Fiscal nas escolas.

Enfrentamento a Violência

Ao trabalhar esse desafio, buscar-se-á a ampliação da compreensão e formar uma consciência crítica sobre a violência e, assim, transformar a escola em espaço onde o conhecimento toma o lugar da força. O Enfrentamento à Violência na Escola requer formação continuada dos profissionais da educação sobre as causas da violência e suas manifestações, bem como a produção de material de apoio didático-pedagógico.

História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Faz-se necessário e urgente o trabalho para a implementação da Lei 10.639/03 e para a consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, acrescida da Deliberação Estadual nº 04/06 do CEE.o cumprimento da Lei nº 11.645/08 que inclui no Currículo Oficial a obrigatoriedade do ensino da História e cultura dos povos Indígenas do Brasil.

Assim, trabalho com esse desafio tem como intuito promover o reconhecimento da identidade, da história e da cultura da população negra paranaense, assegurando a igualdade e valorização das raízes africanas ao lado das indígenas, européias e asiáticas a partir do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Prevenção ao uso indevido de Drogas

A Prevenção ao Uso Indevido de Drogas é um trabalho desafiador, que requer tratamento adequado e cuidadoso, fundamentado em resultados de pesquisa, desprovido de valores e crenças pessoais. Por meio da busca do conhecimento, educadores e educandos são instigados a conhecer a legislação que reporta direta ou indiretamente a esse desafio educacional contemporâneo, bem como a debater assuntos presentes em nosso cotidiano como: drogadição, vulnerabilidade, preconceito e discriminação ao usuário de drogas, narcotráfico, violência, influência da mídia, entre outros.

Sexualidade

A Sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural, precisa ser discutida na escola – espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo. O trabalho educativo com a Sexualidade, por meio dos conteúdos elencados nas Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná, deve considerar os referenciais de gênero, diversidade sexual, classe e raça/etnia.

Assim, inserida nos conteúdos das diferentes disciplinas do currículo, contempladas no Projeto Político-Pedagógico, a abordagem pedagógica desses assuntos, a partir dos conteúdos escolares e da apropriação dos conhecimentos sistematizados, visa propiciar o resgate da função social da escola.

6.10 CONCEPÇÃO DE DIVERSIDADE (Paraná Alfabetizado, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Relações Étnicos – Racial e Afrodescendência, Gênero e diversidade sexual)

As questões da diversidade sociocultural e da inclusão na escola têm sido debatidas nas últimas décadas como um elemento fundante para repensar os processos pedagógicos a organização escolar e o reconhecimento dos sujeitos educandos, educadores, gestores e comunidades que lá se encontram.

Este recente e inovador desafio da SEED, compartilhado com o MEC/SECAD, em pautar o conceito e a perspectiva da *diversidade* assume a frente da cena política no Paraná e no país, como organizador de um Departamento que, pela primeira vez na história da Secretaria, passa a lidar com a diversidade étnico-racial, de gênero, geracional, de orientação sexual, territorial e cultural como

prioridade política e pedagógica. Desde 1930, no país, nunca houve o discernimento de se reconhecer a relevância da diversidade como organizadora da pauta educacional. Esse tema nunca participou da organização institucional, sequer de uma diretoria ou mesmo de uma coordenação, quanto mais de uma secretaria do MEC, bem como de um Departamento da SEED. Por que isto é tão fundamental? Porque, em última instância, a Secretaria de Estado da Educação, em conjunto com os NREs, assumem para si a agenda da inclusão educacional como meta prioritária e entende a complexidade do nosso Paraná e do Brasil no que se refere à sua diversidade (HENRIQUES, 2007)

Nesta perspectiva, a política pública de educação e diversidade conduzida pelo DEDI/SEED se organiza por meio de três Coordenações:

- Coordenação de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, responsável pela condução do Programa Paraná Alfabetizado e demais ações necessárias para a alfabetização e a formação de neo-leitores, tendo em vista a superação do analfabetismo no Paraná. Nesta tarefa, a participação das escolas estaduais (diretores, pedagogos, professores, funcionários e dos agentes mobilizadores de alfabetização) é fundamental como um espaço de acolhida, orientação e organização das turmas de alfabetização;

- Coordenação da Educação do Campo, responsável pela condução da política de educação do campo no Paraná voltada às diretrizes, ao diagnóstico e à orientação das escolas do campo, ao atendimento escolar às populações quilombolas, ilhéus e ribeirinhos, faxinalenses, agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária por meio das Escolas Itinerantes, como preconiza a legislação brasileira;

- Coordenação da Educação Escolar Indígena, responsável pela condução da política de educação escolar indígena no Paraná, voltada às diretrizes e à organização das escolas indígenas (estadualizadas a partir do ano de 2008), à formação inicial e continuada dos professores kaingang, guarani e xetá do estado, dentre outras ações fundamentais.para uma educação escolar intercultural, bilingue, específica e diferenciada, como preconiza a legislação brasileira.

Contudo, por maior que seja a organização institucional da SEED e dos NREs em pautar a política pública de educação e diversidade, é no espaço da escola que ela se revela ou mesmo se oculta ou se invisibiliza. Entende-se que urge a tarefa de refletirmos nas reuniões pedagógicas, nos cursos de formação

continuada, nos conselhos de classe, nas reuniões do Conselho Escolar e das APMFs, a questão da diversidade e da inclusão (e por vezes da inclusão perversa) dos diferentes sujeitos.

6.11 CONCEPÇÃO CURRICULAR/ DE CURRÍCULO(o papel do currículo na formação humana do aluno, os limites e as possibilidades da prática docente:

O currículo deve ser entendido como instrumento de compreensão do mundo, de transformação social e de cunho político pedagógico, ou seja, a cultura e o saber da comunidade fazem parte da vida do estudante a ponto de constituírem a educação com a qual ele chega à escola. O currículo deverá ser descrito como um projeto educacional planejado e desenvolvido a partir de uma seleção da cultura e das experiências das quais deseja-se que as novas gerações participem, a fim de socializá-las e capacitá-las para ser cidadãos solidários, responsáveis e democráticos. Toda instituição escolar quer estimular e ajudar os alunos a compreender e comprometer-se com a experiência acumulada pela humanidade e, mais concretamente, com a sociedade na qual vivem.

Segundo Santomé, "O currículo deve visar o preparo do alunado para a cidadania crítica e ativa, para serem membros solidários e democráticos de uma sociedade similar. Para isso, a seleção de conteúdos curriculares deve promover a construção de conhecimentos, destrezas, atitudes, valores e normas necessárias a uma cidadania consciente. Trata-se de favorecer uma reconstrução reflexiva e crítica da realidade, tomando como ponto de partida as teorias, os conceitos, os procedimentos, os costumes, etc., que existem nessa comunidade... Para isso há que se prestar atenção não só nos conteúdos curriculares, mas, também, nas estratégias de ensino e de aprendizagem, bem como nos procedimentos de avaliação empregados".

Alguns princípios que poderão embasar nossas reflexões na construção curricular são os seguintes:

- Propiciar ferramentas teóricas e práticas, através dos conteúdos das diversas áreas do conhecimento, que capacitem não apenas os educandos como também os demais sujeitos escolares.

- Respeitar e incentivar a liberdade de pensamento, a discussão, a

capacidade argumentativa, o gosto e o reconhecimento da importância do debate no interior da escola.

- Organizar os programas através de conteúdos socialmente significativos, permitindo compreender a dinâmica e as relações existentes entre os diversos aspectos da realidade, numa interpretação dialética.

- Criar o entendimento sobre a necessidade de estudo permanente e de formação contínua e atualizada - o gosto e o hábito de pesquisar e de aprender.

- para desenvolver a autonomia intelectual e superar a dependência das informações e das elaborações da dominação cultural burguesa.

- Permitir aos sujeitos escolares conhecerem e vivenciarem as manifestações populares, compreendendo as relações de interdependência entre as culturas e sem qualificar uma delas como superior;

- Possibilitar a prática da solidariedade, respeitando e incentivando a diversidade cultural.

- Incentivar a auto - organização dos sujeitos escolares, trabalhando a participação coletiva nos processos de estudo.

- Assegurar as alegrias do presente (e não apenas pensar nas promessas do futuro) pois, quando a escola consegue proporcionar o prazer de se aprender no momento atual, as crianças e os jovens irão pressentir o prazer de aprender sempre.

A escola é o espaço para que a criança tenha acesso aos conhecimentos produzidos pelo conjunto da humanidade de forma sistematizada. É, portanto, democrático que ela seja espaço de socialização de um conhecimento que possibilite a todos os envolvidos compreender as contradições do real para modificá-lo. É nesta compreensão que se situa a intencionalidade do papel da escola, que não é trabalhar no acaso, na espontaneidade, no experimentalismo e no vazio do pragmatismo do cotidiano. É neste pressuposto que se situa a defesa pela “unidade na diversidade”. Pessoas, sujeitos e comunidade, diversos e diferentes têm igualmente a necessidade de aprender – nem mais e nem menos.

Desta forma, a democracia na escola se fundamenta, sobretudo, na socialização do conhecimento. É democrático que o conhecimento possa ser para todos. Este “todo’, ou seja, este coletivo, envolve toda a comunidade escolar, tomada em sua especificidade: alunos, professores, direção, equipe pedagógica, pais, funcionários, caciques, enfim todos os que tenham na escola a expressão de sua necessidade e identidade. A comunidade escolar, constituída por seus sujeitos -

determinantes e determinados pelas questões sociais, econômicas, políticas, culturais, geográficas, locais e históricas, têm necessidades e expectativas no âmbito do papel da escola. Contudo, as demandas que incidem sobre a escola devem ser refletidas e até ponderadas no limite e na forma como ela (a escola) pode ou não se responsabilizar pelas questões, que muitas vezes estão nela, mas não são inerentes a ela, como por exemplo: as desigualdades sociais, a falta de emprego, a fome, a violência, a miséria, o preconceito, a discriminação e a exclusão. É na escola que estas questões convivem ou colidem. Elas expressam, portanto, desafios a se enfrentar, os quais, muitas vezes revelam um enfrentamento que é histórico, cultural e social. Embora estas questões não possam ser resolvidas no espaço escolar, devem ser discutidas para que possamos pensar na possibilidade de se construir uma outra história que, obrigatoriamente, é coletiva. Estas questões não podem ser tomadas e/ou discutidas no vazio do senso comum e na espontaneidade. A escola não é espaço de terapias, mas de conhecimento e encaminhamentos que só podem ser feitos a partir dos fundamentos necessários para pensar na sua ação. Estes fundamentos estão postos na concepção de educação que vai ao encontro das necessidades daqueles que estão na escola pública e, portanto, vivem do seu trabalho. Esta concepção não é da SEED, nem de um ou outro governo, o que a define é a necessidade histórica da escola pública e, de seus sujeitos, como espaço de ensinar e aprender.

A opção político-pedagógica por um currículo organizado em disciplinas que devem dialogar numa perspectiva interdisciplinar requer que se explicite qual concepção de interdisciplinaridade e de contextualização o fundamenta, pois esses conceitos transitam pelas diferentes matrizes curriculares, das conservadoras às críticas, há muitas décadas.

Nas DCEs as disciplinas escolares, são entendidas como campos do conhecimento e se identificam pelos respectivos conteúdos estruturantes e por seus quadros teóricos conceituais. Considerando esse constructo teórico, as disciplinas são o pressuposto para a interdisciplinaridade.

A partir das disciplinas, as relações interdisciplinares se estabelecem quando:

- conceitos, teorias ou práticas de uma disciplina são chamados à discussão e auxiliam a compreensão de um recorte de conteúdo qualquer de outra disciplina;

- ao tratar do objeto de estudo de uma disciplina, buscam-se nos quadros conceituais de outras disciplinas referenciais teóricos que possibilitem uma abordagem mais abrangente desse objeto.

Assim, estabelecer relações interdisciplinares não é uma tarefa que se reduz a uma readequação metodológica curricular, como foi entendido, no passado, pela pedagogia dos projetos. A interdisciplinaridade é uma questão epistemológica e está na abordagem teórica e conceitual dada ao conteúdo em estudo, concretizando-se na articulação das disciplinas cujos conceitos, teorias e práticas enriquecem a compreensão desse conteúdo.

A interdisciplinaridade está relacionada ao conceito de contextualização sóciohistórica como princípio integrador do currículo. Isto porque ambas propõem uma articulação que vá além dos limites cognitivos próprios das disciplinas escolares, sem, no entanto, recair no relativismo epistemológico. Ao contrário, elas reforçam essas disciplinas ao se fundamentarem em aproximações conceituais coerentes e nos contextos sócio-históricos, possibilitando as condições de existência e constituição dos objetos dos conhecimentos disciplinares.

De acordo com Ramos (p. 1, s/d),

> Sob algumas abordagens, a contextualização, na pedagogia, é compreendida como a inserção do conhecimento disciplinar em uma realidade plena de vivências, buscando o enraizamento do conhecimento explícito na dimensão do conhecimento tácito. Tal enraizamento seria possível por meio do aproveitamento e da incorporação de relações vivenciadas e valorizadas nas quais os significados se originam, ou seja, na trama de relações em que a realidade é tecida.

Esta argumentação chama a atenção para a importância da práxis no processo pedagógico, o que contribui para que o conhecimento ganhe significado para o aluno, de forma que aquilo que lhe parece sem sentido seja problematizado e apreendido.

6.12 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PARANÁ

A política de retomada da Educação Profissional no Estado, implementada a partir de 2 003, assume uma concepção para essa modalidade que rompe com a dimensão que a articula diretamente ao mercado de trabalho e a questão da empregabilidade e laboralidade, assumindo compromisso com a formação humana

dos alunos, a qual requer a apreensão dos conhecimentos científicos, tecnológicos e histórico-sociais pela via escolarizada.

Ao assumir esta concepção requer que sejam explicitados os pressupostos constituintes do arcabouço conceitual para a Educação Profissional, conforme a seguir são apresentados.

Articulação com a Educação Básica

Por se desenvolver de forma sistematizada em instituições próprias ao ensino, conforme o disposto na LDB, a Educação Profissional se inscreve no âmbito da educação escolar e se articula à formação básica, que deve ser comum a todos os brasileiros e brasileiras, de modo a lhes assegurar a formação indispensável ao exercício da cidadania, à efetiva participação nos processos sociais e produtivos e à continuidade dos estudos, na perspectiva da educação ao longo da vida.

Trabalho como princípio educativo

Tomar como ponto de partida a concepção mais ampla de educação, de modo a incorporar todas as dimensões educativas que ocorrem no âmbito das relações sociais que objetivam a formação humana nas dimensões social, política e produtiva, implica adotar o trabalho como princípio educativo e como categoria orientadora das políticas, projetos e práticas de Educação Profissional.

As mudanças no mundo do trabalho e as novas demandas de Educação Profissional

Tomar a politecnia como concepção epistemológica, derivando do trabalho como princípio educativo uma proposta alternativa de Educação Profissional significa adotar, como princípio metodológico, a articulação dialética entre teoria e prática, na perspectiva da práxis. Embora muito se tenha falado, pouco se tem avançado nos projetos pedagógicos que se dizem comprometidos com as necessidades dos que vivem do trabalho.

As relações entre ciência, tecnologia e educação profissional

Do ponto de vista da Educação Profissional, supõe que ela é progressiva e igual para todos, resumindo-se à acumulação pura e simples de conhecimentos científico-tecnológicos, como condição suficiente para garantir o progresso econômico e social a todos, pondo fim à pobreza e trazendo paz e felicidade a toda a humanidade.

A posse do conhecimento científico e tecnológico pelos trabalhadores e a sua participação nos espaços decisórios que definem a política de C&T e de

Educação Profissional, podem criar as condições necessárias para que se inicie uma reorientação para antecipar demandas da sociedade que não encontram possibilidade de serem satisfeitas, dada a atual correlação de forças políticas.

6.13 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Muito se tem falado e discutido sobre a avaliação escolar, mas pouco se tem entendido e chegado a conclusões específicas, já que é um assunto muito polêmico nos ambientes escolares. Sabemos que para termos uma escola e uma educação de qualidade precisamos trabalhar com processos avaliativos.

Desta forma, é preciso trabalhar com “os pés no chão”, para não ocorrer distorções nos processos avaliativos. O que vem ocorrendo, na maioria das vezes, é que segundo HOFFMANN (2003, p. 11) “... a avaliação é uma tentativa de definição do significado primordial de sua prática educativa.

É preciso verificar a que ponto os professores estão aptos a avaliar os alunos de acordo com as exigências pré-estabelecidas da nossa sociedade moderna, sabendo-se que os indivíduos precisam comunicar-se, argumentar, tomar e encontrar soluções para os problemas que eventualmente terão em suas vidas, de acordo com HOFFMANN (2003, p. 37) “a discussão direta desse tema encontra um forte complicador que se constitui na relação estreita estabelecida por professores, do tipo: “dar nota é avaliar”, “fazer prova é avaliar”.”

A avaliação precisa ser entendida pelo professor como um conjunto de ações que irá auxiliá-lo a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecida no ambiente escolar e readequar quando necessário para atender às necessidades dos alunos. Também terá a condição de auxiliar o aluno no momento em que este está precisando de ajuda será um meio mais prático de se observar às dificuldades que o aluno ou a turma em geral está passando.

Sendo assim, que tipo de avaliação iremos trabalhar dentro de uma proposta que tem a educação emancipadora como ponto de partida ? Segundo a professora Jussara Hoffmann, avaliar num novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor, e este deve propiciar ao aluno, em seu processo de ensino aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participativos na construção

de verdades formuladas e reformuladas.

Na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de acordo com o art. 24, inciso V, sobre a avaliação escolar segue-se:

- uma avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os eventuais provas finais;

- a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

- a possibilidade de avanços nos curso e nas séries mediante verificação do aprendizado;

- o aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

- a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino e seus regimentos.

A avaliação de aprendizagem na perspectiva transformadora, predominam-se os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Nesta concepção a avaliação deve ter uma finalidade diagnóstica voltada para o levantamento das dificuldades dos alunos, visando à correção de rumos, à reformulação de procedimentos didáticos ou até mesmo dos objetivos. A avaliação é um processo contínuo e paralelo ao processo ensino-aprendizagem. Ela deve ser permanente, permitindo-se a periodicidade no registro das dificuldades e avanços do aluno, relativamente às suas próprias situações pregressas.

Nesse processo de avaliação o professor deve conhecer seus alunos, seus avanços e dificuldades e também que o próprio aluno deve aprender a se avaliar, descobrindo o que é preciso mudar para garantir maior desempenho.

O professor pode acompanhar o desempenho dos alunos, tomando como parâmetros os critérios formais da aprendizagem, observando o nível de aprendizagem relacionado ao conhecimento; o interesse e a iniciativa do aluno para a leitura, o estudo, a pesquisa; a qualidade do conteúdo elaborado e da linguagem utilizada; a sistematização e ordenação das partes, relacionadas à produção individual; a qualidade de elaboração em conjunto com outros alunos; a capacidade crítica indicando a criatividade; a capacidade de reconstrução própria e de relacionar os conteúdos das diversas áreas do conhecimento. Nesse processo de avaliação o professor também deve se avaliar, refletindo sobre seu próprio trabalho, verificando

seus procedimentos e quando necessário reestruturando sua prática.

LIBÂNEO (1994, p. 195) afirma que: “a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico – didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar”.

Desta forma, é necessário leituras e levantamento de dados bibliográficos baseados em vários autores para a compreensão da avaliação escolar, mostrando a sua evolução no parâmetro escolar, discutindo os diversos modelos avaliativos existentes no sistema escolar brasileiro e analisar de fato, qual o modelo de avaliação mais eficaz para atender a conjuntura da educação brasileira.

A avaliação deve ser vinculada à concepção de mundo, de sociedade e de ensino que queremos, permeando toda a prática pedagógica e as decisões metodológicas, a avaliação dentro desta concepção visará a emancipação, voltada para a construção do sucesso escolar e a inclusão, como princípio e compromisso social.

6.14 PLANOS DE AVALIAÇÃO:

6.14.1 ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Com a implementação da atual Lei de Diretrizes e Bases, a adoção e a execução de currículos abertos e flexíveis que atendam à diversidade presente na escola, deve oportunizar aos alunos idênticas possibilidades e direitos, ainda que apresentem diferenças sociais, culturais e pessoais, efetivando-se a igualdade de oportunidades, sobretudo, em condições semelhantes aos demais.

Inúmeros estudiosos CARVALHO (2001,2004); FERREIRA GUIMARÃES (2003); LANDÍVAR (2002); GONZÁLEZ (2002) são unânimes em afirmar que não deve haver um currículo diferenciado ou adaptado para alguns alunos.Portanto, conceber e praticar uma educação para todos pressupõe a prática de currículos abertos e flexíveis comprometidos com o atendimento às necessidades

educacionais de todos os alunos, sejam elas especiais ou não.

As ações pedagógicas que buscam flexibilizar o currículo para oferecer respostas educativas às necessidades especiais dos alunos no contexto escolar, denominadas adaptações curriculares, envolvem diferentes segmentos dentro do âmbito escolar que formam um conjunto de condições necessárias para que as adaptações realmente se efetivem no contexto educativo de acordo com as características individuais do aluno com necessidade especial. Segundo FERNANDES (2006) nesse currículo deve prevalecer à idéia de que a flexibilização ou a adaptação curricular sejam prerrogativas para celebrar as diferenças em sala de aula, contrariando a prática tradicional de que todos os alunos aprendem da mesma forma, com as mesmas estratégias metodológicas, com os mesmos materiais e no mesmo tempo/faixa etária.

Dentro do Projeto Político-Pedagógico da escola, estão previstas medidas que visam contemplar toda a ação pedagógica em um espaço de heterogeneidade. De acordo com FERNANDES (2006), a preocupação mais relevante é que não haja fragmentação nesse processo, tomando a questão da flexibilização curricular como instrumento de exclusão, em práticas de banalização de conceitos, esvaziamento de conteúdos e baixa expectativa avaliatória dos alunos rotulados como deficientes, diferentes ou com necessidades especiais.

Além das ações diretamente relacionadas ao planejamento e execução do currículo (conteúdos programáticos, objetivos, métodos, planejamento, avaliação, enfim todo processo de ensino aprendizagem), as propostas e recursos discutidos em critérios pré-estabelecidos através de reuniões com os professores da sala comum e professores das salas de apoio e de recursos, serão voltadas para responder da melhor forma às necessidades individuais dos alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou necessidades especiais.

6.14.2 PROGRESSÃO PARCIAL

A matrícula com Progressão Parcial é aquela por meio da qual o aluno, não obtendo aprovação final em até 03(três) disciplinas em regime seriado, poderá cursá-las subseqüente e concomitantemente às séries seguintes.

O estabelecimento de ensino não oferta aos seus alunos matrícula com Progressão Parcial.

É vedada a progressão parcial na Educação Profissional Técnica de Nível Médio ofertada na Rede Estadual.

As transferências recebidas de alunos com dependência em até três disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos.

6.14.3 RECUPERAÇÃO

Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no 9394/96 em seu artigo 13, incisos III e IV normatiza sobre o papel do professor em relação ao zelar pela aprendizagem do aluno, bem como estabelecer estratégias de recuperação de estudos para os alunos de menor rendimento. Este princípio é reforçado pelo artigo 24 inciso V que orienta os procedimentos para a verificação do rendimento escolar, com ênfase na *alínea e* que trata da obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. No sistema de ensino do Paraná, a Deliberação no 007/99 em seu capitulo II, artigos 10 a 13, normatiza a recuperação de estudos pontuando questões sobre a obrigatoriedade do estabelecimento de ensino em proporcionar a oferta. Ressalta a legalidade do instrumento, indicando seu registro no regimento escolar, bem como o período que deve ser realizada. Enfatiza a recuperação como um processo contínuo, pela qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhe possibilitem a apreensão de conteúdos básicos. Como mais um respaldo legal, a Câmara de Educação Básica – CEB/CNE emitiu parecer 12/97 explicitando o tema, esclarecendo e ou reafirmando questões já contempladas na LDBEN no 9394/96, além da Indicação no 001/99 CEE/PR quando expõe sobre a obrigatoriedade dos estudos de recuperação, situações que devem merecer de cada instituição de ensino um rigoroso programa, capaz de promover a valorização real dos alunos nelas envolvidos.

Vasconcellos afirma que

> Os estudos de recuperação padecem de uma ambigüidade: são apontados como a grande saída para ajudar os alunos com dificuldades, mas freqüentemente não passam de uma proposta que não sai do papel, em função das condições objetivas de trabalho dos professores. A partir daí alguns problemas se apresentam: a recuperação da nota, mas não da aprendizagem; a recuperação da

> aprendizagem, mas não da nota; nem uma nem outra. Cabe, pois, a pergunta: a recuperação recupera? O quê? (2000, p. 78).

Nesse sentido, a recuperação de estudos tem como intencionalidade recuperar os conteúdos não apropriados e, não os instrumentos de avaliação. Para tanto, é necessário que o professor seja competente na elaboração e construção desses instrumentos para levar todos a adquirirem o saber, não eliminando os que não o adquiriram.

> Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento; com a função diagnóstica ao contrário ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação do crescimento para autonomia, do crescimento da competência. Como diagnóstica, ela será um momento dialético do "senso" do estágio em que se está e de sua distância em relação à perspectiva que está colocada como ponto a ser atingido à frente. (LUCKESI, 1986, p.47)

Diante do exposto, discutir Recuperação de Estudos significa questionar o processo de ensino-aprendizagem na sua dimensão histórica e política, considerando suas relações sociais, tendo claro que todos os participantes do processo devam ser respeitados na sua singularidade e, portanto, cada um se apropria do conhecimento de acordo com suas especificidades. Sendo assim, a avaliação deve ser emancipadora, o que implica em garantir o acesso ao conhecimento por parte do aluno e avaliá-lo durante todo esse processo de apropriação do saber.

6.14.4 CLASSIFICAÇÃO

De acordo com o Regimento Escolar a classificação no Ensino Fundamental e Médio é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desenvolvimento adquiridos por meios formais ou informais, podendo ser realizada:

I. por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

II. por transferência, para alunos procedentes de outras escolas, do país ou do exterior, considerando a classificação da escola de origem;

III. independentemente da escolarização anterior. mediante avaliação para posicionar o aluno na série, ciclo, disciplina ou etapa compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais ou informais.

A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e

exige as seguintes ações para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais:

I. organizar comissão formada por docentes, pedagogos e direção da escola para efetivar o processo;

II. proceder avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou equipe pedagógica ;

III. comunicar o aluno e/ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento;

IV. arquivar Atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;

V. registrar os resultados no Histórico Escolar do aluno.

É vedada a classificação para ingresso no ano inicial do Ensino Fundamental.

No Curso de Educação Profissional, nível médio, a classificação será efetuada por promoção e por transferência para a mesma habilitação.

Parágrafo Único – É vedada a classificação, independentemente da escolarização anterior, para série, etapas, períodos posteriores, considerando a necessidade do domínio de conteúdos para a formação em Educação Profissional.

6.14.5 RECLASSIFICAÇÃO

De acordo com o Regimento Escolar a reclassificação é um processo pedagógico que se concretiza através da avaliação do aluno matriculado e com freqüência na série/ano/bloco/disciplina(s) sob a responsabilidade do estabelecimento de ensino que, considerando as normas curriculares, encaminha o aluno à etapa de estudos/carga horária da(s) disciplina(s) compatível com a experiência e desempenho escolar demonstrado, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

O processo de reclassificação poderá ser aplicado como verificação da possibilidade de avanço em qualquer série/ano/bloco/carga horária da(s) disciplina(s) do nível da Educação Básica, quando devidamente demonstrado pelo aluno, sendo vedada a reclassificação para conclusão do Ensino Médio.

O estabelecimento de ensino, quando constatar possibilidade de avanço

de aprendizagem, apresentado por aluno devidamente matriculado e com freqüência nas serie/ano/bloco/disciplina(s), deverá notificar o NRE para que este proceda orientação e acompanhamento quanto aos preceitos legais, éticos e das normas que o fundamentam.

Os alunos, quando maior, ou seus responsáveis, poderão solicitar reclassificação, facultando à escola aprová-lo.

Cabe à Comissão elaborar relatório, referente ao processo de reclassificação, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na Pasta individual do aluno.

O aluno reclassificado deve ser acompanhado pela equipe pedagógica, durante dois anos, quanto aos seus resultados de aprendizagem.

O resultado do processo de reclassificação será registrado em Ata e integrará a Pasta Individual do aluno.

O resultado final do processo de reclassificação realizado pelo estabelecimento de ensino será registrado no Relatório Final, a ser encaminhado à Secretaria de Estado da Educação.

A reclassificação é vedada para a etapa inferior à anteriormente cursada. A reclassificação é vedada aos cursos da Educação Profissional.

6.15 PROCEDIMENTO DE INFORMAÇÕES AOS PAIS

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases-Lei 9394/96) “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana...”. O Colégio Estadual Prof.Silvio Tavares possui características similares quando o assunto é reunião de pais, visto realizar esse procedimento. As reuniões acontecem em geral em determinados períodos do ano, especialmente no fechamento dos bimestres, momento que marca a entrega de notas.

Em linha geral, os pais dos alunos que obtiveram notas elevadas e que apresentam bom comportamento são parabenizados e os pais daqueles que não atingiram as médias estabelecidas pela escola e que não apresentam comportamento apreciado, são alertados quanto à falta de interesse e disciplina do filho. Diante desse panorama, temos algumas proposições mais abrangentes.

Estamos organizando para a escola deve abrir espaços para solucionar ou pelo menos buscar alternativas para uma melhoria na realidade escolar do aluno.

Queremos estabelecer parcerias entre a escola e os pais, para que haja uma condução positiva dos possíveis problemas, além disso, os professores devem compreender a realidade em que vive determinado educando, para que não venha fazer julgamentos precipitados a respeito do mesmo. Para atingir esse objetivo, estamos organizando as discussões sobre o PPP com os pais. Além disso, realizamos uma pesquisa com os alunos sobre a profissão dos pais; a intenção é convidar os pais para colaborar para as melhorias da escola.

Os pais ou responsáveis têm direito ao conhecimento do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais; por si mesmos ou por seus representantes do Conselho Escolar e de requerer cancelamento de matrícula ou transferência nos termos do Regimento Escolar.

O colégio está sempre aberto para receber os pais e fornecer dados sobre as avaliações de seus filhos. No entanto, as notas que são apuradas bimestralmente (até o 3º bimestre) serão informadas aos alunos, pais ou responsáveis através de "boletins". Sendo que no quarto e último bimestre do ano letivo as notas e resultado final, serão expostos em edital no mural do colégio.

As informações referentes a aprendizagem escolar é feita bimestralmente através dos boletins escolares e reuniões pedagógicas.

Tendo em vista a educação dos filhos, visando ao pleno desenvolvimento de suas pessoas, preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho, constitui deveres dos pais ou responsáveis impostos na lei:

7. SAREH- ATENDIMENTO DOMICILIAR, GETANTE Lei 6202/75

7.1 SAREH

O Sareh tem como objetivo Implantar o *atendimento educacional* aos educandos que se encontram impossibilitados de freqüentar a escola em virtude de situações de internamento hospitalar ou sob outras formas de tratamento de saúde,permitindo-lhes a *continuidade do processo de escolarização*, bem como a *reinserção* em seu ambiente escolar.”

Justifica-se por “dispor de *atendimento educacional no hospital*, mesmo

que por um tempo mínimo, tem caráter fundamental para a criança hospitalizada, uma vez que este tipo de atendimento possibilita ao aluno *sentir-se parte de um sistema estruturado com igualdade de condições para o acesso ao conhecimento, mantendo seu vínculo com sua realidade fora do hospital,* assegurando seu desenvolvimento intelectual. Por outro lado, é sabido que este processo de escolarização *auxilia na recuperação*, diminuindo o estresse causado pela situação da doença, ocupando o tempo ocioso e possibilitando, inclusive, redução no período de internação."

7.2 ALUNA GETANTE Lei 6202/75

Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

8. MARCO OPERACIONAL/PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

8.1 PLANO DE AÇÃO

Objetivos	Metas	Ações Administrativas, Financeiras e Político Pedagógicas
Envolver os pais na vida escola dos filhos	Integração família e escola	Reuniões para conscientizar os pais da importância dos estudos buscando dessa forma parceria e apoio; realizar palestras que propiciem conscientização e integração família/escola com profissionais especializados.
Utilizar os recursos tecnológicos como potencializadores do processo ensino-aprendizagem.	Incentivar os Professores a utilizarem as TV Pendrive e Laboratório de Informática como recurso metodológico.	Indicar práticas pedagógicas alternativas contribuindo para a melhoria do trabalho docente e atender a atualidade
Incentivar atividades culturais	Favorecer o crescimento cultural e artístico dos alunos.	Participação nos Programas: Viva Escola, Segundo Tempo, Fera com Ciência, Jogos Escolares, Olimpíadas Estudantis.
Proporcionar Melhor qualidade do Ensino	Desenvolver práticas pedagógicas que despertem maior interesse dos alunos utilizando materiais e metodologias diversificadas.	Realizar reuniões com professores, direção e equipe pedagógica com o propósito de expor os problemas e discutir, estudar e propor novas metodologias.
Democratizar a gestão da escola mediante órgãos colegiados.	Comparticipar com a equipe e a comunidade os sonhos as esperanças, as dúvidas e os anseios surgidos na busca de mudança para construir uma nova realidade.	- Atualização Grêmio Estudantil - Reuniões periódicas com o Conselho Escolar e APMF. - Rever a atuação do Conselho de Classe.
Inserção das demandas Desafios Educacionais Contemporâneos.	Desenvolver atividades interdisciplinares.	- Desenvolver atividades que façam abordagem pedagógica dos seguintes assuntos: Educação Ambiental, Prevenção ao uso indevido de drogas, Relações Étnico-Raciais, Sexualidade e Violência na Escola.
Oferecer maior segurança em todo estabelecimento de ensino e envolvidos no processo ensino-aprendizagem.	Proporcionar a todos envolvidos no contexto escolar maior segurança e comodidade no ambiente educacional bem como desenvolver atitudes consciente de dignidade e cidadania	Instalação de portões, grades de segurança e câmeras nas áreas de entrada/saída do estabelecimento de ensino. Melhorias da área murada da escola (altura) para dificultar o acesso de pessoas estranhas bem como fuga dos alunos. conscientizá-los sobre a importância do uso do uniforme para identificação dos mesmos.
Despertar nos alunos maior interesse e acesso ao conhecimento através do uso da biblioteca	Modificar o ambiente de pesquisa tornando-o mais atraente através do uso de recursos variados que sejam inovador aos educandos, de modo a estimular seu interesse acadêmico.	Instalação de ar condicionado, estantes amplas e de fácil acesso, instalação de meios tecnológicos que facilitem a pesquisa e aquisição de novos livros.
Oportunizar um espaço amplo e acolhedor para viabilizar o acesso e uso do Salão Nobre.	Oferecer aos alunos um ambiente propício, qualificado e acolhedor para que os mesmos possam utilizá-lo para expor seus trabalhos cultural-artísticos bem como participar de palestras e/ou cursos para amplitude de seus conhecimentos.	Restaurar o Salão Nobre e equipá-lo com a instalação de som, telão, data show, armário fixo para tecnologias multimídias, ar condicionado, cortinas apropriadas para o ambiente e reparação no mobiliário fixo.

resultados desejados do PDE.

8.1.4 ORGANIZAÇÃO

HORA ATIVIDADE

De acordo com as possibilidades do estabelecimento de ensino, a hora - atividade **será** distribuída de modo a favorecer o trabalho coletivo dos professores, seguindo as orientações da Instrução Nº 02/2003 - SUED.

Em relação a hora atividade concentrada sugerida pelo NRE, a adesão do colégio foi parcial.+

REUNIÕES PEDAGÓGICAS

Será realizada no início do ano letivo, no início do segundo semestre e durante o ano letivo como prevê o calendário escolar e também em alguns momentos na hora - atividade do professor.

CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe tem por função possibilitar à direção, professores, pais e alunos, uma auto-avaliação, na perspectiva das práticas docente e pedagógica, dos encaminhamentos metodológicos, da organização dos conteúdos e do processo de apropriação do conhecimento, observando sempre a filosofia do estabelecimento, tem por função, ainda, acompanhar e aperfeiçoar os processos de ensino e de aprendizagem, diagnosticando seus resultados para um estudo com leitura de dados, avaliação/reavaliação e replanejamento de ensino e de aprendizagem, referente às atividades desenvolvidas no processo educativo.

O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente uma vez por bimestre em datas previstas no calendário escolar e, extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim o exigir, e acontecerá em três momentos distintos:

1° momento - Pré-conselho: a equipe pedagógica fará levantamento junto aos professores e alunos sobre as dificuldades referentes aos conteúdos, a avaliação e as metodologias utilizadas em cada disciplina para análise no Conselho de Classe

2° momento - Conselho de Classe, análise dos dados levantados.

3° momento - Pós - Conselho , após o Conselho de Classe a Equipe

Pedagógica com apoio da Direção fará o trabalho junto aos educandos e/ou pais ou responsáveis com a ficha seguindo as sugestões dos professores e/ou alunos (pré-conselho) para possíveis soluções das dificuldades, dos problemas e viabilidade das propostas diferenciadas visando o bem individual e coletivo dos estudantes.

8.1.5 FACILITADORES DA APRENDIZAGEM

Quando o professor ministra uma aula, deve facilitar a aprendizagem dos alunos, estimulando-os na busca de dados, informações e conteúdos, na expectativa de que eles próprios os utilizem na construção do seu conhecimento. Sendo assim, os professores deverão contextualizar a aprendizagem com exemplos, fazendo com que os alunos percebam seu significado. Buscaremos motivar os alunos para não estudarem apenas preocupados com a realização da prova, mas com o conhecimento que adquirirão.

8.1.6 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS/ PROCEDIMENTOS/ AÇÕES E PROGRESSÃO PARCIAL

Para os alunos cujo rendimento escolar for insuficiente será proporcionado Recuperação de estudos, de forma paralela ao longo da série ou período letivo.

A recuperação de Estudos será paralela constituindo-se num conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar ás dificuldades dos alunos.

A recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pelo qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhes possibilitem a apreensão de conteúdos básicos.

Na Recuperação de Estudos o professor considera a aprendizagem do aluno no decorrer do processo e, para a aferição do bimestre, entre a nota da avaliação e da recuperação, prevalecerá sempre a maior.

Entende-se por recuperação de estudos o processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao aluno para superar deficiências ao longo do processo de ensino e de aprendizagem A Unidade Escolar oferecerá novas oportunidades de avaliação sempre que verificado o aproveitamento insuficiente durante os bimestres, assegurando a promoção de recuperação paralela e prevalecerá o resultado maior obtido.

A recuperação paralela assumirá várias formas de metodologias:

a) Revisão do conteúdo trabalhado;

b) Discussão e reconstrução de trabalhos mal apresentados e/ou elaborados;

c) A reavaliação poderá ser feita por escrito, apresentação oral, explanação, apresentação de painéis, etc. dependendo do conteúdo e a critério do professor.

d) A forma da recuperação deverá estar registrada no Diário De Classe,bem como a nota atribuída.

e)Recuperar notas abaixo da média em todos os bimestres, concomitantemente ao período letivo.

f) Após o encerramento do período letivo, se o educando não atingiu a média exigida e o Conselho de Classe julgar que o mesmo terá condições de acompanhar a série seguinte, é aprovado pelo conselho de classe.

Os resultados da recuperação deverão incorporar-se aos das avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar.

A **Sala de Apoio** funciona com no máximo 20 alunos, que devem freqüentar as aulas em turno contrário ao qual estão matriculados, participando de atividades com metodologias diferenciadas desenvolvidas, especificamente,para o domínio dos conteúdos de oralidade, leitura, escrita, bem como as formas espaciais e quantidades nas suas operações básicas e elementares, essenciais para a continuidade do processo educativo nas séries finais do Ensino Fundamental. Ao constatar-se a aprendizagem o aluno deve ser dispensado do programa, o que confere caráter dinâmico à Sala de Apoio à Aprendizagem.

O Programa **Sala de Recurso** foi instituído nas escolas na rede estadual para ser um serviço de apoio especializado, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos, o colégio oferta as duas modalidades.

A Sala de Recursos representa uma modalidade integradora de atendimento à criança que apresenta problemas com a aprendizagem escolar.Caracteriza-se pelas alternativas de procedimentos didáticos específicos, adequados às necessidades educacionais dos alunos.O trabalho na Sala de Recursos é norteado pela filosofia do respeito às diferenças individuais, bem

como, no direito de cada um ter oportunidades iguais, mediante atendimento diferenciado, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno. Este trabalho é desenvolvido de forma integrada com o professor no ensino regular.

A **Sala de Recursos para Altas Habilidades** busca trabalhar um equilíbrio no desenvolvimento da criatividade do aluno. Com motivação dentro da área de interesse e ou de habilidade do estudante ela vem ampliar as possibilidades dele vir a ter sucesso e satisfação pessoal, aprofundando seus conhecimentos e habilidades já evidentes e desenvolvendo outros comportamentos necessários para o progresso na área de habilidade.

8.1.7 PLANO DE TRABALHO DOCENTE

Estrutura do Plano de Trabalho Docente:

Tempo do Plano de Trabalho:

O Plano de Trabalho Docente pode ser organizado de forma mensal, bimestral, trimestral ou semestral, de acordo com a organização do trabalho pedagógico da escola.

Conteúdos

- Definidos por conteúdos estruturantes, ou seja, saberes – conhecimentos de grande amplitude, conceitos ou práticas – que identificam e organizam os diferentes campos de estudos das disciplinas escolares, sendo fundamentais para a compreensão do objeto de estudo das áreas do conhecimento (Arco-Verde, 2006).

- O desdobramento dos conteúdos estruturantes em conteúdos específicos será feito pelo professor em discussão com os demais professores da área que atuam na escola. O professor deve dominar o conteúdo escolhido em sua essência, de forma a tomar o conhecimento em sua totalidade e em seu contexto, o que exige uma relação com as demais áreas do conhecimento. Esse processo de contextualização visa a atualização e aprofundamento do conteúdo pelo professor, possibilitando ao aluno estabelecer relações e análises críticas sobre o conteúdo.

Objetivos (justificativa):

Referem-se às intenções educativas. Expressam as intenções de

mudanças no plano individual, institucional e estrutural. *Estão voltados aos conteúdos* e não às atividades. Explicita a escolha dos conteúdos estruturantes e específicos como opção política, educativa e formativa.

Encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos/tecnológicos:

O conjunto de determinados princípios e recursos para chegar aos objetivos, o processo de investigação teórica e de ação prática.

Critérios e instrumentos de avaliação/recuperação:

Critérios definem os propósitos e a dimensão do que se avalia. Para cada conteúdo precisa-se ter claro o que dentro dele se deseja ensinar, desenvolver e, portanto, avaliar. Os critérios refletem de que forma vai se avaliar, são as formas, previamente, estabelecidas para se avaliar um conteúdo. Deve constar a proposta de recuperação dos conteúdos.

Os instrumentos de avaliação são os meios e recursos utilizados para se alcançar determinado fim, de acordo com os encaminhamentos metodológicos e em função dos conteúdos e critérios estabelecidos para tal. O importante é destacar que este fim não é a aquisição pura e simples de conhecimento, mas o seu processo de (re)elaboração e as ações a que conduz os alunos em relação a uma prática social, tendo em vista a própria condição humana.

Alguns instrumentos de avaliação: (provas, seminários, trabalhos, exposições orais e escritas, etc), o que existe talvez, seja a sua inadequação quanto ao uso. Muitas vezes os professores utilizam
metodologias de ensino sem perceber que, ao mesmo tempo em que se dão os encaminhamentos para efetivá-las, a avaliação já pode estar acontecendo sem que seja preciso primeiro aplicar a técnica para ao seu final avaliá-la. Todo processo de avaliação pressupõe clareza nos seus critérios.

Referências:

As referências permitem perceber em que material e em qual concepção o professor vem fundamentando seu conteúdo. Fundamentar conteúdos de forma historicamente situada implica buscar outras referências, não sendo portanto o livro didático o único recurso.

Observação:

As avaliações são bimestrais feitas através do somatório da nota 3,0 (três vírgula zero) referentes às atividades diversificadas, mais a nota 7,0 (sete vírgula zero). Haverá um mínimo de duas avaliações (instrumentos diversificados) totalizando a nota final 10,00(dez vírgula zero).

Nos cursos Técnicos Subseqüente a promoção será feita tendo em vista a verificação do rendimento escolar semestral, que envolverá a apuração da assiduidade e do aproveitamento, sendo aprovado para o semestre seguinte, o aluno que apresentar a freqüência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do semestre igual ou superior a 6,0 (seis virgula zero), resultante da media aritmética nas respectivas disciplinas.

O Plano de Trabalho Docente é feito por série/disciplina. As especificações quanto aos demais encaminhamentos que variam de turma para turma devem constar no Livro de Registro de Classe.

O Livro Registro de Classe, enquanto documento que legitima a vida legal do educando e explicita entre o pretendido e o feito, deve estar estreitamente articulado ao Plano de Trabalho Docente, levando em consideração questões concernentes à Matriz Curricular, Calendário Escolar, Proposta Pedagógica Curricular, Plano de Ação da Escola e, por fim o Projeto Político-Pedagógico.

8.1.8 RECURSOS FINANCEIROS

De forma geral, recurso financeiro é o dinheiro disponível para o custeio das atividades de uma escola. As escolas públicas estaduais, no Estado do Paraná contam com recursos oriundos de três fontes:

1. Recurso do Governo Federal (Programas Federais de Assistência Educacional, entre eles, Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e PDE - Escola);

2. Recursos do Estado (Como o Fundo Rotativo); e,

3. Recursos Próprios, arrecadados através da APMF).

Portanto, pensar o Conselho Escolar, como órgão colegiado representativo das relações existentes na escola, significa indicá-lo como instância democrática que assegura e legitima condições para redistribuição dos recursos e, assim, como

espaço possível de pensar os critérios de aplicação financeira, com fins pedagógicos. Esta relação confere ao orçamento uma objetividade, uma vez que assegura a racionalização dos recursos, para a finalidade à qual a escola se propõe enquanto existência.

Caberá ao gestor escolar observar as regras e critérios relativos à captação dos recursos, utilização dos mesmos e prestação de contas. Além de ter que gerir esses recursos de forma a garantir o bom desempenho de sua escola, o diretor deve prestar muita atenção à correta aplicação e prestação de contas, pois é ela que garante que a escola continue recebendo recursos.

8.1.9 ORGANIZAÇÃO INTERNA DO COLÉGIO

COMPETE AO DIRETOR:

- Planejamento de todos os setores Pedagógicos e Administrativo;

- Convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar, tendo direito a voto, somente nos casos de empate nas decisões ocorridas em Assembléia;

- Submeter o Plano Anual de Trabalho à aprovação do Conselho Escolar;

- Elaborar os planos de aplicação financeiras, a respectiva prestação de contas e submeter à apreciação e aprovação do Conselho Escolar;

- Elaborar e encaminhar à SEED, as propostas de modificação, aprovadas pelo Conselho Escolar;

- Submeter o calendário escolar a aprovação do Conselho Escolar;

- Instituir grupos de trabalho ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas de solução para atender aos problemas de natureza pedagógica, administrativa e situação de emergência;

- Propor a Secretaria de Estado da Educação, após aprovação do Conselho Escolar, alterações na oferta de serviços de ensino prestados pela escola, cessando ou implantando cursos, ampliando ou reduzindo o número de turnos e turmas e a composição das classes;

- Propor a SEED, implantação de experiências pedagógicas ou de gestão administrativa, após aprovação do Conselho Escolar;

- Coordenar a implantação das diretrizes pedagógicas emanadas da SEED;

- Aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas baixadas pela SEED;

- Manter o fluxo de informações entre o estabelecimento e os órgãos da administração estadual de ensino;

- Supervisionar a exploração da cantina comercial, onde estas tiverem autorização de funcionamento, respeitada a lei vigente;

- Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, comunicando ao Conselho Escolar e aos órgãos da administração através de reuniões, encontros, grupos de estudo e outros eventos;

- Exercer as demais atribuições decorrentes deste Regimento e no que concerne à especificidade de sua função.

EQUIPE PEDAGÓGICA

Compete a Equipe Pedagógica

- coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto-Político pedagógico e do Plano de Ação do estabelecimento de ensino;

- orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico, em uma perspectiva democrática;

- participar e intervir, junto à direção, na organização do trabalho pedagógico escolar, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;

- coordenar a construção coletiva e a efetivação da Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento de ensino, a partir das políticas educacionais da Secretaria de Estado e da Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

- orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores do estabelecimento de ensino;

- promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico visando à elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos;

- participar da elaboração de projetos de formação continuada dos profissionais do estabelecimento de ensino, que tenham como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;

- organizar, junto à direção da escola, a realização dos Pré-Conselhos e dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino;

- coordenar a elaboração e acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões do Conselho de Classe;

- subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores do estabelecimento de ensino, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas;

- organizar a hora-atividade dos professores do estabelecimento de ensino, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de efetivo trabalho p-edagógico;

- proceder à análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, junto à comunidade escolar, com vistas a promover a aprendizagem de todos os alunos;

- coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar;

- participar do Conselho do Escolar, quando representante do seu segmento, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;

- orientar e acompanhar a distribuição, e disponibilização, conservação e utilização dos livros e demais materiais pedagógico, no estabelecimento de ensino, fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC - FNDE;

- coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir do Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino;

- planejar com o coletivo escolar os critérios pedagógicos de utilização dos espaços da biblioteca;

- acompanhar as atividades desenvolvidas nos Laboratório de Química, Física e Biologia e de Informática;

- propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e de sua participação nos diversos momentos e Órgãos Colegiados da escola;

- coordenar o processo democrático de representação docente de cada turma;

- colaborar com a direção na distribuição das aulas, conforme orientação da Secretaria de Estado e da Educação;

- coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e

disciplinas, a partir de critérios legais, didático-pedagógicos e do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

- acompanhar os estagiários das instituições de ensino superior quanto às atividades a serem desenvolvidas no estabelecimento de ensino;

- avaliar as instalações da parte concedente do estágio não obrigatório e sua adequação à formação cultural e profissional do aluno;

- exigir do aluno a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades, quando tratar-se de estágio não obrigatório;

- zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumpriemnto de suas normas, quando tratar-se de estágio não obrigatória;

- elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos, quando se tratar-se de estágio não obrigatório;

- acompanhar o desenvolvimento do(s) Curso(s) Técnicos em nível Médio do Eixo Tecnológico de Apoio Educacional – Pro -Funcionário;

- promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social;

- coordenar a análise de projetos a serem inseridos no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino;

- acompanhar o processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

- participar na elaboração do Regulamento de uso dos espaços pedagógicos

- orientar, coordenar e acompanhar a efetivação de procedimentos didáticos-pedagógicos referentes à avaliação processual e aos processo de classificação, reclassificação, aproveitamento de estudos, adaptação e progressão parcial, conforme legislação em vigor;

- organizar e acompanhar, juntamente com a direção, as reposições de dias letivos, horas e conteúdos aos discentes;

- orientar, acompanhar e vistar periodicamente os Livros Registros de Classe e a Ficha Individual de Controle de Nota e Freqüência, sendo esta específica para Educação de Jovens e Adultos;

- registrar o acompanhamento da vida escolar do aluno;

- organizar registros para o acompanhamento da prática pedagógica dos docentes do estabelecimento de ensino;

- solicitar autorização dos pais ou responsáveis para realização da Avaliação Educacional do Contexto Escolar, a fim de identificar possíveis necessidades educacionais especiais;

- coordenar e acompanhar o processo de Avaliação Educacional no Contexto Escolar, para os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, visando encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;

- acompanhar os aspectos de socialização e aprendizagem dos alunos, realizando contato com a família com o intuito de promover ações para o seu desenvolvimento integral;

- acompanhar a freqüência escolar dos alunos, contando as famílias e encaminhando-os aos órgãos competentes, quando necessário;

- acionar serviços de proteção à criança e ao adolescente, sempre que houver necessidade de encaminhamentos;

- orientar e acompanhar o desenvolvimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, nos aspectos pedagógicos, adaptações físicas e curriculares e no processo de inclusão na escola;

- manter contato com os professores dos serviços e apoios especializados de alunos com necessidades educacionais especiais, para intercâmbio de informações e trocas de experiências, visando à articulação do trabalho pedagógico entre Educação Especial e ensino regular;

- acompanhar a oferta e o desenvolvimento do Centro Línguas Estrangeiras Modernas-CELEM;

- assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar;

- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

- elaborar seu Plano de Ação;

- assegurar que, no âmbito escolar, não ocorra qualquer tratamento discriminatório em decorrência de diferenças físicas etnias, de gênero, orientação

sexual, credo, ideologia, condição sócio cultural;

- viabilizar a igualdade de condições para a permanência do aluno na escola, respeitando a diversidade, a pluralidade cultural e as peculiaridades de cada aluno, no processo de ensino e aprendizagem;

- participar da equipe multidisciplinar da Educação das Relações Étnico-Raciais, subsidiando professores, funcionários e alunos;

- fornecer informações ao responsável pelo Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar no Núcleo Regional de Educação e ao Pedagogo que presta serviço na instituição conveniada;

- cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

COORDENADORES

Cabe ao Coordenador de Curso da Educação Profissional:

- trabalhar de forma articulada com a equipe pedagógica;

- orientar e acompanhar o Plano de Trabalho Docente;

- viabilizar os recursos didáticos;

- participar da (re)organização da biblioteca orientando quanto distribuição, conservação e utilização dos livros;

- organizar a hora – atividade dos docentes do curso;

- acompanhar a freqüência dos docentes, reorganizando horários quando se fizer necessário;

- acompanhar o Pré-Conselho e o Conselho de Classe;

- acompanhar a freqüência, desempenho, recuperação paralela e evasão dos alunos;

- acompanhar o processo de matrículas, transferências e remanejamentos de alunos;

-acompanhar o processo de avaliação institucional do curso e do estabelecimento de ensino;

- promover a intermediação com o mundo do trabalho (**estágios, práticas e projetos**);

- identificar e divulgar os resultados dos cursos técnicos em âmbito escolar junto ao Núcleo Regional de Educação/Secretaria de Estado da Educação;

- analisar as condições de oferta (infraestrutura) do curso e propor adequações necessárias;

- esclarecer a comunidade sobre o plano de Curso;

- elaborar relatórios para avaliação do (s) curso(s);

- orientar e acompanhar os professores,juntamente com a equipe pedagógica, quanto à elaboração da Proposta Pedagógica Curricular, Plano de Curso e a articulação da mesma com a prática social e ao mundo do trabalho, mediada pelos conteúdos relativos a sua área de atuação;

- orientar os alunos quanto às dúvidas em relação ao(s) conteúdos, horários de aula, entre outros;

- definir as necessidades de materiais de consumo e de equipamentos de laboratório pertinentes à sua área de atuação;

- definir a necessidade de manutenção e/ou conserto de equipamentos danificados do(s) curso(s) de que estão sob sua coordenação;

- supervisionar o cumprimento do horário das aulas para as turmas do curso sob coordenação;

- coordenar o estágio não obrigatório da área quando o aluno estiver desempenhado função na mesma área profissional ao curso técnico ofertado pelo estabelecimento de ensino;

- providenciar e divulgar o material didático necessário para o desenvolvimento do trabalho pedagógico;

- coordenar reuniões sistemáticas com a equipe pedagógica e professores para avaliação do processo de ensino aprendizagem;

- supervisionar as atividades de estágio obrigatório, da Prática de Formação e da Prática Profissional Supervisionada, dos alunos, em conjunto com a Coordenação de Estágio e Professores Tutores do eixo Tecnológico de Apoio Educacional – Pro - Funcionário;

- articular, juntamente com a Coordenação de Estágio obrigatório, campos de estágio, com instituições públicas ou privadas.

- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com professores funcionários, alunos, e pais/responsáveis;

- cumprir e fazer cumprir o disposto no regimento Escolar.

Na Educação Profissional as Coordenações de estágio obrigatório serão supridas por profissionais com habilitação específica no curso e/ou conforme

orientação da SEED.

Cabe ao coordenador de estágio obrigatório:

- elaborar e coordenar o Plano de Estágio, segundo orientações da Secretaria de Estado da Educação;

- coordenar o desenvolvimento do aluno no local de estágio, zelando pelo cumprimento do termo de Compromisso;

- organizar a Banca de Avaliação de Estágio (quando for o caso);

- acompanhar as atividades de estágio dos alunos em conjunto com a coordenação de curso;

- acompanhar a implementação do Plano de Estágio proposto pelo estabelecimento de ensino e aprovado pelo Núcleo Regional de Educação;

- realizar a avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado da Educação;

- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários, pais e/ou responsáveis;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com professores, funcionários e pais/responsáveis;

- cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Na Prática de Formação de docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do ensino fundamental, em nível Médio, na Modalidade Normal, o Coordenador tem como função:

- organizar e acompanhar todos os momentos do desenvolvimento da Prática de Formação;

- elaborar em conjunto com os professores o plano da prática e instrumentos para acompanhamento e avaliação;

- orientar os alunos quanto a importância da articulação dos conteúdos apreendidos e a prática pedagógica;

- manter contato permanente com os professores do curso e do local cedente, assim como coordenador do curso e equipe técnico pedagógica, provendo-os de todas as informações quanto aos procedimentos desenvolvidos na prática de formação;

PROFESSORES

Compete aos docentes:

- participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico do Estabelecimento de Ensino construído de forma coletiva e aprovado pelo Conselho Escolar;

- elaborar, com a equipe pedagógica, a proposta pedagógica curricular do Estabelecimento de Ensino, em consonância com o Projeto Político Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

- participar do processo de escolha juntamente com a Equipe Pedagógica dos livros e materiais didáticos em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Estabelecimento de Ensino;

- elaborar seu Plano de Trabalho Docente;

- desenvolver as atividades de sala de aula tendo em vista a apreensão crítica do conhecimento pelo aluno;

- proceder a reposição dos conteúdos, carga horária e/ou dias letivos aos aluno, quando se fizer necessário, a fim de cumprir o calendário escolar, resguardando prioritariamente o direito do aluno;

- proceder a avaliação contínua, cumulativa e processual dos alunos, utilizando-se dos instrumentos e formas diversificadas de avaliação previstas no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino;

- promover o processo de recuperação concomitante de estudos para os alunos, estabelecendo estratégias diferenciadas de ensino e aprendizagem no decorrer do período letivo;

- participar do processo de avaliação educacional no contexto escolar dos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, sob coordenação e acompanhamento do pedagogo com vistas à identificação de possíveis necessidades educacionais e posterior encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial se necessário;

- participar do processo coletivo de avaliação do próprio trabalho e da escola com vistas ao melhor desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;

- participar de reuniões sempre que convocado pela direção;

- assegurar que no âmbito escolar não ocorra qualquer tratamento discriminatório em decorrência de diferenças físicas e étnicas, de gênero, orientação sexual, de credo, ideologia, condição sócio-cultural;

- viabilizar a igualdade de condições para a permanência do aluno na escola respeitando a diversidade, a pluralidade cultural e as peculiaridades de cada

aluno no processo de ensino e aprendizagem;

- participar de reuniões e encontros para planejamento e acompanhamento, junto ao professor de serviços e apoios especializados, da Sala de Apoio à Aprendizagem, da Sala de Recursos e de Contraturno, a fim de realizar ajustes e modificações no processo de intervenção educativa;

- estimular o acesso a níveis mais elevados do ensino, cultura, pesquisa e criação artística;

- participar ativamente dos pré-conselhos e conselhos de classe, na busca de alternativas pedagógicas que visem ao aprimoramento do processo educacional, responsabilizando-se pelas informações prestadas e decisões tomadas, as quais serão registradas em Ata;

- propiciar ao aluno à formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e o pensamento crítico visando ao exercício conscientes da cidadania;

- zelar pela freqüência do aluno à escola, comunicando qualquer irregularidade à equipe pedagógica;

- cumprir o calendário escolar quanto aos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

- cumprir suas horas-atividade no âmbito escolar, dedicando-se a estudos, pesquisas e planejamento de atividades docentes, sob orientação da equipe pedagógica, conforme determinações da Secretaria de Estado e da Educação.

- manter atualizados os registros de classes, conforme orientações da equipe pedagógica e secretaria escolar, deixando-os disponíveis no estabelecimento de ensino;

- participar do planejamento das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

- desempenhar o papel de representante de turma contribuindo para o desenvolvimento do processo educativo;

- dar cumprimento aos preceitos constitucionais, à legislação educacional em vigor e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como princípios da prática profissional e educativa;

- participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de Programas a serem inseridos no Projeto Político- Pedagógico do estabelecimento de ensino;

- comparecer ao estabelecimento de ensino nas horas de trabalho ordinárias que lhe forem atribuídas e nas extraordinárias, quando convocados;

- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

- participar da Avaliação Institucional conforme orientação da Secretaria de Estado da Educação;

- trabalhar a temática da Educação das Relações Ético Raciais para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena nas disciplinas, quando o conteúdo exigir;

- cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar;

FUNCIONÁRIOS

Da Equipe dos Funcionários que atuam nas áreas de Administração Escolar e Operação de Multimeios Escolares

Os funcionários das áreas de administração escolar e operação de multimeios escolares atuam na secretaria, biblioteca e laboratório(s) do estabelecimento de ensino;

O funcionário que atua na secretaria como secretário/a escolar é indicado pela direção do estabelecimento de ensino e designado por Ato Oficial, conforme normas da Secretaria de Estado e Educação.

O serviço da secretaria é coordenado e supervisionado pela direção;

Compete ao secretário escolar:

- conhecer o Projeto Político Pedagógico do Estabelecimento de Ensino;

- cumprir a legislação em vigor e as instruções normativas emanada da SEED, que regem o registro escolar do aluno e a vida legal do Estabelecimento de Ensino;

- distribuir as tarefas decorrentes dos encargos da secretaria aos demais funcionários;

- receber, redigir e expedir a correspondência que lhe for confiada;

- organizar e manter atualizados a coletânea de legislação, resoluções, instruções normativas, ordens de serviço, ofícios e demais documentos;

- efetivar e coordenar as atividades administrativas referentes a matrícula,

transferência e conclusão de curso;

- elaborar relatórios e processos de ordem administrativa a serem encaminhados às autoridades competentes;

- encaminhar à direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;

- organizar e manter atualizado o arquivo escolar ativo e conservar o inativo, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e da regularidade da vida escolar do aluno, da autenticidade dos documentos escolares;

- responsabilizar-se pela guarda e expedição da documentação escolar do aluno, respondendo por qualquer irregularidade;

- manter atualizado os registros escolares dos alunos nos sistemas informatizados;

- organizar e manter organizado o arquivo com os Atos Oficiais da vida legal da escola referentes a sua estrutura e funcionamento;

- atender a comunidade escolar na área de sua competência prestando informações e orientações sobre a legislação vigente e organização e funcionamento do estabelecimento de ensino, conforme disposições do Regimento Escolar;

- zelar pelo uso adequado e conservação dos materiais e equipamentos da secretaria;

- orientar os professores quanto ao prazo de entrega do Livro Registro de Classe com os resultados da freqüência e do aproveitamento escolar dos alunos;

- cumprir e fazer cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;

- organizar o Livro Ponto de professores e funcionários, encaminhando ao setor competente a sua freqüência, em formulário próprio;

- secretariar os Conselhos de Classe e reuniões, redigindo as respectivas Atas;

- conferir, registrar e/ou patrimoniar materiais e equipamentos recebidos;

- comunicar imediatamente a direção toda irregularidade que venha ocorrer na secretaria da escola;

- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por

iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

- organizar a documentação dos alunos matriculados no ensino extracurricular e plurilingüístico de Língua Estrangeira Moderna, Atividades Complementares no Contraturno - CAIC, quando desta oferta no estabelecimento de ensino.

- auxiliar a equipe pedagógica e direção para manter atualizados os dados no Sistema de Controle e Remanejamento dos Livros Didáticos.

- fornecer dados estatísticos inerentes às atividades da secretaria escolar, quando solicitado;

- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com demais segmentos da comunidade escolar;

- Participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Compete aos funcionários que atuam na secretaria dos estabelecimentos de ensino, sob a coordenação do(a) secretário(a):

- cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, necessidades de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;

- atender a comunidade escolar e demais interessados, prestando informações e orientações;

- cumprir a escala de trabalho que lhe for previamente estabelecida;

- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

- controlar a entrada e saída de documentos escolares, prestando informações sobre os mesmos a quem de direito;

- organizar, em colaboração com o (a) secretário(a) escolar, os serviços do seu setor;

- efetivar os registros na documentação oficial como Ficha Individual, Histórico Escolar, Boletins, Certificados, Diplomas e outros, garantindo sua idoneidade;

- organizar e manter atualizado o arquivo ativo e conservar o arquivo inativo da escola;

- classificar, protocolar e arquivar documentos e correspondências, registrando a movimentação de expedientes;

- realizar serviços auxiliares relativos à parte financeira, contábil e patrimonial do estabelecimento, sempre que solicitado;

- coletar e digitar dados estatísticos quanto à avaliação escolar, alimentando e atualizando o sistema informatizado;

- executar trabalho de mecanografia, reprografia e digitação;

- participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado e da Educação;

- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

- anexar a Ficha Individual de Serviço de Atendimento à Rede de escolarização Hospitalar à Ficha Individual do Aluno e, posteriormente, arquivar na Pasta Individual;

- exercer as demais atribuições decorrentes do regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Compete ao funcionário que atua na biblioteca escolar, indicado pela direção do estabelecimento de ensino:

- cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso da biblioteca, assegurando organização e funcionamento;

- atender a comunidade escolar, disponibilizando e controlando o empréstimo de livros, de acordo com Regulamento próprio;

- auxiliar na implementação dos projetos de leitura previstos na proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino;

- auxiliar na organização do acervo de livros, revistas, gibis, vídeos, DVDs, entre outros;

- encaminhar à direção sugestão de atualização do acervo, a partir das necessidades indicadas pelos usuários;

- zelar pela preservação, conservação e restauração do acervo;

- registrar o acervo bibliográfico e dar baixa, sempre que necessário;

- receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos da biblioteca;

- manusear e operar adequadamente os equipamentos e materiais, zelando pela sua manutenção;

- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

- auxiliar na distribuição e recolhimento do livro didático;

- participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado e da Educação;

- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

- exercer as demais atribuições decorrentes do regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Compete ao funcionário pela direção para atuar no laboratório de Informática do estabelecimento de ensino:

- cumprir e fazer cumprir Regulamento de uso do laboratório de Informática, assessorando na sua organização e funcionamento;

- auxiliar o corpo docente e discente nos procedimentos de manuseio de materiais e equipamentos de informática;

- preparar e disponibilizar os equipamentos de informática e materiais necessários para a realização de atividades práticas de ensino no laboratório;

- assistir aos professores e aos alunos durante a aula de Informática no laboratório;

- zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos equipamentos;

- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

- receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos do laboratório de Informática;

- participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado e da Educação;

- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

- exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Compete ao assistente de execução que atua no laboratório de Química, Física e Biologia do estabelecimento de ensino:

- cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso do laboratório de Química, Física e Biologia;

- aplicar, em regime de cooperação e de co – responsabilidade com o corpo docente e discente, normas de segurança para o manuseio de materiais e equipamentos;

- preparar e disponibilizar materiais de consumo e equipamentos para a realização de atividades práticas de ensino;

- receber, controlar e armazenar materiais de consumo e equipamentos do laboratório;

- utilizar as normas básicas de manuseio de instrumentos do laboratório;

- assistir aos professores e alunos durante as aulas práticas do laboratório;

- zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos materiais de consumo,

instrumentos e equipamentos de uso do laboratório;

- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

- comunicar imediatamente à direção qualquer irregularidade, incidente e/ ou acidente ocorridos no laboratório;

- manter atualizado o inventário de instrumentos, ferramentas, equipamentos, solventes, reagentes e demais materiais de consumo;

- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

- participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Seção IX
Da Equipe dos Funcionários que atuam nas Áreas de Manutenção de Infraestrutura Escolar e Preservação do Meio Ambiente, Alimentação Escolar e Interação com o Educando

Os funcionários que atuam nas Áreas de Manutenção de Infraestrutura Escolar e Preservação do Meio Ambiente, Alimentação Escolar e Interação com a Manutenção, Preservação, Alimentação e no Âmbito Escolar sendo coordenado e supervisionado pela direção do estabelecimento de ensino

Compete aos funcionários que zelam pela segurança e atuam nos serviços de conservação, manutenção e preservação do ambiente escolar e seus utensílios e instalações:

- zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;

- utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à

direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;

- zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção;

- auxiliar no acompanhamento da movimentação dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela direção;

- atender adequadamente aos alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, que demandam apoio de locomoção, de higiene e de alimentação;

- auxiliar na locomoção dos alunos que fazem uso de cadeiras de rodas, andadores, muletas, e outros facilitadores, viabilizando a acessibilidade e a participação no ambiente escolar;

- auxiliar os alunos com necessidades educacionais especiais quanto a alimentação durante o recreio, atendimento às necessidades básicas de higiene e as correspondentes ao uso do banheiro;

- auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares;

- cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;

- participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;

- coletar lixo de todos os ambientes do estabelecimento de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;

- participar da avaliação institucional conforme orientações da Secretaria de estado de Educação;

- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

- exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função;

- coordenar e orientar a movimentação dos inícios até o término dos períodos de atividades escolares;

- zelar pela segurança individual e coletiva orientando os alunos sobre as normas disciplinares para manter a ordem e prevenir acidentes no estabelecimento de ensino;

- comunicar imediatamente a direção situações que evidenciam riscos a segurança dos alunos;

- percorrer as diversas dependências do estabelecimento, observando os alunos quanto as necessidades de orientação e auxílio em situações irregulares;

- encaminhar ao setor competente ao estabelecimento de ensino os alunos que necessitarem de orientação ou atendimento;

- observar a entrada e a saída dos alunos para prevenir acidentes e irregularidades;

- acompanhar as turmas de alunos em atividades escolares externas, quando se fizer necessário;

- auxiliar a direção, equipe pedagógica, docentes e secretaria na divulgação de comunicados no âmbito escolar;

- cumprir integralmente se horário de trabalho e as escalas previstas respeitando seus períodos de férias;

- participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;

- zelar pela preservação do ambiente físico, instalações, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;

- auxiliar a equipe pedagógica no remanejamento, organização e instalação de equipamentos e materiais didático-pedagógicos;

- atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e setores do estabelecimento de ensino;

- participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado da Educação;

- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas. com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

- participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Art.51 São atribuições do funcionário que atua na cozinha do estabelecimento de ensino:

- zelar pelo ambiente da cozinha e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor;

- selecionar e preparar a merenda escolar balanceada, observando padrões de qualidade nutricional;

- servir a merenda escolar, observando os cuidados básicos de higiene e segurança;

- informar ao diretor do estabelecimento de ensino da necessidade de reposição do estoque da merenda escolar;

- conservar o local de preparação, manuseio e armazenamento da merenda escolar, conforme legislação sanitária em vigor;

- zelar pela organização e limpeza do refeitório, da cozinha e do depósito da merenda escolar;

- receber, armazenar e prestar constas de todo material adquirido para a cozinha e da merenda escolar;

- cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;

- participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;

- auxiliar nos demais serviços correlatos à sua função, sempre que se fizer necessário;

- respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração;

- participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado e da Educação;

- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

- participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

8.1.10 RELAÇÕES ENTRE OS ASPECTOS ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICOS

É através da relação entre os aspectos Pedagógicos e Administrativos que ampliaremos os espaços de participação, incluindo as contribuições dos funcionários, assim estaremos construindo uma escola democrática, superando a dicotomia entre o técnico e pedagógico; entre manual e intelectual; entre o fazer e o saber, onde todos temos a ganhar.

8.1.11 QUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PEDAGÓGICOS

O Colégio conta com uma boa estrutura de espaços pedagógicos para atendimento de alunos professores, funcionários e comunidade, conforme quadro abaixo.

Salas de aula	Área (m²)	Finalidade
sala 21	70	Sala de aula
sala 22	49	Sala de aula
sala 23	54	Sala de aula
sala 24	49	Sala de aula
sala 25	45	Sala de aula
sala 26	49	Sala de aula
sala 27	49	Sala de aula
sala 28	49	Sala de aula
sala 29	69	Sala de aula
sala 33	69	Sala de aula
sala 34	59	Sala de aula
sala 39	59	Sala de aula
sala 40	59	Sala de aula
sala 44	70	Sala de aula
sala 45	49	Sala de aula
sala 46	49	Sala de aula
sala 47	49	Sala de aula
sala 48	49	Sala de aula
sala 49	49	Sala de aula
sala 50	49	Sala de aula
sala 51	49	Sala de aula
sala 52	69	Sala de aula
sala 41	78	Sala de vídeo/
sala 15	22	Sala de estudos
sala 19	19	Sala de Professores
sala 09	20	Sala de professores
sala 12	19	Sala de Direção
sala 14	105	Secretaria
sala 10	10	Sala de Orientação
sala 16	19	Sala de Supervisão
Salão nobre	165	Eventos

sala de ginástica	70	
Quadra poliesportiva coberta	873,60	
quadra poliesportiva	598	
Campo de futebol	2625	
quadra poliesportiva	540	

Laboratórios	Área (m²)	Finalidade
Laboratório	98	Informática
Sala 35	59	Laboratório Ciências
Biblioteca	98	

9.3 – Materiais e equipamentos – Informática	
Materiais e equipamentos	Quantidade
Laboratório 01	
Computadores Pentium 64 MB	20
Impressoras HP 692 – C – Jato de tinta	03
Scaners de mesa	02
Internet	01

8.1.12 FAMÍLIA E COMUNIDADE

Entendemos e somos favoráveis ao envolvimento da família com a vida escolar, favorecendo cada vez mais o processo ensino-aprendizagem. As vivências na docência e a reflexão sobre a prática pedagógica, com momentos de maior intercâmbio com a família, completam o nosso objetivo e, com efeito, podemos afirmar que o sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família que, responsável pelos filhos, compensa tanto as dificuldades individuais quanto as deficiências na escola.

Assim, segundo Patto, ao pensarmos na questão das dificuldades de aprendizagem, na evasão escolar, na repetência, é preciso pensar, também, que a criança não é a única destinatária da mensagem escolar e usuária da escola, sua família também o é. É irreal esperar que essas mães e pais ajudem seus filhos nas lições. É preciso que os pais se sintam bem no ambiente escolar; é preciso que saibam que a escola lhes pertence.

É necessário lidar com sensibilidade para entender esses pais e o significado que a escola tem para as famílias das classes trabalhadoras; que experiências escolares os adultos tiveram na infância, como estão sendo tratados nas vezes em que comparecem à escola de seus filhos.

Ao considerar que cada momento construído para a vivência integrada exige a participação efetiva dos pais, temos tido a preocupação em resgatar tal participação, despertando na comunidade o prazer em estar na escola. Percebe-se

que os pais inibem-se em receber apenas noticias “desagradáveis” sobre seus filhos e em participar de reuniões meramente administrativas.

Para atingir o objetivo será realizada reuniões, palestras e extensão das campanhas que vem sendo destacada na mídia como: Eu acompanho a Avaliação do meu filho e você? Foram feito reunião com os pais sobre a importância da participação da família no acompanhamento do processo educativo dos filhos. Com essas ações espera-se que o rendimento escolar tenha um progresso considerável, atingindo uma gama de outros objetivos como manter o índice de aprovação e elevando-o à uma admissão de qualidade real, diminuindo também a evasão escolar.

8.1.13 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A PRÁTICA DOCENTE

A organização do trabalho pedagógico deve ser compreendida numa perspectiva democrática, pautada no trabalho coletivo da comunidade escolar, com observância dos dispositivos constitucionais, da LDBEN nº 9.394/96 e da Legislação do Sistema Estadual de Ensino.

O trabalho pedagógico compreende todas as atividades teóricas–práticas desenvolvidas pelos profissionais do estabelecimento de ensino para a realização do processo educativo escolar.

A organização democrática no âmbito escolar fundamenta-se no processo de participação e co-responsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para a elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico.

A organização do trabalho pedagógico é constituída pelo Conselho Escolar, equipe de direção, órgãos colegiados de representação da comunidade escolar, Conselho de Classe, equipe pedagógica, equipe docente, equipe técnico-administrativa e assistente de execução e equipe auxiliar operacional.

A partir do PPP se organiza o currículo escolar, o qual se legitima no regimento escolar e se expressa no plano de trabalho docente. Estes quatro são, portanto alguns dos documentos que fundamentam, organizam e legitimam o trabalho pedagógico. Contudo, que estes princípios e fundamentos se definem no âmbito das necessidades daqueles que estão e dependem da escola pública,

conseqüentemente, do coletivo escolar. Assim sendo, é somente na perspectiva da gestão democrática, a qual oportuniza a instrumentalização dos envolvidos na escola, que se efetiva a discussão e definição destes princípios. A democracia na escola se fundamenta, sobretudo, na socialização do conhecimento. É democrático que o conhecimento possa ser para todos. Este “todo’, ou seja, este coletivo, envolve toda a comunidade escolar, tomada em sua especificidade: alunos, professores, direção, equipe pedagógica, pais, funcionários, enfim todos os que tenham na escola a expressão de sua necessidade e identidade.

8.2 REDIMENSIONAMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA/COMPARTILHADA

8.2.1 CONSELHO ESCOLAR

Consta de um Estatuto com base e amparos legais, sendo um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva e avaliativa, sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB **9394/96**, o ECA e o Regimento Escolar, para o cumprimento da função social e específica da escola.

O Conselho Escolar é concebido enquanto um instrumento de gestão colegiada e de participação da comunidade escolar numa perspectiva de democratização da escola pública, constituindo-se como órgão máximo de direção do Estabelecimento de Ensino.

E, enquanto órgão colegiado deverá ser constituído pelos princípios da representatividade democrática, da legitimidade e da coletividade, sem os quais o conselho perde sua finalidade e função político-pedagógica na gestão escolar.

A Ação do Conselho Escolar deverá estar fundamentada nos seguintes pressupostos:

- Educação é um direito inalienável de todo cidadão;

- A escola deve garantir acesso e permanência a todos que pretendem ingressar no ensino público;

- A universalização e a gratuidade do ensino nos seus diferentes níveis e modalidades são deveres constitucionais;

- A construção contínua e permanente da qualidade da educação e competência político-pedagógica.

- A democratização da gestão escolar é responsabilidade de todos os sujeitos que constituem a comunidade escolar, bem como privilegia a legitimidade, a transparência, a cooperação, a responsabilidade, o respeito, o diálogo e a interação, em todos os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da organização do trabalho escolar.

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO ESCOLAR

De modo geral, podem ser identificadas algumas atribuições dos Conselhos Escolares:

- elaborar o regimento Interno do Conselho Escolar;

- coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar;

- convocar assembléias - gerais da comunidade escolar ou de seus segmentos;

- garantir a participação das comunidades escolares locais na definição do projeto político-pedagógico da unidade escolar;

- promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorize a cultura da comunidade local;

- propor e coordenar alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento significativo do tempo e dos espaços pedagógicos da escola;

- propor e coordenar discussões junto aos segmentos e votar as alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitada a legislação vigente;

- participar da elaboração do calendário escolar, no que competir a unidade escolar, observada a legislação vigente;

- acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono

escolar, aprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e/ ou medidas socioeducativas visando à melhoria da qualidade social da educação escolar;

- elaborar o plano de formação continuada dos conselheiros escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

- aprovar o plano administrativo anual, elaborado pela direção da escola, sobre a programação e a aplicação de recursos financeiros, promovendo alterações se for o caso;

- fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar;

- promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares.

O exercício dessas atribuições é, em si mesmo, um aprendizado que faz parte do processo democrático de divisão de direitos e responsabilidades no processo de gestão escolar.

FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar deve reunir-se com periodicidade: as reuniões devem ser mensais, com uma pauta previamente distribuída aos conselheiros, para que possam, junto a cada segmento escolar e representante da comunidade local, informá-los do que será discutido e definir em conjunto o que será levado à reunião. Os conselheiros devem convocar novamente os segmentos que representam para informar a respeito das decisões tomadas.

As reuniões do Conselho Escolar devem ser realizadas com a presença da maioria dos representantes, sendo todas as discussões, votações e decisões registradas em atas, que serão lidas, aprovadas, assinadas e colocadas à disposição da comunidade escolar.

8.2.2 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe tem por função possibilitar à direção, professores, pais e alunos, uma auto-avaliação, na perspectiva das práticas docente e pedagógica, dos encaminhamentos metodológicos, da organização dos conteúdos e

do processo de apropriação do conhecimento, observando sempre a filosofia do estabelecimento. Tem por função, ainda, acompanhar e aperfeiçoar os processos de ensino e de aprendizagem, diagnosticando seus resultados para um estudo com leitura de dados, avaliação/reavaliação e replanejamento de ensino e de aprendizagem, referente às atividades desenvolvidas no processo educativo.

8.2.3 GRÊMIO ESTUNDANTIL

O Grêmio Estudantil tornou-se atuante a partir do mês de dezembro do ano de dois mil e seis, estabelecido de acordo com seu estatuto .

O grêmio estudantil se constitui em uma representação legítima e democrática dos estudantes. Podem ocorrer diferentes formas de organização e atuação destas entidades estudantis, porém em nosso entender, o grêmio é tido como meio de estar desenvolvendo a política estudantil, participando ativamente nos projetos desenvolvidos pelos professores e alunos, ajudando-os a idealizar soluções para uma melhor participação e envolvimento dos alunos com a instituição, na sua conservação e utilização como bem público e para todos.

O nosso colegiado deseja um grêmio que:

- Colabore na construção da comunidade escolar, como elo entre alunos, com o corpo docente e com técnico-administrativo;

- Junto com a administração da unidade de ensino e professores, busque as mudanças necessárias para a educação;

- Apresente propostas e sugestões concretas para minimizar os problemas da escola e da comunidade na qual esteja inserido;

- Desenvolva o espírito de solidariedade e cooperação entre os estudantes e a escola;

- Promova atividades recreativas, culturais, desportivas, literárias e educacionais, estimulando a união de toda classe estudantil;

- Crie mecanismos que possibilitem incentivar, desenvolver e estimular o estudante em sua vida educacional, social e profissional. Mas, sobretudo, que possa unir a classe, tornando-a mais participativa e consciente de seus deveres e direita.

8.2.4 ELEIÇÃO DO ALUNO REPRESENTANTE DE TURMAS

O Representante de Turma é o aluno que, eleito democraticamente por sua turma, ajuda na organização, na participação e representa o pensamento da maioria dos alunos de sua sala junto à Direção, à Equipe Pedagógica, ao Professor Monitor e ao Representante de Alunos no Conselho Escolar deste estabelecimento de ensino. A eleição ocorre no final do mês de março e os eleitos recebem orientações, da Equipe Pedagógica do Colégio, sobre suas atribuições.

São atribuições do Representante de Turma:

- Manter o bom relacionamento com todos os alunos de sua turma;
- Acolher e levar sugestões votadas pela maioria dos alunos da sala para o representante dos alunos no Conselho Escolar, o Professor Monitor, Direção e Equipe Pedagógica, de acordo com o teor da questão votada;
- Participar das reuniões de Representantes de Turma sempre que convocado pela Direção, pela Equipe Pedagógica ou pelo

8.2.5 APMF

A Associação de Pais – Mestres e Funcionários têm como objetivo traçar ações de assistência ao educando, de aprimoramento do ensino e integração família-escola e comunidade. Ela é regida por estatuto próprio, mas, tem poucas oportunidades e são pouco estimuladas a colaborar para que a escola atinja os objetivos educacionais. Na realidade, as APM podem e devem participar da própria formulação dos objetivos educacionais, ou, ao menos ,devem poder discutir tais objetivos, para que a escola realmente tenha condições de trabalho em consonância com a comunidade.

8.3 FORMAÇÃO CONTINUADA

O processo de formação continuada de profissionais da educação implica uma reflexão sobre o próprio significado do processo educativo, na sua relação com o processo mais amplo de constituição e desenvolvimento histórico-social do ser humano.

A rede pública estadual de ensino do Paraná tem um amplo programa de formação continuada, sob as formas centralizada e descentralizada, presencial e a distância, por meio de cursos, simpósios, seminários, grupos de estudos, com a

utilização de diferentes recursos tecnológicos e com apoio de materiais impressos, uso de mídias como a WEB, TV Paulo Freire, Portal Dia-a-dia Educação, etc.

A Direção do colégio tem sempre a preocupação de divulgar e incentivar professores e funcionários para participar das capacitações. Podemos perceber uma melhora significativa na realização do trabalho docente e dos demais funcionários.

As **Equipes Multidisciplinares** possuem seu próprio Plano de Ação a ser trabalhado no Estabelecimento.

AÇÔES A SEREM DESENVOLVIDAS:

- Realizar um diagnóstico das ações desenvolvidas em todas as disciplinas, bem como, de possíveis problemas a serem resolvidos envolvendo a questão étnico-racial;

- Organizar reuniões de planejamento com todos os membros da Equipe Multidisciplinar a fim de subsidiar o trabalho pedagógico visando buscar estratégias para implementações de ações previstas no PPP a serem efetivadas no Estabelecimento de Ensino;

- Subsidiar as ações da equipe pedagógica com os professores para elaboração do Plano de Trabalho Docente, no que se refere às relações étnicos - raciais;

- Realizar eventos que promovam as interações étnico-raciais e a comunidade escolar, tais como: seminários, gincana culturais, apresentação de danças, concurso Miss Pérola Negra e outros;

- Envolver o Grêmio Estudantil tendo como objetivo incentivá-los a promover debates e gincanas abordando a diversidade;

- Promover grupos de estudos, pesquisas e debates para troca de idéias, textos e informações sobre o tema com a participação aberta a toda a comunidade escolar;

- Acompanhar e divulgar todos os projetos elaborados sobre o tema.

8.4 ATIVIDADES ESCOLARES, EM GERAL, E AS AÇÕES DIDÁTICO - PEDAGÓGICOS A SEREM DESENVOLVIDAS DURANTE O TEMPO ESCOLAR:

Repensar os encaminhamentos dados aos programas, no interior das escolas e dos meios didático-pedagógicos, torna-se fundamental para resgatar tanto

o sentido dos mesmos. Colocá-las como espaço de inclusão significa creditá-la como *locus* de ensino e aprendizagem a todos os seus alunos, vinculando os recursos didático-pedagógicos à intencionalidade da formação, às necessidades dos sujeitos e às condições estruturais e pedagógicas disponibilizadas pela e para a escola.

A proposta das atividades e ações didático escolares desenvolvidas consta com a colaboração total dos diretores, equipe pedagógica , professores e funcionários em geral.

Faz-se necessário proporcionar aos educandos a liberdade de criar e desenvolver suas aptidões nas Artes, Esporte e Ciências.

O Colégio desenvolve e participa durante todo ano letivo várias atividades e projetos escolares dentre eles:

Jogos Escolares, Segundo Tempo, Programa de Segurança com paz nas Escolas, Agenda 21, Gincana Cultural, Projeto SOS Natureza.

Projetos: Concurso Municipal de Soletração, Projeto-Medalha do Mérito Estudantil, Artes e Linguagens e Grupo de Estudos (Em Anexo).

8.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CONTRATURNO

Consta no Anexo as Atividades Complementares que estão sendo desenvolvidas na escola.

8.6 DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

Os Desafios Educacionais Contemporâneos serão trabalhados nas diversas disciplinas, utilizando como material de apoio às sugestões contidas nos cadernos Temáticos, e também o desenvolvimento de atividades. Os programas que envolvem Educação Ambiental, Educação Fiscal, Enfrentamento a Violência, História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Prevenção ao uso indevido de Drogas, Sexualidade.

A Patrulha Escolar Comunitária é a alternativa inteligente que a PMPR encontrou para assessorar as comunidades escolares na busca de soluções para os problemas de segurança encontrados nas escolas. Problemas esses que se faziam presentes em quase todos os estabelecimentos de ensino e que em uns, mais que

em outros, determinavam comprometimento na segurança dos alunos, professores, funcionários e instalações dos estabelecimentos.

A participação efetiva de todos as autoridades locais juntamente com a comunidade escolar nas reflexões sobre a realidade não desejada, as soluções para mudanças e o compromisso de cada um para juntos se chegar à realidade projetada é a retomada para a conquista do sentimento de segurança e das rédeas do crescimento social. O processo educativo deve ser constante e certeiro para que os resultados sejam satisfatórios.

Por isso, a Patrulha Escolar Comunitária acontece de acordo com o ritmo e característica de cada Comunidade Escolar.

FICA Comigo, programa de Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida, foi concebido pela SEED e seu objetivo é garantir que nenhuma criança fique fora da escola, impedindo a evasão escolar, motivada por vários fatores históricos, sociais e mesmo educacionais, continuem a crescer no Paraná em proporções alarmantes.

8.7 DIVERSIDADE

Ao colocar na pauta da escola a questão da diversidade, a SEED instiga a reflexão sobre quem são os sujeitos educandos e educadores, suas origens, suas expressões, suas expectativas e como os mesmos têm se expressado no ambiente escolar. Provoca-nos a compreender quais parâmetros a escola têm utilizado para representar a diversidade existente na sociedade: qual parâmetro de homem, de mulher, de adolescente, de jovem, de idoso, de homossexual, de índio, de negro, de pessoa com necessidades educativas especiais? Como esses sujeitos estão representados no currículo, nos livros didáticos, nas imagens e textos selecionados, nos projetos político-pedagógicos, nos planos de aula, nos índices do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), nos discursos e relações dentro da escola? Para quê o processo educativo: para padronizar, adequar e manter a opressão ou para provocar a libertação, politização, protagonismo e a emancipação dos sujeitos?

Entende-se que urge a tarefa de refletirmos nas reuniões pedagógicas, nos cursos de formação continuada, nos conselhos de classe, nas reuniões do Conselho Escolar e das APMFs, a questão da diversidade e da inclusão (e por vezes

da inclusão perversa) dos diferentes sujeitos. Para tal, segundo Capelo (2008, p.10-11) compreendemos como necessidades mais imediatas no espaço escolar:

- Reconhecer que sabemos pouco ou quase nada sobre as culturas com as quais lidamos no trabalho docente, na educação de diferentes crianças, jovens, adultos e idosos.

- Reconhecer que somos preconceituosos e raramente nos esforçamos para superar esses preconceitos.

- Pesquisar sobre as reações e ações resultantes das interações entre culturas e etnias diferentes;

- Ouvir e permitir que os diferentes e desiguais possam expressar seus pensamentos.

- Reconhecer a heterogeneidade e a complexidade do ser humano.

- Valorizar os outros como eles são em seus mundos de culturas estabelecendo diálogos interculturais, como ensinou Paulo Freire.

9.0 REGIME DE FUNCIONAMENTO

9.1 Organização Curricular

A organização curricular é disciplinar tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio e Educação Profissional, de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, tendo uma Base Nacional Comum e uma Diversificada. Também são organizadas em séries anuais, com base na idade, e outros critérios, seguindo a lei vigente. Os conteúdos estruturantes, básicos e específicos bem como a metodologia e avaliação são organizados no Plano de Trabalho Docente tendo como fundamento as Diretrizes Curriculares Estaduais, com atendimento individual e coletivo, conforme as necessidades e realidade, procurando sempre a melhoria do processo ensino e aprendizagem.

A organização curricular do curso Técnico Educação Profissional Integrado e Subsequente, segue de acordo com o que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnico de Nível Médio, às disposições do Decreto nº 5.154/2004, em

consonância com a lei nº 9.394/96,normatizadas pelo Conselho Estadual de Educação, contendo uma parte diversificada e uma parte de formação específica (Integrado) ou formação específica (subsequente).

9.2 Matriz Curricular (ANEXO)

“Colégio Estadual "Professor Sílvio Tavares"
Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Rua João Manoel dos Santos, 1350 - Fone/Fax 532-4305 - Cambará - PR

Aut. De Func. Dec. 2432/76 - D.O.E. d 29/10/76 Rec. Do Estab. Res. 1709/82 - D.O.E. de 15/07/82

10. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

-

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ARTE

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O ensino de Arte deve ter como enfoque na expressividade, espontaneidade e criatividade; pensada para o aluno. Essa valorização da arte encontrou espaço na pedagogia da Escola Nova, fundamentada na livre expressão de formas individual, inspiração e sensibilidade, desfocando o conhecimento em arte e procurando romper a transposição mecanicista de padrões estéticos da escola tradicional. O ensino de Arte deixa de ser coadjuvante no sistema educacional e passa também a se preocupar com o desenvolvimento do sujeito frente a sociedade construída historicamente em constante transformação.

Pela arte, o ser humano se torna consciente da sua existência social, ele se percebe e se interroga sendo levado a interpretar o mundo e a si mesmo.

Analisando a Arte por uma perspectiva Antropológica, é possível considerar que toda produção artística e cultural é um modo pelo qual o ser humano entende e marca sua existência no mundo. Dessa forma, pode-se conceber as várias instâncias de produção de conhecimento, ou seja, os conteúdos pessoais de cada sujeito, interligados a produção cultural (local/regional/global), com fonte geradora de significados em arte, tanto para os artistas, quanto para o professor e para o aluno.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio da disciplina de Artes, elaborada a partir do coletivo dos professores da rede, orientam para a aproximação e re-elaboração de saberes deste componente curricular com as manifestações e produções culturais.

O enfoque dado ao ensino de Arte na Educação Básica funda-se nos nexos históricos entre arte e sociedade. Nesse sentido, são abordadas as concepções arte como ideologia, arte como forma de conhecimento e arte como trabalho criador, tendo como referência o fato de serem as três principais concepções de arte no campo das teorias críticas, as quais têm no trabalho sua categoria fundante.

Assim, torna-se importante explicitar como o ser humano transformou o mundo construindo simultaneamente a história, a sociedade e a si próprio através do processo do trabalho que constituiu o universo simbólico composto pela linguagem, pela filosofia, pelas ciências e pela arte. Tudo isso, no conjunto, compõe algo que é exclusivamente humano: o mundo da cultura.

A arte, em sentido lato, está presente desde os primórdios da humanidade, é uma forma de trabalho criador. Pelo trabalho o ser humano transforma a natureza e a si, pois, ao produzir a própria existência retirando da natureza o seu sustento, gradativamente transforma os objetos naturais em ferramentas que lhe possibilitam acelerar o processo de transformação do natural em humano. (FISCHER, 2002, p. 23).

Ao produzir os seus próprios objetos, o Homem teve que criar meios de expressão e comunicação, palavras articuladas e diferenciadas para atender as necessidades de organização e produção. Assim, o pensamento e a linguagem foram criados e desenvolvidos no processo de trabalho, pelo qual os seres humanos passaram a ter muito que dizer uns aos outros (FISCHER, 2002, p. 30).

O homem transformou o mundo e a si próprio pelo trabalho e, por ele, tornou-se capaz de abstrair, simbolizar e criar arte. Assim, em todas as culturas, constata-se a presença de maneiras diferentes daquilo que hoje se denomina arte, tanto em objetos utilitários quanto nos ritualísticos, muitos dos quais vieram a ser considerados objetos artísticos.

O ser humano produz, então, maneiras de ver e sentir, diferentes em cada tempo histórico e em cada sociedade. Por isso, é fundamental considerar as influências sociais, políticas e econômicas sobre as relações entre os Homens e destes com os objetos, para compreender a relatividade do valor estético, as diversas funções que a Arte tem cumprido ao longo da história, bem como o modo de organização das sociedades (PARANÁ, 1992, p. 149).

A história social da arte 11 demonstra que as formas artísticas exprimem

sua contemporaneidade por serem produção do Homem, um ser que é simultaneamente constituído/constituinte do social. Essas formas artísticas – como expressão concreta de visões de mundo – são determinadas, mas também determinam o contexto histórico, social, econômico e político, isto é, as transformações da sociedade implicam condições para uma nova atitude estética e são por elas modificadas.

Novas maneiras de ver e de ouvir não são apenas resultado de aperfeiçoamentos ou refinamentos na percepção sensorial, mas também uma decorrência de novas realidades sociais (...) o ritmo, o barulho e o tempo das grandes cidades estimulam novos modos de ver e ouvir; um camponês enxerga uma paisagem de maneira diversa da de um homem da cidade, e assim por diante. (FISCHER, 2002, p. 170)

Para compreender a relação entre arte, sociedade e cultura é importante observar a complexidade do conceito de cultura. Um dos primeiros sentidos dados o termo cultura foi o de cultivo, de crescimento, de cuidado com colheitas e animais e, por extensão, de cuidado com o crescimento das faculdades humanas.

Mais tarde, nos períodos do Iluminismo e do Romantismo, relacionou-se cultura com o processo de desenvolvimento íntimo, de vida intelectual, o que associava cultura à arte, à família, à vida pessoal, à religião, às instituições e práticas de significados e valores.

Essa concepção veio do conceito alemão de Kultur (ELIAS, 1990) vinculado às produções intelectuais, artísticas e religiosas, tais como obras de arte, livros, sistemas religiosos e filosóficos, nas quais se expressa a individualidade de um povo. Esse conceito descreve o caráter e o valor de determinados produtos humanos, com ênfase especial nas diferenças nacionais e na identidade particular dos grupos.

Outro sentido dado à cultura nesse período, é o externo, isto é, que prioriza a aparência e sua imposição a outros grupos sociais, estabelecendo um processo geral de reconhecimento. Willians (1979) argumenta que esta concepção de cultura teve papel importante no desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais. Está relacionado ao conceito de civilização (francês e inglês) que vincula cultura ao valor que a pessoa tem em virtude de sua mera existência e conduta, sem a necessidade de qualquer realização. Sua origem remonta aos modos e atitudes de aparência, próprios da corte francesa e foi usado para a disseminação da idéia de

superioridade dos colonizadores em relação aos povos colonizados (ELIAS, 1990).

Nestas diretrizes, entende-se cultura como toda produção humana resultante do processo de trabalho que envolve as dimensões artística, filosófica e científica do fazer e do conhecer.

A Arte é fonte de humanização e por meio dela o ser humano se torna consciente da sua existência individual e social; percebe-se e se interroga, é levado a interpretar o mundo e a si mesmo. A Arte ensina a desaprender os princípios das obviedades atribuídas aos objetos e às coisas, é desafiadora, expõe contradições, emoções e os sentidos de suas construções. Por isso, o ensino da Arte deve interferir e expandir os sentidos, a visão de mundo, aguçar o espírito crítico, para que o aluno possa situar-se como sujeito de sua realidade histórica.

Além dos conceitos de trabalho e cultura, é preciso explicitar o conceito de obra de arte. Relembrando, as concepções de arte mais representativas da história e presentes no senso comum, ora apresentam a arte somente como representação da realidade (e por ela determinada); ora como expressão da genialidade, da pura subjetividade do artista, característica do romantismo ou ainda como mero fazer.

Nestas Diretrizes, considera-se que toda produção humana, inclusive a artística, é “parte da estrutura social e expressão da produtividade social e espiritual do homem” uma totalidade estruturada e complexa cujos elementos “ideológicos, temáticos, de composição, de linguagem”, são interligados na unidade dialética (KOSÍK, 1976). Assim, a compreensão dialética reafirma os vínculos da obra com a realidade, reconhece a subjetividade do autor e supera a fragmentação histórica do conceito de Arte.

Pretende-se que estas Diretrizes para a disciplina de Arte apontem aos professores da área, formas efetivas de levar o aluno a apropriar-se do conhecimento em arte, que produza novas maneiras de perceber e interpretar tanto os produtos artísticos quanto o próprio mundo. Nesse sentido, educar os alunos em arte é possibilitar-lhes um novo olhar, um ouvir mais crítico, um interpretar da realidade além das aparências, com a criação de uma nova realidade, bem como a ampliação das possibilidades de fruição.

Sob tal perspectiva, Vázquez (1978) aponta três interpretações fundamentais da arte a serem consideradas:

- Arte como forma de conhecimento;

- Arte como ideologia;
- Arte como trabalho criador.

Estas abordagens norteiam e organizam a metodologia, a seleção dos conteúdos e a avaliação de Arte na Educação Básica.

A arte desempenha também, uma função ideológica e pode se tornar elemento de imposição de modos de ser, pensar e agir hegemônicos, pois pela mídia em geral (TVs, jornais, rádios, grandes editoras, empresas de marketing e produtoras e distribuidoras de filmes, vídeos, etc.) alcança quase toda população do país. Por isso, é fundamental levar ao conhecimento dos alunos as três principais formas de como a arte é produzida e disseminada na sociedade contemporânea.

A primeira, denominada arte erudita, é ensinada, difundida e consagrada nos cursos de graduação como a grande arte, tais cursos formam tanto artistas quanto professores de Arte, profissionais que, dessa maneira, passam igualmente a difundi-la. Sua principal forma de divulgação e distribuição são museus, teatros, galerias, salões de arte, bienais, etc. Legitima-se por meio dos críticos de arte e da circulação pela venda de suas obras a uma elite financeira. Essa forma de arte tem um campo de ação restrito, pois está disponível quase que exclusivamente para uma pequena parcela da população que possui grande poder aquisitivo.

A segunda, denominada arte popular, é produzida e vivenciada pela classe trabalhadora, por grupos sociais (menos favorecidos) e étnicos, e compõe o espaço de sociabilidade que constitui a identidade dessa classe e desses grupos. Nesse campo, inclui-se o folclore que tem a particularidade de ser uma manifestação artística a qual permanece por um tempo maior na história de uma determinada cultura.

A terceira, denominada indústria cultural pelos filósofos da Escola de Frankfurt, é também conhecida como cultura de massa. É ela responsável pela produção e difusão em larga escala de formas artísticas pela grande mídia. É através dela que a arte é transformada em mercadoria para o consumo de um grande número de pessoas. Para a indústria cultural é de pouca importância a qualidade dos produtos, pois é a uma quantidade cada vez maior de público que se propõe a atingir, tendo por objetivo principal a obtenção do lucro das vendas dessa mercadoria. Essa indústria se alimenta da produção artística tanto da arte popular (cultura popular), como da arte erudita, descaracteriza-as por meio de equipamentos e tecnologias sofisticadas e as direciona para uma produção em série e consumo

em grande escala.

Pelas características do mercado ao qual essa indústria submete a divulgação da produção artística, o artista sente-se compelido a veicular sua obra em algum meio de comunicação que, nas sociedades de consumo, tendem a constituir uma forma significativa de socialização da arte. Como a mídia em suas diversas formas está fortemente presente na vida da população – de forma acentuada a TV – e na dos mais jovens (MTV, videoclipe, videogame, MP3, MP4, etc.), facilmente passa a definir padrões de conduta e pensamento.

Assim, é de grande urgência que os professores explicitem e instiguem seus alunos a perceber como as artes, bens da cultura humana, podem ser utilizadas pela indústria cultural como mecanismos de padronização de comportamentos e modos de pensar, presentes, por exemplo, em telenovelas e na publicidade.

À Educação – em especial os professores de Arte – cabe ter como foco o esclarecimento de que o segmento da indústria cultural – como parte integrante das grandes corporações capitalistas e do comércio em geral – visa tão somente a fragilização da autonomia de decisão dos indivíduos e a manipulação do desejo pela criação de necessidades artificiais com vista à estimulação do consumo.

É preciso elucidar que tudo isso é gerado e impulsionado pela premência do aumento constante da produção e venda no processo de alimentação do sistema produtivo capitalista, que só consegue sobreviver e crescer pelo consumo exacerbado e pela criação e ampliação de mercados. Assim, fragilizados, é que todos perdem a autonomia como seres humanos, como cidadãos pensantes.

A arte erudita, a arte popular e a indústria cultural são três formas de contato com a arte na sociedade em que se vive. Todas se relacionam entre si e estão permeadas por discursos ideológicos.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICO

Os conteúdos estruturantes, apesar de terem as suas especificidades, são interdependentes e de mútua determinação. Nas aulas, o trabalho com esses conteúdos deve ser feito de modo simultâneo, pois os elementos formais, organizados por meio da técnica, do estilo e do conhecimento em arte, constituirão a composição que se materializa como obra de arte nos diferentes movimentos e período Arte

A opção pelos elementos formais e de composição trabalhados pelos artistas determinam os estilos e gêneros dos movimentos artísticos nos diferentes períodos históricos. Da mesma forma, a visão de mundo, característica dos movimentos e períodos, também determina os modos de composição e de seleção dos elementos formais que serão privilegiados. Concomitantemente, tempo e espaço não somente estão no interior dos conteúdos, como são também, elementos articuladores entre eles.

A explicitação dos conteúdos de Arte é uma preocupação e uma necessidade para o melhor entendimento de como os conteúdos estruturantes podem ser organizados no encaminhamento metodológico. Por isso, no quadro a seguir se explicita um recorte dos conteúdos da disciplina a partir de seus conteúdos estruturantes em cada área de Arte.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

	Elementos Formais	**Composição**	**Movimentos e Períodos**
Música	Altura Duração Timbre Intensidade Densidade	Ritmo Melodia Harmonia Tonal Modal Contemporânea Escalas Sonoplastia Estrutura Gêneros: erudita, folclórica... Técnicas: instrumental, vocal, mista, improvisação...	Arte Greco-Romana, Arte Oriental, Arte Africana, Arte Medieval, Renascimento, Rap, Tecno, Barroco, Classicismo, Romantismo, Vanguardas Artísticas, Arte Engajada, Música Serial, Música Eletrônica, Música Minimalista, Musica Popular Brasileira, Arte Popular, Arte Indígena, Arte Brasileira, Arte Paranaense, Indústria Cultural, Word Music, Arte Latino-Americana...
Artes Visuais	Ponto Linha Superfície Textura Volume Luz Cor	Figurativa Abstrata Figura-fundo Bidimencional Tridimencional Semelhanças Contrastes Ritmo visual Gêneros: Paisagem, retrato, natureza-morta... Técnicas: Pintura, gravura, escultura, arquitetura, fotografia, vídeo...	Arte Pré-histórica, Arte no Antigo Egito, Arte Greco-Romana, Arte Pré-Colombiana, Arte Oriental, Arte Africana, Arte Medieval, Arte Bizantina, Arte Românica, Arte Gótica, Renascimento, Barroco, Neoclassicismo, Romantismo, Realismo, Impressionismo, Expressionismo, Fauvismo, Cubismo, Abstracionismo,

			Dadaísmo, Construtivismo, Surrealismo, Op-art, Pop-art, Arte Naïf, Vanguardas artísticas, Arte Popular, Arte Indígena, Arte Brasileira, Arte Paranaense, Indústria Cultural, Arte Latino-Americana, Muralismo...
Teatro	Personagem (expressões corporais, vocais, gestuais e faciais) Ação Espaço	Representação Texto Dramático Dramaturgia Roteiro Espaço Cênico Sonoplastia, iluminação, cenografia, figurino, adereços, máscara, caracterização e maquiagem Gêneros: Tragédia, Comédia, Drama, Épico, Rua, etc. Técnicas: jogos teatrais, enredo, Teatro direto, Teatro indireto (manipulação bonecos, sombras...), improvisação, monólogo, jogos dramáticos, direção, produção...	Arte Greco-Romana, Arte Oriental, Arte Africana, Arte Medieval, Renascimento, Barroco, Neoclassicismo, Romantismo, Realismo, Expressionismo, Vanguardas Artísticas, Teatro Dialético, Teatro do Oprimido, Teatro Pobre, Teatro Essencial, Teatro do Absurdo, Arte Engajada, Arte Popular, Arte Indígena, Arte Brasileira, Arte Paranaense, Indústria Cultural, Arte Latino-Americana...
Dança	Movimento Corporal Tempo Espaço	Eixo Dinâmica Aceleração Ponto de apoio Salto e queda Rotação Formação Deslocamento Sonoplastia Coreografia Gêneros: folclóricas, de salão, étnica...Técnicas: improvisação, coreografia...	Arte Pré-Histórica, Arte Greco-Romana, Arte Oriental, Arte Africana, Arte Medieval, Renascimento, Barroco, Neoclassicismo, Romantismo, Expressionismo, Vanguardas Artísticas, Arte Popular, Arte Indígena, Arte Brasileira, Arte Paranaense, Dança Circular, Indústria Cultural, Dança Clássica, Dança Moderna, Dança Contemporânea, Hip Hop, Arte Latino-Americana...

Os conteúdos estruturantes e específicos, resultado do debate entre professores, apontam uma parte dos conhecimentos a serem trabalhados na disciplina de Arte e, ao mesmo tempo, explicitam formas de encaminhamento metodológico presentes na Educação Básica.

Neste sentido, para o planejamento das aulas de todas as séries da Educação Básica propõe-se a organização dos conteúdos de forma horizontal, vide tabela de conteúdos estruturantes. Esta forma de organização é também uma indicação de encaminhamento metodológico, pois em toda ação pedagógica planejada devem estar presentes conteúdos específicos dos três conteúdos estruturantes, ou seja, dos elementos formais, composição e movimento e períodos.

Esta proposta visa superar uma fragmentação dos conhecimentos na disciplina de Arte, em que no processo de debate, grande parte dos professores relataram adotar o seguinte procedimento metodológico:

Nas séries/anos iniciais (1ª a 4ª séries/1° ao 5° ano) o trabalho pedagógico centra-se nas atividades artísticas, na prática com músicas, jogos teatrais, desenho e dança. Nessas atividades priorizam-se os elementos formais, como estudos sobre cores primárias e secundárias (artes visuais); timbre, duração e altura (música); expressão facial, corporal e gestual (teatro) e movimento corporal (dança).

Nas séries/anos finais do Ensino Fundamental (5° a 8° séries/ 6° ao 9° ano) gradativamente abandona-se a prática artística e a ênfase nos elementos formais, tratando-se de forma superficial os conteúdos de composição e dos movimentos e períodos.

No Ensino Médio a prioridade é para a História da Arte, com raros momentos de prática artística, centrando-se no estudo de movimentos e períodos artísticos e na leitura de obras de arte.

Em síntese, durante a Educação Básica, o aluno tem contato com fragmentos do conhecimento em Arte, percorrendo um arco que inicia-se nos elementos formais, com atividades artísticas (séries iniciais) e finaliza nos movimentos e períodos, com exercícios cognitivos, abstratos (Ensino Médio).

Diante deste diagnóstico, torna-se imprescindível adotar outra postura metodológica, que propicie ao aluno uma compreensão mais próxima da totalidade da arte. Somente abordando metodologicamente, de forma horizontal, os elementos

formais, composição e movimentos e períodos, relacionados entre si e demonstrando que são interdependentes, possibilita-se ao aluno a compreensão da arte como forma de conhecimento, como ideologia e como trabalho criador, proposto nesta Diretriz.

Neste sentido, vide a partir da página 87 a proposta de seriação de conteúdos para a elaboração do Plano de Trabalho Docente.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO - BRASILEIRA E AFRICANA CNE/CP N° 01/06/04

- A presença de elementos e rituais de cultuas de matriz africana nas manifestações populares brasileira: puxada de rede, maculelê, capoeira, congada, maracatu, tambor de crioulo, samba de roda, umbigada, carimbo, coco etc.
- Danças de natureza:

-Religiosa: Candomblé;

-Lúdica: brincadeira de roda

-Funerária: axexê

-Guerreira: congada

-Dramática: maracatu

-Profana: jongo

- A contribuição artística da cultura africana na formação da Música Popular Brasileira: origem do batuque, do lundu, e do samba entre outros.
- A poética musical envolvendo a temática do negro.
- Novos cantores e compositores negros. A cultura africana e afro brasileira e as artes plásticas: mascaras, esculturas (argila, madeira e metal); ornamento; tapeçaria; tecelagem; pintura corporal; estamparia.
- Artistas plásticos como: Mestre DIDI (Bahia-Br) e a presença e influencia da arte africana nas obras de artistas contemporâneos.

➢Lei n° 10.639/03 e Lei n° 11.645/08 História e Cultura.Afro brasileira, africana e indígena;

➢Lei n° 11.769/08 – Música

- ➢ prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, ed. Fiscal, enfrentamento a violência contra a criança e o

adolescente;

- Lei n° 11.525/07, Educação tributária;
- Lei n° 9795/99 Educação Ambiental;
- História do Paraná – Lei n° 13381/2001.

METODOLOGIA

Nas aulas de Arte é necessária a unidade de abordagem dos conteúdos estruturantes, em um encaminhamento metodológico orgânico, onde o conhecimento, as práticas e a fruição artística estejam presentes em todos os momentos da prática pedagógica, em todas as séries da Educação Básica.

Para preparar as aulas, é preciso considerar para quem elas serão ministradas, como, por que e o que será trabalhado, tomando-se a escola como espaço de conhecimento. Dessa forma, devem-se contemplar, na metodologia do ensino da arte, três momentos da organização pedagógica:

- Teorizar: fundamenta e possibilita ao aluno que perceba e aproprie a obra artística, bem como, desenvolva um trabalho artístico para formar conceitos artísticos.
- Sentir e perceber: são as formas de apreciação, fruição, leitura e acesso à obra de arte.
- Trabalho artístico: é a prática criativa, o exercício com os elementos que compõe uma obra de arte.

O trabalho em sala poderá iniciar por qualquer um desses momentos, ou pelos três simultaneamente. Ao final das atividades, em uma ou várias aulas, espera-se que o aluno tenha vivenciado cada um deles. Teorizar é a parte do trabalho metodológico que privilegia a cognição, em que a racionalidade opera para apreender o conhecimento historicamente produzido sobre arte.

Tal conhecimento em arte é alcançado pelo trabalho com os conteúdos estruturantes elementos formais, composição, movimentos e períodos, abordados nas Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Esse conhecimento se efetiva quando os três momentos da metodologia são trabalhados.

É imprescindível que o professor considere a origem cultural e o grupo social dos alunos e que trabalhe nas aulas os conhecimentos originados pela comunidade. Também é importante que discuta como as manifestações artísticas podem produzir significado de vida aos alunos, tanto na criação como na fruição de

uma obra. Além disso, é preciso que ele reconheça a possibilidade do caráter provisório do conhecimento em arte, em função da mudança de valores culturais que pode ocorrer através do tempo nas diferentes sociedades e modos de produção.

Assim, o conteúdo deve ser contextualizado pelo aluno, para que ele compreenda a obra artística e a arte como um campo do conhecimento humano, produto da criação e do trabalho de sujeitos, histórica e socialmente datados.

No processo pedagógico, os alunos devem ter acesso às obras de Música, Teatro, Dança e Artes Visuais para que se familiarizem com as diversas formas de produção artística. Trata-se de envolver a apreciação e apropriação dos objetos da natureza e da cultura em uma dimensão estética.

A percepção e apropriação das obras artísticas se dão inicialmente pelos sentidos. De fato, a fruição e a percepção serão superficiais ou mais aprofundadas conforme as experiências e conhecimentos em arte que o aluno tiver em sua vida.

O trabalho do professor é de possibilitar o acesso e mediar a percepção e apropriação dos conhecimentos sobre arte, para que o aluno possa interpretar as obras, transcender aparências e apreender, pela arte, aspectos da realidade humana em sua dimensão singular e social.

Ao analisar uma obra, espera-se que o aluno perceba que, no processo de composição, o artista imprime sua visão de mundo, a ideologia com a qual se identifica, o seu momento histórico e outras determinações sociais. Além de o artista ser um sujeito histórico e social, é também singular, e na sua obra apresenta uma nova realidade social.

Para o trabalho com os produtos da indústria cultural, é importante perceber os mecanismos de padronização excessiva dos bens culturais, da homogeneização do gosto e da ampliação do consumo. A filósofa Marilena Chauí (2003) apresenta alguns efeitos da massificação da indústria cultural que constituem referência para este trabalho pedagógico. Para Chauí, em função das interferências da indústria cultural, as produções artísticas correm riscos em sua força simbólica, de modo que ficam sujeitas a:

- perda da expressividade: tendem a tornar-se reprodutivas e repetitivas;
- empobrecimento do trabalho criador: tendem a tornar-se eventos para consumo;
- redução da experimentação e invenção do novo: tendem a

supervalorizar a moda e o consumo;

- efemeridade: tendem a tornar-se parte do mercado da moda, passageiro, sem passado e sem futuro;
- perda de conhecimentos: tendem a tornar-se dissimulação da realidade, ilusão falsificadora, publicidade e propaganda.

Ressalta-se ainda que a humanização dos objetos e dos sentidos se faz pela apropriação do conhecimento sistematizado em arte, tanto pela percepção quanto pelo trabalho artístico.

A prática artística – o trabalho criador – é expressão privilegiada, é o exercício da imaginação e criação. Apesar das dificuldades que a escola apresenta para desenvolver essa prática, ela é fundamental, pois a arte não pode ser apreendida somente de forma abstrata. De fato, o processo de produção do aluno acontece quando ele interioriza e se familiariza com os processos artísticos e humaniza seus sentidos.

Essa abordagem metodológica é essencial no processo pedagógico em Arte. Os três aspectos metodológicos abordados nesta Diretriz – teorizar, sentir e perceber e trabalho artístico – são importantes porque sendo interdependentes, permitem que as aulas sejam planejadas com recursos e encaminhamentos específicos.

O encaminhamento do trabalho pode ser escolhido pelo professor, entretanto, interessa que o aluno realize trabalhos referentes ao sentir e perceber, ao teorizar e ao trabalho artístico.

AVALIAÇÃO

A concepção de avaliação para a disciplina de Arte proposta nestas Diretrizes Curriculares é diagnóstica e processual. É diagnóstica por ser a referência do professor para planejar as aulas e avaliar os alunos; é processual por pertencer a todos os momentos da prática pedagógica. A avaliação processual deve incluir formas de avaliação da aprendizagem, do ensino (desenvolvimento das aulas), bem como a autoavaliação dos alunos.

De acordo com a LDB (n. 9.394/96, art. 24, inciso V) a avaliação é “contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”. Na Deliberação 07/99 do Conselho Estadual de Educação

(Capítulo I, art.8o), a avaliação almeja “o desenvolvimento formativo e cultural do aluno” e deve “levar em consideração a capacidade individual, o desempenho do aluno e sua participação nas atividades realizadas”.

De fato, a avaliação requer parâmetros para o redimensionamento das práticas pedagógicas, pois o professor participa do processo e compartilha a produção do aluno. Ou seja, a avaliação permite que se saia do lugar comum, dos gostos pessoais, de modo que se desvincula de uma prática pedagógica pragmatista, caracterizada pela produção de resultados ou a valorização somente do espontaneísmo. Ao centrar-se no conhecimento, a avaliação gera critérios que transcendem os limites do gosto e das afinidades pessoais, direcionando de maneira sistematizada o trabalho pedagógico.

Assim, a avaliação em Arte supera o papel de mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos e busca propiciar aprendizagens socialmente significativas para o aluno. Ao ser processual e não estabelecer parâmetros comparativos entre os alunos, discute dificuldades e progressos de cada um a partir da própria produção, de modo que leva em conta a sistematização dos conhecimentos para a compreensão mais efetiva da realidade.

O método de avaliação proposto nestas Diretrizes inclui observação e registro do processo de aprendizagem, com os avanços e dificuldades percebidos na apropriação do conhecimento pelos alunos. O professor deve avaliar como o aluno soluciona os problemas apresentados e como ele se relaciona com os colegas nas discussões em grupo. Como sujeito desse processo, o aluno também deve elaborar seus registros de forma sistematizada. As propostas podem ser socializadas em sala, com oportunidades para o aluno apresentar, refletir e discutir sua produção e a dos colegas.

É importante ter em vista que os alunos apresentam uma vivência e um capital cultural próprio, constituído em outros espaços sociais além da escola, como a família, grupos, associações, religião e outros. Além disso, têm um percurso escolar diferenciado de conhecimentos artísticos relativos à Música, às Artes Visuais, ao Teatro e à Dança.

O professor deve fazer um levantamento das formas artísticas que os alunos já conhecem e de suas respectivas habilidades, como tocar um instrumento musical, dançar, desenhar ou representar. Durante o ano letivo, as tendências e habilidades dos alunos para uma ou mais áreas da arte também devem ser

detectadas e reconhecidas pelo professor.

Esse diagnóstico é a base para planejar futuras aulas, pois, ainda que estejam definidos os conteúdos a serem trabalhados, a forma e a profundidade de sua abordagem dependem do conhecimento que os alunos trazem consigo.

Essa é outra dimensão da avaliação, a zona de desenvolvimento proximal, conceito elaborado por Lev Semenovich Vigotsky que trabalha a questão da apropriação do conhecimento. Vigotsky argumenta que a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver um problema sem ajuda, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com outro colega, é denominado de zona de desenvolvimento proximal.

Portanto, o conhecimento que o aluno acumula deve ser socializado entre os colegas e, ao mesmo tempo, constitui-se como referência para o professor propor abordagens diferenciadas.

A fim de se obter uma avaliação efetiva individual e do grupo, são necessários vários instrumentos de verificação tais como:

- trabalhos artísticos individuais e em grupo;
- pesquisas bibliográfica e de campo;
- debates em forma de seminários e simpósios;
- provas teóricas e práticas;
- registros em forma de relatórios, gráficos, portfólio, áudio-visual e outros.

Por meio desses instrumentos, o professor obterá o diagnóstico necessário para o planejamento e o acompanhamento da aprendizagem durante o ano letivo, visando às seguintes expectativas de aprendizagem:

- A compreensão dos elementos que estruturam e organizam a arte e sua relação com a sociedade contemporânea;
- A produção de trabalhos de arte visando à atuação do sujeito em sua realidade singular e social;
- A apropriação prática e teórica dos modos de composição da arte nas diversas culturas e mídias, relacionadas à produção, divulgação e consumo.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

PARANA, Secretaria de Estado da Educação. DCE-Básica, 2008.

PARANÁ, **História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnicos-raciais/Paraná,** Secretaria de Estado e Educação,Superintendência da Educação.Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED-PR, 2006-110p. Cadernos Temáticos

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE FÍSICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O objeto de estudo da Física é o Universo em toda sua complexidade como disciplina escolar, que propõe aos estudantes o estudo da natureza, entendida segundo Menezes(2005) como realidade material sensível.

O estudo dos movimentos em Física se dá com o olhar a natureza desde os tempos remotos, no período paleolítico, na tentativa humana de resolver seus problemas de ordem prática e garantir sua subsistência.

Na tentativa de resolver problemas de ordem prática e de garantir subsistência, a humanidade começou a observar para compreender a natureza em tempos remotos, provavelmente desde o período paleolítico, observa a natureza, porém, as primeiras sistematizações surgiram bem mais tarde, com o interesse dos gregos em explicar as variações cíclicas observadas nos céus, onde esses registros deram origem à astronomia, talvez a mais antiga das ciências e, com ela, o início do estudo dos movimentos.

As explicações a respeito do Universo mudam, em cada época, de acordo com o que se conhece sobre ele. Assim, as inconsistências e insuficiências dos modelos explicativos do Universo exigiram novos estudos que produziram novos

conhecimentos físicos, estimulados pelas mudanças econômicas, políticas e culturais iniciadas no final do séc. XV com a ampliação da sociedade comercial, estendendo-se à atualidade. Tanto quanto as outras disciplinas, a Física deve educar para a cidadania e isso se faz considerando a dimensão crítica do conhecimento científico sobre o universo de fenômenos e a não-neutralidade da produção desse conhecimento, mas seu comprometimento e envolvimento com aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, não reduzindo a Física à memorização de modelos, conceitos e definições, excessivamente matematizados e tomados como verdades absolutas, como coisas reais.

Dentro do ensino de Física nos três anos do Ensino Médio, os conteúdos estruturantes a serem trabalhados são: **Movimento, Termodinâmica** e **Eletromagnetismo.**

O estudo movimento é importante para o aluno vivenciar o tempo e o espaço para se situar nele e interagir com os mesmos, a termodinâmica é necessária, pois estuda a transformação de calor como forma de energia relacionada ao Movimento, o Eletromagnetismo abrange toda força de atração, repulsão, toda parte eletrostática e todas inovações tecnológicas surgidas nos últimos cem anos.

O ensino de Física se justifica em atender aos alunos da disciplina no ensino médio na realização de atividades experimentais desenvolvida de vários modos: em situações simuladas de computador, em construção de equipamentos e utilização dos mesmos nas atividades de demonstração em sala de aula e ou em atividades didáticas seqüenciais de modelização.

É de conhecimento de todos os educadores que uma atividade experimental, seja como elemento de apropriação ou demonstração, desempenha um papel importante no processo ensino aprendizagem. Neste sentido, pretende-se oportunizar aos esse momento de forma sistemática para o desenvolvimento das atividades experimentais.

O Ensino de Física tem como objetivo:

- Quantificar e qualificar as diferentes formas de energia envolvidas em todos os fenômenos físicos e inseridos num contexto histórico, social, desenvolvendo a tecnologia e a política voltada a realidade do aluno;

- Possibilitar ao educando que se coloque como agente cada vez mais atuante, que lhe permita evoluir seu espírito crítico, o raciocínio associado às capacidades dedutivas e aplicações no cotidiano;
- Desenvolver no aluno a curiosidade e criatividade para que possa transformar e desenvolver experimentos criados por ele mesmo;
- Reconhecer a ciência como um objeto humano, tornando o conteúdo científico mais interessante e compreensível, humanizando a ciência, aproximando-a dos estudantes, desenvolvendo a teoria e a prática;
- Levar o aluno do Ensino Médio, à formação de sujeitos que, em sua formação e cultura agreguem a visão da natureza, das produções e das relações humanas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Os conteúdos estruturantes tratados nas séries do Ensino Médio são:

- Movimento
- Termodinâmica
- Eletromagnetismo

Movimento

O estudo dos Movimentos é importante porque está fortemente ligada às questões externas ao meio científico como: guerras, o comércio, os mitos e a religião, permite a compreensão de fenômenos ligados ao cotidiano do estudante como o caminho, o movimento de projetis e dos automóveis, o equilíbrio dos corpos num meio fluido, o movimento dos planetas em torno do Sol e da Lua em torno da Terra.

Termodinâmica

A termodinâmica como conteúdo estruturante e derivada do grego thermê (calor) e dynamis (força), baseiam-se nos conceitos de temperatura, calor e entropia e as relações entre calor e trabalho mecânico.

Entender os processos em que ocorreu trocas de calor tão presentes no cotidiano dos estudantes, e os seus principais conceitos, torna-se fundamental para um estudante ao qual se deseja apresentar a Física como uma ciência em construção e, portanto compreender o universo em que vivemos.

Eletromagnetismo

O eletromagnetismo é um importante estudo para o Ensino Médio visto que seu conhecimento e aplicação não estão ligados apenas aà compreensão da natureza, mas também às inúmeras inovações tecnológicas surgidas nos últimos cem anos.

Assim, os três conteúdos estruturantes, Movimento, Termodinâmica e Eletromagnetismo, foram escolhidos como estruturantes porque indicou campos de estudo da Física que a partir de desdobramentos em conteúdos pontuais, possam garantir os objetos de estudo da disciplina de forma mais abrangente possível.

O estudo do Movimento, Termodinâmica e Eletromagnetismo permitem o aprofundamento, as contextualizações e relações interdisciplinares, os avanços da física dos últimos anos e as perspectivas do futuro.

Assim, o eletromagnetismo apresenta como um estudo de carga elétrica que pode conduzir a um conceito geral de carga no contexto da física, de particular, de campo elétrico e magnético, circuitos elétricos e eletrônicos, portanto a física moderna destaca-se o efeito fotoelétrico, a descoberta dos quanta de luz que deu início à mecânica quântica e a imutabilidade da velocidade luz como um dos princípios da relatividade.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / CONTEÚDOS BÁSICOS / CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA:

ESTRUTURANTE	BÁSICO	ESPECÍFICO

MOVIMENTO	Momentum, inércia e a conservação do momentum	Espaço, tempo e massa; Velocidade; inércia de rotação e translação; 1ª Lei de Newton, referenciais inerciais e não inerciais; vetores; etc; Unidades
	Variação da quantidade de movimentos = Impulso e a 2ª Lei de Newton	Impulso; força; força resultante, a 2ª Lei de Newton e a Fórmula de Euler para força (F=ma); massa inercial; Aceleração;movimentos acelerados e retardados;etc;unidades;vetores
	Gravidade / Campo de Forças	Rotação e translação; Leis de Kepler; Lei da Gravitação Universal; força da gravidade; peso; massa gravitacional e inercial; etc; unidades; vetores.
	3ª Lei de Newton e condições de equilíbrio	Centro de gravidade; sistema massa mola (Lei de Hooke); centro de gravidade; força resultante; massa inercial; unidades; etc; vetores
	Energia e o Princípio da Conservação da Energia	Energia cinética e potencial; a conservação da energia mecânica; transformação de energia e trabalho; massa, energia e quantização da energia, diferentes formas de energia, por exemplo: energia nuclear; etc; unidades.

TERMODINÂMICA	Fluidos	Massa específica e densidade; pressão e volume; Princípio de Arquimedes e o empuxo, pressão hidrostática e a atmosfera; lei de Stevin; teorema de Stevin; vasos comunicantes e o Princípio de Pascal; Tensão superficial; capilaridade; viscosidade; etc; unidades.
	Oscilações	Ondas mecânicas (acústica); sistema massa-mola; pêndulo; ressonância; refração e reflexão, interferência; ondas estacionárias; efeito doopler; etc; unidades.
	Lei zero da Termodinâmica	Teoria cinética dos gases; leis dos gases ideais; calor e temperatura; propriedades térmicas; instrumentos de medida de temperatura – o termômetro e as escalas termométricas; equilíbrio térmico; etc; unidades.
	Propriedades térmicas e dilatação dos materiais	Condutividade térmica; coeficiente de dilatação; dilatação térmica em sólidos, líquidos e gases,; etc; unidades.
	1ª Lei da Termodinâmica	Capacidade calorífica e calor específico de substâncias nos estados: sólido, líquido e gasoso, mudança de fase; calor latente, calor sensível e o calor como energia; energia interna de um gás ideal; conservação de energia; variação da energia e o trabalho sobre um gás; etc; unidades.
	2ª Lei da Termodinâmica	Máquinas térmicas; variação de energia de um sistema, trabalho; potência e rendimento; o ciclo de Carnot; etc; unidades.
	Entropia	Processos reversíveis e irreversíveis; a energia como uma constante do universo e a

ELETROMAGNETISMO	Carga Elétrica	Condutividade elétrica; carga elétrica; quantização da carga elétrica; processos de eletrização; unidades.
	Campo eletromagnético	Campo e o campo eletromagnético; indução eletromagnética, Transformadores; etc; vetores; unidades.
	Força eletromagnética	Força elétrica e força magnética – Força de Lorentz; vetores; etc; unidades.
	Equações de Maxwell	Lei de Gauss (convergência e divergência das linhas de campo) – Lei de Coulomb; Lei de Lenz e a conservação da energia; Lei de Ampére; a indução eletromagnética e o gerador; etc; vetores; unidades.
	Energia e o Princípio da conservação da energia	Lei de Lenz e a conservação da energia; transformação de energia, geradores e motores; trabalho e potencial elétrico; a energia potencial elétrica; energia nuclear: fissão e fusão nuclear; etc; unidades.
	Elementos de um circuito elétrico	A variação da carga elétrica no tempo – corrente elétrica; fontes de energia; geradores, motores, resistores, capacitores; etc; unidades.
	Luz	Fenômenos luminosos: refração e reflexão, interferência e difração; efeito fotoelétrico; efeito Compton; dualidade onda-partícula (De Broglie), espalhamento; etc; unidades.

Serão contempladas nesta disciplina:

- História do Paraná – Lei 13 381/2001;
- História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Lei 10639/03;
- História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – Lei 11645/08;

- Música – Lei 11.769/08;

- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente;

- Direitos das Crianças e Adolescente – Lei Federal 11525/07;

- Educação Tributária Decreto n° 1143/99, Portaria n° 413/02;

- Educação Ambiental – Lei Federal n° 9795/99, Decreto n° 4201/02;

Essas temáticas serão abordadas como conteúdos e/ou quando surgirem oportunidades

METODOLOGIA

O ensino da Física deve partir de um conhecimento prévio dos estudantes, ter suas concepções alternativas ou espontâneas sobre os quais a ciência tem um conceito científico.

A metodologia utilizada pelo professor é o ponto de partida para a aprendizagem, é preciso que professores e alunos compartilhem significados na busca da aprendizagem onde devem interagir a informação com o conhecimento prévio do sujeito para que possam adicionar, diferenciar, integrar, modificar e enriquecer o conhecimento podendo ser substituído.

O estudante deve ser capaz de perceber e aprender as situações da sala de aula e transformar o conhecimento, buscando avaliar todo processo, pois para o aluno, o ensino de Física deve ter um prévio requisito que é saber matemática, utilizar tecnologias para cálculos propiciando aos estudantes condições para entender as teorias físicas, utilizando o laboratório pra experimentação e melhor compreensão dos fenômenos físicos, onde o professor pode verificar a aprendizagem através de relatórios, textos e discussões.

O ensino da Física deve partir de um conhecimento prévio dos estudantes, Ter suas concepções alternativas ou espontâneas sobre os quais a ciência tem um conceito científico. A concepção espontânea, o aluno adquire no seu cotidiano através da interação com os objetos no seu espaço de convivência na escola; a concepção científica envolve um saber socialmente construído e sistematizado, necessita de metodologias específicas para ser transmitida no seu ambiente escolar.

A metodologia utilizada pelo professor utilizada pelo professor é necessário que considere o que o aluno conhece, pois é o ponto de partida para a

aprendizagem, é preciso que professores e alunos compartilhem significados na busca da aprendizagem onde devem interagir a informação com o conhecimento prévio do sujeito para que possam adicionar, diferenciar, integrar, modificar e enriquecer o conhecimento podendo ser substituído.

O estudante deve ser capaz de perceber e aprender as situações da sala de aula e transformar o conhecimento, buscando avaliar todo processo, pois para o aluno, o ensino de Física deve Ter um prévio requisito que é saber matemática, utilizar tecnologias para cálculos propiciando aos estudantes condições para entender as teorias físicas, utilizando o laboratório para experimentação e melhor compreensão dos fenômenos físicos, onde o professor pode verificar a aprendizagem através de relatórios, textos e discussões.

Avaliação:

Após ter trabalhado o conteúdo de Física, espera-se que o aluno possa:

Realizar análise do texto científico;

Apresentar a ideia com clareza diante dos colegas;

Dar opiniões sobre o assunto;

Produzir um texto utilizando à linguagem científica, após ter feito leitura de outros textos

Ter raciocínio argumentativo e lógico;

Ter compreensão dos conceitos físicos essenciais para o entendimento de uma unidade de ensino;

Elaborar um relatório tendo como referência os conceitos, as leis e teorias físicas sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva a Física.

Instrumentos de Avaliação:

- Apresentação de Trabalhos
- Debates
- Seminários
- Relatório escrito individual
- Avaliação escrita
- Participação nos trabalhos propostos em sala e tarefas para casa
- Prática demonstrativa
- Auto-avaliação contextualizada, questões relacionadas a aplicação de práticas, problemas com significado, acompanhados por desenhos, gráficos,

esquema, etc.

- Recuperação de conteúdos

CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

Avaliar os conhecimentos de Física, deve-se levar em conta os pressupostos teóricos adotados pela diretriz curricular, considerando os aspectos históricos, conceituais e culturais.

A avaliação deve ter um caráter diversificado, considerando: a compreensão dos conceitos físicos, a capacidade de análise de um texto, elaboração de relatório, visitas à feira de ciência etc. Portanto, a avaliação não deve ser utilizada para classificar com nota, deve auxiliá-lo na aprendizagem.

A avaliação só tem sentido quando utilizada como instrumento para intervir no processo de aprendizagem dos estudantes, visando ao seu crescimento.

BIBLIOGRAFIA

PARANA, DIRETRIZES CURRICULARES ORIENTADORAS DE FÍSICA PARA O ENSINO MÉDIO. SEED, 2008.

PARANÁ, **História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnicos-raciais/Paraná,** Secretaria de Estado e Educação,Superintendência da Educação.Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED-PR, 2006-110p. Cadernos Temáticos

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE BIOLOGIA

APRESENTAÇAO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de Biologia tem como objeto de estudo o fenômeno da Vida, diante deste objeto de estudo houve a necessidade e preocupação de se estudar e descrever os seres vivos e os fenômenos naturais que envolvem e inserem o homem, com isso é necessária à disciplina de biologia em todas as séries do Ensino Médio.

Os conhecimentos de biologia no Ensino Médio não devem ser

representados como um conhecimento contemplativo da natureza, mas mostrar os modelos teóricos da aprendizagem de forma que possa ser capaz de entender, explicar, utilizar e manipular os recursos naturais e para isso buscou na História das Ciências os contextos históricos mesmo com pressões religiosas, econômicas, políticas e sociais que deram um grande impulso nos conceitos fazendo com que o homem passasse a compreender a natureza e tudo que o cerca, desenvolvendo o entendimento da Biologia como o estudo da vida, passando do pensamento biológico descritivo para o pensamento biológico mecanicista, daí para pensamento evolutivo e enfim para o pensamento biológico da manipulação genética.

A disciplina de biologia tem a fundamental importância no Ensino Médio, pois, oferece e disponibiliza aos alunos recursos para o conhecimento da Biologia compreendendo o mundo complexo até o entendimento do concreto, da teoria a prática, do mito à verdade, dando possibilidades de entender a Biologia como Ciência dinâmica estando em constante transformação, desenvolve o entendimento do que é Vida, seu pensamento, sua própria origem e sua importância como ser humano que vive em constante busca do conhecimento, levando-o a entender a Organização dos seres vivos e os mecanismos biológicos, entender a biodiversidade, suas aplicações dos avanços na ciência até a manipulação genética dos seres vivos, organização dos conhecimentos biológicos constituídos ao longo da história da humanidade e adequá-los ao sistema de ensino, compreender a estrutura física - químico dos seres vivos e as conseqüentes alterações biológicas, sua importância e utilidade nos conhecimentos da medicina, agricultura e outras áreas, entender o estudo da vida e a busca constante de explicações sobre o fenômeno da vida, da ciência, do método científico e tecnológico e todas suas diversidades e manifestações, entender a partir dele mesmo, formando sujeitos críticos, reflexivos e atuantes, pensar na valorização da Vida e da sua diversidade, a ética, o respeito pela ciência e o interesse pela preservação do ambiente e assim preparar o educando para a cidadania, aprimorando-o como ser humano, solidário e consciente, colocar assim em prática tudo o que ele aprendeu através do Estudo da Vida, promover uma relação entre professor – aluno – conhecimento diante dos conteúdos estruturantes definidos como: Organização dos Seres Vivos, Mecanismos Biológicos, Biodiversidade e Manipulação Genética.

Portanto a Biologia é capaz de relacionar diversos conhecimentos específicos entre sí e com outras áreas de conhecimentos e deve priorizar o

desenvolvimento de conceitos cientificamente produzidos e propiciar reflexão constante sobre mudanças e conceitos que nela existe de forma crítica.

O estudo de biologia tem como característica o pensamento biológico descritivo onde conceitua Vida como expressão da natureza idealizada pelo sujeito racional, pelo pensamento biológico mecanicista onde sob influência positivista mostra o funcionamento da Vida. A biologia fracionou os organismos vivos em partes e o funcionamento de cada uma destas partes; o pensamento evolutivo vinculado ao materiais genéticos, unificados ás ciências biológicas utilitária, pela aplicação de seus conhecimentos na medicina, agricultura e outras áreas. O pensamento biológico da manipulação genética caracteriza pela compreensão física química dos seres vivos e as conseqüentes alterações biológicas.

CONTEUDOS ESTRUTURANTES

A biologia constitui-se como parte do processo de construção científica que deve ser entendida e compreendida como processo de produção do próprio desenvolvimento humano, preocupa-se com o entendimento dos fenômenos naturais e a explicação racional da natureza, levando o homem a propor uma concepção de mundo e interpretações que influenciam e são influenciados pelo processo histórico da própria humanidade.

A biologia ciência que estuda a Vida em sua Diretriz Curricular apresenta os conteúdos estruturantes que são os saberes (conhecimentos) que identificam e organizam os campos de estudo em todas as disciplinas. São eles:

- Organização dos Seres Vivos;
- Mecanismos Biológicos;
- Biodiversidade: relações ecológicas;
- Manipulação Genética;
- Lei n° 10.639/03 e Lei n° 11.645/08 História e Cultura.Afro brasileira, africana e indígena;
- Lei n° 11.769/08 – Música prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, ed. Fiscal, enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente;
- Lei n° 11.525/07, Educação tributária;
- Lei n° 9795/99 Educação Ambiental

A disciplina de Biologia é capaz de relacionar diversos conhecimentos

específicos entre si e com outras áreas do conhecimento e deve valorizar os conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos e propiciar uma reflexão constante sobre as mudanças de tais conceitos em decorrência de questões emergentes.

Pretende-se que os conteúdos sejam abordados de forma integrada, com ênfase aos aspectos essenciais do objetivo de estudo da disciplina, relacionados a conceitos oriundos das diversas ciências de referência da Biologia. Tais relações deverão ser desenvolvidas ao longo do Ensino Médio, num aprofundamento conceitual e reflexivo, com vistas a dotar o aluno das significações dos conteúdos em sua formação neste nível do ensino.

Será estudada a Lei n° 10.639/03 relacionado a história e cultura afro-brasileira e africana e dos povos indígenas Lei n° 11.645/08 de forma contextualizada favorecendo a compreensão da diversidade biológica e cultural.

Sugere-se estudo que contemplem as relações étnicos raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Assim deve-se:

- Estudar as teorias antropológicas;

- Desmistificar teorias racistas, destituindo significado "superioridade" racial;

- Estudo das características biológicas (biótipo) dos diversos povos;

- Contribuição dos povos africanos e de seus descendentes para os avanços da Ciência e da Tecnologia;

- Análise e Reflexão sobre o panorama da saúde dos africanos, in loco. Neste sentido o professor de Biologia pode abordar os conflitos entre epidemias/endemias e o atendimento à saúde, entre as doenças e as condições de higiene proporcionado a população bem como o índice de desenvolvimento humano (IDH).

CONTEUDOS BASICOS DA DISCIPLINA

SÉRIE: 1º ano do Ensino Médio:

A vida na Terra - como tudo começou: teoria Celular, Ciclo de vida das células; Tipos de células quanto ao núcleo;

Composição química celular: Compostos orgânicos e inorgânicos;

Membrana celular e envoltórios celulares, (Animal e Vegetal);

Citoplasma e organelas citoplasmáticas;

O núcleo celular;

O código genético e a síntese protéica;

Divisão celular: mitose e meiose;

Gametogênese animal;

Embriologia;

Histologia animal.

Lei 10.639/03 e 11,645/08.

SÉRIE: 2º ANO DO ENSINO MÉDIO

Classificação Biológica;

Taxonomia:

O sistema binomial

Os reinos do mundo vivo;

Vírus;

Reino Monera: Bactérias e cianobactérias;

Reino Protista: Protozoários e algas

Reino Fungi: Fungos;

Reino Animália I: Filos Invertebrados: poríferas; cnidários; platelmintos; nematódeos; moluscos; anelídeos; artrópodes.

Reino Animália II: Filos Vertebrados: cordados; peixes; anfíbios; répteis; aves; mamíferos.

Fisiologia Animal: nutrição; respiração; circulação, excreção; sustentação e locomoção; controle nervoso; controle hormonal e reprodução.

Reino Vegetal: Briófitas; Pteridófitos; Gimnospermas; Angiospermas.

Histologia e fisiologia vegetal.

Lei 10.639/03 e 11.645/08.

SÉRIE: 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

- Introdução ao ensino da Genética

- Primeira Lei de Mendel: Os experimentos; Teoria cromossômica da herança e fundamentos de probabilidade;

- Monoibridismo: Dominância completa e incompleta, co-dominância, genes letais e subletais;

- Alelos múltiplos: Polialelia, grupos sanguíneos e o sistema ABO e fator RH;

- Segunda Lei de Mendel; diibridismo, Triibridismo e poliibridismo;

- Interação gênica: Epistasia, herança quantitativa e pleiotropia;

- Herança sexual: Determinação do sexo; Herança: ligada ao sexo e irrestrita;

-Herança influenciada pelo sexo;

- Mutações: Cromossômicas, numéricas, estruturais e gênicas;

- A evolução da vida: Idéias fixistas, teorias evolucionistas (Darwin, Lamarck), órgão homólogos e análogos, estruturas vestigiais, semelhanças anatômicas e embrionárias;

-O ambiente conquistado: Os seres produtores, consumidores e decompositores; ecossistema; energia e matéria, habitat e nicho ecológico; Ciclos da matéria (água, carbono, oxigênio e nitrogênio);

-Simbiose: relações entre os seres vivos: relações intra-específicas e interespecíficas;

-Desequilíbrios ambientais: poluição do ar, água e solo.

-Lei 10.639/03 e 11.645/08.

METODOLOGIA

A metodologia de ensino deve promover inter-relações entre os conteúdos selecionados, de modo a promover o entendimento do objeto de estudo da disciplina de Ciências. Essas inter-relações devem se fundamentar nos Conteúdos Estruturantes. As técnicas utilizadas para desenvolver os conteúdos são: Pesquisas e leitura de textos atuais em revistas, livros, jornais e Internet de fatos cotidianos do aluno; Trabalhos em grupo; Exposição e apresentação de trabalhos; Montagem de painéis, cartazes; Exibição e análise de filmes, documentários; Debates; Relatórios; Entrevistas; Visitas técnicas com roteiro.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Livros didáticos e livro didático público
- Revistas, jornais: textos atuais, livros, computador: Internet,
- Painéis, cartazes;
- Filmes e documentário;
- TV pendrive
- Aparelho de som.

AVALIAÇÃO

Na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de acordo com o art. 24 inciso V, sobre a avaliação escolar segue-se:

- uma avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais;

- a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

- a possibilidade de avanços nos curso e nas séries mediante verificação do aprendizado;

- o aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

- a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino e seus regimentos.

A avaliação será continua e cumulativa no decorrer do bimestre e realizada por meio de instrumentos diversificados.

A avaliação também será através da participação do aluno nas atividades da escola, de pesquisas escritas em forma de trabalho com menções de notas de 0 a 10,0 pontos, sendo 6.0 pontos para a avaliações e 4.0 para atividades diversificadas, relatórios feitos pelos alunos, leitura de textos diversos e discussão, avaliação objetiva e subjetiva e seminários e oficinas, experimentação com a participação dos alunos, produção de imagens com vídeos, transparência, manipulação de material ou demonstração, jogos educativos, filmes, relatórios, etc.

Espera-se:

- Que o aluno seja capaz de identificar e comparar as características dos diferentes grupos e seres vivos.

- Classifique os seres vivos quanto ao numero de células, tipo de organização celular, forma de obtenção de energia e tipo de reprodução.

- Reconheça e compreenda a classificação filogenética (morfológica, estrutural e molecular) dos seres vivos.

- Compreenda a anatomia, morfologia, fisiologia e embriologia dos sistemas biológicos (excretor, reprodutor, cardiovascular, respiratório, endócrino, esquelético, excretor, sensorial e nervoso.)

- Identifique a estrutura e o funcionamento das organelas citoplasmáticas;

- Reconheça a importância e identifique os mecanismos bioquímicos e biofísicos que ocorrem no interior das células.

- Compare e estabeleça diferenças morfofisiológicas entre os tipos celulares mais freqüentes nos sistemas biológicos.

A Lei nº. 10.639/03, referente à “História e Cultura Afro-brasileira e Africana” e a Lei Complementar 11.645/08, referente à “Educação Indígena”, serão observadas quando tratarmos da biodiversidade, da biogeografia, do isolamento das espécies, da pigmentação da pele, nos alimentos, na resistência orgânica dos diferentes organismos, conhecimento de plantas medicinais para cura de varias doenças.

Espera-se que o aluno:

- Reconheça a importância da estrutura genética para manutenção da diversidade dos seres vivos;

- Compreenda o processo de transmissão das características hereditárias entre os seres vivos;

- Compreenda o processo de transmissão das características hereditárias entre os seres vivos;

- Identifique os fatores bióticos e abióticos que constituem os ecossistemas e as relações existentes entre estes;

- Valorize a diversidade biológica para manutenção do equilíbrio dos ecossistemas;

- Reconheça as relações de interdependência entre os seres vivos e destes como o meio que vivem;

- Identifique algumas técnicas de manipulação do material genético e os resultados decorrentes de sua aplicação/utilização;

- Compreenda a evolução histórica da construção dos conhecimentos biotecnológicos aplicados à melhoria da qualidade de vida da população e à solução de problemas sócio-ambientais;

- Relacione os conhecimentos biotecnológicos às alterações produzidas pelo homem na diversidade biológica;

- Analise e discuta interesses econômicos, políticos, aspectos éticos e bioéticos da pesquisa científica, que envolvem a manipulação genética.

JUSTIFICATIVA

Espera-se que os conteúdos sejam abordados de forma integrada, com ênfase nos aspectos essenciais do objeto de estudo da disciplina, relacionados a conceitos oriundos das diversas ciências de referência da Biologia. Tais relações deverão ser desenvolvidas ao longo do ensino médio, num aprofundamento conceitual e reflexivo, com vista a levar o aluno das significações dos conteúdos em sua formação neste nível de ensino.

O Conteúdo Estruturante **Organização dos Seres Vivos** deve ser trabalhado em todas as séries do Ensino Médio para tornar possível ao aluno conhecer a relação dos seres Vivos, suas características e classificação, sua origem, sua diversidade biológica. Esse conteúdo está relacionado com a classificação dos seres vivos a fim de compreender toda diversidade, agrupando e categorizando as espécies extintas e existentes, de acordo com a classificação de Carl Van Linné que situou os seres vivos em 5 reinos: Animal, Vegetal, Fungos, Bactérias, Protozoários e suas relações em ambientes reais. A biologia celular e o funcionamento dos órgãos e dos sistemas, as abordagens Genética, evolutiva e ecológica, os avanços científicos e tecnológicos estão dentro desse conteúdo estruturante de forma clara e crítica.

Os estudos dos mecanismos biológicos explicam como os sistemas orgânicos, os componentes celulares e suas funções até o funcionamento dos sistemas que constituem os diferentes grupos dos seres vivos, como: locomoção, digestão, respiração, circulação, organismos uni e pluricelulares e a constituição físico – químico, considerando o papel fundamental, suas funções vitais, estudo da Teoria celular como soendo a célula unidade morfofisiológica dos seres vivos, unidade básica da vida.

Porém neste conteúdo estruturante deve-se entender a visão mecanicista do pensamento biológico ampliando-se a discussão sobre a organização dos seres vivos, numa **visão macroscópica e descritiva da natureza para uma visão evolutiva com propósito de compreender a construção de conceitos científicos na Biologia.**

Entende-se por **Biodiversidade** como um sistema complexo de conhecimentos biológicos interagindo num processo integrado, dinâmico, envolvendo a variabilidade genética, a diversidade de seres vivos, relações ecológicas entre elas e a natureza, os processos evolutivos pêlos quais os seres vivos tem sofrido transformações ocorridos nos seres vivos ao longo do tempo e de toda diversidade de espécies, as características hereditárias de cada espécie e a seleção natural. Os conhecimentos da genética e os caminhos abertos para a compreensão dos processos de modificações dos seres vivos ao longo da história da humanidade, o DNA considerado como molécula da vida, as implicações sociais, éticas e legais que surgiram e ainda surgirão em conseqüências de pesquisas feitas. Pretende - se com este conteúdo discutir a respeito dos processos pêlos quais os seres vivos sofrem modificações, perpetuam uma variabilidade genética e estabelecem relações ecológicas, garantindo a diversidade dos seres vivos, a construção do pensamento biológico evolutivo e os pensamentos descritivo e mecanicista.

Outro conteúdo estruturante é a **Implicações dos Avanços Biológicos no Fenômeno Vida** que está voltado às implicações da engenharia genética sobre a vida, os avanços da biologia molecular, a manipulação do material genético aos seres vivos.

Deve-se ainda ser estudado: genética molecular, as biotecnologias, os aspectos bioéticos dos avanços da biotecnologia, a fertilização in vitro, células tronco, clonagem, eutanásia, transgênicos entre outros; microorganismos na contribuição para produção de produtos farmacêuticos, hormônios, vacina, alimentos, medicamentos, soluções para os problemas ambientais, reflexões éticos, morais, políticos e econômicos dessas manipulações.

A ciência e a tecnologia são conhecimentos produzidos pêlos seres humanos e interferem no contexto da vida da humanidade, não se pode impedir o desenvolvimento da ciência, mas todo cidadão tem direito de receber esclarecimentos sobre como as novas tecnologias vão afetar sua vida.

Os conteúdos específicos não estabelecem as posições entre cultura/conhecimentos espontâneos e cultura erudita, mas uma relação de continuidade em que o conhecimento sistematizado supera a apreensão da realidade pela experiência imediata.

Diante dessa postura pedagógica onde se admite um conhecimento relativamente autônomo, assume-se que o saber tente a um conhecimento objetivo, mas ao mesmo tempo, a possibilidade de realização crítica frente a esse conteúdo.

Para Libâneo o papel do professor trata-se de um lado de obter o acesso do aluno aos conteúdos ligando-os com a experiência concreta dele – a continuidade; mas de outro lado, de proporcionar elementos de análise crítica que ajudem o aluno a ultrapassar a experiência, os estereotipo, as pressões difusas da ideologia dominante – a ruptura.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia de ensino da Biologia, nessa concepção envolve o conjunto de processos organizados e integrados, quer no nível de célula, de individuo, de organismo no meio, na relação ser humano e natureza e nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

De acordo com as novas tendências metodológicas para que a Biologia tenha o seu ensino voltado para uma aplicação social no entorno do aluno, serão contempladas práticas pedagógicas envolvendo: Prática social – problematização – instrumentalização – catarse e o retorno da prática social.

PRÁTICA SOCIAL = caracteriza-se por ser o ponto de partida, onde o objetivo é perceber, dar significações às concepções alternativas do aluno, a partir de uma visão sincrética, desorganizada, do senso comum aos conteúdos a ser trabalhados.

PROBLEMATIZAÇÃO = é o momento para detectar e apontar as questões que o aluno deverá ser capaz de resolver no âmbito da prática social e, em consequência, estabelecer que conhecimento seja necessário, para resolver tais questões, e as exigências sociais de aplicação desse conhecimento.

INSTRUMENTALIZAÇÃO = o professor apresenta o conteúdo sistematizado para que os alunos assimilem e os transformem em instrumento de construção do conhecimento pessoal e profissional, e ser capaz de se apropriar das

ferramentas culturais necessárias à luta para superar a condição de exploração em que vivem.

CATARSE= é a aproximação entre o aluno e o conhecimento adquirido, se apropria dos instrumentos culturais, transformação social, o aluno passa ao entendimento e elaboração da ação para conscientização.

RETORNO A PRÁTICA SOCIAL = é o retorno a pratica social, é o saber concreto e a atuação nas relações de produção, da compreensão sincrética do aluno, de menor compreensão, do conhecimento científico a fase de maior clareza e compreensão, uma visão sincrética concluída.

AVALIAÇÃO

A avaliação é um instrumento reflexivo, prevê um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas pelo professor ao longo do ano letivo, professores e alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superar os obstáculos.

É preciso compreender a avaliação como prática emancipatória. Deste modo a avaliação na disciplina de Biologia, passa a ser entendida como instrumento cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento pedagógico para nela intervir e reformular os processos de aprendizagem.

Pressupõe-se uma tomada de decisão onde o aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias; enfim a avaliação como instrumento reflexivo prevê um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas pelo professor ao longo do ano letivo. Professores e alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superar os obstáculos.

A avaliação deve ser diagnóstica, através de recursos como: leitura de textos diversos e discussão, testes objetivos e subjetivos, diálogo nas aulas, experimentação com a participação dos alunos produção de imagens com vídeos, transparências, manipulação de material ou demonstração, jogos educativos, apresentação com seminários e oficinas, filmes, relatórios**,** pesquisas etc.

Referência Bibliográfica

PARANÁ, **Diretrizes Curriculares Orientadoras de Biologia** E. M. SEED– 2008

PARANÁ, **História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnicos-raciais/Paraná,** Secretaria de Estado e Educação,Superintendência da Educação.Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED-PR, 2006-110p. Cadernos Temáticos.

- Livro Didático de Biologia do Ensino Médio – LDP – SEED.

- Livro Didático de Biologia de Ensino Médio – Vol. I, II, III Cezar e Cezar – MEC

- Livro Didático de Biologia de Ensino Médio – Vol. I, II, III Amabis, J.M. & Martho G.R.- Ed. Moderna.

Livro de Biologia para o Ensino Médio, Augusto Adolfo, Marcos Crozetta e Samuel Lago – Editora IBEP

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos **da Lei 9.394** de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

PROPOSTA CURRICULAR DE SOCIOLOGIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A Lei Estadual n° 15.228, de 25/07/2006, que institui a disciplina de Sociologia na Matriz Curricular do Ensino Médio no Estado do Paraná, uma vez dita no art. 36 “dominar os conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”.

A Sociologia, desde a sua constituição como conhecimento sistematizado, tem contribuído para a ampliação do conhecimento dos homens sobre sua própria condição de vida e fundamentalmente para a análise das sociedades, ao compor, consolidar e alargar um saber especializado pautado em teorias e pesquisas que esclarecem muitos dos problemas sociais.

Seu objeto de estudo é o conhecimento e a explicação da sociedade através da compreensão das diversas formas pelas quais os seres humanos vivem em grupos, das relações que se estabelecem no interior e entre esses diferentes grupos, bem como a compreensão das conseqüências dessas relações para indivíduos e coletividades.

O tratamento dos conteúdos pertinentes à Sociologia fundamenta-se e sustenta-se em teorias originárias de diferentes tradições sociológicas, cada uma delas com seu potencial explicativo – a ciência, dessa forma, pode ser mobilizada para a conservação ou para a transformação da sociedade, para a melhoria ou para a degradação humana.

É tarefa inadiável da escola e a Sociologia a formação de novos valores, de uma nova ética e de novas práticas sociais que apontem para a possibilidade de construção de novas relações sociais.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS:

Os conteúdos estruturantes de Sociologia são os conhecimentos de grande amplitude, os conceitos e as práticas que identificam e organizam os campos de estudo da Sociologia, considerados centrais e básicos para a compreensão dos processos de construção do social.

Os conteúdos estruturantes e os conteúdos específicos deles desdobrados, não devem ser pensados e trabalhados de maneira autônoma, como se bastassem a si próprios e nem de forma seqüencial como se exigissem obediência incondicional

A Sociologia surgiu como a ciência centrada na busca de soluções para os problemas sociais gerados pelo modo de produção capitalista, como a miséria, o desemprego e as conseqüentes greves e rebeliões.

- Processo de Socialização é de importância central na construção do pensamento sociológico, especialmente no contexto escolar, porque não só

possibilita ao professor refletir e orientar criticamente sua ação pedagógica, como também possibilita ao aluno de Ensino Médio ter acesso a conhecimentos elaborados de forma rigorosa, complexa e crítica acerca da realidade social na qual está inserido. Possibilitando ao professor e ao aluno, cada um no seu nível de compreensão, uma alteração qualitativa da sua prática social.

- As instituições sociais devem ser estudadas em sua constante dinâmica, a qual manifesta-se de forma sempre conflituosa e que muitas vezes aponta para o seu fim.

- A Instituição Escolar – reflexão sobre a importância e o papel da escola e de seus atores (professores, alunos, funcionários, direção) nas sociedades atuais.

- A Instituição religiosa – origens e importância do pensamento religioso, reflexão sobre idéias pré-concebidas e sectarismo.

- A Instituição familiar – origens históricas, diferentes configurações nos diversos lugares sociais e, principalmente a dinâmica das famílias das sociedades contemporâneas.

- Cultura e Indústria Cultural – É importante problematizar para o aluno de Ensino Médio o conceito de cultura e suas derivações, para que ele perceba que não existem culturas superiores ou inferiores, mas que temos grupos que são diferentes e que tem uma apropriação distinta de mesmos aspectos de constituição de vida como a família, o trabalho, o lazer, a religião e etc.

- Trabalho, Produção e Classes Sociais – O trabalho é a condição de sobrevivência humana.

É impossível uma pessoa individualmente retirar da natureza tudo o que necessita para sobreviver, o trabalho mais do que uma utilidade (garantir a existência humana) é também e principalmente uma relação social que pode ser organizado de variadas formas. Tanto pode ser resultado de cooperação, como de confronto e concorrência, pela sobrevivência, entre os homens.

- Poder, Política e Ideologia – A ideologia é uma visão de mundo que se mostra verdadeira, mas nem sempre o é, pois varia de acordo com os grupos que estão no poder, com o tipo de sociedade e com os interesses que serão objetivados por esses. O poder e a ideologia que o permeia são exercidos sob a forma de organizações formais como o Estado, mas estão presentes também na sociedade civil e todas as suas relações são políticas.

É importante mostrarmos aos alunos do Ensino Médio que o poder e a ideologia que permeiam as relações políticas, podem e devem ser sempre problematizadas.

- O Estado Moderno – Nas sociedades nacionais, socialistas ou capitalistas, o Estado desempenha seu papel de acordo com a ideologia predominante, se a sociedade for socialista, o Estado deve suprir todas as necessidades da população, não existe iniciativa privada; de outra forma, se a sociedade é capitalista, o Estado é a representação da vontade da população, cobra determinados valores (impostos e taxas) e tem assim a obrigação de nos devolver bens públicos, como saúde, educação, segurança e proteção.

- Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais – Na análise da questão dos direitos, deve-se considerar se esses foram sendo inscritos nas leis, lentamente, ou foram sendo conquistados pela pressão dos que não tinham direitos, sejam civis, políticos ou sociais. São os direitos que definem a cidadania, ou seja, a possibilidade de sermos indivíduos atuantes com direitos e deveres. Mas os direitos só se tornam direitos plenos, portanto elementos da cidadania, se forem exercidos no cotidiano das ações das pessoas. Direito na lei, que não é exercido, é apenas um direito formal.

A organização e a luta dos grupos sociais estão presentes no âmbito de várias sociedades de vários tempos históricos, no entanto, o conceito de movimentos sociais como entendemos e próprio das sociedades capitalistas, sejam eles urbanos ou rurais. Os movimentos sociais são práticas civis de confronto, que desempenham o papel de criadoras de novas políticas, que acabam por impactar o desenvolvimento desta mesma sociedade, e criar possibilidades de novos projetos sociais.

O estudo deste conteúdo estruturante possibilitará aos alunos a compreensão da dinâmica que os cerca, como também a capacidade de inserir-se e participar de movimentos já organizados ou em processo de organização.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / BÁSICOS DA DISCIPLINA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
O surgimento da Sociologia e Teorias Sociológicas	- Formação e consolidação da Sociedade Capitalista e o desenvolvimento do pensamento social; - Teorias sociológicas clássicas: Comte,

	Durkheim, Engels e Marx, Weber; - O desenvolvimento da Sociologia no Brasil.
O processo de socialização e as Instituições sociais	- Processo de Socialização; - Instituições Sociais:familiares, Escolares, Religiosas; - Instituições de Reinserção (prisões, manicômios, educandários, asilos, etc).
Cultura e Indústria Cultural	- Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades; - Diversidade cultural; - Identidade; - Indústria cultural; - Meios de comunicação de massa; - Sociedade de consumo; - Indústria cultural no Brasil e no Paraná; - Questões de gênero; - Cultura afro-brasileira e africana; - Culturas indígenas.
Trabalho, Produção e Classes Sociais	- O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades; - Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais; - Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições; - Globalização e Neoliberalismo; - Relações de trabalho; - Trabalho no Brasil e no Paraná.
Poder, Política e Ideologia	- Formação e desenvolvimento do Estado Moderno; - Democracia, autoritarismo, totalitarismo; - Estado no Brasil; - Conceitos de Poder; - Conceitos de Ideologia; - Conceitos de denominação e legitimidade; - As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.
Direito, Cidadania e Movimentos Sociais	- Direitos: civis, políticos e sociais; - Direitos Humanos; - Conceito de cidadania; - Movimentos Sociais; - Movimentos Sociais no Brasil e no Paraná; - A questão ambiental e os movimentos

	ambientalistas; - A questão das ONG's.

Serão contempladas nesta disciplina:

- História do Paraná – Lei 13 381/2001;
- História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Lei 10639/03;
- História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – Lei 11645/08;
- Música – Lei 11.769/08;
- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente;
- Direitos das Crianças e Adolescente – Lei Federal 11525/07;
- Educação Tributária Decreto n° 1143/99, Portaria n° 413/02;
- Educação Ambiental – Lei Federal n° 9795/99, Decreto n° 4201/02;

Essas temáticas serão abordadas como conteúdos e/ou quando surgirem oportunidades

Sugestões de Atividades

- Discussões e atividades que tenha como foco a criança e o jovem negro, a sua família em diferentes contextos sociais e profissionais para a valorização da diversidade étnica brasileira.
- Pesquisas e debates sobre o espaço dos afrodescendentes e de sua cultura nos meios de comunicação de massa (em especial e TV).
- Após debates sobre textos propostos aos alunos, solicitar que produzam textos sobre os temas:
  - O racismo no Brasil;
  - O negro e o índio visto como escravo e outros;
  - Pesquisa relacionada ao negro e mercado do trabalho no país;
  - Textos complementares que enriquecerão os conhecimentos dos alunos.

Metodologia:

O aluno do Ensino Médio deve ser considerado em sua especificidade etária e em sua diversidade cultural, além de importantes aspectos como a

linguagem, interesses pessoais e profissionais, necessidades materiais, deve se ter em vista as peculiaridades da região em que a escola está inserida e a origem social do aluno, para que a metodologia utilizada possa responder as necessidades desse grupo social.

Conforme sugere a Diretriz, a disciplina deve ser iniciada, a título de introdução, com uma breve contextualização da construção histórica da Sociologia, e das teorias sociológicas fundamentais, as quais devem ser constantemente retomadas, numa perspectiva crítica, no sentido de fundamentar teoricamente os conteúdos específicos.

É fundamental a utilização de vários instrumentos metodológicos, sejam eles: exposição, a leitura e esclarecimento do significado e dos conceitos e da lógica dos textos, a análise, a discussão, a pesquisa de campo, charges, entre outros. Importa que o aluno esteja constantemente provocado a relacionar a teoria com o vivido, a rever conhecimentos de um pensamento crítico e instigante. Todas as metodologias utilizadas devem sempre desenvolver um olhar sociológico, através dos conceitos e teorias dos clássicos da sociologia.

São próprios da metodologia da disciplina de Sociologia:

– Pesquisa;

– Simpósios;

– Filmes;

- Seminários;

- Leitura e análises de textos Sociológicos.

- O livro didático público, ou outro material didático, não esgota ou supre todas as necessidades de ensino de Sociologia.

Avaliação:

O processo de avaliação no âmbito do ensino da Sociologia necessita de um tratamento metódico e sistemático, elaborada de forma transparente e coletiva, seus critérios devem ser debatidos, criticados e acompanhados por todos os envolvidos pela disciplina.

A apreensão de alguns conceitos básicos, articulado com a prática social: a clareza, capacidade de argumentação fundamentada teoricamente, a coerência na exposição das ideia, oral ou escrita, são critérios possíveis de serem verificados no decorrer do curso. As formas de avaliação em Sociologia acompanham as práticas

do ensino da disciplina, seja reflexão crítica, nos debates, que acompanham os textos e filmes, enfim várias podem ser as formas, desde que se tenha como perspectiva a clareza dos objetivos a atingir, no sentido da apreensão, compreensão e reflexão dos conteúdos pelos alunos.

Entendemos que não é só o aluno, mas também professores e a instituição escolar, devem constantemente ser avaliados em suas dimensões práticas e discursivas principalmente em seus princípios políticos com a qualidade e a democracia.

Bibliografia:

Documentos da SEED – **Livro didático público- Sociologia**, 2008.

OLIVEIRA, Pérsio Santos. **Introdução à Sociologia**. 24 ed.São Paulo: Ática.

PARANÁ, **Orientações: Diretrizes Curriculares de Sociologia para o Ensino Médio.**2008.

SANTOS, Mário Bispo dos. **A Sociologia no Ensino Médio: Condições e perspectivas epistemológicas** 2008.

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA:

Muitos são os estudos sobre a história da Geografia, porém de acordo com ANDRADE (1987: 20) essa área do conhecimento está em utilização desde a pré-história, fato comprovado pela análise das pinturas rupestres. Na Antiguidade ANDRADE (1987: 23, 26) destaca a *contribuição dos gregos e romanos* pela

evolução da Geografia. Durante a Idade Média, apesar do retrocesso dos conhecimentos, ANDRADE (1987: 32) destaca as *viagens de Marco Pólo* que muito contribuíram para ampliação dos conhecimentos geográficos. Parafraseando ANDRADE, na Idade Moderna, nas bases do positivismo (neutralidade científica), a Geografia ganha status de ciência, porém passa a seguir as ideologias dos Estados, tornando-se assim uma ciência comprometida com os governantes de cada país em que se criava as Escolas de Geografia. Porém não é correto considerar o desenvolvimento da Geografia de um modo linear: houve um corte epistemológico entre o final do século XIX e o início do século XX, que serviu para jogar no esquecimento da Geografia pré-universitária, que esteve ligada às preocupações dos chefes de Estado, dos oficiais e dos homens de negócios. *Assim a Geografia escolar foi imposta no fim do século XIX.* LACOSTE (1977: 38). A Geografia universitária vai moldando a Geografia escolar, caindo no enciclopedismo.

A renovação do ensino de Geografia no Brasil começou na década de 1970 e relaciona-se com uma crise mais ampla que atingiu todas as ciências, desde o pós-guerra. Nesse processo de redescoberta da Geografia, graves problemas se colocaram como: *a construção de fundamentos epistêmicos necessários à consolidação de sua cientificidade, a definição e clareza do sujeito desta ciência, capaz de desvelar a organização espacial e suas relações,* segundo PCN (1996:309). A Geografia Crítica, mesmo com vários problemas, chegou aos alunos na década de 1980, propondo o fim do saber escolar neutro, da valorização da paisagem e do ensino conteudístico.

As transformações ocorridas no Brasil e no mundo no final do século XX, suscitadas pela Revolução tecnocientífica, pela globalização da economia e pelos problemas ambientais deram aos conhecimentos geográficos um novo significado, passando de ciência descritiva à Geografia crítica. A chamada Geografia Crítica, em seus fundamentos teórico-metodológicos, deu novas interpretações ao quadro conceitual de referência e ao objeto de estudo, valorizou os aspectos históricos e a análise dos processos econômicos, sociais e políticos constitutivos do espaço geográfico, utilizando o método dialético, segundo o qual nenhum fenômeno pode ser entendido isoladamente, só sendo possível conhecer o particular quando situado na totalidade.

No Paraná, as discussões sobre a emergente Geografia Crítica ocorreram no final da década de 1980, em cursos de formação continuada e em discussões

sobre reformulação curricular, promovidos pela Secretaria de Estado da Educação que publicou, em 1990, o *Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná* . A abordagem teórica crítica, proposta para o Ensino da Geografia naqueles documentos, baseava-se na compreensão do espaço geográfico como social, produzido e reproduzido pela Sociedade Humana.

Atualmente, as Diretrizes Curriculares apresentam-se como documento norteador para um repensar da prática pedagógica dos professores de Geografia, a partir de questões epistemológicas, teóricas e metodológicas que estimulam a reflexão sobre a Geografia e seu ensino. Problematizar a abrangência dos conteúdos desse campo do conhecimento, bem como reconhecer os impasses e contradições existentes, são procedimentos fundamentais para compreender e ensinar o espaço geográfico no atual período histórico.

A relevância da Geografia está no fato de que todos os acontecimentos do mundo têm uma dimensão espacial, onde o espaço é a materialização dos tempos da vida social. Portanto há de se empreender um ensino capaz de fornecer aos alunos conhecimentos específicos de Geografia, com os quais ele possa ler e interpretar criticamente o espaço, sem deixar de considerar a diversidade das temáticas geográficas e suas diferentes formas de abordagem, refletindo sobre o nosso mundo, compreendendo-o do âmbito local até os âmbitos nacional e planetário, sendo a Geografia um instrumento indispensável para essa reflexão.

Estudar Geografia é uma forma de compreender o mundo em que vivemos. O campo de preocupação de Geografia é o espaço da sociedade humana, em que homens e mulheres vivem e, ao mesmo tempo, produzem modificações que o (re) constroem permanentemente.

A Geografia tem como objeto de estudo o “Espaço Geográfico”, entendido como o espaço produzido (Lefebrere, 1974) e apropriado pela sociedade composta por objetos (naturais, culturais e técnicos) e ações (relações sociais, culturais, políticas e econômicas) inter-relacionadas (Santos,1996). Desta perspectiva, os objetos geográficos são indissociáveis das ações humanas, mesmo sendo eles objetos naturais.

É no Espaço Geográfico que se realizam as manifestações da natureza e as atividades humanas. Para nos posicionarmos inteligentemente diante desse espaço, temos de conhecê-lo bem.

Há muito tempo o homem vem transformando o espaço natural em seu

benefício. Ser cidadão pleno em nossa época significa, antes de tudo estar integrado criticamente na sociedade, participando ativamente de suas transformações.

Considerando, então, que cada conceito geográfico se constituiu em diferentes momentos históricos em função das transformações sociais, políticas e econômicas, que alteram maneiras e ritmos de produzir e organizar o espaço, para a formação de um aluno consciente das relações sócio-espaçiais de seu tempo, assume-se, nesta Proposta Pedagógica Curricular o quadro conceitual das teorias críticas da Geografia, que incorporam, em suas construções conceituais, os conflitos e as contradições sociais, econômicas, culturais e políticas que constituem o espaço geográfico.

Cabe salientar, ainda, que os conteúdos específicos, bem como os grandes conceitos geográficos (sociedade, natureza, território, região, paisagem lugar, etc) somente inter-relacionados tornam-se significativos e contribuem para a compreensão do espaço geográfico.

A disciplina de Geografia é muito importante por que:

- Contribui para a formação do cidadão participante dos movimentos promovidos pela sociedade, tendo uma visão mais ampla e profunda do mundo, sendo capaz de dialogar com o espaço geográfico para compreender como os diferentes elementos se relacionam.
- Leva o aluno a conhecer a dinâmica do meio físico frente às intervenções humanas para que ele possa conhecer e contribuir para preservar aquilo que ainda resta, compreendendo as relações entre a preservação ou degradação da natureza em função do conhecimento de sua dinâmica e a integração de seus elementos biofísicos.
- Leva o aluno a distinguir as várias representações sociais da realidade vivida, realizando a leitura das construções humanas como um documento importante que as sociedades, em diferentes momentos, imprimiram sobre uma base natural.
- Subsidia os alunos no enriquecimento e sistematização dos saberes, para que sejam sujeitos capazes de interpretar, com olhar crítico, o mundo que os cerca.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/CONTEÚDOS BÁSICOS DA DISCIPLINA

De acordo com a concepção teórica assumida, serão apontados os

Conteúdos Estruturantes da Geografia para Educação Básica, considerando que seu objeto de estudo/ensino é o espaço geográfico.

Entende-se, por conteúdo estruturantes, os conhecimentos de grande amplitude que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo/ensino. São, neste caso, dimensões geográficas da realidade a partir das quais os conteúdos específicos devem ser abordados.

Os Conteúdos Estruturantes estão em permanente relação uns com os outros e na realidade concreta eles nunca se separam. Os conteúdos específicos estão organizados a partir de cada Conteúdo Estruturante apenas como estratégia de ensino, enfatizando ora a abordagem de um deles, ora de outro. Porém, a articulação entre eles deve ser sempre mencionada pelo professor para evitar a compreensão equivocada de que esses conteúdos não dialogam.

Os Conteúdos Estruturantes são considerados basilares e fundamentais para a compreensão do Espaço Geográfico no ambiente da educação Básica. A partir destes, derivam-se os conteúdos específicos que compõem o trabalho e a relação de ensino e aprendizagem no cotidiano escolar, sendo os mesmos flexíveis e abordáveis em todas as séries.

A abordagem pedagógica em Geografia deve desenvolver um ou mais conceitos básicos da disciplina – região, paisagem, território, lugar, sociedade, rede e natureza – e as categorias de análise do espaço geográfico – relações espaço-temporais e relações sociedade-natureza.

Os conteúdos estruturantes da disciplina de geografia para o Ensino Fundamental e Médio são;

- **Dimensão econômica da produção do/no espaço**
- **Geopolítica**
- **Dimensão socioambiental**
- **Dinâmica cultural e demográfica**

DIMENSÃO ECONÔMICA DA PRODUÇÃO DO/NO ESPAÇO

Este Conteúdo Estruturante articula-se com os demais, pois a apropriação da natureza e sua transformação em produto para o consumo humano envolvem as sociedades em relações geopolíticas, ambientais e culturais.

O professor deve enfatizar a apropriação do meio - natural/artificial - pela sociedade criando uma rede de transformação e circulação de mercadorias, pessoas, informações e capitais, discutindo como as sociedades produzem o espaço geográfico sob a perspectiva da produção de objetos (fixos e móveis) necessários para a manutenção da dinâmica da sociedade (capitalista).

Pode enfatizar ainda as desigualdades econômicas, na produção de necessidades, nas diferentes classes sociais e na configuração sócio-espacial.

Os conceitos de paisagem, lugar, território, natureza, sociedade e região podem ser desenvolvidos, mas o conceito de rede na atualidade recebe ênfase.

GEOPOLÍTICA

Neste Conteúdo Estruturante as relações de poder e domínio sobre os territórios, bem como as instâncias e instituições, oficiais ou não, que governam os territórios devem ser abordadas.

O professor deverá enfatizar as relações de poder sobre territórios da escala micro (rua, bairro) até a escala macro (país, instituições internacionais) e o papel do Estado e das forças políticas não estatais (ONG, narcotráfico, crime organizado, associações). As redefinições de fronteiras, orientadas por motivos econômicos, culturais, sociais, são fundamentais para a discussão dos conteúdos específicos e merecem destaque.

Os conceitos de território e lugar ganham destaque neste Conteúdo Estruturante

DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

A lógica das relações sociedade-capital-natureza balizam as discussões deste conteúdo estruturante. Pode se destacar ainda a produção do espaço geográfico, a criação de necessidades e a mobilização de "recursos" naturais para satisfazê-las, no modelo econômico do capitalismo.

Os conceitos de modo de produção, classes sociais, consumo, sustentabilidade, dinâmica da natureza e tempo são discutidos da perspectiva da produção espacial e da paisagem, bem como discutir a gênese da dinâmica da natureza, quanto as alterações nela causadas pela sociedade, como efeito de participar da constituição da fisicidade do espaço geográfico.

DINÂMICA CULTURAL E DEMOGRÁFICA

As questões demográficas da constituição do espaço geográfico são centrais neste conteúdo estruturante, bem como as constituições regionais em funções das especificidades culturais, a ocupação e distribuição da população no espaço geográfico e suas conseqüências econômicas, culturais, sociais.

Merece destaque os grupos sociais e étnicos em sua configuração espacial urbana, rural e regional, assim como os estudos da formação demográfica das diferentes sociedades, as migrações que imprimem novas marcas nos territórios e produzem novas territorialidades, e as relações políticas e econômicas que influenciam esta dinâmica.

ENSINO FUNDAMENTAL 5ª SÉRIE/6º ANO.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
	Formação e transformação das paisagens	Os conteúdos estruturantes deverão fundamentar a	Espera-se que o aluno: •Reconheça o Processo de formação e Transformação das paisagens Geográficas.

Dimensão econômica do espaço geográfico Dimensão política do espaço geográfico Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico Dimensão socioambiental do espaço geográfico	naturais e culturais. Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção. A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais. A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico. As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista. A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população. A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural.	abordagem dos conteúdos básicos. Os conceitos fundamentais da Geografia - paisagem, lugar, região, território, natureza e sociedade – serão apresentados numa perspectiva crítica. A compreensão do objeto da Geografia – espaço geográfico – é a finalidade do ensino dessa disciplina. As categorias de análise da Geografia, as relações Sociedade-Natureza e as relações Espaço-Temporais são fundamentais para a compreensão dos conteúdos. As realidades local e paranaense deverão ser consideradas, sempre que possível. Os conteúdos devem ser espacializados e	•Entenda que o espaço geográfico é composto pela materialidade (natural e técnica) e pelas ações sociais, econômicas, culturais e políticas. •Localize-se e oriente-se no espaço através da leitura cartográfica. • Identifique as formas de apropriação da natureza, a partir do trabalho e suas conseqüências Econômicas, socioambientais e políticas. •Entenda o processo de transformação de recursos naturais em fontes de energia. •Forme e signifique os conceitos de paisagem, lugar,região, território, natureza e sociedade. • Identifique as relações existentes entre o espaço urbano e rural: questões econômicas, ambientais, políticas, culturais, movimentos demográficos, atividades produtivas. •Entenda a transformação e a distribuição espacial da população, como resultado de fatores históricos, naturais e econômicos. •Entenda o significado dos indicadores demográficos refletindo a organização espacial. • Identifique as manifestações espaciais dos diferentes grupos culturais.

	As diversas regionalizações do espaço geográfico.	tratados em diferentes escalas geográficas, com uso da linguagem cartográfica - signos, escala e orientação. As culturas afro-brasileira e indígena deverão ser consideradas no desenvolvimento dos conteúdos, bem como a Educação Ambiental.	•Reconheça as diferentes formas de regionalização do espaço geográfico

ENSINO FUNDAMENTAL 6ª SÉRIE/7º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
	A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do	Os conteúdos estruturantes deverão fundamentar a abordagem dos conteúdos	Espera-se que o aluno: •Aproprie-se dos conceitos de região, território, paisagem, natureza, sociedade e lugar. • Localize-se e oriente-se no

Dimensão econômica do espaço geográfico Dimensão política do espaço geográfico Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico Dimensão socioambiental do espaço geográfico	território brasileiro. A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção. As diversas regionalizações do espaço brasileiro. As manifestações socioespaciais da diversidade cultural. A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população. Movimentos migratórios e suas motivações. O espaço rural e a modernização da agricultura. A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização.	básicos. Os conceitos fundamentais da Geografia - paisagem, lugar, região, território, natureza e sociedade – serão apresentados numa perspectiva crítica. A compreensão do objeto da Geografia – espaço geográfico – é a finalidade do ensino dessa disciplina. As categorias de análise da Geografia, as relações Sociedade-Natureza e as relações Espaço-Temporais são fundamentais para a compreensão dos conteúdos. As realidades local e paranaense deverão ser consideradas, sempre que possível. Os conteúdos devem ser espacializados e tratados	território brasileiro, utilizando a linguagem cartográfica. • Identifique o processo de formação do território brasileiro e as diferentes formas de regionalização do espaço geográfico. •Entenda o processo de formação das fronteiras agrícolas e a apropriação do território. •Entenda o espaço brasileiro dentro do contexto mundial, compreendendo suas relações econômicas, culturais e políticas com outros países. •Verifique o aproveitamento econômico das bacias hidrográficas e do relevo. • Identifique as áreas de proteção ambiental e sua importância para a preservação dos recursos naturais. • Identifique a diversidade cultural e regional no Brasil construída pelos diferentes povos. •Compreenda o processo de crescimento da população e sua obilidade no território. •Relacione as migrações e a ocupação do território brasileiro. •Identifique a importância dos fatores naturais e o uso de novas tecnologias na agropecuária brasileira. • Estabeleça relações entre a estrutura fundiária e os movimentos sociais no campo

	A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico. A circulação de mão-de obra, das mercadorias e das informações.	em diferentes escalas geográficas, com uso da linguagem cartográfica - signos, escala e orientação. As culturas afro-brasileira e indígena deverão ser consideradas no desenvolvimento dos conteúdos, bem como a Educação Ambiental.	•Entenda o processo de formação e localização dos microterritórios urbanos. •Compreenda como a industrialização influenciou o processo de urbanização brasileira. •Entenda o processo de transformação das paisagens brasileiras, levando em consideração as formas de ocupação, as atividades econômicas desenvolvidas, a dinâmica populacional e a diversidade cultural. •Entenda como a industrialização acelerou a exploração dos elementos da natureza e trouxe consequências ambientais. •Estabeleça relação entre o uso de tecnologias nas diferentes atividades econômicas e as consequentes mudanças nas relações sócio-espaciais e ambientais. Reconheça a configuração do espaço de circulação de mão-de-obra, mercadorias e sua relação com os espaços produtivos brasileiros.

ENSINO FUNDAMENTAL 7ª SÉRIE/8º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
	As diversas regionalizações do espaço geográfico.	Os conteúdos estruturantes deverão fundamentar a	Espera-se que o aluno: •Forme e signifique os conceitos de região, território, paisagem, natureza, sociedade e lugar.

Dimensão econômica do espaço geográfico Dimensão política do espaço geográfico Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico Dimensão socioambiental do espaço geográfico	A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano. A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado. O comércio em suas implicações socioespaciais. A circulação da mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações. A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico. As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista. O espaço rural e a modernização da agricultura. A transformação demográfica, a	abordagem dos conteúdos básicos. Os conceitos fundamentais da Geografia - paisagem, lugar, região, território, natureza e sociedade – serão apresentados numa perspectiva crítica. A compreensão do objeto da Geografia – espaço geográfico – é a finalidade do ensino dessa disciplina. As categorias de análise da Geografia, as relações Sociedade-Natureza e as relações Espaço-Temporal, são fundamentais para a compreensão dos conteúdos. As realidades local e paranaense deverão ser consideradas sempre que possível.	•Identifique a configuração socioespacial da América por meio da leitura dos mapas, gráficos, tabelas e imagens. •Diferencie as formas de regionalização do Continente Americano nos diversos critérios adotados. •Compreenda o processo deformação, Transformação e diferenciação das paisagens mundiais. •Compreenda a formação dos territórios e a reconfiguração das fronteiras do Continente Americano. •Reconheça a constituição dos blocos econômicos, considerando a influência política e econômica na regionalização do Continente Americano. • Identifique as diferentes paisagens e compreenda sua exploração econômica no continente Americano. •Reconheça a importância da rede de transporte, comunicação e circulação das mercadorias , pessoas e informações na economia regional. •Entenda como as atividades produtivas interferem na organização espacial e nas questões ambientais. •Estabeleça a relação entre o processo de industrialização e a urbanização. •Compreenda as inovações

	distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população. Os movimentos migratórios e suas motivações. As manifestações sociespaciais da diversidade cultural. Formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.	Os conteúdos devem ser espacializados e tratados em diferentes escalas geográficas com uso da linguagem cartográfica - signos,escala e orientação. As culturas afro-brasileira e indígena deverão ser consideradas no desenvolvimento dos conteúdos, bem como a Educação Ambiental.	tecnológicas, sua relação com as atividades produtivas industriais e agrícolas e suas consequências ambientais e sociais. •Entenda o processo de industrialização e a produção agropecuária em sua relação com a apropriação dos recursos naturais. •Reconheça e analise os diferentes indicadores demográficos e suas implicações Socioespaciais. •Compreenda os fatores que influenciam na mobilidade da população e sua distribuição espacial. •Reconheça as configurações espaciais dos diferentes grupos étnicos americanos em suas manifestações culturais e em seus conflitos étnicos e políticos. • Compreenda a formação, localizaçãoe importância estratégica dos recursos naturais para a sociedade contemporânea. •Relacione as questões ambientais com a utilização dos recursos naturais no Continente Americano.

ENSINO FUNDAMENTAL 8ª SÉRIE/9º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
	As diversas regionalizações do espaço geográfico. A nova ordem mundial, os	Os conteúdos estruturantes deverão fundamentar a abordagem dos conteúdos	Espera-se que o aluno: •Forme e signifique os conceitos geográficos de lugar, território, natureza, sociedades, região e paisagem.

Dimensão econômica do espaço geográfico Dimensão política do espaço geográfico Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico Dimensão socioambiental do espaço geográfico	territórios supranacionais e o papel do Estado. A revolução tecnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção. O comércio mundial e as implicações socioespaciais. A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios. A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população. As manifestações socioespaciais da diversidade cultural. Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações. A distribuição das	básicos. Os conceitos fundamentais da Geografia - paisagem, lugar, região, território, natureza e sociedade – serão apresentados numa perspectiva crítica. A compreensão do objeto da Geografia – espaço geográfico – é a finalidade do ensino dessa disciplina. As categorias de análise da Geografia, as relações Sociedade-Natureza e as relações Espaço-Temporal, são fundamentais para a compreensão dos conteúdos. As realidades local e paranaense deverão ser consideradas sempre que possível. Os conteúdos devem ser espacializados e tratados em diferentes escalas	•Identifique a configuração socioespacial mundial por meio da leitura dos mapas, gráficos, tabelas e imagens. •Reconheça a constituição dos blocos econômicos considerando a influência política e econômica na regionalização mundial. •Compreenda a atual configuração do espaço mundial em suas implicações sociais, econômicas e políticas. •Entenda as relações entre países e regiões no processo de mundialização. •Compreenda que os espaços estão inseridos numa ordem econômica e política global, mas também apresentam particularidades. •Relacione as diferentes formas de apropriação espacial com a diversidade cultural. •Compreenda como ocorreram os problemas sociais e as mudanças demográficas geradas no processo de industrialização. •Identifique os conflitos étnicos e separatistas e suas consequências no espaço geográfico. •Entenda a importância

	atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do espaço geográfico. A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção. O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.	geográficas com uso da linguagem cartográfica - signos,escala e orientação. As culturas afro-brasileira e indígena deverão ser consideradas no desenvolvimento dos conteúdos, bem como a Educação Ambiental.l.	econômica, política e cultural do comércio mundial. •Identifique as implicações socioespaciais na atuação das organizações econômicas internacionais. •Reconheça a reconfiguração das fronteiras e a formação de novos territórios nacionais. •Faça a leitura dos indicadores sociais e econômicos e compreenda a desigual distribuição de renda. •Identifique a estrutura da população mundial e relacione com as políticas demográficas adotadas nos diferentes espaços. •Reconheça as motivações dos fluxos migratórios mundiais. •Relacione o desenvolvimento das inovações tecnológicas nas atividades produtivas. •Entenda as consequências ambientais geradas pelas atividades produtivas. •Analise as transformações na dinâmica da natureza decorrentes do emprego de tecnologias de exploração e produção. •Reconheça a importância estratégica

			dos recursos naturais para as atividades produtivas. •Compreenda o processo de transformação dos recursos naturais em fontes de energia. •Entenda a importância das redes de transporte e comunicação no desenvolvimento das atividades produtivas.

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
	A formação e transformação das paisagens.	Os conteúdos estruturantes deverão fundamentar a abordagem dos	Espera-se que o aluno: •Aproprie-se dos conceitos de região, sociedade, território, paisagem, natureza e

Dimensão econômica do espaço geográfico Dimensão política do espaço geográfico Dimensão cultura e demográfica do espaço geográfico Dimensão sociambiental do espaço geográfico	A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção. A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico. A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais. A revolução técnico-científica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção. O espaço rural e a modernização da agricultura. O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial. A circulação de mão-	conteúdos básicos. Os conceitos fundamentais da Geografia - paisagem, lugar, região, território, natureza e sociedade – serão apresentados numa perspectiva crítica. A compreensão do objeto da Geografia – espaço geográfico – é a finalidade do ensino dessa disciplina. As categorias de análise da Geografia, as relações Sociedade-Natureza e as relações Espaço-Temporal, são fundamentais para a compreensão dos conteúdos. As realidades local e paranaense deverão ser consideradas sempre que possível. Os conteúdos devem ser espacializados e tratados em	lugar. •Faça a leitura do espaço através dos instrumentos da cartografia - mapas, tabelas, gráficos e imagens. •Compreenda a formação natural e transformação das diferentes paisagens pela ação humana e sua utilização em diferentes escalas na sociedade capitalista. •Analise a importância dos recursos naturais nas atividades produtivas. •Compreenda o uso da tecnologia na alteração da dinâmica da natureza e nas atividades produtivas em sua espacialidade. •Estabeleça relação entre a exploração dos recursos naturais e o uso de fontes de energia na sociedade industrializada. •Identifique os problemas ambientais globais decorrentes da forma de exploração e uso dos recursos naturais. •Evidencie a importância das atividades extrativistas para a produção de matérias-primas e a organização espacial. •Reconheça as influências das manifestações culturais dos diferentes grupos étnicos no processo de configuração do espaço geográfico. •Compreenda as ações internacionais de proteção aos recursos naturais frente a sua

	de-obra, do capital, das mercadorias e das informações. Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios. As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista. A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente. A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população. Os movimentos migratórios e suas motivações. As manifestações socioespaciais da diversidade cultural. O comércio e	diferentes escalas geográficas com uso da linguagem cartográfica - signos, escala e orientação. As culturas afro-brasileira e indígena deverão ser consideradas no desenvolvimento dos conteúdos, bem como a Educação Ambiental.	importância estratégica. •Compreenda o processo de formação dos recursos minerais e sua importância política, estratégica e econômica. •Reconheça a influência dos avanços tecnológicos na distribuição das atividades produtivas, nos deslocamentos de população e na distribuição da população. •Compreenda a importância da revolução técnico-científica informacional e sua relação com os espaços de produção, •Compreenda a importância da revolução técnico-científica informacional e sua relação com os espaços de produção, circulação de mercadorias e nas formas de consumo. • Entenda como as guerras fiscais atuam na reorganização espacial das regiões onde as indústrias se instalam. •Compreenda a importância da tecnologia na produção econômica, nas comunicações, nas relações de trabalho e na transformação do espaço geográfico. •Analise as novas tecnologias na produção industrial e agropecuária como fator de transformação do espaço. •Identifique a concentração fundiária resultante do sistema produtivo agropecuário

	as implicações socioespaciais. As diversas regionalizações do espaço geográfico. As implicações socioespaciais do processo de mundialização. A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.		moderno. •Entenda a importância das redes de comunicação e de informação na formação dos espaços mundiais. •Reconheça a importância da circulação das mercadorias, mão-de-obra, capital e das informações na organização do espaço mundial. •Analise a expansão das fronteiras agrícolas, o uso das técnicas agrícolas na atualidade e sua repercussão ambiental e social. •Identifique a relação entre a produção industrial e agropecuária e os problemas sociais e ambientais. •Reconheça as interdependências econômicas e culturais entre campo e cidade e suas implicações socioespaciais. •Compreenda as relações de trabalho presentes nos espaços produtivos rural e urbano. •Relacione o processo de urbanização com as atividades econômicas. •Compreenda o processo de urbanização considerando as áreas de segregação, os espaços de consumo e de lazer e a ocupação das áreas de risco. •Entenda o processo de crescimento urbano e as implicações socioambientais.

			•Compreenda que os espaços de lazer são também espaços de trabalho, consumo e de produção. •Compreenda a espacialização das desigualdades sociais evidenciadas nos indicadores sociais. •Entenda como se constitui a dinâmica populacional em diferentes países. •Estabeleça a relação entre impactos culturais, demográficos e econômicos no processo de expansão das fronteiras agrícolas. •Reconheça o caráter das políticas migratórias internacionais referentes aos fatores de estímulo dos deslocamentos populacionais. •Compreenda o conceito de lugar e dos processos de identidade que os grupos estabelecem com o espaço geográfico, na organização das atividades sociais e produtivas. • Identifique os conflitos étnicos e religiosos existentes e sua repercussão na configuração do espaço mundial. •Entenda a importância das ações protecionistas, da abertura econômica e da OMC para o comércio mundial. •Compreenda as ações adotadas pelas organizações econômicas internacionais, FMI e Banco Mundial, em suas implicações na organização do espaço geográfico mundial.

			•Diferencie as formas de regionalização do espaço mundial, considerando a divisão norte-sul e a formação dos blocos econômicos. •Analise a formação dos territórios supranacionais decorrentes das relações econômicas e de poder na nova ordem mundial. •Compreenda a regionalização do espaço mundial e a importância das relações de poder na configuração das fronteiras e territórios.

Serão contempladas nesta disciplina:

História do Paraná – Lei 13.381/2001;

Geografia do Paraná – Instrução nº 04/2005 e DCE/2008 pag. 50

História e Cultura Afro-brasileira e Africana – Lei 10.639/08;

História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena – Lei 11.645/08;

Música – Lei 11.769/08;

- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente;

- Direito das Crianças e Adolescente – Lei Federal 11.525/07;

- Educação Tributária Decreto nº 1143/99, Portaria nº 413/02;

- Educação Ambiental Lei Federal nº 9795/99, Decreto nº 4201/02;

- Também serão atendidas as especificidades da Educação do Campo.

Essas temáticas serão abordadas como conteúdos e/ou quando surgirem oportunidade no desenvolvimento dos conteúdos no decorrer do ano letivo.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA.

Para desenvolver os conteúdos específicos, propões-se que sejam trabalhados de forma crítica e dinâmica, abordando-os a partir do enfoque de cada

Conteúdo Estruturante, possibilitando ao aluno compreender os diversos desdobramentos que um mesmo conteúdo específico pode sofrer.

Durante o processo, o professor deve estar atento para a formação de conceitos geográficos básicos (região, paisagem, espaço, lugar, território, sociedade) utilizando para tal, todos os recursos disponíveis (aula de campo, recursos audiovisuais, aulas expositivas, pesquisas, debates, seminários, recursos cartográficos, leitura e interpretação de textos, produção de textos, leitura e interpretação de fotos, imagens, gráficos, tabelas e mapas, etc.)

A metodologia de ensino proposta nesta PPC deve permitir que os alunos se apropriem dos conceitos fundamentais da Geografia e compreendam o processo de produção e transformação do espaço geográfico. Para isso, os conteúdos da Geografia devem ser trabalhados de forma crítica e dinâmica, interligados com a realidade próxima e distante dos alunos, em coerência com os fundamentos teóricos propostos neste documento.

O processo de apropriação e construção dos conceitos fundamentais do conhecimento geográfico se dá a partir da intervenção intencional própria do ato docente, mediante um planejamento que articule a abordagem dos conteúdos com a avaliação (CAVALCANTI, 1998). No ensino de Geografia, tal abordagem deve considerar o conhecimento espacial prévio dos alunos para relacioná-lo ao conhecimento científico no sentido de superar o senso comum.

Outro pressuposto metodológico para a construção do conhecimento em sala de aula é a contextualização do conteúdo. Na perspectiva teórica desta Proposta, contextualizar o conteúdo é mais do que relacioná-lo à realidade vivida do aluno, é, principalmente, situá-lo historicamente e nas relações políticas, sociais, econômicas, culturais, em manifestações espaciais concretas, nas diversas escalas geográficas.

Sempre que possível o professor deverá estabelecer relações interdisciplinares dos conteúdos geográficos em estudo, porém, sem perder a especificidade da Geografia. Nas relações interdisciplinares, as ferramentas teóricas próprias de cada disciplina escolar devem fundamentar a abordagem do conteúdo em estudo, de modo que o aluno perceba que o conhecimento sobre esse assunto ultrapassa os campos de estudo das diversas disciplinas, mas que cada uma delas tem um foco de análise próprio.

O professor deve, ainda, conduzir o processo de aprendizagem de

forma dialogada, possibilitando o questionamento e a participação dos alunos para que a compreensão dos conteúdos e a aprendizagem crítica aconteçam. Todo esse procedimento tem por finalidade que o ensino de Geografia contribua para a formação de um sujeito capaz de interferir na realidade de maneira consciente e crítica.

AVALIAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) determina que a avaliação do processo de ensino-aprendizagem seja formativa, diagnóstica e processual.

Nessa concepção de avaliação, considera-se que os alunos têm diferentes ritmos de aprendizagem, identificam-se dificuldades e isso possibilita a intervenção pedagógica a todo o tempo. O professor pode, então, procurar caminhos para que todos os alunos aprendam e participem das aulas.

Assim, recomenda-se que a avaliação em Geografia seja mais do que a definição de uma nota ou um conceito. Desse modo, as atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo devem possibilitar ao aluno a apropriação dos conteúdos e posicionamento crítico frente aos diferentes contextos sociais.

O processo de avaliação deve considerar, na mudança de pensamento e atitude do aluno, alguns elementos que demonstram o êxito do processo de ensino/aprendizagem, quais sejam: a aprendizagem, a compreensão, o questionamento e a participação dos alunos

A prática docente, sob os fundamentos teórico-metodológicos discutidos nas Diretrizes Curriculares, contribui para a formação de um aluno crítico, que atua em seu meio natural e cultural e, portanto, é capaz de aceitar, rejeitar ou mesmo transformar esse meio. É esse que se espera constatar no processo de avaliação do ensino de Geografia. Para isso, destacam-se como os principais critérios de avaliação em Geografia a formação dos conceitos geográficos básicos e o entendimento das relações socioespaciais para compreensão e intervenção na realidade. O professor deve observar se os alunos formaram os conceitos geográficos e assimilaram as relações Espaço ↔ Temporais e Sociedade ↔ Natureza para compreender o espaço nas diversas escalas geográficas.

No entanto, ao assumir a concepção de avaliação formativa, é importante

que o professor tenha registrado, de maneira organizada e precisa, todos os momentos do processo de ensino-aprendizagem, bem como as dificuldades e os avanços obtidos pelos alunos, de modo que esses registros tanto explicitem o caráter processual e continuado da avaliação quanto atenda às exigências burocráticas do sistema de notas.

Para diversificar as técnicas e os instrumentos de avaliação, ao invés de avaliar apenas por meio de provas, o professor pode usar técnicas e instrumentos que possibilitem várias formas de expressão dos alunos, como:

- interpretação e produção de textos de Geografia;
- interpretação de fotos, imagens, gráficos, tabelas e mapas;
- pesquisas bibliográficas;
- relatórios de aulas de campo;
- apresentação e discussão de temas em seminários;
- construção, representação e análise do espaço através de maquetes, entre

Outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel. Correia de. **Geografia: Ciência da Sociedade**. São Paulo: Atlas, 1987.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.

LACOSTE, Ives. **A Geografia serve, antes de mais nada para fazer a guerra**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

Diretrizes Curriculares de Geografia, SEED, 2008.

Caderno Temático Referente à Lei 10.639/03 e 11.645/08, SEED 2005

– Lei 13.381/2001 - História do Paraná

– Instrução nº 04/2005 a DCE/2008 pag. 50 - Geografia do Paraná

– Lei 10. 639/08 História e Cultura Afro-brasileira e Africana 639/08;

História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena – Lei 11.645/08;

Música – Lei 11.769/08;

-Lei Federal 11.525/07 - Direito das Crianças e Adolescente;

- Decreto nº 1143/99, Portaria nº 413/02 - Educação Tributária;
- Lei Federal nº 9795/99, Decreto nº 4201/02 - Educação Ambiental;

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FILOSOFIA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A Lei Estadual n° 15.228 de 25/07/2006 que institui a disciplina de Filosofia afirma que: numa época caracterizada pela complexidade e rapidez das mudanças, a Filosofia adquire uma forte importância na formação: ela pode oferecer um suporte fundamental para o desenvolvimento dos educandos, tornando-os

capazes de se auto-determinar, de interpretar a realidade de maneira adequada, de refletir, de julgar criticamente, e de re-elaborar o saber de maneira construtiva.

Ela permite compreender as ideias fundamentais de uma época, busca também pôr em evidência o quadro epistemológico que está a base das diferentes formas de saber: Mito e Filosofia, Teoria do Conhecimento, Ética, Filosofia Política, Estética e Filosofia da Ciência.

A filosofia, diante da atual polêmica mundial e brasileira acerca dos possíveis sentidos dos valores éticos, políticos, estéticos, epistemológico tem um espaço a ocupar e uma rica contribuição a dar. Ela busca demonstrar aquilo que lhe é próprio.

O pensamento crítico, criação e provocação do pensamento original, da busca, da compreensão, da imaginação, da investigação e da criação de conceitos. O que se espera é que o estudante, ao tomar contato com os problemas e textos filosóficos possa pensar e argumentar criticamente e que nesse processo crie e varie entre si os conceitos filosóficos, tendo como objetos de estudo os problemas, conceitos e ideias.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / CONTEÚDOS BÁSICOS

CONTEUDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
MITO E FILOSOFIA	- Saber mítico; - Saber filosófico; - Relação mito e filosofia; - Atualidade do mito; - O que é Filosofia?

TEORIA DO CONHECIMENTO	- Possibilidade do conhecimento; - As formas do conhecimento; - O problema da verdade; - A questão do método; - Conhecimento e lógica.
ÉTICA	ETICA E MORAL
FILOSOFIA DA CIÊNCIA	- Pluralidade ética; - Ética e violência; - Razão, desejo e vontade; - Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas. - Concepções de ciência; - A questão do método científico; - Contribuições e limites da ciência; - Ciência e ideologia; - Ciência e ética.
Filosofia Política	- Relações entre comunidade e poder; - Liberdade e igualdade política; - Política e ideologia; - Esfera pública e privada; - Cidadania formal e/ou participativa.
ESTÉTICA	- Natureza e arte; - Filosofia e arte; - Categorias estéticas – feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, etc.; - Estética e sociedade.

Serão contempladas nesta disciplina:

- História do Paraná – Lei 13 381/2001;
- História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Lei 10639/03;
- História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – Lei 11645/08;
- Música – Lei 11.769/08;
- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento a violência contra a criança e o

adolescente;

- Direitos das Crianças e Adolescente – Lei Federal 11525/07;
- Educação Tributária Decreto n° 1143/99, Portaria n° 413/02;
- Educação Ambiental – Lei Federal n° 9795/99, Decreto n° 4201/02;

Essas temáticas serão abordadas como conteúdos e/ou quando surgirem oportunidades.

METODOLOGIA:

Faz-se necessário a participação ativa, fazendo com que o aluno desenvolva o pensamento crítico, exercitando sua consciência, apresentando-nos na forma de reflexão ética e política para promover sistematicamente condições indispensáveis para a formação da cidadania plena.

O ensino se dará por meio da mobilização para o conhecimento, da problematização, da investigação e da criação, recriação de conceitos.

Problematizando o estudo, o estudante será convidado a analisar o problema por meio da investigação que pode ser o primeiro passo para possibilitar a experiência filosófica. O ensino de Filosofia, uma vez que articula vários elementos, pressupõe um planejamento que inclua leitura, debate e produção de textos, entre outras estratégias desde a sensibilização até a produção de conceitos, para que se garanta de fato a reflexão filosófica. As práticas utilizadas serão: aula em grupo expositiva, pesquisa de trabalho em grupo e individual, produção de texto, debates, exibição de vídeo de imagens, músicas, leituras de textos.

AVALIAÇÃO

A avaliação deverá tomar como referencial a elaboração escrita do aluno a respeito do que foi apropriado por ele de modo reflexivo, a partir das pesquisas, leituras, análises, discussões em grupos de trabalhos e, inclusive, apontamentos e conteúdos “fornecidos” pelo professor, e dessa forma tomar conhecimento da opinião do outro para aprender a negociar seus interesses no conjunto de outras preferências, debater, tomando posição em face de argumentos mais consistentes.

Este é um procedimento pedagógico sempre necessário, pois permite ao professor avaliar seu aluno, percebendo sua visão de acordo com seus

questionamentos, e também diversas outras formas de avaliação serão desenvolvidas, de forma a desenvolver o pensamento crítico /reflexivo no aluno.

Ao avaliar deve ser levado em consideração a capacidade do aluno em argumentar, criar conceitos, construir e tomar posições, detectar os princípios e interesse subjacentes aos temas e discursos.

A avaliação terá função diagnóstica (não para medir), mas para argumentação e reflexão, através de produção de textos, debates, dinâmicas, etc.

REFERÊNCIAS:

CHAUI, Marilena. Filosofia

Coleção Vitória Régia Jean Carlo Moreno e Antonio Fontoura Júnior

COTRIN, Parisi. Trabalho dirigido de Filosofia

Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná de Filosofia Jornais / Revistas

LDP – filosofia

Cadernos Temáticos: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A história da Matemática nos proporciona oportunidade de compreender essa ciência desde sua origem até a disciplina de Matemática configurada no currículo escolar brasileiro.

As primeiras propostas do ensino de Matemática baseadas em práticas pedagógicas ocorreram no século V a.C. com os sofistas, considerados profissionais do ensino. O objetivo desse grupo era a formação do homem político que, pela história, deveria dominar a arte da persuasão. A Matemática ensinada baseava-se nos conhecimentos de Aritmética, geometria, música e astronomia.

A Matemática só se configurou como disciplina básica na formação de pessoas a partir do século I a.C.

No século V d.C, o ensino da Matemática teve um caráter estritamente religioso, com objetivo de entender os cálculos dos calendários litúrgicos e determinar as datas religiosas.

Entre os séculos VIII e IX o ensino passa por mudanças significativas com o surgimento das escolas e a organização do sistema de ensino.

As produções matemáticas do século XVI, a geometria analítica e a projetiva, o cálculo diferencial e integral, a teoria das séries e das equações diferenciais, fizeram com que o conhecimento matemático alcançasse um novo

período de sistematização.

Nesse período as descobertas matemáticas contribuíram para um grande progresso científico e econômico que se aplicou na construção, aperfeiçoamento e uso produtivo de máquinas e equipamentos como: armas de fogo, imprensa, moinhos de ventos, relógios e embarcações.

No Brasil, na metade do século XVII, os jesuítas instalaram colégios católicos com uma educação de caráter clássico-humanista, no qual a matemática viria a ser introduzida como disciplina nos currículos escolares brasileiros.

No século XVII a matemática desempenhou um papel fundamental para a comprovação e generalização de resultados. Surgiu a concepção de lei quantitativa que levou ao conceito de função e cálculo.

O século XVIII é demarcado pelas revoluções francesas e industriais. Este momento marca o início da intervenção estatal na educação.

No Brasil, ministrava-se um ensino matemático de caráter técnico com o objetivo de preparar os estudantes para as academias militares, influenciado pelos acontecimentos políticos que ocorriam na Europa.

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, implementou-se um ensino de matemática através de cursos técnico-militares, nos quais ocorreu o processo de separação dos conteúdos matemática elementar e matemática superior.

Após várias tendências como: Formalista Clássica, Formalista Moderna, tecnicista, Construtivista, Socioetnocultural, Histórico-Crítico, no final da década de 1980 e início da década de 1990, o Estado do Paraná fez um movimento no sentido de produzir um documento de referência curricular para rede pública de Ensino Fundamental. este documento foi distribuído para os professores da rede em 1991, quando iniciou-se um processo de formação continuada, baseada no texto currículo.

Nesta proposta, “aprender matemática é mais do que manejar fórmulas, saber fazer contas ou marcar X nas respostas: é interpretar, criar significados, construir seus próprios instrumentos para resolver problemas, estar preparado para perceber estes mesmos problemas, desenvolver o raciocínio lógico, a capacidade de conceber, projetar e transcender o imediatamente sensível”.

A partir de 1998, o Ministério da Educação distribui os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que para o Ensino Fundamental apresentavam conteúdos da Matemática. Porém, para o Ensino Médio, orientavam as práticas docentes tão somente para o desenvolvimento de competências e habilidades,

destacando o trabalho com os temas transversais, em prejuízo da discussão da importância do conteúdo disciplinar e da apresentação de uma relação desses conteúdos para aquele nível de ensino, assim questiona-se os PCNEM.

A partir de 2003, a SEED deflagrou um processo de discussão coletiva com professores que atuam em sala de aula, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com educadores dos Núcleos Regionais e das equipes pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação. Assim, constitui-se Diretrizes Curriculares, as quais resgatam importantes considerações teórico- metodológicas para o ensino de Matemática.

O objeto de estudo da educação matemática, ainda está em construção, porém, está centrada na prática pedagógica e engloba as relações entre ensino, a aprendizagem e o conhecimento matemático, e envolve o estudo de processos que investigam como o estudante compreende e se apropria da própria Matemática "concebida como um conjunto de resultados, métodos, procedimentos, algoritmos etc". Investiga, também, como o aluno, por intermédio do conhecimento matemático, desenvolve valores e atitudes de natureza diversa, visando a sua formação integral como cidadão. Aborda o conhecimento matemático sob uma visão histórica, de modo que os conceitos são apresentados, discutidos, construídos e reconstruídos, influenciado na formação do pensamento do aluno, (DCEs, 2008).

A história da Matemática nos proporciona oportunidade de compreender essa ciência desde sua origem até a disciplina de Matemática configurada no currículo escolar brasileiro.

As primeiras propostas do ensino de Matemática baseadas em práticas pedagógicas ocorreram no século V a.C. com os sofistas, considerados profissionais do ensino. O objetivo desse grupo era a formação do homem político que, pela história, deveria dominar a arte da persuasão. A Matemática ensinada baseava-se nos conhecimentos de Aritmética, geometria, música e astronomia.

A Matemática só se configurou como disciplina básica na formação de pessoas a partir do século I a.C.

No século V d.C, o ensino da Matemática teve um caráter estritamente religioso, com objetivo de entender os cálculos dos calendários litúrgicos e determinar as datas religiosas.

Entre os séculos VIII e IX o ensino passa por mudanças significativas com o surgimento das escolas e a organização do sistema de ensino.

As produções matemáticas do século XVI, a geometria analítica e a projetiva, o cálculo diferencial e integral, a teoria das séries e das equações diferenciais, fizeram com que o conhecimento matemático alcançasse um novo período de sistematização.

Nesse período as descobertas matemáticas contribuíram para um grande progresso científico e econômico que se aplicou na construção, aperfeiçoamento e uso produtivo de máquinas e equipamentos como: armas de fogo, imprensa, moinhos de ventos, relógios e embarcações.

No Brasil, na metade do século XVII, os jesuítas instalaram colégios católicos com uma educação de caráter clássico-humanista, no qual a matemática viria a ser introduzida como disciplina nos currículos escolares brasileiros.

No século XVII a matemática desempenhou um papel fundamental para a comprovação e generalização de resultados. Surgiu a concepção de lei quantitativa que levou ao conceito de função e cálculo.

O século XVIII é demarcado pelas revoluções francesas e industriais. Este momento marca o início da intervenção estatal na educação.

No Brasil, ministrava-se um ensino matemático de caráter técnico com o objetivo de preparar os estudantes para as academias militares, influenciado pelos acontecimentos políticos que ocorriam na Europa.

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, implementou-se um ensino de matemática através de cursos técnico-militares, nos quais ocorreu o processo de separação dos conteúdos: matemática elementar e matemática superior.

A disciplina de matemática tem como objetivos gerais:

- Desenvolver o campo da investigação matemática e a produção do conhecimento, com relevância a história da matemática.

- Associar o conhecimento matemático com outras áreas do conhecimento.

- Desenvolver um pensamento reflexivo que lhe permita a elaboração de conjecturas, a descobertas, a descoberta de soluções e a capacidade de concluir (resolução de problemas).

- Relacionar o conteúdo matemático com o ambiente do individuo e suas manifestações culturais e relações de produção e trabalho (etnomatemática).

- Formular, resolver e elaborar expressões que valham não apenas para uma solução particular, mas que também sirvam, posteriormente, como suporte para outras aplicações e teorias (modelagem matemática).

- Ampliar suas possibilidades de observação e investigação através das mídias tecnológicas.

- Proporcionar a formação integral do aluno para que este possa ser capaz de interagir com autonomia nas suas relações sociais.

- Permitir a todos os acessos dos conhecimentos matemáticos, presentes em qualquer situação da realidade, como condição necessária para participarem e interferirem na sociedade em que vive.

- Propiciar o conhecimento de forma que compreenda os conceitos e princípios matemáticos, raciocine claramente e comunique as ideias matemáticas, reconheça suas aplicações e aborde problemas matemáticos com segurança.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Entende-se por Conteúdos Estruturantes os conhecimentos de grande amplitude, os conceitos e as práticas que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a sua compreensão. Constituem-se historicamente e são legitimados nas relações sociais.

Os Conteúdos Estruturantes propostos para o Ensino Fundamental e Médio são:

- Números e Álgebra
- Grandezas e Medidas
- Geometrias
- Funções
- Tratamento da informação

ENSINO FUNDAMENTAL

NÚMEROS E ÁLGEBRA

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Números e Álgebra se desdobra nos seguintes conteúdos:

- conjuntos numéricos e operações
- equações e inequações

- polinômios
- proporcionalidade

GRANDEZAS E MEDIDAS

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Grandezas e Medidas englobam os seguintes conteúdos:

- sistema monetário
- medidas de comprimento
- medidas de massa
- medidas de tempo
- medidas derivadas: áreas e volumes
- medidas de ângulos
- medidas de temperatura
- medidas de velocidade
- trigonometria: relações métricas no triângulo retângulo e relações trigonométricas nos triângulos

GEOMETRIAS

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Geometrias se desdobra nos seguintes conteúdos:

- geometria plana
- geometria espacial
- geometria analítica
- noções básicas de geometrias não-euclidianas

FUNÇÕES

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Funções engloba os seguintes conteúdos:

- função afim
- função quadrática

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Para o Ensino Fundamental, o Conteúdo Estruturante Tratamento da Informação engloba os seguintes conteúdos:

- noções de probabilidade
- estatística
- matemática financeira
- noções de análise combinatória

5º SÉRIE / 6º ANO

C.E	CONTEÚDOS BÁSICOS	AVALIAÇÃO
NÚMEROS E ÁLGEBRA	▪ Sistemas de numeração; ▪ Números Naturais; ▪ Múltiplos e divisores; ▪ Potenciação e radiciação; ▪ Números fracionários; ▪ Números decimais.	– Conheça os diferentes sistemas de numeração; – Identifique o conjunto dos números naturais, comparando e reconhecendo seus elementos; – Realize operações com números naturais; – Expresse matematicamente, oral ou por escrito, situações-problema que envolvam (as) operações com números naturais; – Estabeleça relação de igualdade e transformação entre: fração e número decimal; fração e número misto; – Reconheça o MMC e MDC entre dois ou mais números naturais; – Reconheça as potências como multiplicação de mesmo fator e a radiciação como sua operação inversa; – Relacione as potências e as raízes quadradas e cúbicas com padrões numéricos e geométricos.

GRANDEZAS E MEDIDAS	▪ Medidas de comprimento; ▪ Medidas de massa; ▪ Medidas de área; ▪ Medidas de volume; ▪ Medidas de tempo; ▪ Medidas de ângulos; ▪ Sistema monetário.	▪ Identifique o metro como unidade-padrão de medida de comprimento; ▪ Reconheça e compreenda os diversos sistemas de medidas; ▪ Opere com múltiplos e submúltiplos do quilograma; ▪ Calcule o perímetro usando unidades de medida padronizadas; ▪ Compreenda e utilize o metro cúbico como padrão de medida de volume; ▪ Realize transformações de unidades de medida de tempo envolvendo seus múltiplos e submúltiplos; ▪ Reconheça e classifique ângulos (retos, agudos e obtusos); ▪ Relacione a evolução do Sistema Monetário Brasileiro com os demais sistemas mundiais; ▪ Calcule a área de uma superfície usando unidades de medidas de superfície padronizada.
GEOMETRIA	▪ Geometria Plana; ▪ Geometria Espacial.	▪ Reconheça e represente ponto, reta, plano, semireta e segmento de reta; ▪ Conceitue e classifique polígonos; ▪ Identifique corpos redondos; ▪ Identifique e relacione os elementos geométricos que envolvem o cálculo de área e perímetro de diferentes figuras planas; ▪ Diferencie círculo e circunferência, identificando seus elementos; ▪ Reconheça os sólidos geométricos em sua forma planificada e seus elementos.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	▪ Dados, tabelas e gráficos; ▪ Porcentagem.	▪ Interprete e identifique os diferentes tipos de gráficos;gráficos e compilação de dados, sendo capaz de fazer a leitura desses recursos nas diversas formas em que se apresentam; ▪ Resolva situações-problema que envolvam porcentagem e relacione-as com os números na forma decimal e fracionária.

6º SÉRIE/ 7º ANO

C.E.	CONTEÚDOS BÁSICOS	AVALIAÇÃO

NÚMEROS E ÁLGEBRA	▪ Números Inteiros; ▪ Números Racionais; ▪ Equação e Inequação do 1º grau; ▪ Razão e proporção; ▪ Regra de três simples.	▪ Reconheça números inteiros em diferentes contextos; ▪ Realize operações com números inteiros; ▪ Reconheça números racionais em diferentes contextos; ▪ Realize operações com números racionais; ▪ Compreenda o princípio de equivalência da igualdade e desigualdade; ▪ Compreenda o conceito de incógnita; ▪ Utilize e interprete a linguagem algébrica para expressar valores numéricos através de incógnitas; ▪ Compreenda a razão como uma comparação entre duas grandezas numa ordem determinada e a proporção como uma igualdade entre duas razões; ▪ Reconheça sucessões de grandezas direta e inversamente proporcionais; ▪ Resolva situações-problema aplicando regra de três simples.
GRANDEZAS E MEDIDAS	▪ Medidas de temperatura; ▪ Medidas de ângulos.	▪ Compreenda as medidas de temperatura em diferentes contextos; ▪ Compreenda o conceito de ângulo; ▪ Classifique ângulos e faça uso do transferidor e esquadros para medi-los;
GEOMETRIA	▪ Geometria Plana; ▪ Geometria Espacial; ▪ Geometrias não-euclidianas.	▪ Classifique e construa, a partir de figuras planas, sólidos geométricos; ▪ Compreenda noções topológicas através do conceito de interior, exterior, fronteira, vizinhança, conexidade, curvas e conjuntos abertos e fechados.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	▪ Pesquisa Estatística; ▪ Média Aritmética; ▪ Moda e mediana; ▪ Juros simples.	▪ Analise e interprete informações de pesquisas estatísticas; ▪ Leia, interprete, construa e analise gráficos; ▪ Calcule a média aritmética e a moda de dados estatísticos; ▪ Resolva problemas envolvendo cálculo de juros simples.

7º SÉRIE / 8º ANO

C.E.	*CONTEÚDOS BÁSICOS*	*AVALIAÇÃO*

NÚMEROS E ÁLGEBRA	▪ Números Racionais e Irracionais; ▪ Sistemas de Equações do 1º grau; ▪ Potências; ▪ Monômios e Polinômios; ▪ Produtos Notáveis.	▪ Extraia a raiz quadrada exata e aproximada de números racionais; ▪ Reconheça números irracionais em diferentes contextos; ▪ Realize operações com números irracionais; ▪ Compreenda, identifique e reconheça o número π (pi) como um número irracional especial; ▪ Compreenda o objetivo da notação científica e sua aplicação; ▪ Opere com sistema de equações do 1º grau; ▪ Identifique monômios e polinômios e efetue suas operações; ▪ Utilize as regras de Produtos Notáveis para resolver problemas que envolvam expressões algébricas.
GRANDEZAS E MEDIDAS	▪ Medidas de comprimento; ▪ Medidas de área; ▪ Medidas de volume; ▪ Medidas de ângulos.	▪ Calcule o comprimento da circunferência; ▪ Calcule o comprimento e área de polígonos e círculo; ▪ Identifique ângulos formados entre retas paralelas interceptadas por transversal. ▪ Realize cálculo de área e volume de poliedros.
GEOMETRIA	▪ Geometria Plana; ▪ Geometria Espacial; ▪ Geometria Analítica; ▪ Geometrias não euclidianas.	▪ Reconheça triângulos semelhantes; ▪ Identifique e some os ângulos internos de um triângulo e de polígonos regulares; ▪ Desenvolva a noção de paralelismo, trace e reconheça retas paralelas num plano; ▪ Compreenda o Sistema de Coordenadas Cartesianas, marque pontos, identifique os pares ordenados (abscissa e ordenada) e analise seus elementos sob diversos contextos; ▪ Conheça os fractais através da visualização e manipulação de materiais e discuta suas propriedades.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	▪ Gráfico e Informação; ▪ População e amostra.	▪ Interprete e represente dados em diferentes gráficos; ▪ Utilize o conceito de amostra para levantamento de dados.

8º SÉRIE/ 9º ANO

C.E.	*CONTEÚDOS BÁSICOS*	*AVALIAÇÃO*
NÚMEROS E ÁLGEBRA	▪ Números Reais; ▪ Propriedades dos radicais; ▪ Equação do 2º grau; ▪ Teorema de Pitágoras; ▪ Equações Irracionais; ▪ Equações Biquadradas; ▪ Regra de Três Composta.	▪ Opere com expoentes fracionários; ▪ Identifique a potência de expoente fracionário como um radical e aplique as propriedades para a sua simplificação; ▪ Extraia uma raiz usando fatoração; ▪ Identifique uma equação do 2º grau na forma completa e incompleta, reconhecendo seus elementos; ▪ Determine as raízes de uma equação do 2º grau utilizando diferentes processos; ▪ Interprete problemas em linguagem gráfica e algébrica; ▪ Identifique e resolva equações irracionais; ▪ Resolva equações biquadradas através das equações do 2º grau; ▪ Utilize a regra de três composta em situações problemas .
GRANDEZAS E MEDIDAS	▪ Relações Métricas no ▪ Triângulo Retângulo; ▪ Trigonometria no ▪ Triângulo Retângulo.	▪ Conheça e aplique as relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo; ▪ Utilize o Teorema de Pitágoras na determinação das medidas dos lados de um triângulo retângulo; ▪ Realize cálculo da superfície e volume de poliedros.
FUNÇÕES	▪ Noção intuitiva de Função Afim. ▪ Noção intuitiva de Função Quadrática.	▪ Expresse a dependência de uma variável em relação à outra; ▪ Reconheça uma função afim e sua representação gráfica, inclusive sua declividade em relação ao sinal da função; ▪ Relacione gráficos com tabelas que descrevem uma função; ▪ Reconheça a função quadrática e sua representação gráfica e associe a concavidade da parábola em relação ao sinal da função; ▪ Analise graficamente as funções afins; ▪ Analise graficamente as funções quadráticas.
GEOMETRIA	▪ Geometria Plana; ▪ Geometria Espacial; ▪ Geometria Analítica; ▪ Geometrias não euclidianas.	▪ Verifique se dois polígonos são semelhantes, estabelecendo relações entre eles; ▪ Compreenda e utilize o conceito de semelhança de triângulos para resolver situações-problemas; ▪ Conheça e aplique os critérios de semelhança dos triângulos; ▪ Aplique o Teorema de Tales em situações problemas; ▪ Noções básicas de geometria projetiva.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	▪ Noções de Análise Combinatória; ▪ Noções de Probabilidade; ▪ Estatística; ▪ Juros Compostos.	▪ Desenvolva o raciocínio combinatório por meio de situações-problema que envolvam contagens, aplicando o princípio multiplicativo; ▪ Descreva o espaço amostral em um experimento aleatório; ▪ Calcule as chances de ocorrência de um determinado evento; ▪ Resolva situações-problema que envolvam cálculos de juros compostos.

Ensino Médio

NÚMEROS E ÁLGEBRA

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Números e Álgebra se desdobra nos seguintes conteúdos:

- números reais
- números complexos
- sistemas lineares
- matrizes e determinantes
- equações e inequações exponenciais, logarítmicas e modulares
- polinômios

GRANDEZAS E MEDIDAS

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Grandezas e Medidas aprofunda e amplia os conteúdos do Ensino Fundamental:

- medidas de massa
- medidas derivadas: área e volume
- medidas de informática
- medidas de energia
- medidas de grandezas vetoriais
- trigonometria: relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo e a trigonometria na circunferência

GEOMETRIAS

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Geometrias se desdobra nos seguintes conteúdos:

- geometria plana
- geometria espacial
- geometria analítica
- noções básicas de geometrias não-euclidianas

FUNÇÕES

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Funções engloba os conteúdos:

- função afim
- função quadrática
- função polinomial
- função exponencial
- função logarítmica
- função trigonométrica
- função modular
- progressão aritmética
- progressão geométrica

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Para o Ensino Médio, o Conteúdo Estruturante Tratamento da Informação engloba os conteúdos:

- Análise combinatória
- binômio de Newton
- estatística
- probabilidade
- matemática financeira

Ensino Médio

Conteúdos Estruturantes	**Conteúdos Básicos**	**Avaliação**
Números e Álgebra	• Números Reais;	• Amplie os conhecimentos sobre conjuntos

	• Números Complexos; • Sistemas lineares; • Matrizes e Determinantes; • Polinômios; • Equações e Inequações Exponenciais, Logarítmicas e Modulares	numéricos e aplique em diferentes contextos; • Compreenda os números complexos e suas operações; • Conceitue e interprete matrizes e suas operações; • Conheça e domine o conceito e as soluções de problemas que se realizam por meio de determinante; • Identifique e realize operações com polinômios; • Identifique e resolva equações, sistemas de equações e inequações, inclusive as exponenciais, logarítmicas e modulares
Grandezas e Medidas	• Medidas de Área; • Medidas de Volume; • Medidas de Grandezas Vetoriais; • Medidas de Informática; • Medidas de Energia; • Trigonometria.	• Perceba que as unidades de medidas são utilizadas para a determinação de diferentes grandezas e compreenda a relações matemáticas existentes nas suas unidades; • Aplique a lei dos senos e a lei dos cossenos de um triângulo para determinar elementos desconhecidos.
Funções	• Função Afim; • Função Quadrática; • Função Polinomial; • Função Exponencial; • Função Logarítmica; • Função Trigonométrica; • Função Modular; • Progressão Aritmética; • Progressão Geométrica	• Identifique diferentes funções e realize cálculos envolvendo-as; • Aplique os conhecimentos sobre funções para resolver situações-problema; • Realize análise gráfica de diferentes funções; • Reconheça, nas sequências numéricas, particularidades que remetam ao conceito das progressões aritméticas e geométricas; • Generalize cálculos para a determinação de termos de uma sequência numérica.
Geometrias	• Geometria Plana; • Geometria Espacial; • Geometria Analítica; • Geometrias não-euclidianas.	• Amplie e aprofunde os conhecimentos de geometria Plana e Espacial; • Determine posições e medidas de elementos geométricos através da Geometria Analítica; • Perceba a necessidade das geometrias não euclidianas para a compreensão de conceitos geométricos, quando analisados em planos diferentes do plano de Euclides; • Compreenda a necessidade das geometrias não euclidianas para o avanço das teorias científicas;

		• Articule ideias geométricas em planos de curvatura nula, positiva e negativa; • Conheça os conceitos básicos da Geometria Elíptica, Hiperbólica e Fractal
Tratamento da informação	• Análise Combinatória; • Binômio de Newton; • Estudo das Probabilidades; • Estatística; • Matemática Financeira.	• Recolha, interprete e analise dados através de cálculos, permitindo-lhe uma leitura crítica dos mesmos; • Realize cálculos utilizando Binômio de Newton; • Compreenda a ideia de probabilidade; • Realize estimativas, conjecturas a respeito de dados e informações estatísticas; • Compreenda a Matemática Financeira aplicada ao diversos ramos da atividade humana; • Perceba, através da leitura, a construção e interpretação de gráficos, a transição da álgebra para a representação gráfica e vice-versa.

Em nosso trabalho será contemplada a legislação vigente: Lei 10639/03 –História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Lei 11645/08 – História Cultura Afro-Brasileira e Indígena, istória do Paraná – Lei 13381/01, Música – Lei 11.769/08; Direito das Crianças e Adolescente – Lei Federal 11.525/07, Educação Tributária Decreto n° 1143/99, Portaria n° 9795/99, Decreto n° 4201/02, também será contemplado a prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente, serão atendidas as especificidades da educação do campo.

No Ensino Fundamental e Médio serão trabalhadas todas as leis acima mencionado, e em relação a Lei 10.639/03, referente à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana serão trabalhadas as seguintes atividades:

- Análise dos dados do IBGE sobre a composição da população brasileira por cor, renda e escolaridade no país e no município.
- Análise de pesquisas relacionadas ao negro e mercado de trabalho no país.
- Realização com os alunos de pesquisas de dados no município com relação à população negra.

Dessa forma, serão inseridos temas relacionados a História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena através de análise e reflexão sobre a diversidade cultural

e racial reconhecendo os afro-brasileiros como sujeitos na construção da sociedade e do país, ressaltando os valores que precisam ganhar amplitude e status de conhecimento, na perspectiva de uma sociedade multicultural e pluriétnica , lei 11.645/03/08 que integra a História e Cultura afro-Brasileira e Indígena ao Currículo de Ensino Fundamental e Médio.

METODOLOGIA

Os conteúdos propostos devem ser abordados por meio de tendências metodológicas da Educação Matemática que fundamentam a prática docente, das quais destacamos:

- resolução de problemas;
- modelagem matemática;
- mídias tecnológicas;
- etnomatemática;
- história da Matemática;
- investigações matemáticas

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Possibilita aos estudantes compreender os argumentos matemáticos e ajuda a vê-los com um conhecimento passível de ser aprendido por todos os sujeitos presentes de ensino e da aprendizagem.

As etapas da resolução de problemas são: compreender o problema; destacar informações, dados importantes do problema, para a sua resolução; elaborar um plano de resolução; executar o plano; conferir resultados; estabelecer nova estratégia, se necessário, até chegar a uma solução aceitável (POLYA, 2006).

ETNOMATEMÁTICA

O papel da etnomatemática é reconhecer e registrar questões de relevância social que produzem o conhecimento matemático.

Leva em conta que não existe um único, mas vários e distintos conhecimentos e todos são importantes. As manifestações matemáticas são percebidas por meio de diferentes teorias e práticas, das mais diversas áreas que emergem dos ambientes culturais.

MODELAGEM MATEMÁTICA

A modelagem matemática tem como pressuposto a problematização de situações do cotidiano. Ao mesmo tempo em que propõe a valorização do aluno no contexto social, procura levantar problemas que sugerem questionamentos sobre situações de vida. Consiste na arte de transformar problemas reais com os problemas matemáticos e resolvê-los interpretando suas soluções na linguagem do mundo real.

MÍDIAS TECNOLÓGICAS

Os recursos tecnológicos, como o software, a televisão, as calculadoras, os aplicativos da Internet, entre outros, têm favorecido as experimentações matemáticas e potencializado formas de resolução de problemas. De posse dos recursos tecnológicos, os estudantes conseguem desenvolver argumentos e conjecturas resultado dessa experimentação. Enfim, esse trabalho insere formas diferenciadas de ensinar e aprender e valorizar o processo de produção de conhecimento.

HISTÓRIA DA MATEMÁTICA

A história da Matemática é um elemento orientador na elaboração de atividades,na criação das situações-problema, na busca de referências para compreendermelhor os conceitos matemáticos. Possibilita ao aluno analisar e discutir razões para aceitação de determinados fatos, raciocínios e procedimentos.

INVESTIGAÇÕES MATEMÁTICAS

Uma investigação é um problema em aberto e, por isso, as coisas acontecem de forma diferente do que na resolução de problemas e exercícios. O objeto a ser investigado não é explicitado pelo professor, porém o método de investigação deverá ser indicado através, por exemplo, de uma introdução oral, de maneira que o aluno compreenda o significado de investigar. Assim, uma mesma situação apresentada poderá ter objetos de investigação distintos por diferentes grupos de alunos. E mais, se os grupos partirem de pontos de investigação diferentes, com certeza obterão resultados também diferentes.

Na investigação matemática, o aluno é chamado a agir como um matemático, não apenas porque é solicitado a propor questões, mas, principalmente,

porque formula conjecturas a respeito do que está investigando. Assim, “as investigações matemáticas envolvem, naturalmente, conceitos, procedimentos e representações matemáticas, mas o que mais fortemente as caracteriza é este estilo de conjectura teste- demonstração” (PONTE; BROCARDO; OLIVEIRA, 2006, p.10).

AVALIAÇÃO

No processo avaliativo, é necessário que o professor faça uso da observação sistemática para diagnosticar as dificuldades dos alunos e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento. Tais oportunidades devem incluir manifestação escritas, orais e de demonstração, inclusive por meio de ferramentas e equipamentos, tais como materiais manipuláveis, computador e calculadora.

INSTRUMENTOS

A diversificação dos instrumentos de avaliação está indissociavelmente ligada à concepção de avaliação contínua e formativa.

Se a avaliação contínua e formativa visa a aprendizagem, a formação do aluno, então essa continuidade precisa se concretizar, de fato, nas diferentes atividades de ensino/aprendizagem que acontecem na sala de aula.

INSTRUMENTO 1

ATIVIDADE DE LEITURA COMPREENSIVA DE TEXTOS

A avaliação da leitura de textos é uma das possibilidades para que verifiquemos a compreensão dos conteúdos abordados em aula, analisando o conhecimento prévio do aluno e também a questão de interpretação matemática na resolução de problemas.

Os textos utilizados para leitura devem se referir ao conteúdo e à discussão atual apresentada em aula, podendo aqui o professor fazer o uso do Livro Didático Público (Folhas), artigos científicos, etc. Entre outros, são importantes a adequação ao nível de ensino, bem como à faixa etária do aluno. A escolha criteriosa dos textos é relevante para não se perder o foco do conteúdo abordado, de modo a permitir, com a reflexão e a discussão, a ampliação dos horizontes de conhecimento.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Neste contexto serão utilizaremos critérios que possibilitem avaliar os conhecimentos dos alunos, de forma clara e adequada, na especificidade de cada disciplina.

Ao avaliar a compreensão dos alunos devemos considerar:

- houve compreensão das ideias presentes no texto, transformou numa linguagem matemática e chegou a resolução do problema;

- o aluno, ao falar sobre o texto, expressou suas ideias com clareza e sistematizou o conhecimento matemático de forma adequada;

- foram estabelecidas relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala de aula.

INSTRUMENTO 2

PRODUÇÃO DE TEXTO

As atividades de produção escrita devem considerar a característica dialógica e interativa da linguagem e o processo interlocutivo. Isso significa compreender que a linguagem – e, por conseguinte, os textos – se constroem justamente nas práticas de linguagem que se concretizam nas atividades humanas. Qualquer texto produzido (folhas, por exemplo), é sempre uma resposta a outros textos, está sempre inserido num contexto dialógico.

As propostas de produção textual precisam “corresponder àquilo que, na verdade, se escreve fora da escola – e, assim, sejam textos de gêneros que têm uma função social determinada, conforme as práticas vigentes na sociedade”.

Por meio da modelagem matemática, fenômenos diários, sejam eles físicos, biológicos e sociais, constituem elementos para análises críticas e compreensões diversas de mundo. Assim sendo, a modelagem Matemática consiste na arte de transformar problemas reais com os problemas matemáticos e resolvê-los interpretando suas soluções na linguagem do mundo real.

O trabalho pedagógico com a modelagem matemática possibilita a intervenção do estudante nos problemas reais do meio social e cultural em que vive, por isso, contribui para sua formação crítica.

Na prática da escrita, há três etapas articuladas:

- planejar o que será produzido, tendo em vista a intenção;
- escrever a primeira versão sobre a proposta apresentada;

- revisar, reestruturar e reescrever o texto, na perspectiva da intencionalidade definida.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

- Produzir textos atendendo às circunstâncias de produção, criar um texto para que haja a interpretação matemática.
- Expressar as ideias com clareza (coerência e coesão);
- Adequar a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina;
- Elaborar argumentos consistentes;
- Produzir textos respeitando o conteúdo a ser trabalhado;
- Estabelecer relações entre as partes do texto.

INSTRUMENTO 3

PALESTRA/ APRESENTAÇÃO ORAL

A apresentação oral é uma atividade que nos possibilita avaliar a compreensão do aluno a respeito do conteúdo abordado; a qualidade da argumentação; a investigação matemática; a organização e exposição das ideias. Tanto pode ser a apresentação oral de um trabalho que foi escrito como pode ter a forma de uma palestra, logicamente adequada em questões como tempo de duração (Não se vai pedir a um aluno da Educação Básica que pronuncie uma palestra de grande duração, esgotando as possibilidades de um conteúdo).

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

- Conhecimento do conteúdo;
- Argumentos selecionados;
- Adequação da linguagem para apresentação do conteúdo;
- Sequência lógica e clareza na apresentação;
- Produção e uso de recursos;

INSTRUMENTO 4

ATIVIDADES EXPERIMENTAIS

São aquelas atividades que têm, de fato, a característica de experimentação, investigação. São práticas que dão espaço para que o aluno crie hipóteses sobre o fenômeno que está ocorrendo (investigação matemática).

Com as atividades experimentais levaremos em consideração as dúvidas, o erro, o acaso, a intuição. Não devemos, portanto, antecipar para o nosso aluno os resultados ou os próprios caminhos da observação, uma vez que, na construção do conhecimento, o processo que ocorre é tão importante quanto o produto.

É fundamental que o experimento seja significativo no contexto daquele conhecimento com o qual nossos alunos estão envolvidos, entendemos que esta significação está diretamente relacionada a uma discussão teórica consistente, muito mais do que com a sofisticação dos equipamentos.

A atividade experimental nos possibilita que avaliemos o aluno quanto à sua compreensão do fenômeno experimentado, do conceito a ser construído ou já construído, a qualidade da interação quando o trabalho se realiza em grupo, entre outras possibilidades. Ressaltaremos que o uso adequado e conveniente dos materiais, só poderá ser avaliado de fato se as atividades de experimentação forem sistemáticas. Não conseguiremos uma utilização apropriada do ambiente e do instrumental se estas atividades forem apenas eventuais.

A proposição de uma atividade experimental requer clareza no enunciado, para que o aluno compreenda o que vai fazer, que recursos vai utilizar. O registro das hipóteses e dos passos seguidos no procedimento são importantes para avaliarmos juntos a atividade.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

- quanto à sua compreensão do fenômeno investigado,
- do conceito a ser construído ou já construído,
- a qualidade da interação quando o trabalho se realiza em grupo, entre outras possibilidades.

INSTRUMENTO 5

RELATÓRIO

O Relatório é um conjunto de descrições e análise da atividade desenvolvida. Os relatórios auxiliam no aprimoramento da habilidade nesta área

específica da comunicação escrita. É, também, um instrumento de ensino, pois possibilita ao aluno a reflexão sobre o que foi realizado, reconstruindo seu conhecimento, o qual foi desenvolvido na aula de campo, pesquisa, laboratório, atividade experimental, entre outras.

O relatório deve apresentar quais dados ou informações foram coletadas ou desenvolvidas e como esses dados foram analisados, bem como quais resultados podem-se extrair deles.

Este é um instrumento que pode ser utilizado a partir de quaisquer atividades desenvolvidas durante o processo de ensino e aprendizagem.

O relatório deve apresentar os dados ou informações coletadas, ou procedimentos desenvolvidos, que análises foram feitas e a quais resultados obtivemos.

São elementos do relatório:

1. Introdução: Informações iniciais que apresentem o trabalho que deu origem ao relatório, apontando quais são os objetivos desta atividade, bem como a relevância do conteúdo abordado, dos conceitos construídos.

2. Metodologia e materiais : descreve, objetiva e claramente, como realmente se deu o trabalho ou atividade desenvolvida. Embora seja uma descrição suscinta, não pode omitir informações que sejam relevantes para que o leitor compreenda a respeito do que se está falando, ou para uma reflexão que permita que se aprimore a atividade.

3. Análise: é a descrição dos dados coletados durante os procedimentos e dos resultados que foram obtidos. Na análise podem constar os elementos e situações interessantes que tenham acontecido. Nesta parte do relatório, o estudante pode utilizar tabelas, gráficos, imagens, que permitam uma visualização melhor dos resultados. É importante, na análise, que se estabeleçam as relações entre a atividade, os procedimentos realizados e o objeto de estudo e as discussões teóricas que deram origem à atividade em questão.

Considerações Finais:

Neste item do relatório será possível observar se a atividade desenvolvida foi significativa na construção do conhecimento, já que, aqui, o aluno vai apresentar os resultados obtidos de forma crítica, confrontando-os com os objetivos da

atividade realizada. Este é um item importante, pois vai possibilitar ao estudante a apreciação sobre o trabalho realizado, seus objetivos, a aprendizagem alcançada.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Avaliaremos analisando os elementos do relatório e o conteúdo matemático em pauta.

INSTRUMENTO 6

SEMINÁRIO

O seminário é um procedimento metodológico que tem por objetivos a pesquisa, a leitura e a interpretação de textos. Assim, os alunos podem analisar questões do ENEM, questões OBMEP, raciocínio lógico, resolução de problemas, jogos, etc. Trata-se de uma discussão rica de ideias, onde cada um participa questionando, de modo fundamentado, os argumentos apresentados.

A elaboração de um seminário, além de aprofundar e complementar as explicações feitas em aula, cria, ainda, a possibilidade de colocar o aluno em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa.

Segundo Frota-Pessoa, os seminários não devem ser trabalhados como se fossem aulas expositivas dadas pelos alunos, onde relatam sobre assuntos estudados em livros. Os seminários devem trazer, também, o relato de atividades realizadas pela equipe, tais como experimentos, observações, coleta de dados, entrevista com especialistas, entre outros. Além disso, esta atividade permite que o aluno fale em público, ordene as ideias para expô-las, ouça críticas debatendo-as, perca a inibição e fale aos colegas com seriedade.

Essa forma de avaliação em seminário merece atenção especial por nossa parte, pois podemos cometer erros em relação aos alunos que têm dificuldade em se expressar. É importante que a a avaliação do seminário seja dividida em itens, com valores específicos para cada um deles. Entre algumas possibilidades, é importante que avaliemos: a consistência dos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas; a compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados); a adequação da linguagem; a pertinência das fontes de pesquisa; os relatos trazidos para enriquecer a apresentação; a adequação e relevância das intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

O aluno precisa saber como foi realizada essa avaliação, para que veja

onde falhou e possa melhorar em outras oportunidades. Os itens devem ser discutidos com os alunos na ocasião em que o seminário for proposto.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

- a consistência dos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas;

- a compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados);

- a adequação da linguagem; a pertinência das fontes de pesquisa;

- os relatos trazidos para enriquecer a apresentação;

- a adequação e relevância das intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

INSTRUMENTO 7

ATIVIDADES A PARTIR DE RECURSOS AUDIOVISUAIS

Os recursos audiovisuais permitem situações de ensino/aprendizagem que podem enriquecer o trabalho com os conteúdos das disciplinas.

O trabalho com filmes, documentários, músicas, teatro, entre outros, demanda a nossa pesquisa sobre o recurso a ser levado para os alunos.

Qualquer que seja o recurso escolhido, é preciso considerar que o conteúdo abordado naquela mídia não está adequado(didaticamente), vem apresentado em linguagem específica e com intencionalidade diferente daquela que existe na escola. A adequação do conteúdo cabe a nós, professores.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

- a compreensão e interpretação da linguagem utilizada;

- a articulação do conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual;

- o reconhecimento dos recursos expressivos específicos daquele recurso;

INSTRUMENTO 8

TRABALHO EM GRUPO

O objetivo do trabalho em grupo é desenvolver dinâmicas com pequenos grupos, na tentativa de proporcionar, aos alunos, experiências que facilitem o

processo de aprendizagem.

A perspectiva para o trabalho em grupo é aquela em que as ações pedagógicas envolvam o aluno, seja nas tarefas realizadas por seu grupo, seja na definição de atitudes que promovam uma interação social; é aquela em que as ações de um aluno o conduzem a compartilhar conhecimento, contribuindo de forma significativa para a sua aprendizagem. Nesta prática pedagógica, nossas ações são as de um orientador que acompanha o trabalho do grupo e que, na medida da necessidade, redireciona as atividades.

Quando se considera que os alunos se aproximam do objeto de estudo de formas e com intensidades diferentes, a realização do trabalho em grupo apresenta-se como ocasião de enriquecimento desta aproximação, tendo em vista o trabalho coletivo. Além disso, perguntas ou observações que muitos alunos não colocam para nós, são socializadas no grupo.

O trabalho em grupo pode ser proposto a partir de diferentes atividades, sejam elas, escritas, orais, gráficas, corporais, construção de maquetes, painéis, mural, jogos e outros, abrangendo os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

- Demonstrar os conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos na sala de aula ou em espaços diferenciados;

- Compreender a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade e o seu cotidiano.

INSTRUMENTO 9

QUESTÕES DISCURSIVAS

Essas questões fazem parte do cotidiano escolar dos alunos e possibilitam verificar a qualidade da interação do aluno com o conteúdo abordado em sala de aula. Uma questão discursiva nos possibilita avaliar o processo de investigação e reflexão realizado pelo aluno durante a exposição/discussão do conteúdo, dos conceitos. Além disso, a resposta a uma questão discursiva permite que identifiquemos com maior clareza o erro do aluno, para que possamos dar a ele a importância pedagógica que tem no processo de construção do conhecimento.

Este tipo de questão exige resposta clara, concisa e completa e estas características decorrem da compreensão que o aluno tenha sobre o conteúdo abordado pela questão e de sua capacidade de análise e síntese, uma vez que escrever muito não garante uma resposta completa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

- Verificar se o aluno compreendeu o enunciado da questão. Se não houve esta compreensão, é preciso considerar se está havendo falha na leitura do aluno ou se o próprio enunciado carece de clareza e objetividade.

- Observar, quando for o caso, se o aluno planejou a solução, e se essa tentativa foi adequada.

- Capacidade do aluno se comunicar por escrito, com clareza, utilizando-se da norma padrão da língua portuguesa.

- Observar se houve a sistematização do conhecimento de forma adequada.

Na elaboração destas questões devemos apresentar um enunciado de forma clara, com qualidade e linguagem adequada. O bom planejamento da questão, o grau de dificuldade e os critérios previamente considerados são pontos importantes que constituem o processo de avaliação.

INSTRUMENTO 10

QUESTÕES OBJETIVAS

Este tipo de questão deverá ser utilizada como um componente da avaliação, nunca deve ser aplicada como a única ou principal forma avaliativa, pois seu principal objetivo é a fixação do conteúdo.

Uma questão objetiva deve apresentar um enunciado objetivo e esclarecedor, usando um vocabulário conceitual adequado, possibilitando ao aluno a compreensão do que foi solicitado. Para a construção desse tipo de questão devemos definir o grau de dificuldade de cada questão direcionada para cada série com vistas a não cometer injustiças.

A questão objetiva possibilita avaliarmos a leitura compreensiva do enunciado; a apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo; a capacidade de se utilizar de conhecimentos adquiridos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

• comunica-se matematicamente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004);

• compreende, por meio da leitura, o problema matemático;

• elabora um plano que possibilite a solução do problema;

• encontra meios diversos para a resolução de um problema matemático;

• realiza o retrospecto da solução de um problema.

Dessa forma, no processo pedagógico, o aluno será estimulado a:

• partir de situações-problema internas ou externas à matemática;

• pesquisar acerca de conhecimentos que possam auxiliar na solução dos problemas;

• elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testá-las;

• perseverar na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades;

• sistematizar o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;

• socializar os resultados obtidos, utilizando, para isso, uma linguagem adequada;

• argumentar a favor ou contra os resultados (PAVANELLO & NOGUEIRA,2006, p. 29).

Deve-se considerar as noções que o estudante traz, decorrentes da sua vivência, de modo a relacioná-las com os novos conhecimentos abordados nas aulas de Matemática.

REFERÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupos de Estudos 2008, **2º Encontro,** Avaliação – um processo Intencional e Planejado

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, Superintendência da Educação - Diretrizes Curriculares de Matemática para o Ensino Fundamental e Médio – 2008

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Historicamente, o processo de ensino de língua portuguesa no Brasil iniciou-se com a educação jesuítica. Essa educação era instrumento fundamental na

formação da elite colonial, ao mesmo tempo em que se propunha a “alfabetizar” e “catequizar” os indígenas. A concepção de educação e o trabalho de escolarização dos indígenas estavam vinculados ao entendimento de que a linguagem reproduzia o modo de pensar, ou seja, pensava-se, segundo uma concepção filosófica intelectualista, que a linguagem se constituía no interior da mente e sua materialização fônica revelava o pensamento.

Todo ser humano normal possui um potencial biopsíquico para atribuir significados às coisas e aos diferentes códigos (verbais e não-verbais) que servem para expressar ou simbolizar o mundo. Esse potencial é desenvolvido no seio do grupo social através de práticas coletivas específicas e dentro das condições concretas que estabelecem a sua possibilidade.

A disciplina de Língua Portuguesa/Literatura deve ser orientada por práticas de oralidade, leitura e escrita, vivenciando experiências com a língua em uso, concretizadas em atividades de leitura, produção de textos e reflexões com e sobre a língua, norteada por uma concepção teórica que vê a língua em permanente constituição na interação entre sujeitos histórica e socialmente situados:

O objeto de estudo da disciplina é a Língua e o Conteúdo Estruturante de Língua Portuguesa e Literatura é o discurso enquanto prática social (leitura, escrita e oralidade).

Cabe ao educador, selecionar os aspectos a serem trabalhados de acordo com as necessidades do educando, tendo em vista a apropriação do código lingüístico nas dimensões da oralidade da leitura e da escrita.

Nessa concepção de língua, o texto é visto como lugar onde os participantes da interação dialógica se constroem e são construídas.

Nessa perspectiva toda reflexão com e sobre a língua só tem sentido se considerar, como ponto de partida, a dimensão dialógica da linguagem presentes em atividades que possibilitem aos alunos e professores, experiências reais de uso da língua materna. Os conceitos de texto e de leitura não se restringem aqui, à linguagem escrita: eles abrangem, além dos textos escritos e falados, a integração da linguagem verbal com as outras linguagens.

> As artes visuais, a música, o cinema, a fotografia, a semiologia gráfica, o vídeo, a televisão, o rádio, a publicidade, os quadrinhos, as charges, a multimídia a todas as formas infográficas ou qualquer outro meio linguageiro criado pelo homem) percebendo seu chão comum (são todas práticas sociais discursivas) e suas especificidades (seu diferentes suportes tecnológicos, seus diferentes

modos e de geração de significados. (FARACO, 2002, p.101).

OBJETIVOS

O trabalho pedagógico com a Língua Portuguesa/Literatura tem por objetivo a proliferação do pensamento, o aprimoramento da expressão, da leitura crítica, bem como da compreensão do fenômeno estético âmbito da literatura, de maneira a contribuir tanto na constituição da identidade dos sujeitos, quanto com usa formação para o efetivo exercício da cidadania.

A leitura é, fundamentalmente, uma prática social. Enquanto tal, não pode prescindir de situações vividas socialmente, no contexto da família, da escola, do trabalho, etc. Todos os seres humanos podem se transformar em leitores da palavra e dos outros códigos que expressam a cultura.

Empregar a língua oral em diferentes situações de uso, sabendo adequá-la a cada contexto e interlocutor, descobrindo as intenções que estão implícitas nos discursos do cotidiano e posicionando-se diante dos mesmos;

Desenvolver o uso da língua escrita em situações discursivas realizadas por meio de práticas sociais, considerando-se os interlocutores, os seus objetivos, o assunto tratado, os gêneros e suportes textuais e o contexto da produção/leitura.

Refletir sobre os textos produzidos, lidos ou ouvidos, atualizando o gênero e tipo de texto, assim como os elementos gramaticais empregados na sua organização.

Aprimorar, pelo contato com os textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética dos alunos, propiciando através da Literatura, a constituição de um espaço dialógico que permita a expansão lúdica do trabalho com as práticas da oralidade, da leitura e da escrita.

O principal objetivo do trabalho com os conhecimentos lingüísticos é melhorar a capacidade de compreensão e expressão dos alunos, tanto nas situações de comunicação oral quanto nas de comunicação escrita.

Levar o aluno a pensar o mundo, a posicionar-se diante dele e a assumir sua capacidade de transformá-lo.

Possibilitar aos alunos o conhecimento das linguagens e seus códigos, entre outras coisas, a analisar com maior competência a realidade em que vive, a reconhecer-se nessa realidade, a fazer suas próprias opções e a exercer seu direito de plena cidadania.

Dotar o aluno das habilidades mínimas que lhe permitam lidar com as

linguagens, levando-o a estudá-las de forma sistemática, organizada, fruto de reflexão.

Esse processo inicia-se na alfabetização, consolida-se no discurso da vida acadêmica do aluno e não se esgota no período escolar, mas se estende por toda a sua vida.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

O Discurso enquanto prática social concretizando-se na oralidade, leitura e escrita.

Unidade de Ensino-texto-prática de recepção e produção de textos.

Na abordagem dos conteúdos de todas as séries, o professor deve considerar.

- Os conhecimentos anteriores dos alunos em relação ao que se pretende ensinar.

- Nível de aprofundamento possível de cada conteúdo, em função das possibilidades de compreensão dos alunos nos diferentes momentos do seu processo de aprendizagem.

- Ampliação do nível de complexidade dos diferentes conteúdos, conforme autonomia lingüística adquirida pelos alunos na realização das propostas discursivas.

CONTEÚDOS ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

- **Variedades lingüísticas**

  Norma culta, dialetos, gírias, regionalismos, outras formas de registros.

  Funções da linguagem.

  Linguagem verbal e não-verbal.

- **Gêneros textuais ou discursivos**

  Elementos da construção dos diferentes gêneros discursivos e tipos de textos (informativo, instrucional, poético, narrativo, carta, bilhete, sinopse, etc.)

  Análise do discurso: linguagem aspecto formal, finalidade, estilo, ideologia, posição do autor, ideologia, contexto histórico, social, econômico, político, entre outros.

Elementos coesivos e coerência textual: unidade temática, elementos lógico-discursivos, tese, organização dos parágrafos, contexto discursivo, interlocutor, idéia central, seqüência lógica, progressão retomada dos elementos coesivos, título como elemento coesivo entre outros.

Discurso direto e indireto.

Recursos visuais, sonoros, olfativos, gráficos, etc.

Relações referenciais: elipse, repetição, sinais de pontuação.

Aspectos formais do texto: acentuação, pontuação, ortografia, paragrafação, título, legibilidade, aceitabilidade, entre outros.

Ambigüidade como recurso de construção do texto.

Ambigüidade como problema de construção do texto.

Informações explícitas, implícitas e intertextualidade.

Relações entre imagem e texto.

- **<u>Elementos Gramaticais na construção do texto</u>**

Pontuação e seus efeitos de sentido na construção do texto: vírgula, ponto-e-vírgula, ponto final, ponto de interrogação, exclamação, dois pontos, aspas, parênteses, travessão, reticências, entre outros.

Emprego da crase na construção do texto.

Classes de palavras: substantivo, adjetivo, verbo, preposição, conjunção, artigo, numeral, pronome, advérbio e interjeição na construção do texto.

Sujeito e predicado na construção do texto.

Vozes do verbo na construção do texto.

Adjunto adnominal e complemento adnominal na construção do texto.

Aposto e vocativo na construção do texto.

Orações coordenadas, subordinadas, reduzidas e intercaladas na construção do texto.

Concordância verbal e nominal na construção do texto.

Colocação pronominal na construção do texto.

Figuras de linguagem na construção do texto.

Formação de palavras: prefixo, sufixo, radical, derivação e composição.

Para o Ensino Médio devem ser acrescidos os seguintes conteúdos de Literatura:

Arte literária e as outras artes.

História e literatura.

Os gêneros literários e os elementos/recursos que os compõem.

Periodização e estilos de época da literatura brasileira: O Quinhentismo brasileiro (literatura de informação), Barroco, Arcadismo, Romantismo, Realismo e Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo, vanguarda européias, Pré-Modernismo, Modernismo, Pós-Modernismo.

Os períodos literários e a relação com o período histórico, as artes e o cotidiano.

LÍNGUA PORTUGUESA
ENSINO FUNDAMENTAL 5° ANO/ 6ª SÉRIE

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO - METODLÓGICO	AVALIAÇÃO

GÊNEROS DISCURSIVOS Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, com a Proposta Pedagógica Curricular, com o Plano Trabalho Docente, ou seja, em conformidade com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries. *Vide relação dos gêneros ao final deste documento. **LEITURA** • Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade; • Argumentos do texto; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero; • Léxico; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem. **ESCRITA** • Contexto de produção; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Informatividade; • Argumentatividade; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero; • Divisão do texto em parágrafos; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; • Processo de formação de palavras; • Acentuação gráfica; • Ortografia; • Concordância verbal/nominal. **ORALIDADE**	**LEITURA** É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões sobre: tema, intenções, intertextualidade; • Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época; • Utilize textos verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como gráficos, fotos, imagens, mapas, e outros; • Relacione o tema com o contexto atual; • Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto. **ESCRITA** É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir: da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade; • Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto; • Acompanhe a produção do texto; • Encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos/das ideias, dos elementos que compõem o gênero (por exemplo: se for uma narrativa de aventura, observar se há o narrador, quem são os personagens, tempo, espaço, se o texto remete a uma aventura, etc.); • Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto; • Conduza, na reescrita, a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. **ORALIDADE** É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos;	**LEITURA** Espera-se que o aluno: • Identifique o tema; • Realize leitura compreensiva do texto; • Localize informações explícitas no texto; • Posicione-se argumentativamente; • Amplie seu horizonte de expectativas; • Amplie seu léxico; • Identifique a ideia principal do texto. **ESCRITA:** Espera-se que o aluno: • Expresse as ideias com clareza; • Elabore/reelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo: − às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);− à continuidade temática; • Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; • Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, etc; • Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, etc. **ORALIDADE** Espera-se que o aluno: • Utilize discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresente suas ideias com clareza, coerência e argumentatividade; • Compreenda argumentos no discurso do outro; • Explane diferentes textos, utilizando adequadamente entonação, pausas, gestos, etc; • Respeite os turnos de fala.

• Tema do texto; • Finalidade; • Argumentos; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.	• Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado; • Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; • Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como entonação, pausas, expressão facial e outros; • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.	

ENSINO FUNDAMENTAL 6ª SÉRIE/ 7OANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: **DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL**

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO – METODOLÓGICO	AVALIAÇÃO
GÊNEROS DISCURSIVOS Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, com a Proposta Pedagógica Curricular, com o Plano Trabalho Docente, ou seja, em conformidade com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries. *Vide relação dos gêneros ao final deste documento **LEITURA** • Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Argumentos do texto; • Contexto de produção; • Intertextualidade; • Informações explícitas e implícitas; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero; • Repetição proposital de palavras; • Léxico; • Ambiguidade; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem. **ESCRITA** • Contexto de produção; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Informatividade; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do	**LEITURA** É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros, ampliando também o léxico; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões sobre: tema e intenções; • Contextualize a produção: suporte/ fonte, interlocutores, finalidade, época; • Utilize textos verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como gráficos, fotos, imagens, mapas,e outros; • Relacione o tema com o contexto atual, com as diferentes possibilidades de sentido (ambiguidade) e com outros textos; • Oportunize a socialização das idéias dos alunos sobre o texto. ESCRITA É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir: da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade; • Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos; • Acompanhe a produção do texto; • Encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos/das ideias, dos elementos que compõem o gênero (por exemplo: se for uma narrativa de enigma, observar se há o narrador, quem são os personagens, tempo, espaço, se o texto remete a um mistério, etc.); • Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto; • Conduza, na reescrita, a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.	**LEITURA** Espera-se que o aluno: • Realize leitura compreensiva do texto; • Localize informações explícitas e implícitas no texto; • Posicione-se argumentativamente; • Amplie seu horizonte de expectativas; • Amplie seu léxico; • Perceba o ambiente no qual circula o gênero; • Identifique a ideia principal do texto; • Analise as intenções do autor; • Identifique o tema; • Deduza os sentidos das palavras e/ ou expressões a partir do context **ESCRITA** Espera-se que o aluno: • Expresse suas ideias com clareza; • Elabore textos atendendo: - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);- à continuidade temática; • Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; • Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, etc; • Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc. **ORALIDADE** Espera-se que o aluno: • Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresente suas ideias com clareza; • Expresse oralmente suas ideias de modo fluente e adequado ao gênero proposto; • Compreenda os argumentos no discurso do outro; • Exponha objetivamente seus argumentos; • Organize a sequência de sua fala; • Respeite os turnos de fala; • Analise os argumentos dos colegas de classe em suas apresentações e/

gênero; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; • Processo de formação de palavras; • Acentuação gráfica; • Ortografia; • Concordância verbal/nominal. **ORALIDADE** • Tema do texto; • Finalidade; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; • Semântica.	**ORALIDADE** É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos; • Proponha reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos; • Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado; • Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; • Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como entonação, pausas, expressão facial e outros. • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.	ou nos gêneros orais trabalhados;Participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões, etc.

ENSINO FUNDAMENTAL 7ª SÉRIE/ 8° ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: **DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL**		
CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO –	AVALIAÇÃO

	METODOLÓGICO	
GÊNEROS DISCURSIVOS Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, com a Proposta Pedagógica Curricular, com o Plano Trabalho Docente, ou seja, em conformidade com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries. *Vide relação dos gêneros ao final deste documento **LEITURA** Conteúdo temático; • Interlocutor; • Intencionalidade do texto; • Argumentos do texto; • Contexto de produção; • Intertextualidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Semântica:- operadores argumentativos;- ambiguidade;- sentido figurado;- expressões que denotam ironia e humor no texto. **ESCRITA** • Conteúdo temático; • Interlocutor; • Intencionalidade do texto; • Informatividade;	LEITURA É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões e reflexões sobre: tema, finalidade, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade; • Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época; • Utilize textos verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como gráficos, fotos, imagens, mapas, e outros; • Relacione o tema com o contexto atual; • Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto; • Instigue a identificação e reflexão dos sentidos de palavras e/ou expressões figuradas, bem como de expressões que denotam ironia e humor; • Promova a percepção de recursos utilizados para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto.ESCRITAÉ importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir: da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade; • Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos; • Acompanhe a produção do texto; • Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto; • Estimule o uso de figuras de linguagem no texto; • Incentive a utilização de recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Proporcione o entendimento do papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto;	LEITURA Espera-se que o aluno: • Realize leitura compreensiva do texto; • Localize de informações explícitas e implícitas no texto; • Posicione-se argumentativamente; • Amplie seu horizonte de expectativas; • Amplie seu léxico; • Perceba o ambiente no qual circula o gênero; • Identifique a ideia principal do texto; • Analise as intenções do autor; • Identifique o tema; • Reconheça palavras e/ou expressões que denotem ironia e humor no texto; • Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo; • Identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto; • Conheça e utilize os recursos para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto. ESCRITA Espera-se que o aluno: • Expresse suas ideias com clareza; • Elabore textos atendendo: - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);- à continuidade temática; • Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; • Utilize recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, etc.; • Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, adjetivo, advérbio, etc; • Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo; • Entenda o papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto; Perceba a pertinência e use os elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos, bem como

• Contexto de produção; • Intertextualidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; • Concordância verbal e nominal; • Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto; • Semântica:- operadores argumentativos;- ambiguidade;- significado das palavras;- sentido figurado;- expressões que denotam ironia e humor no texto. **ORALIDADE** • Conteúdo temático; • Finalidade;• Argumentos; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas ...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras); • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; • Elementos semânticos; • Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc); • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o	• Encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos/das ideias, dos elementos que compõem o gênero (por exemplo: se for uma notícia, observar se o fato relatado é relevante, se apresenta dados coerentes, se a linguagem é própria do suporte (ex. jornal), se traz vozes de autoridade, etc.). • Conduza, na reescrita, a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. ORALIDADE É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a: aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e finalidade do texto; • Proponha reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos, e sobre a utilização dos recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado; • Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; • Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros; • Propicie análise e comparação dos recursos veiculados em diferentes fontes como jornais, emissoras de TV, emissoras de rádio, etc., a fim de perceber a ideologia dos discursos dessas esferas; • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.	os recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto. **ORALIDADE** Espera-se que o aluno: • Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresente ideias com clareza; • Obtenha fluência na exposição oral, em adequação ao gênero proposto; • Compreenda os argumentos no discurso do outro; • Exponha objetivamente seus argumentos; • Organize a sequência da fala; • Respeite os turnos de fala; • Analise os argumentos dos colegas em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados; • Participe ativamente de diálogos, relatos, discussões, etc.; • Utilize conscientemente expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos.Analise recursos da oralidade em cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem, entre outros.

ENSINO FUNDAMENTAL 7ª SÉRIE/ 8° ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: **DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL**

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO - METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
GÊNEROS DISCURSIVOS Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, com a Proposta Pedagógica Curricular, com o Plano Trabalho Docente, ou seja, em conformidade com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries. *Vide relação dos gêneros ao final deste documento **LEITURA** • Conteúdo temático; • Interlocutor; • Intencionalidade do texto; • Argumentos do texto; • Contexto de produção; • Intertextualidade; • Discurso ideológico presente no texto; • Vozes sociais presentes no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Partículas conectivas do texto; • Progressão referencial no texto; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; • Semântica: • - operadores argumentativos;- polissemia;- expressões que denotam ironia e humor no texto. **ESCRITA** • Conteúdo temático; • Interlocutor; • Intencionalidade do texto;	**LEITURA** É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões e reflexões sobre: tema, finalidade, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia ; • Proporcione análises para estabelecer a referência textual; • Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época; • Utilize textos verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como gráficos, fotos, imagens, mapas e outros; • Relacione o tema com o contexto atual; • Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto; • Instigue o entendimento/reflexão das palavras em sentido figurado; • Estimule leituras que suscitem no reconhecimento do estilo, que é próprio de cada gênero; • Incentive a percepção dos recursos utilizados para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto;• Conduza leituras para a compreensão das partículas conectivas. ESCRITA É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir: da delimitação tema, do interlocutor, finalidade, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade e ideologia; • Proporcione o uso adequado de palavras e expressões para estabelecer a referência textual; • Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto; • Acompanhe a produção do texto; • Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto; • Estimule o uso de palavras e/ou	**LEITURA** Espera-se que o aluno: • Realize leitura compreensiva do texto e das partículas conectivas; • Localize informações explícitas e implícitas no texto; • Posicione-se argumentativamente; • Amplie seu horizonte de expectativas; • Amplie seu léxico; • Perceba o ambiente no qual circula o gênero; • Identifique a ideia principal do texto; • Analise as intenções do autor; • Identifique o tema; • Deduza os sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto; • Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo; • Conheça e utilize os recursos para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a progressão referencial; • Reconheça o estilo, próprio de diferentes gêneros. **ESCRITA** Espera-se que o aluno: • Expresse ideias com clareza; • Elabore textos atendendo: - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);- à continuidade temática; • Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; • Use recursos textuais como coesão e coerência,

• Informatividade; • Contexto de produção; • Intertextualidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Partículas conectivas do texto; • Progressão referencial no texto; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.; • Sintaxe de concordância; • Sintaxe de regência; • Processo de formação de palavras; • Vícios de linguagem; • Semântica:- operadores argumentativos;- modalizadores;- polissemia. ORALIDADE • Conteúdo temático ; • Finalidade; • Argumentos; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas ...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas entre outras); • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, conectivos; • Semântica; • Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.); • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito	expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor;figuras de linguagem no texto; • Incentive a utilização de recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Conduza a utilização adequada das partículas conectivas; • Encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos/das ideias, dos elementos que compõem o gênero (por exemplo: se for uma crônica, verificar se a temática está relacionada ao cotidiano, se há relações estabelecidas entre os personagens, o local, o tempo em que a história acontece, etc.); • Conduza, na reescrita, a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. ORALIDADE É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a: aceitabilidade, informatividade, situacionalidade finalidade do texto; • Proponha reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos, e sobre a utilização dos recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado; • Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; • Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros; • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem entre outros.	informatividade, intertextualidade, etc; • Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, adjetivo, advérbio, verbo, preposição, conjunção, etc.; • Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo; • Perceba a pertinência e use os elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos, bem como os recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a progressão referencial. **ORALIDADE** Espera-se que o aluno: • Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresente ideias com clareza; • Obtenha fluência na exposição oral, em adequação ao gênero proposto; • Compreenda argumentos no discurso do outro; • Exponha objetivamente argumentos; • Organize a sequência da fala; • Respeite os turnos de fala; • Analise os argumentos apresentados pelos colegas em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados; • Participe ativamente de diálogos, relatos, discussões, etc.; • Utilize conscientemente expressões faciais corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos; • Analise recursos da

		oralidade em cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem entre outros.

LÍNGUA PORTUGUESA - ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: **DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL**		
CONTEÚDOS BÁSICOS	**ABORDAGEM TEÓRICO - METODOLÓGICO**	**AVALIAÇÃO**
GÊNEROS DISCURSIVOS Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, com a Proposta Pedagógica Curricular, com o Plano Trabalho Docente, ou seja, em conformidade com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries. *Vide relação dos gêneros ao final deste documento **LEITURA** • Conteúdo temático; • Interlocutor; • Finalidade do texto ; • Intencionalidade; • Argumentos do texto; • Contexto de produção; • Intertextualidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Discurso ideológico presente no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Contexto de produção da obra literária; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes	**LEITURA** É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências a partir de pistas textuais; • Encaminhe discussões e reflexões sobre: tema, finalidade, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia; • Contextualize a produção: suporte/ fonte, interlocutores, finalidade, época; referente à obra literária, explore os estilos do autor, da época, situe o momento de produção da obra e dialogue com o momento atual, bem como com outras áreas do conhecimento; • Utilize textos verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como gráficos, fotos, imagens, mapas e outros; • Relacione o tema com o contexto atual; • Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto; • Instigue o entendimento/reflexão das palavras em sentido figurado; • Estimule leituras que suscitem o reconhecimento do estilo, que é próprio de cada gênero; • Incentive a percepção dos recursos utilizados para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto;	**LEITURA** Espera-se que o aluno: • Efetue leitura compreensiva, global, crítica e analítica de textos verbais e não-verbais; • Localize informações explícitas e implícitas no texto; • Produza inferências a partir de pistas textuais; • Posicione-se argumentativamente; • Amplie seu léxico; • Perceba o ambiente no qual circula o gênero; • Identifique a ideia principal do texto; • Analise as intenções do autor; • Identifique o tema; • Referente à obra literária, amplie seu horizonte de expectativas, perceba os diferentes estilos e estabeleça relações entre obras de diferentes épocas com o contexto histórico atual; • Deduza os sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto; • Compreenda as diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo; • Conheça e utilize os recursos para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a progressão referencial; • Entenda o estilo, que é próprio de cada gênero. ESCRITA Espera-se que o aluno: • Expresse ideias com clareza;

gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; • Progressão referencial; • Partículas conectivas do texto; • Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto; • Semântica:- operadores argumentativos;- modalizadores;- figuras de linguagem. **ESCRITA** • Conteúdo temático; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade; • Informatividade; • Contexto de produção; • Intertextualidade; • Referência textual; • Vozes sociais presentes no texto; • Ideologia presente no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Progressão referencial; • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; Semântica:- operadores argumentativos;- modalizadores;- figuras de linguagem; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.; • Vícios de linguagem; • Sintaxe de concordância; • Sintaxe de regência. ORALIDADE • Conteúdo temático; • Finalidade; • Intencionalidade; • Argumentos; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas ...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala;	• Proporcione análises para estabelecer a progressão referencial do texto; • Conduza leituras para a compreensão das partículas conectivas. **ESCRITA** É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir: da delimitação do tema, do interlocutor, intenções, contexto de produção do gênero; • Proporcione o uso adequado de palavras e expressões para estabelecer a referência textual; • Conduza a utilização adequada dos conectivos; • Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto; • Acompanhe a produção do texto; • Instigue o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo; • Estimule produções que suscitem o reconhecimento do estilo, que é próprio de cada gênero; • Incentive a utilização de recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos/das ideias, dos elementos que compõe o gênero (por exemplo: se for um artigo de opinião, observar se há uma questão problema, se apresenta defesa de argumentos, se a linguagem está apropriada, se há continuidade temática, etc.); • Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto; • Conduza, na reescrita, a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. ORALIDADE É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a: aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e finalidade do texto; • Proponha reflexões sobre os argumentos utilizados nas	• Elabore textos atendendo: - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);- à continuidade temática; • Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; • Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc.; • Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, adjetivo, advérbio, verbo, preposição, conjunção, etc.; • Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo; • Perceba a pertinência e use os elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos; • Reconheça palavras e/ou expressões que estabelecem a progressão referencial; • Entenda o estilo, que é próprio de cada gênero. **ORALIDADE** Espera-se que o aluno: • Utilize seu discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresente ideias com clareza; • Obtenha fluência na exposição oral, em adequação ao gênero proposto; • Compreenda os argumentos do discurso do outro; • Exponha objetivamente seus argumentos e defenda claramente suas ideias; • Organize a sequência da fala de modo que as informações não se percam; • Respeite os turnos de fala; • Analise, contraponha, discuta os argumentos apresentados pelos colegas em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados; • Contra-argumente ideias formuladas pelos colegas em discussões, debates, mesas redondas, diálogos, discussões, etc.; • Utilize de forma intencional e consciente expressões faciais, corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais,

• Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras); • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; • Elementos semânticos; • Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.); • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.	exposições orais dos alunos, e sobre a utilização dos recursos de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado; • Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; • Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros; • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como seminários, telejornais, entrevistas, reportagens, entre outros; • Propicie análise e comparação dos recursos veiculados em diferentes fontes como jornais, emissoras de TV, emissoras de rádio, etc., a fim de perceber a ideologia dos discursos dessas esferas.	entre outros elementos extralinguísticos.

Serão contempladas nesta disciplina:

- História do Paraná – Lei 13 381/2001;
- História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Lei 10639/03;
- História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – Lei 11645/08;
- Música – Lei 11.769/08;
- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente;
- Direitos das Crianças e Adolescente – Lei Federal 11525/07;
- Educação Tributária Decreto n° 1143/99, Portaria n° 413/02;
- Educação Ambiental – Lei Federal n° 9795/99, Decreto n° 4201/02;

Essas temáticas serão abordadas como conteúdos e/ou quando surgirem oportunidades.

METODOLOGIA

Essa diretriz pretende uma prática diferenciada, uma vez que a língua só

existe em situações de interação e através das práticas discursivas, que assumem a língua em sua história e funcionamento.

Acerca do tratamento dado à oralidade na escola, que muitas vezes desconsidera sua forte influência em nossa história cultural e, assumindo a fala como conteúdo que implica conhecimentos relativos as variedades lingüísticas e as diferentes construções da língua, inclusive quanto aos aspectos argumentativos do discurso, precisam ser desenvolvidas em sala de aula atividades que favoreçam o desenvolvimento das habilidades de falar e ouvir.

Embora a modalidade oral e a modalidade escrita da língua apresentem similaridade e mútuas influências, têm também diferenças que precisam ser refletidas: a fala é, em geral, não planejada, fragmentária, incompleta, pouco elaborada e apresenta comumente frases curtas, simples ou coordenadas.

Já a escrita é planejada, não fragmentária, completa, elaborada e tem predominância de frases complexas e subordinadas.

O saber ouvir, escutar com atenção e respeito os mais diferentes tipos de interlocutores é fundamental.

Se não houver ouvinte, a interação não acontece.

Logo é preciso desenvolver a sensibilidade de saber ouvir o outro.

O trabalho com a escrita apresenta dificuldades devido à complexidade de articulação com o conceito de língua sendo assim, ao ligar o texto a gramática tradicional corre-se o risco de empobrecê-lo. A escrita deve ser pensada e trabalhada em uma perspectiva discursiva que aborda o texto como unidade potencializadora de sentidos, através da prática textual. Prática esta não ligada apenas a norma padrão, pois a assimilação da escrita e a desconsideração pela linguagem do aluno tende a ser mais eficiente.

Quanto aos gêneros previstos para a prática da produção de texto, podem ser trabalhados, dentre outros (histórias de vida) bilhetes, cartas, cartazes, avisos (textos pragmáticos); poemas, contos e crônicas (textos literários); notícias, editoriais, cartas de leitor e entrevistas. (textos de imprensa); relatórios, resumos de artigo e verbetes de enciclopédia. (textos de divulgações científica). Assim, esta prática orientará não apenas a produção de textos significativos, como incentivará a prática da leitura.

Dessa forma, quanto mais variado for o contato do aluno com diferentes

tipos e gêneros textuais, mais fácil será assimilar as regularidades que determinam o uso da norma padrão.

As aulas de Língua Portuguesa devem propor situações de interlocução que fomentarão atividades de produção e reflexão discursivas.

No que se refere às práticas de leitura, a interlocução deverá não só estimular, como fazer dialogar leituras distintas suscitadas pelos textos apresentados. Um texto fornece várias informações, conhecimentos, opiniões que, uma vez socializados pela turma, favorecem a reflexão e ampliação de sentido sobre o que foi lido; o texto deve ser entendido como um veículo de intervenção no mundo, ao mesmo tempo em que esta articulado ao modo de produção social.

O que não pode ocorrer é que a leitura seja feita somente através dos livros didáticos.

O professor pode propor uma infinidade de textos, porém, a fim de desenvolver a subjetividade do aluno, deve considerar, também, a preferência e a opinião dele ao solucioná-lo. Criar momentos da leitura em que alunos exponham suas idéias opiniões e experiências de leitura, não vincular leitura a questionários, trabalhos puramente escritos e cansativos.

A disciplina de língua portuguesa/Literatura deve ser orientada por práticas de oralidade, leitura e escrita, vivenciando experiências com a língua em uso, concretizadas em atividades de leitura, produção de textos e reflexões com e sobre a língua em permanente constituição na interação entre sujeitos históricos e socialmente situados.

Para estabelecer articulações entre teoria e prática, o professor poderá trabalhar com a língua oral e escrita simultaneamente. Dessa forma, o trabalho com projetos de leitura, incentivará tanto a leitura, escrita, produção de textos variados e o espírito consciente de competitividade, preparando o aluno para situações da vida em sociedade.

Trabalhar propostas de produção de textos com variedades de gêneros e de situações, visando à aplicação dos conteúdos já estudados.

Debates com a sala e/ou em pequenos grupos, resolução oral e em conjunto de uma atividade, para posterior socialização das conclusões.

Uma nova perspectiva de trabalho com texto literário seria o que poderíamos chamar de perspectiva rizomática: o rizoma é uma raiz subterrânea que se prolonga horizontalmente (Ex. gengibre). O rizoma sugere um movimento que

leva a libertação do pensamento em relação a linha do tempo. Um movimento mais preocupado em fazer mapas de leitura do que enfeixá-las em gavetas imobilizadas na história.

O professor estimulará as conexões entre um ponto e outro, a serem realizadas pelos alunos e estabelecerá ele mesmo suas conexões a partir dos textos apresentados pelos alunos, produzidos por eles ou não. Ao trabalhar com textos selecionados por ele mesmo o professor estimulará as relações dos textos escolhidos com o contexto presente.

Destaca-se aqui o potencial da literatura para trazer sabor ao saber: " verdadeiramente enciclopédia", ela " faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles. A literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de coisa alguma que ela sabe algo das coisas - que sabe muito dos homens".(Bartes, 1989)

O objetivo dessa proposta é formar usuários competentes da língua que através da fala escrita e leitura exercitem a linguagem de forma consistente e flexível, adaptando-se a diferentes situações de uso. Não é possível atender a esse objetivo se o ensino privilegiar uma única forma de análise dos fenômenos lingüísticos. Sabe-se das dificuldades enfrentadas pelo professor nas aulas de língua portuguesa ao deparar-se com situações em que é imprescindível trabalhar com conceitos de gramática.

Faz-se necessário deter-se um pouco nas diferentes formas de se entender as estruturas de uma língua e, conseqüentemente, as gramáticas que procuram sistematizá-las.

Considerando a interlocução como ponto de partida para o trabalho com o texto, os conteúdos gramaticais devem ser estudados a partir de seus aspectos funcionais na constituição da unidade de sentido dos enunciados. Daí a importância de se considerar não só a gramática normativa, mas também outras, como a descritiva e a internalizada no processo de Ensino de Língua Portuguesa.

PREPOSIÇÃO DE ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Não seria coerente, pois com esta proposta, fragmentar a língua em conteúdos estanques e, arbitrariamente, determinar o que se ensinar em cada série. No processo de aquisição da língua materna não se aprende obedecendo a uma escala de valores que parte do mais simples ao mais elaborado.

Sendo assim as indicações que seguem precisam ser problematizadas a partir da pesquisa, reflexão, discernimento e comprometimento de cada profissional educação.

AVALIAÇÃO

É imprescindível que a avaliação seja contínua e priorize a qualidade e o processo de aprendizagem.

A avaliação precisa ser analisada sob novos parâmetros, precisa dar ao professor, pistas concretas do caminho que o aluno está trilhando para se apropriar, efetivamente, das atividades verbais – a fala, a leitura e a escrita. Logo por usar característica diagnóstica, a avaliação formativa é a que mais se presta ao processo de ensino e aprendizagem da língua.

Nessa perspectiva, a oralidade será avaliada considerando-se a participação do aluno nos diálogos, relatos e discussões, a clareza que ele mostra ao expor suas idéias, a fluência da sua fala, o seu desembaraço, a argumentação que ele apresenta ao defender seus pontos de vista, a sua capacidade de adequar o discurso/texto aos diferentes interlocutores e situações.

Quanto a leitura, o professor pode propor aos alunos questões abertas, discussões, debates e outras atividades que lhe permitam avaliar as estratégias que eles empregam no decorrer da leitura, a compreensão do texto lido e o seu posicionamento diante do tema, bem como valorizar a reflexão que o aluno faz a partir do texto.

Em relação a escrita, é preciso ver os textos de alunos como uma fase do processo de produção, nunca como um ponto final, só se pode avaliar a qualidade de um texto quando ficam muito claras as regras do "jogo" de sua produção.

Portanto, é preciso haver clareza na proposta de produção textual, os parâmetros em relação ao que se vai avaliar devem estar bem definidos para o professor e para o aluno. Além disso, deve estar em contextos reais de interação comunicativa, para que os critérios de avaliação que tomam como base as condições de produção tenham alguma validade.

É utilizando a língua oral e escrita em práticas sociais sendo avaliados continuamente em termos desse uso, efetuando operações com a linguagem e refletindo sobre as diferentes possibilidades de uso da língua que os alunos,

gradativamente chegam a almejada proficiência em leitura e escrita ao letramento.

Tal prática requer um professor que em primeiro lugar, compreenda as concepções de linguagem que assumem a língua enquanto interação, enquanto discurso, um professor que tenha os necessários conhecimentos sobre o sistema de escrita para orientar com segurança os alunos no processo de aprendizagem desse sistema, um professor que respeite as diferenças e promova uma ação pedagógica de qualidade para todos os alunos, desmistificando padrões preestabelecidos e conceitos tradicionalmente aceitos.

Produzir bons e adequados instrumentos para coletar dados na avaliação da aprendizagem dos nossos educandos, sem subterfúgios, sem enganos, sem complicações desnecessárias, sem armadilhas, significa preparar uma avaliação intencional e bem planejada. Esse processo de avaliação requer instrumentos e estratégias que:

1. ofereçam desafios, situações-problema a serem resolvidas;

2. sejam contextualizadas, coerentes com as expectativas de ensino e aprendizagem;

3. possibilitem a identificação de conhecimentos do aluno e as estratégias por ele
empregadas;

4. possibilitem que o aluno reflita, elabore hipóteses, expresse seu pensamento;

5. permitam que o aluno aprenda com o erro;

6. exponham, com clareza, o que se pretende;

7. revelem, claramente, o que e como se pretende avaliar.

Se a avaliação contínua e formativa visa a aprendizagem, a formação do aluno, então essa continuidade precisa se concretizar, de fato, nas diferentes atividades de ensino/aprendizagem que acontecem na sala de aula.

1. ATIVIDADE DE LEITURA COMPREENSIVA DE TEXTOS

Os textos utilizados para leitura devem se referir ao conteúdo e à discussão atual apresentada em aula. São importantes a adequação ao nível de ensino, bem como à faixa etária do aluno. A escolha criteriosa dos textos é relevante para não se perder o foco do conteúdo abordado, de modo a permitir, com a reflexão

e a discussão, a ampliação dos horizontes de conhecimento. Neste contexto são necessários critérios que possibilitem avaliar os conhecimentos dos alunos, de forma clara e adequada, na especificidade de cada disciplina.

Ao avaliar a leitura dos alunos o professor deve considerar se:

- houve compreensão das idéias presentes no texto, com o aluno interagindo com o texto por meio de questionamentos, concordâncias ou discordâncias;
- o aluno, ao falar sobre o texto, expressou suas idéias com clareza e sistematizou o conhecimento de forma adequada;
- foram estabelecidas relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala de aula.

2. PROJETO DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

O projeto de pesquisa bibliográfica demanda do professor o papel de orientador. Isso requer que o professor conheça o acervo da Biblioteca Escolar, tanto os livros quanto periódicos ou outros materiais, para poder fazer indicações de leituras para os alunos.

Além da Biblioteca Escolar, o professor pode e deve indicar artigos ou textos, e mesmo sites, ampliando o leque de opções de leitura para que o aluno tenha subsídios de qualidade para fundamentar a produção de seu texto.

A solicitação de uma pesquisa exige enunciado claro e recortes precisos do que se propõe ao aluno.

Passos para uma consulta bibliográfica:

1.Contextualização

Significa abordar o tema de forma a identificar a situação, o contexto (espaço /temporal) no qual o problema a seguir será identificado. É uma introdução ao tema.

2. Problema

Uma questão levantada sobre o tema, uma situação problema, apresentados de forma clara, objetiva e delimitando o foco da pesquisa na busca de solução para o problema.

Há diversos gêneros , nas diferentes disciplinas da Educação Básica, que podem e devem ser trabalhados em sala de aula para aprimorar a prática de escrita numa abrangência maior de esferas de atividade.

Na prática da escrita, há três etapas articuladas:

- planejar o que será produzido, tendo em vista a intenção;
- escrever a primeira versão sobre a proposta apresentada;
- revisar, reestruturar e reescrever o texto, na perspectiva da intencionalidade definida.

Critérios de avaliação:

- Produzir textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade, etc.);
- Expressar as idéias com clareza (coerência e coesão);
- Adequar a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina em termos de léxico, de estrutura;
- Elaborar argumentos consistentes;
- Produzir textos respeitando o tema;
- Estabelecer relações entre as partes do texto;
- Estabelecer relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.

3. ATIVIDADES EXPERIMENTAIS

A proposição de uma atividade experimental requer clareza no enunciado, para que o aluno compreenda o que vai fazer, que recursos vai utilizar. O registro das hipóteses e dos passos seguidos no procedimento são importantes para que professor e aluno avaliem a atividade.

4 . PROJETO DE PESQUISA DE CAMPO

O projeto de pesquisa de campo possibilita que o professor avalie o desempenho dos alunos durante todo o processo, observando a adequação de seus procedimentos em relação ao tema da pesquisa e aos dados que se quer coletar.

A conclusão do projeto poderá ocorrer na forma de relatórios, elaboração de croquis, produção de texto, cartazes, avaliação escrita, entre outros, nos quais os alunos terão avaliada sua compreensão a respeito do conhecimento construído, sua

capacidade de análise dos dados coletados, sua capacidade de síntese.

5. RELATÓRIO

O Relatório é um conjunto de descrições e análise da atividade desenvolvida. Na Educação Básica, os relatórios auxiliam no aprimoramento da habilidade nesta área específica da comunicação escrita. É, também, um instrumento de ensino, pois possibilita ao estudante a reflexão sobre o que foi realizado, reconstruindo seu conhecimento, o qual foi desenvolvido na aula de campo, pesquisa, laboratório, atividade experimental, entre outras.

O relatório deve apresentar quais dados ou informações foram coletadas ou desenvolvidas e como esses dados foram analisados, bem como quais resultados podem-se extrair deles.

6. SEMINÁRIO

A forma de avaliação em seminário merece atenção especial por parte do professor, pois podem-se cometer erros em relação aos estudantes que têm dificuldade em se expressar. É importante que a a avaliação do seminário seja dividida em itens, com valores específicos para cada um deles. Entre algumas possibilidades, é importante que se avalie: a consistência dos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas; a compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados); a adequação da linguagem; a pertinência das fontes de pesquisa; os relatos trazidos para enriquecer a apresentação; a adequação e relevância das intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

O estudante precisa saber como foi esta avaliação, para que veja onde falhou e possa melhorar em outras oportunidades. Os itens devem ser discutidos com os estudantes na ocasião em que o seminário for proposto.

7 . DEBATE

É no debate que podemos expor nossas idéias e, ouvindo os outros, nos tornarmos capazes de avaliar nossos argumentos. Mas, para que isso ocorra, é preciso garantir a participação de todos. Na tentativa de assegurar a ética e a qualidade do debate, os participantes devem atender as seguintes normas, que

constituem-se em possíveis critérios de avaliação:

1. Aceitar a lógica da confrontação de posições, ou seja, existem pensamentos divergentes;

2. Estar dispostos e abertos a ultrapassar os limites das suas posições pessoais;

3. Explicitar racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a sua posição;

4. Admitir o caráter, por vezes contraditório, da sua argumentação;

5. Buscar, na medida do possível, por meio do debate, da persuasão e da superação de posições particulares, uma posição de unidade, ou uma maior aproximação possível entre as posições dos participantes;

6. Registrar, por escrito, as idéias surgidas no debate.

8. ATIVIDADES COM TEXTOS LITERÁRIOS

O trabalho com o texto literário passa por três momentos necessários para sua efetivação: a escolha do texto, a elaboração da atividade em si (seja através de questões, seja por um roteiro de leitura), os critérios de avaliação.

Na escolha do texto, o professor deve atentar para adequação do mesmo, tanto no que tange ao nível de ensino do aluno, quanto à faixa etária do mesmo, ou ainda a linguagem utilizada.

A atividade com o texto literário possibilita que o professor avalie:

- a compreensão e interpretação da linguagem utilizada no texto;
- a articulação do conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o texto literário lido.
- o reconhecimento dos recursos expressivos específicos do texto literário.

9. ATIVIDADES A PARTIR DE RECURSOS AUDIOVISUAIS

As atividades efetivadas com os recursos audiovisuais possibilitam que o professor avalie, entre outros critérios:

- a compreensão e interpretação da linguagem utilizada;
- a articulação do conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual;
- o reconhecimento dos recursos expressivos específicos daquele

recurso;

10. TRABALHO EM GRUPO

Quando se considera que os estudantes se aproximam do objeto de estudo de formas e com intensidades diferentes, a realização do trabalho em grupo apresenta-se como ocasião de enriquecimento desta aproximação, tendo em vista o trabalho coletivo.

11. QUESTÕES DISCURSIVAS

Essas questões fazem parte do cotidiano escolar dos alunos e possibilitam

verificar a qualidade da interação do aluno com o conteúdo abordado em sala de aula.

Alguns critérios devem ser considerados:

- Verificar se o aluno compreendeu o enunciado da questão. Se não houve esta compreensão, é preciso considerar se está havendo falha na leitura do aluno ou se o próprio enunciado carece de clareza e objetividade.

- Observar, quando for o caso, se o aluno planejou a solução, e se essa tentativa foi adequada.

- Capacidade do aluno se comunicar por escrito, com clareza, utilizando-se da norma padrão da língua portuguesa.

- Observar se houve a sistematização do conhecimento de forma adequada. Na elaboração destas questões o professor deve apresentar um enunciado de forma clara, com qualidade e linguagem adequada. O bom planejamento da questão, o grau de dificuldade e os critérios previamente considerados são pontos importantes que constituem o processo de avaliação.

12. QUESTÕES OBJETIVAS

Este tipo de questão deverá ser utilizada como um componente da avaliação, nunca deve ser aplicada como a única ou principal forma avaliativa, pois seu principal objetivo é a fixação do conteúdo.

A questão objetiva possibilita que se avalie a leitura compreensiva do enunciado; a apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo; a capacidade de se utilizar de conhecimentos adquiridos.

Referências

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência da Educação. Diretrizes Curriculares Orientadoras de Língua Portuguesa.** Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos: inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares.** Curitiba: SEED, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. Grupo de Estudos 2008, 2º Encontro. **Avaliação - um processo Intencional e Planejado.** Curitiba: SEED, 2008.

PROPOSTA CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Para boa parte das pessoas que freqüentaram a escola, a lembrança das aulas de Educação Física é marcante:para alguns,uma experiência prazerosa,de sucesso,e de muitas vitórias;para outros uma memória amarga,de sensação de incompetência,de falta de jeito,medo de errar...e o DCEs que procura democratizar,humanizar e diversificar a prática pedagógica da área,buscando ampliar,de uma visão biológica,para um trabalho que incorpore dimensões afetivas,cognitivas e socioculturais dos alunos. Incorporando de forma organizada,as principais questões que o professor deve considerar no desenvolvimento de seu trabalho,subsidiando as discussões,os planejamentos e as avaliações da prática da Educação Física.

Entendemos que a Educação Física assumiu um novo papel no contexto educacional. Esse novo papel vem atender aos longos dos processos de discussões e produções mais forte / e iniciados nos anos oitenta. Trata-se de um papel pedagógico formativo e informativo de nossas crianças,jovens,e adolescente,integrados no processo educacional.

Formativo no sentido de estar contribuindo com aspectos relacionados a transmissão e produção de conhecimentos vinculado ao objeto de estudo da àrea,ou seja,o corpo com movimento.

Esse entendimento exige que a Educação Física escolar seja estudada e organizada de forma a atender ao máximo possível a condição formativa e informativa. Para tanto coloca-se como um ponto central dessa inserção pedagógica o planejamento,etapa imprescindível à estrutura e desenvolvimento de um componente curricular

Nessa perspetiva,o movimento humano em sua expressão é considerado significativo no processo de ensino-aprendizagem,pois está presente em todas as vivências e relações expressivas que constituem o ser no mundo,nesse sentido parte do entendimento de que a expressividade corporal é forma de linguagem pela qual o ser humano se relaciona com o meio. Nesse sentido,partindo de seu objeto de estudo e ensino,Cultura Corporal,a Educação Física se insere neste projeto ao garantir o acesso ao conhecimento e reflexão crítica das inúmeras manifestações ou práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade,na busca de contribuir com um ideal mais amplo de formação de um ser humano crítico e reflexivo,reconhecendo-se como sujeito,que é produto, mas também agente histórico,político,social e cultural.

Com isso explicitamos de forma clara e objetiva a Importância da disciplina de Educação Física como saber escolar.

É imprescindível que o professor de Educação Física acredite que o conjunto de posturas e movimentos corporais é constituído de valores representativos de uma determinada sociedade, portanto, atuar no corpo, implica atuar na sociedade, na qual este corpo está inserido.

Encaminhando essa discussão para o micro espaço social que é a escola e especificamente, o espaço das aulas de Educação Física, salienta-se que, atualmente, propõe-se como objeto de estudo para a Educação Física na escola a denominada *cultura corporal*. Por cultura corporal compreende-se todo um acervo de práticas corporais que ao longo do tempo o homem vem criando e modificando, conforme suas necessidades.

E para discutir e pôr em prática na escola as diversas formas em que a cultura corporal se apresenta até o presente momento (os jogos, as ginásticas, as danças, as lutas e os esportes), é necessário discutir alguns pressupostos.

Uma primeira afirmação que soa óbvia, é que a Educação Física escolar deve partir do acervo cultural dos alunos, porque os movimentos corporais que eles possuem, extrapolam a influência da escola, é cultural, portanto, têm significados específicos para diferentes grupos sociais.

O professor necessita então, iniciar sua ação pedagógica partindo do acervo de conhecimentos e habilidades de seus alunos e ampliá-los.

Outra discussão sobre as práticas corporais na escola, remete a questões relativas às práticas esportivas. São práticas determinadas culturalmente, que podem fazer parte de um programa de Educação Física, enriquecendo, assim, o acervo cultural dos alunos. Entretanto, a aprendizagem dos gestos esportivos não deve se limitar aos movimentos padronizados ensinados pelo professor, mas devem contemplar a experiência dos alunos e incentivar a sua criatividade e capacidade de exploração.

Esta posição não é contrária à utilização das práticas esportivas nas aulas de Educação Física. Questiona-se tão somente que os movimentos esportivos não podem se tornar uma camisa-de-força que impeça os alunos de expressarem outros movimentos, frutos de histórias de vidas diferentes e de especificidades culturais diferentes.

Salienta-se ainda que, trabalhar com práticas corporais nas aulas de

Educação Física, vai muito além de simplesmente ensinar as regras e técnicas próprias de cada tema da cultura corporal. É necessário acima de tudo, contextualizar essa prática à realidade a qual ela se encontra.

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentindo de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe A divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimentos étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como é o conhecimento e valorização da historia, cultura e identidade dos descendentes de africanos.

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

SÉRIE: 6º ano

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

- Esporte

Conteúdos Básicos:

-Coletivos e Individuais

Conteúdos Específicos:

- Futebol, Handebol, Voleibol, Basquetebol, Atletismo, Tênis de mesa, Futsal e Xadrez.

Abordagem Pedagógica

Origem/histórico dos esportes;

Atividades pré desportivas com fundamentos e regras adaptadas;

Fundamentos básicos.

Expectativas de Aprendizagem

- Espera-se que o aluno conheça, na origem dos diferentes esportes:
- o surgimento de cada esporte com suas primeiras regras;
- sua relação com jogos populares;
- experimentação de diferentes esportes com regras adaptadas.

Conteúdo Estruturante

Jogos e brincadeiras

Conteúdos Básicos :

- Jogos e Brincadeiras Populares
- Brincadeira e cantigas de roda
- Jogos de tabuleiro
- Jogos cooperativos

Conteúdos Específicos :

- Amarelinha ,elástico, mãe pega, elástico, bulica, stop, peteca, corrida de saco, jogo do pião, queimada, polícia e ladrão;

- gato e rato, adoletá, capelinha de melão, atirei o pau no gato, ciranda cirandinha, escravos de Jó, lenço atrás, dança da cadeira;

- Dama, trilha, dominó, restaum, xadres;

- futpar, volençol, tato contato, olhos de águia, cadeira livre, dança das cadeiras cooperativas, salve-se com um abraço;

Abordagem Pedagógica

Origem e histórico dos jogos, brinquedos e brincadeiras;

Brinquedos, jogos e brincadeiras com e sem materiais alternativos;

Construção dos Brinquedos;

Disposição e movimentação básica dos jogos de tabuleiro.

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer o contexto histórico em que foram criados os diferentes jogos, brinquedos e brincadeiras, bem como experimentar e vivenciar, ou seja, apropriar-se efetivamente das diferentes formas de jogar;

- Reconhecer as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir da construção de brinquedos com materiais alternativos.

Conteúdo Estruturante

- Dança

Conteúdos Básicos

- Danças folclóricas, dança de rua, e circulares.

Conteúdos Específicos

- Quadrilha, fandango, dança de fitas, frevo, samba de roda, cuá fubbá, ciranda.

-Break, funk, ragga.

Abordagem Pedagógica

Origem e histórico das danças;

Contextualização da dança;

Atividades de criação e adaptadas;

Movimentos de experimentação corporal (seqüência de movimentos)

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecimento sobre a origem e alguns significados (místicos, religiosos, entre outros) das danças circulares;

- Experimentação, criação e adaptação tanto das cantigas de rodas quanto de

diferentes seqüencias de movimentos.

Conteúdo Estruturante

- Ginástica

Conteúdos Básicos

- Ginástica artística, Atividades circenses, Ginástica geral.

Conteúdos Específicos

- Solo, salto sobre o cavalo, barra fixa, argolas, paralelas assimétricas,.

- Malabares, tecido trapézio, acrobacias, trampolim.

- Jogos gimnicos, movimentos gimnicos(balancinha, vela, rolamentos, paradas, estrela, rodante, ponte).

Abordagem Pedagógica

Origem e histórico da ginástica artística;

Movimentos Básicos (ex: rolamento, parada de mão, roda);

Construção e experimentação de materiais utilizados nas diferentes modalidades ginásticas;

Cultura do Circo;

Consciência Corporal.

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer os aspectos históricos da ginástica artística e das práticas corporais circenses;

- Experimentação dos fundamentos básicos da ginástica:

- Saltar;

- Equilibrar;
- Rolar/Girar;
- Trepar;
- Balançar/Embalar.
- Reconhecer as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir da utilização de materiais alternativos.

Conteúdo Estruturante

- Lutas

Conteúdos Básicos

- Lutas de aproximação , Capoeira.

Conteúdos Específicos

- Judô, luta olímpica sumo, jiu-jitso.
-Angola e reginal.

Abordagem Pedagógica

Origem e histórico das lutas;
Atividades que utilizem materiais alternativos;
Jogos de oposição;
Musicalização;
Ginga, esquiva e golpes.

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer os aspectos históricos, filosóficos e as características das diferentes formas de lutas e se possível vivenciar algumas manifestações;
- Reconhecer as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir da utilização de materiais alternativos e dos jogos de oposição.

Critérios e meios que serão trabalhados no Ensino Fundamental e Médio

A partir da avaliação diagnóstica, tanto o professor quanto os alunos, devem estar envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, procurando outros

encaminhamentos que visem a superação das dificuldades apresentadas.

Deverá ser um processo contínuo, permanente aos alunos onde o professor organizará o seu trabalho, possibilitando aos alunos refletirem e se posicionarem criticamente.

SÉRIE: 7º ano

Conteúdo Estruturante

- Esporte

Conteúdos Básicos

-Coletivos, individuais**.**

-Conteúdos Específicos

- Futebol, Handebol, Voleibol, Basquetebol, Atletismo, Tênis de mesa, Futsal e Xadrez

-Atletismo,tênis de mesa.

Abordagem Pedagógica

Origem dos diferentes esportes e mudanças no decorrer da história;

Noções das regras e elementos básicos;

Prática dos fundamentos das diversas modalidades esportivas;

Sentido da competição esportiva.

Expectativas de Aprendizagem

- Espera-se que o aluno possa conhecer a difusão e diferenças de cada esporte, relacionando-as com as mudanças do contexto histórico brasileiro;

- Reconhecer e se apropriar dos fundamentos básicos dos diferentes esportes;

- Conhecimento das noções básicas das regras das diferentes manifestações.

Conteúdo Estruturante

- Jogos e brincadeiras

Conteúdos Básicos

Brincadeiras e cantigas de roda.

Conteúdos Específicos

- gato e rato, adoletá, capelinha de melão, carangueijo, atirei o pau no gato, ciranda cirandinha, escravos de Jó, lenço atrás, dança da cadeira.

Abordagem Pedagógica

Recorte histórico delimitando tempos e espaços, nos jogos, brinquedos e brincadeiras;

Diferença entre brincadeira, jogo e esporte;

A construção coletiva dos jogos, brincadeiras e brinquedos;

Os Jogos, as brincadeiras e suas diferenças regionais;

Difusão dos jogos e brincadeiras populares e tradicionais no contexto brasileiro;

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer as diferenças e as possíveis relações existentes entre os jogos, brincadeiras e brinquedos;

- Construir individualmente ou coletivamente diferentes jogos e brinquedos;

Conteúdo Estruturante

- Dança

Conteúdos Básicos

- Dança de rua, Dança folclórica, Dança criativa.

Conteúdos Específicos

-Break,funk, ragga.

-fandango, quadrilha, dança de fitas, dança de São Gonçalo, frevo, samba de roda, batuque, cateretê, ciranda, carimbo.

-Elementos de movimento(tempo, espaço,peso, e flência); atividades de expressão corporal; qualidades de movimentos; improvisação.

Abordagem Pedagógica

Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na dança;

Desenvolvimento de formas corporais rítmico/expressivas;

Criação e adaptação de coreografias;

Construção de instrumentos musicais;

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer a origem e o contexto em que se desenvolveram o Break, Frevo e Maracatu;

- Vivenciar as diferentes manifestações rítmicas e expressivas, por meio da criação e adaptação de coreografias;

- Reconhecer as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir da construção de instrumentos musicais como, por exemplo, o pandeiro e o chocalho.

Conteúdo Estruturante

- Ginástica

Conteúdos Básicos

- Ginástica circense, Ginástica rítmica, Ginástica artística, Ginástica geral.

Conteúdos específicos

- Malabares, tecidos, trapézio, acrobacia, trampolim.
- Corda, arco, bola,maças, fitas.
- Salto o cavalo, barra fixa, argolas, paralelas, assimétricas.
- Jogos gímicos, movimentos gímnicos.

Abordagem Pedagógica

Aspectos históricos e culturais da ginástica;

Noções de posturas e elementos ginásticos;

Cultura do Circo.

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer os aspectos históricos da ginástica rítmica (GR);
- Experimentar e vivenciar outras formas de movimentos e os elementos da GR como:
- saltos;
- piruetas;
- equilíbrios;

Conteúdo Estruturante

- Lutas

Conteúdos Básicos

Lutas de aproximação.

Conteúdos específicos

-Judô, luta olímpica, jiu-jitsu, sumo.

Abordagem Pedagógica

Origem das lutas, mudanças no decorrer da história;
Jogos de oposição;
Ginga, esquiva e golpes;
Rolamentos e quedas.

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer os aspectos históricos, filosóficos e as características das diferentes formas de lutas e se possível vivenciar algumas manifestações;
- Conhecer a história do judô, karate, taekwondo e alguns movimentos básicos como as quedas, rolamentos e outros movimentos;
- Reconhecer as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir da utilização de materiais alternativos e dos jogos de oposição.

SÉRIE: 8º ano

Conteúdo Estruturante

- Esporte

Conteúdos Básicos

Coletivos e individuais.

Conteúdos Específicos

- Futebol, Handebol, Voleibol, Basquetebol, Atletismo, Futsal, Xadrez e Tênis de mesa.

Abordagem Pedagógica

Recorte histórico delimitando tempos e espaços, no esporte;

Possibilidade do esporte como atividade corporal: lazer, esporte de rendimento;

Condicionamento físico;

Esporte e mídia;

Esporte: benefícios e malefícios à saúde;

Prática dos fundamentos das diversas modalidades esportivas.

Expectativas de Aprendizagem

- Discutir e refletir sobre noções de ética nas competições esportivas;

- Entender que as práticas esportivas podem ser vivenciadas no tempo/espaço de lazer, como esporte de rendimento ou como aptidão física e saúde;

- Compreender a influência da mídia no desenvolvimento dos diferentes esportes;

- Reconhecer os aspectos positivos e negativos das práticas esportivas;

- Conhecer e vivenciar diferentes modalidades esportivas.

Conteúdo Estruturante

- Jogos e brincadeiras

Conteúdos Básicos

- Jogos cooperativos, Jogos de tabuleiro.

Conteúdos Específicos

-Futpar, volençol, eco-nome, tato contato,olhos de águia, cadeira livre, dança das cadeiras cooperativas,salve-se com um abraço.

-Dama, trilha, resta um, xadrez.

Abordagem Pedagógica

Recorte histórico delimitando tempos e espaços, nos jogos, brincadeiras e brinquedos;

Festivais;

Estratégias de jogo;

Desenvolver atividades coletivas a partir de diferentes jogos, conhecidos, adaptados ou criados, sejam eles cooperativos, competitivos ou de tabuleiro;

Conhecer o contexto histórico em que foram criados os diferentes jogos, brincadeiras e brinquedos.

Conteúdo Estruturante

- Dança

Conteúdos Básicos

- Danças folclóricas, Dança de rua, Dança de salão.

Conteúdos Específicos

- Fandango,quadrilha, dança de fitas, frevo, baião, cateretê, samba de roda, dança do café, ciranda, carimbó

-Break, funk,hip-hop, ragga.

-Valsa, vanerão, samba, salsa, tango, soltinho..

Abordagem Pedagógica

Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na dança;

Hip Hop: apresentação dos elementos de forma crítica (DJ, MC, GRAFITE E

BREAK);

Elementos e técnicas de dança;

Esquetes (são pequenas sequências cômicas).

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer e compreender os diferentes elementos do Hip-Hop a partir do contexto histórico;

- Conhecer os diferentes ritmos, passos, posturas, conduções, formas de deslocamento, entre outros elementos que identificam as diferentes danças;

- Montar pequenas composições coreográficas.

Conteúdo Estruturante

- Ginástica

Conteúdos Básicos

- Ginástica artística, Ginástica rítmica, Ginástica geral e ginástica circense

Conteúdos Específicos.

- solo, salto sobre o cavalo, barra fixa, argolas, paralelas, assimétricas.

-corda, arco, bola, maças, fitas.

-Jogos gimnicos, movimentos gimnicos.

-malabares, tecido, trapézio, acrobacias, trampolim.

Abordagem Pedagógica

Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na ginástica;

Noções de postura e elementos ginásticos;

Origem da Ginástica com enfoque específico nas diferentes modalidades, pensando suas mudanças ao longo dos anos;

Manuseio dos elementos da Ginástica Rítmica;

Movimentos acrobáticos.

Expectativas de Aprendizagem

- Manusear os diferentes elementos da GR como:

- corda; fita; bola; maças; arco.

- Reconhecer as possibilidades de vivenciar o lúdico a partir das atividades circenses como acrobacias de solo e equilíbrios em grupo.

Conteúdo Estruturante

- Lutas

Conteúdos Básico

Lutas que mantenham distância.

Conteúdos Específicos

- Karate, Taekwondo, boxe, muythai,

Abordagem Pedagógica

Roda de capoeira;

Projeção e imobilização;

Jogos de oposição.

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer os aspectos históricos, filosóficos e as características das diferentes formas de lutas e se possível vivenciar algumas manifestações;

- Aprofundar alguns elementos da capoeira procurando compreender a constituição, os ritos e os significados da roda;

- Conhecer as diferentes projeções e imobilizações do judô.

SÉRIE: 9º ano

Conteúdo Estruturante

- Esporte

Conteúdos Básicos

- Coletivos, individuais e coletivos

Conteúdos Específicos

- Futebol,Handebol, Voleibol, Basquetebol, Atletismo, Futsal, Tenis de mesa e Xadrez

Abordagem Pedagógica

Recorte histórico delimitando tempos e espaços;

Organização de festivais esportivos;

Analise dos diferentes esportes no contexto social e econômico;

Regras oficiais e sistemas táticos;

A prática dos fundamentos das diversas modalidades esportivas;

Súmulas, noções e preenchimento.

Expectativas de Aprendizagem

- Vivenciar atividades esportivas, trabalhando com arbitragens, súmulas e as diferentes noções de preenchimento;

- Reconhecer o contexto social e econômico em que os diferentes esportes se desenvolveram.

Conteúdo Estruturante

Jogos e Brincadeiras

Conteúdos Básicos

- Jogos cooperativos e Jogos de tabuleiro.

Conteúdos Específicos

-Futpar, cadeira livre, volençol, eco-nome, olhos de águia, dança das cadeiras cooperativas salve-se com um abraço.

-dama trilha, resta um.

Abordagem Pedagógica

Organização e criação de gincanas e RPG (Role-Playing Game, Jogo de Interpretação de Personagem), compreendendo que é um jogo de estratégia e imaginação, em que os alunos interpretam diferentes personagens, vivendo aventuras e superando desafios;

Diferenciação dos jogos cooperativos e competitivos.

Expectativas de Aprendizagem

- Reconhecer a importância da organização coletiva na elaboração de

gincanas e R.P.G.;

- Diferenciar os jogos cooperativos e os jogos competitivos a partir dos seguintes elementos:

- Visão do jogo;

- Objetivo;

- O outro;

- Relação;

- Resultado;

- Conseqüência;

- Motivação.

Conteúdo Estruturante

- Dança

Conteúdos Básicos

- Dança de salão

- Dança Folclórica

Conteúdos Específicos

- Valsa, merengue, forró, vanerão, samba, soltinho, xote, salsa, bolero, tango, swing**.**

Abordagem Pedagógica

Recorte histórico delimitando tempos e espaços na dança;

Organização de festivais;

Elementos e técnicas de dança;

Reconhecer a importância das diferentes manifestações presentes nas danças e seu contexto histórico;

Conhecer os diferentes ritmos, passos, posturas, conduções, formas de deslocamento, entre outros elementos presentes no forró, vanerão e nas danças africanas.

Expectativas de Aprendizagem

- Criar e vivenciar atividades de dança, nas quais sejam apresentadas as

diferentes criações coreográficas realizadas pelos alunos.

Conteúdo Estruturante

- Ginástica

Conteúdos Básicos

-Ginástica de condicionamento físico, ginástica rítmica.

Conteúdos Específicos

-Alongamento,ginástica aeróbica, ginástica localizada, step, pular corda, core board, pilates**.**

- corda, arco, bola, maças, fita.

Abordagem Pedagógica

- Ginástica artística, Ginástica rítmica e Ginástica de academia

Abordagem Pedagógica

Origem da Ginástica: trajetória até o surgimento da Educação Física;

Construção de coreografias;

Ginástica e a cultura de rua (circo, malabares e acrobacias);

Análise sobre o modismo;

Vivência das técnicas específicas das ginásticas desportivas;

Recursos ergogênicos (doping).

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer e vivenciar as técnicas da ginásticas ocidentais e orientais;

- Compreender a relação existente entre a ginástica artística e os elementos presentes no circo;

- A influência da ginástica na busca pelo corpo perfeito.

Conteúdo Estruturante

- Lutas

Conteúdos Básicos

- Lutas que mantenham a distância e lutas de aproximação.

Conteúdo Específico

- Taekwondo, boxe, capoeira, karate, judô, jiu-jitso, sumo.

Abordagem Pedagógica

Origens e aspectos históricos.

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer os aspectos históricos, filosóficos e as características das diferentes formas de lutas e se possível vivenciar algumas manifestações.

ENSINO MÉDIO

Conteúdo Estruturante

- Esporte

Conteúdos Básicos

Coletivo, individual e radical**.**

Conteúdo Específico

- Futebol, Futsal, Handebol, Voleibol, Basquetebol, Atletismo, Tênis de mesa e Xadrez; skate, rappel, surf, rafting, bungee jumping.

Abordagem Pedagógica

- Recorte histórico delimitando tempos e espaços;
- Esporte de rendimento X qualidade de vida;

- Análise dos diferentes esportes no contexto social e econômico;
- Regras oficiais e sistemas táticos;
- Súmulas, noções e preenchimento;
- *Scalt;*
- Conhecimento popular X conhecimento científico.
- Relação Esporte e Lazer;
- Função social;
- Esporte e mídia;
- Esporte e ciência;
- Doping e recursos ergogênicos;
- Nutrição, saúde e prática esportiva.

Expectativas de Aprendizagem

- Organizar e vivenciar atividades esportivas, trabalhando com construção de tabelas, arbitragens, súmulas e as diferentes noções de preenchimento;

- Aprofundar e compreender as diferenças entre esporte da escola, o esporte de rendimento e a relação entre esporte e lazer;

- Compreender a função social do esporte;

- Reconhecer a influência da mídia, da ciência e da indústria cultural no esporte;

- Compreender as questões sobre o dopping, recursos ergo gênicos utilizados e nutrição;

- Organização de campeonatos, montagem de tabelas, formas de disputa;

- Apropriação do Esporte pela Indústria Cultural.

Conteúdo Estruturante

Jogos e brincadeiras

Conteúdos Básicos

Jogos populares, jogos cooperativos, jogos de tabuleiro**.**

Conteúdo Específico

- amarelinha, elástico, 5 marias, caiu no poço, mãe pega, stop,bulica, bets, corrida de saco, relha, jogo dopião, polícia e ladrão, queimada; tato-contato, futpar, volençol, olhos de águia, cadeira livre, salve-se com um abraço, dança das cadeiras cooperativas.

Abordagem Pedagógica

- Apropriação dos Jogos pela Indústria Cultural;
- Organização de eventos;
- Dinâmica de grupo;
- Jogos e brincadeiras e suas possibilidades de fruição nos espaços e tempos de lazer;
- Recorte histórico delimitando tempo e espaço.

Expectativas de Aprendizagem

- Reconhecer a apropriação dos jogos pela indústria cultural, buscando alternativas de superação;
- Organizar atividades e dinâmicas de grupos que possibilitem aproximação e considerem individualidades.

Conteúdo Estruturante

- Dança

Conteúdos Básicos

- Dança folclórica e Dança de salão

Conteúdo específico

-Quadrilha, fandango, dança de fitas, frevo, samba de roda, ciranda, carimbo, cateretê; valsa forró, vanerão, samba,soltinho, xote,salsa, swing, tango.

Abordagem Pedagógica

- Dança e expressão corporal e diversidade de culturas;
- Diversidade de manifestações, ritmos, dramatização, danças temáticas;
- Interpretação e criação coreográfica;

- Alongamento, relaxamento e consciência corporal;
- Apropriação da Dança pela Indústria Cultural;
- Diferentes tipos de dança;
- Organização de Festival de Dança.

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer os diferentes passos, posturas, conduções, formas de deslocamento, entre outros
- Reconhecer e aprofundar as diferentes formas de ritmos e expressões culturais, por meio da dança;
- Discutir e aprofundar a forma de apropriação das danças pela indústria cultural;
- Criação e apresentação de coreografias.

Conteúdo Estruturante

- Ginástica

Conteúdos Básicos

- Ginástica geral, Ginástica de condicionamento físico.

Conteúdo Específico

-Jogos ginmicos e movimentos gimnicos, alongamento, ginástica aeróbica, ginástica localizada, step,core board, pular corda, pilates.

Abordagem Pedagógica

- Função social da ginástica;
- Fundamentos da ginástica;
- Ginástica no mundo do trabalho (ex. laboral);
- Ginástica X sedentarismo e qualidade de vida;
- Correções posturais;
- Grupos musculares, resistência muscular, diferença entre resistência e força; tipos de força; fontes energéticas;
- Diferentes métodos de avaliação e análise com testes físicos e planejamento;

- Diferentes métodos de avaliação e análise com testes físicos e planejamento de treinos;

- Festival de ginástica;

- Freqüência cardíaca;

- Fonte metabólica e gasto energético;

- Composição corporal.

- Ergonomia, DORT e Lesão por Esforço Repetitivo (LER);

- Construção cultural do corpo;

- Desvios posturais;

- Apropriação da Ginástica pela Indústria Cultural.

Expectativas de Aprendizagem

- Organizar eventos de ginásticas, na qual sejam apresentadas as diferentes criações coreográficas ou seqüência de movimentos ginásticos elaborados pelos alunos;

- Aprofundar e compreender as questões biológicas, ergonômicas e fisiológicas que envolvem diferença entre resistência e força;

- Tipos de força;

- Fontes energéticas;

- Compreender a função social da ginástica;

- Discutir sobre a influência da mídia, da ciência e da indústria cultural na ginástica;

- Compreender e aprofundar a relação entre a ginástica e trabalho.

Conteúdo Estruturante

- Lutas

Conteúdos Básicos

-Lutas de aproximação e com instrumento mediador.

Conteúdo Específico

-,Jjiu-jitsu, judô , sumo, luta olímpica; esgrima e kendô.

Abordagem Pedagógica

- Histórico, filosofia e características das diferentes artes marciais;

- Lutas X Artes Marciais;

- Histórico, estilos de jogo/luta/dança, musicalização e ritmo, ginga, confecção de instrumentos, movimentação, roda etc;

- Artes marciais, histórico, técnicas, táticas/estratégias;

- Apropriação da Luta pela Indústria Cultural.

Expectativas de Aprendizagem

- Conhecer os aspectos históricos, filosóficos e as características das diferentes formas de lutas e se possível vivenciar algumas manifestações;

- Discutir a questão que se refere a diferença entre lutas e artes marciais.

- Vivenciar os diferentes estilos de jogo/luta/dança;

- Discutir e aprofundar sobre a forma de apropriação das lutas pela indústria cultural;

- Conhecer os diferentes ritmos golpes, posturas, conduções, formas de deslocamento, entre outros;

- Organizar um festival de demonstração, no qual os alunos apresentem as diferentes tipos de golpes .

OBS: Em nosso trabalho será contemplada a legislação vigente: Lei 10639/03 – História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Lei 11645/08 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, tanto no ensino fundamental, quanto no médio.

Serão contempladas nesta disciplina:

- História do Paraná- Lei 13.381/2001;

- História e cultura afro- brasileira e africana-10.639/03;

- História e cultura afro-brasileira, africana e indidena – Lei 11.645/08; Música – Lei 11.769/08;

- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental e educação fiscal, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente;

- Direito das crianças e adolescentes- Lei Federal 11.525/07;

- Educação Tributária Decreto nº 1143/99, portaria nº 413/02;

- Educação Ambiental Lei Federal nº9795/99, Decreto nº 4201/02;

- Também serão atendidas especialidades da Educação do campo.

Essas temáticas serão abordadas como conteúdos e/ou quando surgirem oportunidades.

METODOLOGIA

O encaminhamento metodológico pretende compreender as práticas corporais representando uma reorientação das práticas da Educação Física. Por conseqüência essa construção da dimensão corporal, tenta superar a Educação Física técnica e instrumentadora do corpo, por meio das práticas corporais, seja do esporte, da dança, da ginástica, dos jogos, das brincadeiras e brinquedos.

O professor de Educação Física deve compreender a nova organização e sistematização dessas práticas corporais e investigar os conceitos de corpo veiculados em outras disciplinas

O conteúdo de aula é apresentada aos alunos das seguintes formas: fase de problematização, buscando a melhor forma de execução, fase de apreensão do conhecimento e no terceiro momento a reflexão sobre a prática.

A metodologia deve ampliar a visão do educando por meio da cultura corporal,contribuindo para que os alunos se tornem sujeitos capazes de reconhecerem o próprio corpo, adquirindo uma expressividade corporal consciente,refletindo de forma critica sobre as práticas corporais.

Nesta perspectiva,os conteúdos não precisam ser organizados numa sequência baseada em pré-requisitos,mas sim abordados segundo o princípio da complexidade crescente,quando necessário,desdobrados,considerando-se o aprofundamento para as séries e níveis.

O Professor de Educação Física tem assim a responsabilidade de organizar e sistematizado conhecimento sobre as práticas corporais,o que possibilita a comunicação e o diálogo com as diferentes culturas.

No processo pedagógico o senso de investigação e de pesquisa pode transformaras as aulas de Educação Física e ampliar o conjunto de conhecimentos que não se esgotam nos conteúdos. Cabe ressaltar que tratar o conhecimento não significa abordar o conteúdo teórico, mas sobretudo desenvolver uma metodologia que tenha um eixo central a “Construção do conhecimento “.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem em Ed. Física tem conduzido os professores à reflexão, ao estudo e aprofundamento, visando buscar novas formas de entendimento e compreensão de seus significados no contexto. Apesar da vasta literatura existente, a avaliação da aprendizagem em Ed. Física denota claramente os aspectos quantitativos de mensuração do rendimento do aluno, através de gestos técnicos, destrezas motoras e qualidades físicas, visando principalmente a seleção e classificação. Muitas vezes, o único critério para a aprovação e reprova é o de assiduidade do aluno nas aulas.

Ao propor reflexões sobre a avaliação no ensino da Ed. Física nestas diretrizes, objetiva-se favorecer a busca da coerência entre a concepção defendida e as práticas avaliativas que integram o processo ensino-aprendizagem. Nesta perspectiva, a avaliação deve ser colocada a serviço da aprendizagem de todos os alunos, de modo que permeie o conjunto das ações pedagógicas e não como um elemento externo a este processo.

De acordo com as especificidades da disciplina de Ed. Física, avaliação deve estar vinculada ao Projeto Político Pedagógico da escola, com critérios estabelecidos de forma clara, a fim de priorizar a qualidade e o processo de ensino e aprendizagem, sendo contínuo e, identificando, dessa forma, os progressos do aluno durante o ano letivo, levando-se em consideração o que preconiza a LDB 939/96 pela chamada avaliação formativa em comparação à avaliação tradicional, qual seja, somativa ou classificatória, com vistas à diminuição das desigualdades sociais e com a luta por uma sociedade justa e mais humana.

Todas as atividades serão explicitadas ao aluno. Os valores de cada teste, de cada trabalho, mesmo atividades desenvolvidas pelos educandos em sala ou no espaço físico ofertado pelo estabelecimento.'

A avaliação na Educação Física significa reconhecer a insuficiência das discussões e teorizações sobre esse tema no âmbito dessa disciplina curricular. È necessário assumir o compromisso pela busca constante de novas ferramentas e estratégias metodológicas que sirvam para garantir maior coerência. Isto é pensar formas de avaliar que sejam coerentes com os objetivos inicialmente definidos.

Partindo destes critérios a Avaliação deve se caracterizar como um processo contínuo permanente e cumulativo,devendo estar relacionadas aos encaminhamentos metodológicos constituindo-se na forma de resgatar experiências de sistematização realizadas durante o processo de ensino e aprendizagem.

O Professor deve buscar reconhecer as experiências individuais e coletivas advindas das diferentes realidades dos alunos, problematizando-as. É quando surge a 1ª fonte de avaliação que possibilita ao professor reconhecer as experiências corporais e o entendimento prévio por parte dos alunos sobre o conteúdo que será desenvolvido, isso pode ser feito de várias maneiras como: Diálogo em grupo,Dinâmicas,Jogos,dentre outros.

REFERENCIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação**. Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica de..** Curitiba: SEED, 2008.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE CIÊNCIAS

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A disciplina de ciências tem como objeto de estudo o conhecimento científico que resulta da investigação da Natureza. Entende-se por natureza o conjunto de elementos integradores que constitui o Universo em toda sua complexidade. Ao ser humano cabe interpretar racionalmente os fenômenos observados na Natureza, resultantes das relações entre elementos fundamentais como tempo, espaço, matéria, movimento, força, campo, energia e vida.

As ciências naturais passaram a ser tomada ainda como um saber distinto das ciências sociais, das ciências matemáticas, das ciências aplicadas, bem como dos conhecimentos filosóficos, artísticos e do saber cotidiano. Relações entre seres humanos como os demais seres vivos e com a Natureza ocorrem busca de condições favoráveis de sobrevivência. Contudo a interferência do homem sobre a natureza possibilita incorporar experiências, técnicas, conhecimentos e valores

produzidos na coletividade e transmitidos culturalmente. Sendo assim a elaboração e a circulação do conhecimento, estabelecem novas formas de pensar, de dominar a natureza, de compreendê-la e se apropriar dos seus recursos.

A ciência é uma atividade humana complexa, histórica e coletivamente construída, que influencia questões sociais, tecnológicas, culturais, éticas e políticas. .Refletir sobre a ciência implica em considerá-la como uma construção coletiva produzida por grupos de pesquisadores e instituições num determinado contexto histórico, num cenário sócio-econômico, tecnológico, cultural, religioso, ético e político.

A historicidade de ciência está ligada ao conhecimento científico, as técnicas, as tradições de pesquisas, analisar o passado da ciência e daqueles que a construíram, significa identificar as diferentes formas de pensar sobre a Natureza, interpretá-la e compreendê-la, nos diversos momentos históricos, apontando caminhos para a compreensão de que, na ciência, rompe-se com modelo científico anteriormente aceitos com explicações para determinados fenômenos da natureza.

O pensamento pré-científico representa, segundo Bachelard (1996), um período marcado pela construção racional e empírica do conhecimento científico. Com o pensamento mítico, o ser humano se preocupava com a divindade dos acontecimentos e não com as causas desses fenômenos.

Outra possibilidade de explicação do mundo ocorreu a partir da proposição de modelos científicos que valorizavam a observação das regularidades dos fenômenos da *Natureza* para compreendê-los por meio da razão, em contraposição à simples crença.

O método científico, como estratégia de investigação, é constituído por procedimentos experimentais, levantamento e teste de hipóteses, axiomatização e síntese em leis ou teorias.

A incursão pela história da ciência permite identificar que não existe um único método científico, mas a configuração de métodos científicos que se modificaram com o passar do tempo.

As etapas que compõem o método científico são determinadas historicamente sob influências e exigências sociais, econômicas, éticas e políticas. Com base nessa concepção afirma-se que o nível de conhecimento real e o nível de conhecimento potencial de cada estudante são variáveis e determinados, principalmente, pela mediação didática. Cada estudante, então, encontra-se num

nível de desenvolvimento cognitivo diferenciado.

O aprendizado dos estudantes começa muito antes do contato com a escola. O educando, nos dias atuais, tem mais acesso a informações sobre o conhecimento científico, no entanto, constantemente reconstrói suas representações a partir do conhecimento cotidiano, formando as bases para a construção de conhecimentos alternativos, úteis na sua vida diária os conhecimentos científicos escolares selecionados para serem ensinados na disciplina de Ciências têm origem nos modelos explicativos construídos a partir da investigação da *Natureza*. Pelo processo de mediação didática, o conhecimento científico sofre adequação para o ensino, na forma de conteúdos escolares, tanto em termos de especificidade conceitual como de linguagem.

Na organização do trabalho docente serão trabalhados as abordagens e relações a ser estabelecidas entre os conteúdos estruturantes, básicos e específicos, a partir da mediação didática estabelecida pelo professor, que pode fazer uso de estratégias que procurem estabelecer relações interdisciplinares e contextuais.

No ensino de ciências são considerados essenciais a história da ciência, a divulgação e atividade experimental. Tão importante quanto selecionar conteúdos específicos para o ensino de Ciências, é a escolha de abordagens, estratégias e recursos pedagógicos adequados à mediação pedagógica. A escolha adequada desses elementos contribui para que o estudante se aproprie de conceitos científicos de forma mais significativa e para que o professor estabeleça critérios e instrumentos de avaliação, tais como: a abordagem problematizadora, a relação contextual, a relação interdisciplinar, a pesquisa, a leitura científica, atividade em grupo, a observação, atividade experimental, os recursos instrucionais e o lúdico.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES, BÁSICOS E ESPECÍFICOS

Os Conteúdos Estruturantes fundamentados na história da ciência, base estrutural de integração conceitual para a disciplina de Ciências no Ensino Fundamental são:

- Astronomia
- Matéria
- Sistemas Biológicos
- Energia

- Biodiversidade
- Lei 10.639/03 História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- Lei 11.645/08 História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena

5ª Série /6° ANO

CONTEÚDOS ESTRURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS
ASTRONOMIA	UNIVERSO SISTEMA SOLAR MOVIMENTOS TERRESTRES MOVIMENTOS CELESTES	Galáxia Movimentos das Galáxias Geocentrismo/Heliocêntrico Rotação/Translação Estações de Ano	Entendimento das ocorrências astronômicas como fenômeno da natureza; Conhecimento da história da ciência a respeito das teorias geocêntricas e heliocêntricas; Compreensão dos movimentos de rotação e translação dos planetas constituintes do Sistema Solar.
MATÉRIA	CONSTITUIÇÃO DA MATÉRIA	Conceito da matéria Água Solo Rocha Minerais Atmosfera Primitiva Camadas Atmosféricas	Entendimento da constituição e propriedade da matéria, suas transformações como fenômeno da natureza; Compreensão da contituição do planeta Terra, no que se refere a atmosfera e crosta, solo, rochas, minerais, manto e núcleo

SISTEMAS BIOLÓGICOS	NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO	Organismo Sistemas Órgãos Tecidos Células Unicelular/ Pluricelular	O entendimento da constituição dos sistemas orgânicos e fisiológicos como um todo integrado. O reconhecimento das características gerais dos seres vivos. O conhecimento dos níveis de organização celular.
BIODIVERSIDADE	ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS ECOSSISTEMA	Diversidade das espécies Comunidade População Conceito de biodiversidade Ecossistemas	O reconhecimento da diversidade das espécies e sua classificação. A distinção entre ecossistema, comunidade e população.
ENERGIA	FORMAS DE ENERGIA CONVERSÃO DE ENERGIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA	Energia eólica Energia elétrica Fontes de energia Mudanças de estado físico	A interpretação do conceito de energia por meio da análise das suas mais diversas formas de manifestação e mudanças de estado físico. O conhecimento a respeito da conversão de uma forma de energia em outra. A interpretação do conceito de transmissão de energia. O reconhecimento das particularidades relativas à energia mecânica, térmica, luminosa, nuclear, no que diz respeito a possíveis fontes e processos de irradiação, convecção e condução. O entendimento a respeito da formação dos fósseis e sua relação com a produção contemporânea de energia não renovável.
	História e		Estudo sobre as teorias antropológicas

Lei 10.639/03 e 11.645/08	Cultura Afro		Desmistificação das teorias racistas Estudo das características biológicas dos diversos povos Contribuição dos povos africanos e de seus descendentes para os avanços das Ciências e da Tecnologia Análise do panorama da saúde dos africanos

6ª SÉRIE/7° ANO

CONTEÚDOS ESTRURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS
ASTRONOMIA	ASTROS MOVIMENTOS TERRETRES MOVIMENTOS CELESTE	Constituição físico-químico do Sol e a produção de energia Dias e Noites Eclipse do Sol Eclipse da Lua	Entendimento dos movimentos celestes a partir do referencial do planeta Terra; Conhecimento da constituição do planeta.
MATÉRIA	CONSTITUIÇÃO DA MATÉRIA	Composição da Terra primitiva A Terra antes do surgimento da vida Atmosfera primitiva Estrutura química da Terra	Entendimento da constituição do planeta, antes do surgimento da vida.

SISTEMAS BIOLÓGICOS	CÉLULA MORFOLOGIA E FISIOLOGIA DOS SERES VIVOS	Características gerais dos seres vivos Teoria celular Tipos de células Mecanismos celulares Fotossíntese Reserva energética Órgãos e sistemas animais e vegetais	O conhecimento dos mecanismos de constituição da célula e tipos de células; Compreensão do fenômeno de fotossíntese. O entendimento das relações entre os órgãos e sistemas animais e vegetais a partir do entendimento dos mecanismos celulares.
BIODIVERSIDADE	ORIGEM DA VIDA ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS	Conceito de biodiversidade Classificação dos seres vivos Categorias taxonômicas Filogenia Populações Interações ecológicas Sucessões ecológicas Seres autótrofos e heterótrofos Cadeia alimentar Teorias sobre o surgimento da vida Geração espontânea Biogênese	O entendimento do conceito de biodiversidade e sua amplitude de relações com os seres vivos, o ecossistema e os processos evolutivos. O conhecimento sobre as teorias da origem da vida.

Lei 10.639/03 e 11.645/08	História e Cultura Afro		Estudo sobre as teorias antropológicas Desmistificação das teorias racistas Estudo das características biológicas dos diversos povos Contribuição dos povos africanos e de seus descendentes para os avanços da Ciências e da Tecnologia Análise do panorama da saúde dos africanos

7ª Série/8° ANO

CONTEÚDOS ESTRURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS
ASTRONOMIA	ORIGEM E EVOLUÇÃO DO UNIVERSO	Teorias sobre a origem do Universo	Entendimento das ocorrências astronômicas como fenômeno da natureza; Conhecimento das teorias sobre a origem e evolução do Universo;
MATÉRIA	CONSTITUIÇÃO DA MATÉRIA	Conceito da matéria Átomo Elementos Químicos (Tabela Periódica) Substâncias Ligações Químicas Lei de Conservação de massa Compostos Orgânicos	Entendimento da constituição e propriedade da matéria; Conceituação de átomo, íons, elementos químicos, tabela periódica, substâncias e reações químicas; Conhecimento da lei de conservação de massa e compostos orgânicos.

SISTEMAS BIOLÓGICOS	CÉLULA MORFOLOGIA E FISIOLOGIA DOS SERES VIVOS	Mecanismos celulares Estrutura e funcionamento dos tecidos Alimentação Nutrição Sistema digestório Sistema cardiovascular Sistema respiratório Sistema excretor Sistema urinário	O conhecimento dos compostos orgânicos e relações destes com a constituição dos organismos vivos. Os mecanismos celulares e sua estrutura, de modo a estabelecer um entendimento de como esses mecanismos se relacionam no trato das funções celulares. O conhecimento da estrutura e funcionamento dos tecidos. O entendimento dos conceitos que fundamentam os sistemas digestório, cardiovascular, respiratório, excretor e urinário.
BIODIVERSIDADE	EVOLUÇÃO DOS SERES VIVOS	Teorias evolutivas	O entendimento das teorias evolutivas.
Lei 10.639/03 e 11.645/08	História e Cultura Afro		Estudo sobre as teorias antropológicas Desmistificação das teorias racistas Estudo das características biológicas dos diversos povos Contribuição dos povos africanos e de seus descendentes para os avanços da Ciências e da Tecnologia Análise do panorama da saúde dos africanos

8ª Série/9º ANO

CONTEÚDOS ESTRURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS
ASTRONOMIA	ASTROS GRAVITAÇÃO UNIVERSAL	Galáxia Estrelas Planetas Leis de Kepler Leis de Newton As marés	Entendimento das Leis de Kepler para as órbitas dos planetas e as Leis de Newton; Compreensão dos fenômenos terrestres relacionados à gravidade, com as marés.
MATÉRIA	PROPRIEDADES DA MATÉRIA	Massa Volume Densidade Propriedades gerais da matéria Propriedades específicas da matéria	Compreensão das propriedades gerais e específicas da matéria.

SISTEMAS BIOLÓGICOS	MORFOLOGIA E FISIOLOGIA DOS SERES VIVOS MECANISMOS DE HERANÇA GENÉTICA	Sistema nervoso Sistema sensorial Sistema reprodutor Sistema endócrino Cromossomos Gene Mitose Meiose	. O entendimento dos conceitos que fundamentam os sistemas nervoso, sensorial, reprodutor e endócrino. Compreensão do s mecanismos de herança genética e os processos de divisão celular.
BIODIVERSIDADE	INTERAÇÕES ECOLÓGICAS	Ciclos biogeoquímicos Relações ecológicas	O entendimento dos fundamentos teórico que descrevem os ciclos biogeoquímicos, bem como, as relações interespecíficas e intraespecíficas.
Lei 10.639/03 e 11.645/08	História e Cultura Afro		Estudo sobre as teorias antropológicas Desmistificação das teorias racistas Estudo das características biológicas dos diversos povos Contribuição dos povos africanos e de seus descendentes para os avanços da Ciências e da Tecnologia Análise do panorama da saúde dos africanos

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Com base nas Diretrizes Curriculares, o ensino de Ciências propõem uma prática pedagógica que leve à integração dos conceitos científicos e valorize o pluralismo metodológico. Para isso é necessário superar práticas pedagógicas centradas num único método e baseadas em aulas de laboratório que visam tão somente à comprovação de teorias e leis apresentadas previamente aos estudantes.

Ao selecionar os conteúdos a serem ensinados na disciplina de Ciências, o professor organiza o seu trabalho docente tendo como reflexão a respeito das abordagens e relações a serem estabelecidas entre os conteúdos estruturantes, básicos e específicos. Refletindo, também, a respeito das expectativas de aprendizagem, das estratégias e recursos a serem utilizados e dos critérios e instrumentos de avaliação.

Para isso é necessário que os conteúdos específicos de Ciências sejam entendidos em sua complexidade de relações conceituais, não dissociados em áreas de conhecimento físico, químico e biológico, mas visando uma abordagem integradora.

A metodologia de ensino deve promover inter-relações entre os conteúdos selecionados, de modo a promover o entendimento do objeto de estudo da disciplina de Ciências. Essas inter-relações devem se fundamentar nos Conteúdos Estruturantes. As técnicas utilizadas para desenvolver os conteúdos são:

Pesquisas e leitura de textos atuais em revistas, livros, jornais e Internet de fatos cotidianos do aluno; Trabalhos em grupo; Exposição e apresentação de trabalhos; Montagem de painéis, cartazes; Exibição e análise de filmes, documentários; Debates; Relatórios; Entrevistas; Visitas técnicas com roteiro.

RECURSOS DIDÁTICOS

Livros didáticos e livro didático público

Revistas, jornais: textos atuais, livros, computador: Internet

Painéis, cartazes;

Filmes e documentário;

TV pendrive

Aparelho de som.

*A Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 serão trabalhadas de acordo com o caderno temático através de leituras, com confecção de materiais como redação,

apresentação de slydes, confecção de mural, entre outras.

AVALIAÇÃO

A avaliação é um instrumento reflexivo, prevê um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas pelo professor ao longo do ano letivo, professores e alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superar os obstáculos.

É preciso compreendê-la como prática emancipatória, a avaliação na disciplina de Ciências passa a ser entendida como instrumento cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento pedagógico para nela intervir e reformular os processos de aprendizagem.

A avaliação deve ser diagnóstica, utilizando vários recursos com experimentação e participação dos alunos nas diversas produções.

A avaliação é atividade essencial do processo ensino-aprendizagem dos conteúdos científicos e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96, deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Como prática pedagógica, a avaliação compõe a mediação didática realizada pelo professor e é um retorno para os educandos.

A ação avaliativa é importante no processo ensino-aprendizagem, pois pode propiciar um momento de interação e construção de significados no qual o estudante aprende. Para que tal ação torne-se significativa, o professor precisa refletir e planejar sobre os procedimentos a serem utilizados e superar o modelo consolidado da avaliação tão somente classificatória e excludente.

Será preciso respeitar o estudante como um ser humano inserido no contexto das relações que permeiam a construção do conhecimento científico escolar.

A avaliação deve ser diagnóstica, utilizando vários recursos com experimentação e participação dos alunos nas diversas produções.

A nota final deverá totalizar 10,0 sendo dividida:

- 6,0 pontos em avaliações escritas com ou sem consulta;

- 4,0 pontos em atividades como: debates, exposição de trabalhos, análise de textos, montagem de painéis e cartazes, trabalhos em grupo, exibição e análise de filmes, documentários e exercícios sobre o conteúdo.

Mediante as avaliações realizadas, quando necessário, será realizada a recuperação de conteúdos, com os mesmos critérios e instrumentos utilizados nas avaliações e registradas no Livro Registro de Classe.

REFERÊNCIAS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ**. Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica de Ciências**. Curitiba. 2008. SEED.

PARANÁ.Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos** - Curitiba: SEED-Pr, 2005.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ESPANHOL

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Desde a implantação do ensino oficial em nosso país até a atualidade, foram muitas as línguas que permearam o currículo escolar brasileiro. Os motivos para a inclusão ou a desvalorização de uma língua da grade curricular foram, entre outros fatores, as abordagens de ensino, o próprio currículo e aspectos sócio-políticos.

Recentemente, no intuito de nortear o trabalho dos professores de Língua Estrangeira Moderna, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná juntamente com os professores da rede pública de ensino elaboraram as Diretrizes Curriculares da Educação (DCE). O qual, trata-se de um documento que se apresenta como fundamental para as práticas pedagógicas na escola.

No que concerne ao Ensino-aprendizagem de uma Língua Estrangeira Moderna (LEM) a DCE consolida que

> As propostas curriculares e os métodos de ensino são instigados a atender às expectativas de demandas sociais contemporâneas e a propiciar a aprendizagem dos conhecimentos historicamente produzidos às novas gerações. (DCE, 2008, p.38)

Atendendo a estas expectativas da sociedade, no ano de 2009, fez-se a inclusão da disciplina de Língua Espanhola no rol de disciplinas ofertadas à comunidade escolar através do Centro de Línguas Estrangeiras (CELEM), mais especificamente ao Município de Cambará, pertencente ao Núcleo Regional de Ensino de Jacarezinho.

A importância da oferta da língua espanhola no CELEM para os alunos da comunidade onde está inserido o Colégio Estadual Professor Sílvio Tavaresse deve a atual necessidade de que as pessoas aprendam não somente o inglês, mas também uma outra língua estrangeira, visto que não possuem em sua maioria recursos para realizarem esta língua estrangeira em um estabelecimento particular, o curso CELEM lhes proporcionará esta oportunidade.

Trataremos neste documento não só das propostas pedagógicas para o ensino de LEM, como também de alguns aspectos inclusivos da Língua Espanhola. O ensino da referida língua iniciou-se a partir da segunda metade do século passado. A razão de ser, segundo o MEC, seria a possível contribuição para a

formação do cidadão, através do modelo de patriotismo desse país Europeu.

Várias discussões foram realizadas sobre a aquisição de uma Segunda Língua (L2), também no que diz respeito ao melhor método de ensino. A partir da inserção no ordenamento jurídico da Lei Federal n° 9394/96, que disciplinou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) os quais orientam o ensino do LEM na seguinte assertiva: " língua como prática social fundamentada na abordagem comunicativa" (DCE, 2008 p.48).

Pretende-se, a partir da Abordagem Comunicativa, desenvolver o ensino-aprendizado de LEM tendo como objetivo a incorporação da gramática no processo de interpretação, expressão e negociação dos sentidos em que a situação da fala serve aos objetivos da comunicação sempre pautados na pedagogia crítica, que visa através do aprendizado de uma L2 a transformação da escola em um ambiente de inclusão social e democrática.

Desta forma, propõem-se que a aula de Língua Estrangeira Moderna constitua um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, a prática docente deverá ter como foco central o trabalho com textos pois a comunicação somente se dá através de gêneros textuais, os quais, em situações reais de uso, o interlocutor se adéqua ao tipo de gênero que queira se comunicar. (BAKHTIN, p. 301). Levando o aluno a perceber possibilidades de construção de significados em relação ao mundo em que vive, percebendo-se como integrante da sociedade e participante ativo de sua realidade.

Portanto, a DCE afirma que

> ...um dos objetivos da disciplina de Língua Estrangeira Moderna é que os envolvidos no processo pedagógico façam o uso da língua que estão aprendendo em situações significativas, relevantes, isto é, que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas linguísticas descontextualizadas. Trata-se da inclusão do aluno numa sociedade reconhecidamente diversa e complexa através do comprometimento mútuo (DCE, 2008, p.57)

Isso tudo sem deixar de explorar as habilidades de compreensão e expressão oral, elementos gramaticais e socioculturais, priorizando o trabalho em três práticas discursivas (leitura, oralidade e escrita) em diferentes gêneros textuais.

CONTEÚDOS

De acordo com a DCE, o ensino de LEM deve-se pautar no conteúdo

estruturante **Discurso como prática social** e elegem os gêneros textuais (textos verbais e não-verbais) como conteúdos básicos abordados dentro das práticas pedagógicas.

Bakhtin afirma que, *a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos)*, pautados em três elementos (conteúdo temático, o estilo e a construção composicional) formando então, a grande riqueza e a variedade dos gêneros do discurso.

Desta forma, a prática pedagógica deve-se pautar no ensino de práticas sociais, ou seja, não ensinar ao aluno somente a ler e a escrever, contudo propiciar situações para que o aluno seja capaz de escolher dentre os diversos gêneros discursivos, o que melhor se adapte, para que possa haver a efetivação da interação social.

O conhecimento e o uso crítico dos gêneros e práticas discursivas têm sido de grande relevância, como cita Meurer e Motta-Roth sobre o trabalho do linguista Norman Fairclough, o que enfatiza que este conhecimento *" está se tornando um pré-requisito para a cidadania democrática"*

Se a comunicação se concretiza através de enunciados orais e escritos, deverão ser priorizadas, dentro do contexto escolar, as práticas discursivas: oralidade, leitura e escrita. Além de questões lingüísticas, sociopragmáticas e culturais. Através de vários textos de diferentes gêneros e diferentes esferas de circulação. Partindo de esferas mais significativas para os alunos, ou seja, gêneros textuais e esferas, os quais sejam mais próximos da realidade do educando.

Os conteúdos programáticos contemplarão a Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008 incluindo, portanto, diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos.

Dentro do trabalho com as práticas discursivas não será privilegiado uma ou outra prática, onde por um longo período fora privilegiado no ensino de LEM o estudo de formas gramáticas, memorização de regras e na prioridade da linguagem escrita. Desta feita, dentro de um contexto discursivo as práticas de oralidade, escrita e leitura não são segmentadas, pois formam uma unidade de comunicação. Portanto, o trabalho de interação dos alunos com o texto será o primeiro passo dentro das práticas pedagógicas.

A **prática da leitura** será pautada na leitura crítica do texto e no confronto

com as leituras de mundo que os alunos trazem consigo. E prioritariamente, segundo a DCE, a leitura deverá *superar uma visão tradicional de leitura condicionada à extração de informações.* E, de acordo com Marcuschi, não se deve esquecer-se de aspectos relevantes no processo de compreensão tais como ironia, a análise de intenções e a metáfora. E na interação leitor e texto, o aluno deverá perceber que as formas linguisticas são heterosemânticas e que dependem de um contexto para ter seu significado efetivado.

Outro aspecto importante a ser apresentado aos alunos, no que concerne à leitura, são os aspectos semióticos, tais como “cores, sons, imagens e design que constroem significados em textos orais/escritos e hipertextos” (LOPES e ROJO, em DCE. 200, p. 59). Aspectos, os quais são pertencentes à linguagem especificamente de computadores/internet.

Com relação às **práticas da oralidade**, segundo a DCE, terão como objetivo *expor os alunos a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos*, *(...) é aprender a expressar ideias em língua estrangeira mesmo que com limitações. (...) também importante que o aluno se familiarize com os sons específicos da língua que está aprendendo.*

Muitos autores defendem o trabalho, especialmente Marcuschi, com oralidade em sala de aula. O autor elenca quatro justificativas para o uso efetivo desta prática: primeiramente porque a língua é heterogênea e variável, segundo tem seu sentido concretizado pelo uso da língua, terceiro porque seus interlocutores se interagem entre si através do discurso e não com estruturas gramaticais e por fim, o foco do ensino se desloca do código linguistisco para o uso da língua ou análises de textos e discursos. Em que pese a divisão da interprete, muito mais que independentes as afirmativas se complementam.

Sobre a **prática de escrita**, meio de comunicação formal do homem, *Octavio Paz diz que a resposta a um texto nunca deve ser uma interpretação. Deve ser um outro texto.* Portanto na prática da escrita em sala de aula, devem-se proporcionar ao aluno oportunidades reais do uso da escrita, através de produções de textos e não meramente usar o *texto como pretexto* para o ensino de regras gramaticais (Woginski). E, ademais *disponibilizar recursos pedagógicos, junto com a intervenção do próprio professor, para oferecer ao aluno elementos discursivos, linguisticos, sociopragmáticos e culturais para que ele melhore sua produção*. (DCE, 2008. p. 67)

É necessário, que esta prática escrita esteja vinculada ao uso de diferentes gêneros textuais, desta forma o aluno desenvolverá suas habilidades em se comunicar em diferentes gêneros, adequando seu discurso às necessidades que enfrentará ao longo de sua vida, como agente social, na medida em que provocado.

E quanto às formas linguisticas, seu aprendizado se dará através da identificação destas em diferentes textos. Onde o aluno perceberá que são heterosemânticas, ou seja, que assumem diferentes significados, variando conforme o contexto e a necessidade do interlocutor.

Mediante a esta prática de oralidade, leitura e escrita através de diferentes gêneros do discurso e suas diferentes esferas de circulação o aluno deverá ser instigado a buscar respostas e soluções aos seus questionamentos, necessidades e anseios relativos à aprendizagem. (DCE, 2008. p. 66)

Tais práticas se concretizam por meio de conteúdos básicos. Esses conteúdos básicos são formados pelos gêneros discursivos . E pelos conteúdos pertencentes às práticas discursivas. Tais conteúdos devem ser abordados a partir de um gênero, conforme as esferas sociais de circulação: cotidiana, científica, escolar, imprensa, política, literária/artística, produção e consumo, publicitária, midiática e jurídica.

Sendo assim serão trabalhados os seguintes gêneros textuais no P1:

Primeiro Ano :

Esfera cotidiana de circulação:	**Esfera publicitária de circulação:**	**Esfera produção de circulação:**	**Esfera jornalística de circulação:**
Bilhete	Anúncio**	Bula	Anúncio classificados
Carta pessoal	Comercial para radio*	Embalagem	Cartum
Cartão felicitações	*Folder*	Placa	*Charge*
Cartão postal	Paródia	Regra de jogo	Entrevista**
Convite	Placa	Rótulo	Horóscopo
Letra de música	Publicidade Comercial		Reportagem**
Receita culinária	Slogan		Sinopse de filme

Esfera artística de circulação:	**Esfera escolar de circulação:**	**Esfera literária de circulação:**	**Esfera midiática de circulação:**
Autobiografia	Cartaz	Conto	Correio eletrônico (*e-mail*)
Biografia	Diálogo**	Crônica	Mensagem de
	Exposição oral*	Fábula	
	Mapa	História em quadrinhos	
	Resumo		

	Poema	texto (SMS) Telejornal* Telenovela* Videoclipe

*Embora apresentados oralmente, dependem da escrita para existir.

** Gêneros textuais com características das modalidades escrita e oral de uso da língua.

São conteúdos básicos do P2 – SEGUNDO ANO:

Esfera cotidiana de circulação:	**Esfera publicitária de circulação:**	**Esfera produção de circulação:**	**Esfera jornalística de circulação:**
Comunicado Curriculum Vitae Exposição oral* Ficha de inscrição Lista de compras Piada** Telefonema*	Anúncio** Comercial para televisão* *Folder* Inscrições em muro Propaganda** Publicidade Institucional Slogan	Instrução de montagem Instrução de uso Manual técnico Regulamento	Artigo de opinião Boletim do tempo** Carta do leitor Entrevista** Notícia** Obituário Reportagem**

Esfera jurídica de circulação:	**Esfera escolar de circulação:**	**Esfera literária de circulação:**	**Esfera midiática de circulação:**
Boletim de ocorrência Contrato Lei Ofício Procuração Requerimento	Aula em vídeo* Ata de reunião Exposição oral Palestra* Resenha Texto de opinião	Contação de história* Conto Peça de teatro* Romance Sarau de poema*	Aula virtual Conversação *chat* Correio eletrônico (*e-mail*) Mensagem de texto (SMS) Videoclipe*

*Embora apresentados oralmente, dependem da escrita para existir.

** Gêneros textuais com características das modalidades escrita e oral de uso da língua.

Tais gêneros acima mencionados serão abordados através das práticas discursivas em conjunto com os conteúdos básicos relacionados a cada prática.

São conteúdos básicos da prática discursiva :ORALIDADE

Fatores de textualidade centradas no leitor:

- Tema do texto; Aceitabilidade do texto;
- Finalidade do texto;

- Informatividade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Situacionalidade do texto;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Conhecimento de mundo;
- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas.

Fatores de textualidade centradas no texto:

Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos;

Adequação da fala ao contexto (uso de distintivos formais e informais como conectivos, gírias, expressões, repetições);

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.

Na prática discursiva da leitura serão trabalhadas os seguintes conteúdos básicos:

Fatores de textualidade centradas no leitor:

- Tema do texto;
- Conteúdo temático do texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Propriedades estilísticas do gênero;
- Aceitabilidade do texto;
- Finalidade do texto;
-Informatividade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Situacionalidade do texto;
·Papel do locutor e interlocutor;
- Conhecimento de mundo;
- Temporalidade;
- Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto:

- Intertextualidade;
- Léxico: repetição, conotação, denotação, polissemia;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (aspas, travessão, negrito);
- Partículas conectivas básicas do texto;
- Elementos textuais: levantamento lexical de palavras italicizadas, negritadas, sublinhadas, números, substantivos próprios;
- interpretação da rede de relações semânticas existentes entre itens lexicais recorrentes no título, subtítulo, legendas e textos.

São conteúdos básicos da pratica discursiva da escrita:

Fatores de textualidade centradas no leitor:

·Tema do texto;
·Conteúdo temático do texto;
·Elementos composicionais do gênero;
·Propriedades estilísticas do gênero;
·Aceitabilidade do texto;
·Finalidade do texto;
·Informatividade do texto;
·Intencionalidade do texto;
·Situacionalidade do texto;
·Papel do locutor e interlocutor;
·Conhecimento de mundo;
·Temporalidade;
·Referência textual.

Fatores de textualidade centradas no texto:

·Intertextualidade;
·Partículas conectivas básicas do texto;
·Vozes do discurso: direto e indireto;
·Léxico: emprego de repetições, conotação, denotação, polissemia, formação das palavras, figuras de linguagem;
·Emprego de palavras e/ou expressões com mensagens implícitas e explicitas;

·Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, figuras de linguagem, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
·Acentuação gráfica;
·Ortografia;
·Concordância verbal e nominal.

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA:

Partindo da premissa o *discurso como prática social*, a qual é a fOs conteúdos programáticos contemplarão a Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008 incluindo, portanto, diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos.

A junção primordial do ensino de línguas, a prática docente nas aulas de Línguas Estrangeiras Modernas deverá se pautar, portanto no *entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso à informação: as línguas estrangeiras são possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados.* (DCE, 2008. p. 63)

Portanto o contato com outras línguas e culturas dará ao aluno mais uma possibilidade de aprendizado e, sobretudo de confrontar com sua realidade, possibilitando assim sua evolução no contexto social e a consciência do papel que ocupa no mundo.

Assim, segundo a DCE, os procedimentos teóricos-metodológicos partirão de um texto verbal e não-verbal, como unidade de linguagem em uso, onde serão trabalhadas questões lingüísticas, sociopragmáticas, culturais e discursivas, bem como as práticas do uso da língua: leitura, oralidade e escrita.

A prática docente deverá abordar também textos literários de diferentes épocas, pois proporcionará ao aluno o confronto com diferentes estruturas linguisticas e, sobretudo, a reflexão sobre os aspectos socioculturais e ideologia, formadores da prática social.

Segundo DOLZ e SCHNEUWLY (2004 p. 97), o trabalho com as práticas de linguagem devem ser pautadas nas sequências didáticas, as quais consistem em

um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática em torno de um gênero textual oral ou escrito.

Portanto, a prática docente através das sequências didáticas deverá ser organizada em "módulos didáticos". Deste modo, objetivando a aquisição da língua-alvo partindo dos diferentes gêneros textuais de diferentes esferas de circulação, conteúdo básico da disciplina de LEM, conforme abaixo:

a) **módulo didático de leitura**: no qual o aluno será levado a caracterizar o gênero de estudo e a reconhecê-lo na sociedade tendo como base uma necessidade (ou motivo) de produção (de interação) escrita ou oral, bem como discutir e conhecer as propriedades discursivas, temáticas (o que geralmente é dito nesses mesmos gêneros), estilísticas (o que geralmente é registrado como marca enunciativa do produtor desses gêneros, o que é utilizado como recurso linguistico e a análise linguistica: recursos gramaticais, lexicais e recursos não-verbais) e composicionais (como geralmente é organizado esse gênero, qual é a sua característica e a sua sequência tipológica) do gênero selecionado;

b) **módulo didático de produção escrita**: no qual aluno e professor poderão planejar a produção e coletar informações para a primeira versão da escrita do texto. na seqüência revisar e re-escrever o texto produzido em colaboração (aluno e professor) e por fim a produção final procurando aproximá-lo daqueles gêneros que circulam na sociedade;

c) **módulo didático de divulgação ao público**: no qual aluno e professor poderão indicar o suporte (meio) para a circulação do gênero produzido, bem como realizar ações para efetivar esta circulação fora da sala de aula e possível da escola.

Para as atividades que serão desenvolvidas pelo professor, a DCE orienta que deverão ser desenvolvidas em três etapas:

a) etapa de pré-leitura: na qual pretende-se ativar os conhecimentos prévios do aluno, bem como discutir questões referentes à temática, construir hipóteses e antecipar elementos do texto que poderão ser tratados a partir do texto, antes mesmo da leitura;

b) etapa de leitura: na qual pretende-se comprovar ou desconsiderar as hipóteses anteriormente apresentadas;

c) etapa de pós-leitura: na qual pretende-se explorar a compreensão de leitura e expressão escrita, bem como atividades que explorem a compreensão e expressão oral e a elaboração de atividades variadas, não necessariamente ligadas aos elementos gramaticais.

Outro aspecto importante, o qual deverá ser abordado nas aulas de LEM -Espanhol são os aspectos culturais pertinentes à língua-alvo, pois sem ter-se a noções destes aspectos não haverá uma comunicação efetiva. Enfim, se a língua está vinculada a um contexto real, estará repleta de elementos sócio-culturais.

O documento elaborado pelo MEC, sobre os conhecimentos de Língua Estrangeira - Espanhol orienta os componentes do currículo básico deverão servir para que os estudantes se apropriem de outras maneiras de se expressar uma realidade diferente de sua, desta forma se apropriará de peculiaridades linguisticas e socioculturais do outro. E reitera segundo MARCO (capítulo 1 – orientações curriculares para o ensino médio) que:

> *la lengua no es sólo un aspecto importantes de la cultura, sino también un medio de acceso a las manifestaciones culturales. [...]En la competencia cultural de una persona, las distintas culturas (nacional, regional, social) a las que ha accedido esa persona no coexisten simplesmente una junto a otra. Se las compara, se las contrasta e interactúan activamente para producir una competencia pluricultural enriquecida e integrada, de la que la competencia plurilingue es un componente, que a su vez interactúa con otros componentes.*

Finalmente, uma tarefa importante a ser desempenhada pelo professor, além dos aspectos pertinentes ao processo ensino-aprendizagem, é o de despertar a curiosidade, a busca pelo saber, enfim como sugestiona Rubem Alves, *a tarefa do professor é a mesma da cozinheira: antes de dar a faca e queijo ao aluno, provocar a fome.*

4. AVALIAÇÃO

O aspecto final relevante desta proposta curricular pedagógica é a avaliação, a qual terá o papel norteador ao professor e ao aluno proporcionar a dimensão de onde se encontra no processo ensino-aprendizagem. Portanto como menciona

Luckesi, a avaliação *assume a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida*.

Além dos instrumentos de avaliação formais, ou seja, provas escritas, trabalhos em grupo, pesquisas, apresentações orais, entre outros, o professor deverá observar dentro do ambiente escolar a participação dos alunos através do engajamento discursivo de seus alunos, a interação com o material didático, nos discursos em Língua Estrangeira e também Materna, segundo pontua a DCE's.

No que tange a avaliação de Língua Estrangeira Moderna, o propósito avaliativo deverá ultrapassar o conceito de avaliação como instrumento de medição da apreensão de conteúdos, mas que seja suporte às discussões sobre as dificuldades e avanços dos alunos, através de suas próprias produções.

A avaliação, segundo as DCE's, será realizada nas três práticas pedagógicas: leitura, escrita e oralidade através de diferentes instrumentos de avaliação. Onde será diária e constante.

No âmbito da leitura, espera-se que os alunos: compreenda o texto, localize informações explícitas, amplie seu léxico, perceba o ambiente ao qual circula o gênero, identifique a ideia principal do texto e o tema, deduza os sentidos das palavras e/ou expressões a partir do contexto

Já, na prática da escrita, se o aluno: expressa suas ideias com clareza, elabora textos atendendo às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade), diferencia o contexto de uso de linguagem formal e informal, usa recursos textuais como coerência e coesão, utiliza recursos linguisticos como: pontuação, uso e função do artigo, do pronome, substantivo, etc.

Por fim, na prática da oralidade, será verificado: se o aluno utiliza o discurso de acordo com a situação de produção (formal e informal) , apresenta suas ideias com clareza, compreende os argumentos no discurso do outro, organiza a sequência de sua fala, respeita os turnos de fala, analisa os argumentos apresentados pelo colega de classe em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados, e por fim se participa ativamente dos diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna.

Ademais, alem do que orienta a DCE em relação à avaliação, também devem ser observados os critérios avaliação que contém Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Lucy Requião de Mello e Silva que está em vigor. O curso será avaliado de forma diagnóstica e formativa, mediante a através do somatório da nota

4,0 (quatro vírgula zero) referentes às atividades diversificadas, mais a nota 6,0 (seis vírgula zero), avaliadas através de prova escrita, elaboração e interpretação de textos, diálogos, poemas e músicas; fichamentos de filmes e obras literárias, entre outros critérios. Onde haverá um mínimo de duas avaliações (instrumentos diversificados) totalizando a nota final 10,00 (dez vírgula zero). Conforme a Instrução Normativa nº 19/2008 de 31 de outubro de 2008, a avaliação de aprendizagem terá registro de notas expressos em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). Os alunos do CELEM que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e a média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) serão considerados aprovados ao final do ano letivo (SUED/SEED,2008, p.5).

A recuperação de estudos é um direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Portanto, dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem. Onde será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, J. C. P. F.(ORG) **O professor de Língua Estrangeira em Formação**. Campinas: Pontes. 2005.

ALONSO, E. **¿Cómo ser profesor/a y querer seguir siéndole?:** Principios y práctica de la ensenanza del español como segunda lengua; libro de referencia para profesores y futuros profesores. Madrid: Edelsa, 2005.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: ____. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1952.p.279-326.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio:** Linguagem, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006. p. 127-164.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M; SCHNEUWLY, B. Sequências diáticas para o oral e a

escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, J; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas (SP): Mercado das Letras, 2004. p. 95-128. (Tradução de Roxane Helena Rodrigues Rojo e Glaís Sales Cordeiro)

FREIRE, P.**Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 1997.

KATO, M. A. **No mundo da escrita:** Uma perspectiva psicolingüística. São Paulo: Ática, 2005

LEFFA, V J (ORG) **A internalização na aprendizagem das línguas**. Pelotas: EDUCAT, 2006.

LEFFA, V J (ORG) **O Professor de Línguas Estrangeiras:** Construindo a profissão. Pelotas: EDUCAT, 2006.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a Escrita**: Atividades de retextualização. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCUSCHI, L.A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MEURER, J L; MOTTA-ROTH, D. (ORGS) **Gêneros Textuais**. Bauru: Edusc, 2002;

MOREIRA, A. F; SILVA, T T. (ORGS). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Afiliada, 2005.

MOURA, T. M. M. **As Práticas Pedagógicas dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos**: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: Ufal, 2006. 81p.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curiculares da Educação Básica**. Língua Estrangeira Moderna. Curitiba, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Instrução Normativa nº 019/2008**. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2008

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Resolução nº 3904/2008.** Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2008. 01 p.

SANT´ANNA, I M. **Por que avaliar? Como avaliar?: Critérios e instrumentos.** 6ª Ed. Petrópolis, 2004.

VEIGA, I P A. (ORG). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. São Paulo. Papirus. 1995.

WOGINSKI, G. R. **Gêneros textuais e didatização de gêneros**: reflexões sobre as dimensões das propostas didáticas no ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. In: Anais. 8º Encontro de Iniciação Científica e 8º Mostra de Pós-Graduação. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIUV). União da Vitória (PR): Meio Magnético (CD-ROOM), 2004. 05p.

WOGINSKI, G. R. **Proposta Pedagógica Curricular**: Língua Estrangeira Moderna. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2009.

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Rua João Manoel dos Santos, 1350 - Fone/Fax 532-4305 - Cambará - PR

Aut. De Func. Dec. 2432/76 - D.O.E. d 29/10/76 Rec. Do Estab. Res. 1709/82 - D.O.E. de 15/07/82

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA – FRANCÊS

Proposta Pedagógica Curricular elaborada pela professora Marisilvia Aparecida Fonseca para a disciplina de Língua Estrangeira Moderna Francês, para o estabelecimento de Ensino: Colégio Estadual Professor Silvio Tavares.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FRANCÊS

APRESENTACÃO DA DISCIPLINA

O ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil e sua inclusão nos currículos escolares sofreram inúmeras mudanças em virtude da organização social, política e econômica ao longo da história e era instigado a atender às expectativas e demandas sociais contemporâneas. As línguas estrangeiras tiveram sua ascensão e declínio do prestígio conforme as diretrizes políticas do país. O grego e o latim foram exemplos de línguas cultas na evangelização e desenvolvimento do pensamento e da literatura.

Com as demandas comerciais criaram-se as cadeiras de inglês e francês. O Francês representava um ideal de cultura e civilização, seguido do inglês e do alemão.

A partir do início do século XX, muitos europeus, acreditando numa melhoria da qualidade de vida, vieram ao Brasil e aqui criaram as colônias de imigrantes cujo ensino centrava-se no ensino da sua língua e cultura aos descendentes. O movimento nacionalista fechou as escolas estrangeiras e ou de imigrantes.

Com a reforma da educação, em 1930, buscou-se um modelo de modernidade e desenvolvimento e a língua estrangeira teve um modelo oficial de ensino: o método direto, visando às habilidades orais. O ensino das línguas estrangeiras foi mantido nas primeiras séries onde o Francês se apresentava com uma certa vantagem sobre o inglês. Mesmo com a valorização do Espanhol no ensino secundário, o inglês teve espaço garantido nos currículos oficiais como idioma para as transações comerciais enquanto o Francês foi mantido pela sua tradição curricular.

Com a dependência econômica do Brasil em relação aos Estados Unidos, acentuou-se a necessidade da aprendizagem do inglês, que passou a ser um anseio das populações urbanas ganhando assim, cada vez mais espaço do que o francês.

Por outro lado, a exigência do mercado trouxe o ensino profissionalizante em detrimento da carga horária das línguas estrangeiras, e identificou-se a valorização da Língua Inglesa devido às demandas do mercado de trabalho.

O governo militar com o seu nacionalismo desobrigou a inclusão de línguas estrangeiras nos currículos e após 1976, o ensino da língua estrangeira volta a ser valorizado, mas obrigatório apenas no segundo grau.

No Estado do Paraná, a partir da década de 1970, professores insatisfeitos com a reforma de ensino criaram o centro de Línguas estrangeiras o qual passou a oferecer aulas de Inglês, espanhol, francês e alemão. E, em 15 de agosto de 1986, criou-se oficialmente os Centros De Línguas Estrangeiras Modernas(CELEM), para valorizar a pluralidade lingüística e a diversidade étnica que marca a história paranaense.Tal oferta tem sido preservada pela SEED há mais de vinte anos, oferecendo ensino de diversas línguas ligadas à sua colonização, entre elas a língua francesa.

O curso do CELEM vendo sendo oferecido no Colégio Estadual Prof. Sílvio Tavares já há quase uma década, com aulas de Francês, tendo se posicionado no município quanto à oferta do ensino de língua estrangeira no contraturno.

A partir de então, o ensino da língua estrangeira passou a ser pautada na abordagem comunicativa que não atenda somente às demandas da sociedade brasileira mas que contribua para uma consciência crítica e para reduzir as desigualdades sociais.

Ao contextualizar o ensino da língua estrangeira procura-se envolver o ensino da disciplina nos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Conforme as Diretrizes Curriculares da Educação básica, a aula de língua Estrangeira Moderna é oferecida como um espaço onde o aluno deva reconhecer e compreender a diversidade lingüística e cultural do mundo que o rodeia e com o qual possa ter possibilidades de comunicação com a construção de significados, passíveis de transformação.

A partir da Lei federal n. 9.394/96 que disciplinou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) orientando o ensino de língua estrangeira: “língua como prática social fundamentada na abordagem comunicativa”(DCE, 2008,p.48).

Essas diretrizes trazem a abordagem comunicativa da língua estrangeira e a escolha da língua deve atender às necessidades da sociedade contemporânea, o resgate da função social e educacional do ensino da Língua estrangeira e o respeito à diversidade cultural e linguística de nosso povo.

Dentro da **abordagem comunicativa**, o ensino de LEM objetiva desenvolver os aspectos lingüísticos, textuais, discursivos e culturais.

Segundo Bakhtin (1988), toda enunciação envolve a presença de pelo menos duas vozes, a voz do eu e do outro e todo discurso se constrói no processo de interação e em função de outro.

A Língua Estrangeira deve trazer ampliação do contato com outras formas de conhecer, com outros procedimentos interpretativos de construção da realidade.

> [...] o essencial na tarefa de decodificação não consiste em reconhecer a forma linguística utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular.Em suma, trata-se de perceber seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma... (BAKHTIN, 1992)

As sociedades contemporâneas não sobrevivem de modo isolado; relacionam-se, atravessam fronteiras geopolíticas e culturais, comunicam-se e buscam entender-se mutuamente. A percepção do mundo está intimamente ligada ao conhecimento das línguas. Como afirma Jordão:

> [...] (ao) aprender uma língua estrangeira [...] eu adquiro procedimentos de construção de significados diferentes daqueles disponíveis na minha língua (e cultura) materna; eu aprendo que há outros dispositivos, além daqueles que me apresenta a língua materna, para construir sentidos, que há outras possibilidades de construção do mundo diferentes daquelas a que o conhecimento de uma única língua me possibilitaria. Nessa perspectiva, quantas mais [...] línguas estrangeiras eu souber, potencialmente maiores serão minhas possibilidades de construir sentidos, entender o mundo e transformá-lo.(Jordão, 2004 a, p. 164)

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/CONTEÚDOS BÁSICOS DA DISCIPLINA

Conteúdos estruturantes são os conhecimentos basilares pelos quais se abordam os conteúdos específicos e os campos de estudo da Língua Estrangeira. Os conteúdos estruturantes estão relacionados ao momento histórico e por isso são provisórios.

Uma vez que a língua é tratada de forma dinâmica, o **Discurso** como prática social é definido como **conteúdo estruturante** e efetivado através das práticas da leitura, da oralidade e da escrita.

O foco do discurso são os enunciados orais e escritos, onde os alunos percebem os diferentes discursos nas relações sociais e, a organização lingüística: fonética-fonológica, léxico-semântica e a sintaxe servem à compreensão de textos verbais e não verbais.

Quanto à Língua Francesa, pela sua complexidade e riqueza, ela permite o trabalho com os mais variados textos de diferentes gêneros. A construção de significados se dá por meio de engajamento discursivo e não pela mera prática de estruturas lingüísticas. Com a abordagem crítica, pela leitura, ocorre a interação dos sujeitos-alunos com o discurso apresentado e dando-lhes condições de construir sentidos para outros textos.

Quanto aos conteúdos específicos, eles abrangem diversos gêneros discursivos, além de elementos lingüísticos como: unidades lingüísticas(linguagem), unidades temáticas (objeto ou finalidade) e unidades composicionais.

Ainda sobre os conteúdos, procura-se a continuidade, uma progressão entre as duas séries de estudo, respeitando as peculiaridades da Língua Francesa.

Os textos são escolhidos buscando-se a instigar o aluno à pesquisa e à discussão, levando-o à reflexão de que a percepção do mundo está ligada ao conhecimento de línguas estrangeiras, no caso específico, também à Língua Francesa.

Tem-se, no ensino da Língua Francesa, procurado atender aos objetivos preconizados pelas DCEs, no que se refere aos conteúdos estruturantes e aos conteúdos específicos.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O trabalho com a Língua Francesa fundamenta-se na diversidade de gêneros textuais com o intuito de alargar a compreensão dos diversos usos da linguagem e suas diferentes interpretações.

São utilizados textos verbais e não verbais, de diferentes gêneros, para que o aluno participe dos processos sociais de construção de linguagem e de seus sentidos, levando-o a atribuir o seu próprio sentido aos textos.

São explorados textos como: uma figura, um slogan, uma propaganda, uma música, um poema, a partir dos quais os conteúdos específicos serão tratados.

Nesses textos, considerar-se-á sempre, o contexto e o momento histórico de sua produção.

Os alunos são levados a ter consciência das variadas formas de produção e circulação em nossa cultura e que as práticas de linguagem, também são diferentes em outras sociedades.

As cores, os sons, as imagens e situações do cotidiano constroem significados em textos orais, escritos e hipertextos.

A leitura terá abordagem crítica a fim de extrapolar a extração de informações e sim buscar perspectivas de reconstrução de atitudes diante da sociedade.

O texto, verbal e não-verbal será o ponto de partida para a aula de Língua francesa e tendo como base o Discurso como prática social. Nesse texto serão trabalhadas as questões lingüísticas, utilizando-se as práticas de leitura, oralidade e escrita.

O aluno terá acesso a textos de várias esferas sociais, como publicitária, jornalística, literária e informativa. O objetivo será o aluno interagir com a variedade discursiva nas diversas práticas sociais. É necessário que o aluno identifique, entre uma receita e uma canção, a diferença estrutural e funcional do autor e do público .Novos extratextos darão ao aluno apoio na produção de seu próprio texto, ampliando a sua expressão comunicativa.

Nas aulas de língua francesa, diferentes recursos e fontes, como jogos, e adivinhações, serão utilizados em sala de aula a fim de que sejam realizadas atividades significativas.

A cada texto apresentado serão trabalhados: o gênero discursivo, o aspecto cultural, a variedade lingüística, a análise lingüística e atividades de pesquisa, discussão e produção de texto.

Os mesmos conteúdos serão retomados na 2ª série do curso, com maior grau de profundidade.

A língua materna será um subsídio para a produção textual, uma vez que nem sempre o aluno dispõe de conteúdo léxico suficiente para um diálogo na língua francesa.

Enfim, através de diferentes recursos e textos leva-se o aluno a constatar que a língua e ou cultura francesa não é superior, e sim diferente, uma vez que os

autores e leitores são diferentes dos brasileiros mas que podem se interagir e desfrutarem um do outro,de suas belas e tão diferentes culturas.

AVALIAÇÃO

No processo de avaliação será observada a participação do aluno na sala de aula e seu engajamento na interação verbal, na interação com o material didático, na realização das diversas atividades escritas e orais, bem como na produção de textos.

A avaliação não se aterá a testar conhecimentos lingüísticos e gramaticais, e sim a verificar a sua interação com os textos e sua produção textual, nele incutindo a sua criatividade e compreensão.

Na avaliação do ensino da Língua Francesa, busca-se superar a avaliação de conteúdos e sim focar a avaliação da construção de significados e compreensão de sentidos, através de discussões em sala de aula.

Observando-se a entonação durante a leitura, a reação-ação durante os diálogos entre os alunos, dentro da sala de aula, procura-se avaliar o discurso como prática social, na aquisição de outra língua.

A escolha dos textos, bem como seus conteúdos, deve viabilizar os objetivos propostos e os resultados que se pretende atingir.

Enfim, toda avaliação, seja da oralidade ou da escrita, terá os mesmos critérios preconizados pelas DCEs e o método institucionalizado pelo Projeto Político Pedagógico da escola, ou seja; dar-se-á nota 10,0(dez) sendo: 4,0(quatro) às atividades diversificadas em sala de aula ou em pesquisa, e nota 6,0(seis) na avaliação escrita quanto à interpretação e composição de textos verbais e não verbais.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: ____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1952.p.279-326.

FERRO; JEFERSON, BERGAMANN, Juliana. **Produção e Avaliação de Materiais Didáticos em Língua Materna e Estrangeira.**

MARCUSCHI. L.A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MEURER, J L; MOTTA-ROTH, D. (ORGS).**Gêneros Textuais**. Bauru: Edusc, 2002.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica.** Língua Estrangeira Moderna. Curitiba, 2008.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Instrução Normativa nº 019/2008**. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2008.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Resolução nº 3904/2008.** Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2008, p.01.

SEED, Educação Nadalin. **Méthodologie de Langues étrangères – Français Langue Étrangère.** 4/maio/2006.

WOGINSKI, Gilson Rodrigo. **Proposta Pedagógica Curricular**: Língua Estrangeira Moderna. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2009.

WOGINSKI, Gilson Rodrigo. **Gêneros Textuais e Didatização de Gêneros: Reflexões sobre as Dimensões das Propostas Didáticas no Ensino – Aprendizagem de Línguas Estrangeiras.** 8º Encontro de Iniciação Científica. Profº. Mestre de Pós Graduação.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR ENSINO RELIGIOSO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA:

Religião e conhecimento religioso são patrimônios da humanidade, pois, constituíram-se historicamente na inter-relação dos aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos. No Brasil, a atuação de alguns segmentos social-culturais vem consolidando o reconhecimento da diversidade religiosa e demandando da escola o trabalho pedagógico com o conhecimento sobre essa diversidade, frutos das raízes culturais brasileiras.

A disciplina de Ensino Religioso deve oferecer subsídios para que os estudantes entendam como os grupos sociais se constituem culturalmente e como se relacionam com o Sagrado. Essa abordagem possibilita estabelecer relações entre as culturas e os espaços por elas produzidos, em suas marcas de religiosidade.

O Ensino Religioso contribuirá para superar desigualdades étnico-religiosas, para garantir o direito Constitucional de liberdade de crença e expressão e, por conseqüência, o direito à liberdade individual e política. Desta forma atenderá um dos objetivos da educação básica que segundo a LDB 9394/96, é o desenvolvimento da cidadania.

Em termos metodológicos propõe-se, nestas diretrizes, um processo de ensino e de aprendizagem que estimule a construção do conhecimento pejo debate, pela apresentação da hipótese divergente, da dúvida - real e metódica, do confronto de idéias, de informações discordantes e, ainda, da exposição competente de conteúdos formalizados. Opõe-se, portanto, a um modelo educacional que centra o ensino tão-somente na transmissão dos conteúdos pelo professor, o que reduz as possibilidades de participação do aluno e não atende a diversidade cultural e religiosa.

Assim, nestas diretrizes, qualquer religião deve ser tratada como conteúdo escolar, uma vez que o Sagrado compõe o universo cultural humano e faz parte do modelo de organização de diferentes sociedades. A disciplina de Ensino Religioso

deve propiciar a compreensão, comparação e análise das diferentes manifestações do Sagrado, com vistas à interpretação dos seus múltiplos significados. Ainda, subsidiará os educando na compreensão de conceitos básicos no campo religioso e na forma como as sociedades são influenciadas pelas tradições religiosas, tanto na afirmação quanto na negação do Sagrado.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES /CONTEÚDOS BÁSICOS DA DISCIPLINA

Nestas Diretrizes Curriculares, o conhecimento religioso é entendido como um patrimônio por estar presente no desenvolvimento histórico da humanidade.

O Ensino Religioso é uma disciplina, que contribui para o desenvolvimento humano, além de possibilitar o respeito e a compreensão de que a nossa sociedade é formada por diversas manifestações culturais e religiosas.

O trabalho pedagógico da disciplina de Ensino Religioso será organizado a partir de seus conteúdos estruturantes.

Três são os conteúdos estruturantes, a saber: **Paisagem Religiosa, Universo Simbólico Religioso e Texto Sagrado**.

Tais conteúdos não podem ser abordados isoladamente, pois são referencias que se relacionam intensamente. Os conteúdos básicos para a disciplina de Ensino Religioso têm como referência os conteúdos estruturantes já apresentados. Ao analisar os conteúdos básicos para a 5.ª e 6.ª séries (6° e 7°anos), podem-se identificar sua proximidade e mesmo sua recorrência em outras disciplinas. O Sagrado é o objeto de estudo e o tratamento a ser dado aos conteúdos estará sempre a ele relacionado. São conteúdos básicos para a 5ª serie (6º ano): Organizações Religiosas, Lugares Sagrados, Textos Sagrados Orais ou escritos, Símbolos Religiosos; 6ª serie (7º ano): Temporalidade Sagrada, Festas religiosas, Ritos, Vida e morte.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA:

Nas aulas baseadas na pedagogia tradicional os conteúdos eram trabalhados com ênfase no estudo condicional. A transmissão desse conhecimento era feita a partir da exposição de conteúdos sem oportunidade para análises ou questionamentos. A aprendizagem se dava de forma receptiva, passiva, sem um contexto reflexivo, de modo que ao aluno restava a memorização e a aceitação.

O trabalho pedagógico proposto nestas diretrizes para a disciplina de Ensino Religioso ancora-se na perspectiva da superação dessas práticas tradicionais que têm marcado o ensino escolar. Propõe-se um encaminhamento metodológico baseado na aula dialogada, isto é, partir da experiência religiosa do aluno e de seus conhecimentos prévios para, em seguida, apresentar o conteúdo que será trabalhado. A abordagem teórica do conteúdo, por sua vez, pressupõe sua contextualização, pois o conhecimento só faz sentido quando associado ao contexto histórico, político e social cotidiana. Ou seja, estabelecem-se relações entre o que ocorre na sociedade, o objeto de estudo da disciplina, nesse caso, o Sagrado, e os conteúdos estruturantes. A interdisciplinaridade é fundamental para efetivar a contextualização do conteúdo, pois se articulam os conhecimentos de diferentes disciplinas curriculares e, ao mesmo tempo, assegura-se a especificidade dos campos de estudo do Ensino Religioso.

Para efetivar esse processo de ensino-aprendizagem com êxito faz-se necessário abordar cada expressão do Sagrado do ponto de vista laico, não religioso.

Assim, o professor estabelecerá uma relação pedagógica frente ao universo das manifestações religiosas, tomando-o como construção histórico-social e patrimônio cultural da humanidade. Nestas Diretrizes, repudiam-se, então, quaisquer juízos de valor sobre esta ou aquela prática religiosa.

Os recursos didáticos e tecnológicos a serem utilizados são: livro, quadro, giz, sulfites, cartolinas, revistas variadas, jornais, CDS, vídeos, TV multimídia, computador, etc ...

Serão contempladas nesta disciplina:

- História do Paraná – Lei 13 381/2001;
- História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Lei 10639/03;
- História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – Lei 11645/08;
- Música – Lei 11.769/08;
- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente;
- Direitos das Crianças e Adolescente – Lei Federal 11525/07;
- Educação Tributária Decreto n° 1143/99, Portaria n° 413/02;
- Educação Ambiental – Lei Federal n° 9795/99, Decreto n° 4201/02;

Essas temáticas serão abordadas como conteúdos e/ou quando surgirem oportunidades.

AVALIAÇÃO:

A avaliação pode revelar também em que medida a prática pedagógica, fundamentada no pressuposto do respeito à diversidade cultural e religiosa, contribui para a transformação social. A apropriação do conteúdo trabalhado pode ser observada pelo professor em diferentes situações de ensino e aprendizagem.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

- O aluno expressa uma relação respeitosa com os colegas de classe que têm opções religiosas diferentes da sua?
- O aluno aceita as diferenças de credo ou de expressão de fé?
- O aluno reconhece que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social?
- O aluno emprega conceitos adequados para referir-se às diferentes manifestações do Sagrado?

Cabe ao professor implantar práticas avaliativas e construir instrumentos de avaliação que permitam acompanhar e registrar o processo de apropriação de conhecimentos pelo aluno em articulação.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO:

Serão utilizados como instrumentos de avaliação: elaboração de textos, resumos, pesquisas, análises individuais e em grupo, confecção de cartazes, leituras e interpretações, etc.

REFERÊNCIAS:

Caderno Pedagógico de Ensino Religioso - "O Sagrado no Ensino Religioso", SEED/ 2008

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação**. Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica de Ensino Religioso..** Curitiba: SEED, 2008.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE QUÍMICA

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A Química está presente em todo o processo de desenvolvimento das civilizações, por esse motivo, considera-se essencial resgatar momentos marcantes sobre a história do conhecimento químico.

Não se pode falar da história da Química sem se reportar a fatos políticos, religiosos e sociais. O poder, representado pela riqueza, e a cura de todas as doenças, sinônimo de vida eterna, foram e são buscas incessantes da humanidade.

Nessas diretrizes a preocupação central é resgatar a especificidade da disciplina de Química, deixando de lado o modo simplista como era tratada nos PCN onde era vista como área do conhecimento, recuperando a importância de seu papel no currículo escolar. Por isso a ênfase dada na importância do estudo da história da disciplina, em seus aspectos epistemológicos, buscando uma seleção de conteúdos (estruturantes) que identifiquem a disciplina como campo do conhecimento que se constituem historicamente, nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais das diferentes sociedades. Esses são pressupostos considerados fundamentais para uma abordagem pedagógica crítica da disciplina de química, que ultrapasse a postura subserviente da educação ao mercado de trabalho.

A nova proposta apresenta os seguintes conteúdos estruturantes: Matéria e sua Natureza; Biogeoquímica e Química Sintética.

Objetivo Geral

Formar um aluno que se aproprie dos conhecimentos químicos e também seja capaz de refletir criticamente sobre o período histórico atual.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- MATÉRIA E SUA NATUREZA

Conteúdos Específicos: Estrutura da matéria, Substâncias, Misturas,

Métodos de Separação, Fenômenos Físicos e Químicos, Estrutura Atômica, Distribuição Eletrônica, Tabela Periódica, Ligações Químicas, Funções Químicas, Radioatividade.

Esses conteúdos identificam a disciplina de Química, por se tratar de essência da matéria, é ele que abre caminho para um melhor entendimento dos Conteúdos Estruturantes na disciplina de Química.

- **BIOGEOQUÍMICA**

Conteúdos Específicos: Soluções, Termoquímica, Cinética Química, Equilíbrio Químico.

É importante a abordagem desses temas, nas aulas de Química, de modo especial, nas regiões agrícolas, para que o aluno possa intervir positivamente, seja na agricultura familiar ou no seu local de trabalho.

- **QUÍMICA SINTÉTICA**

Conteúdos Específicos: Química do Carbono, Funções Oxigenadas, Polímeros, Funções Nitrogenadas, Isomeria.

A Química Sintética tem o papel importante a cumprir, pois com a síntese de novos materiais e o aperfeiçoamento dos que já foram sintetizados, alarga horizontes em todas as atividades humanas. Além disso, o sucesso econômico de um país não se restringe apenas a fabricação de produtos novos, mas sim `a capacidade de aperfeiçoar, desenvolver materiais e transformá-los.

Obs: Todos os conteúdos estruturantes com seus respectivos desdobramentos serão aplicados nas três séries do Ensino Médio.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Considerando os conhecimentos que o aluno traz, o que propomos nessas Diretrizes Curriculares de Química é que o aluno do Ensino Médio tenha condições de formar conhecimentos científicos a respeito dos conceitos químicos.

Nessas diretrizes propõe-se que esse tipo de encaminhamento metodológico seja superado e que o professor, ao utilizar o laboratório tenha em mente a necessidade de que os mesmos encaminhamentos realizados numa aula teórica estejam presentes.

A Química estuda o mundo material e sua constituição. Considera-se bastante importante propor aos alunos leituras que contribuam para a sua formação

e identificação cultural, que possam se constituir num elemento motivador para a aprendizagem da Química, contribuindo, eventualmente, para a criação de hábito da leitura.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

A avaliação deve ser concebida de forma processual e formativa, sob as condicionantes do diagnóstico e da continuidade. Esse processo ocorre por meio de interações recíprocas, no dia a dia, no transcorrer da própria aula e não apenas de modo pontual, portanto sujeita a alterações no seu desenvolvimento.

Utilizar critérios como: leitura e interpretação de textos, produção de textos, leitura e interpretação da tabela periódica, pesquisas bibliográficas, relatórios de aulas em laboratório, apresentação de seminários, entre outros.

Referencia:

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação**. Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica de Química para o Ensino Médio.** Curitiba: SEED, 2008.

PROPOSTA PEDAGOGICA CURRICULAR LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA/ INGLES - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Tendo em vista as exigências do mundo contemporâneo, o desenvolvimento tecnológico quase diário, a língua Inglesa tornou-se necessária e requisito básico pelos atuais meios de comunicação, como a Internet, a TV a cabo, entre outros. Considerando-se ainda a influência que essa Língua Estrangeira exerce em nosso próprio idioma e cotidiano fez-se necessário considerá-la objeto de estudo e aprendizado em nosso currículo.

Desde o início da colonização do litoral brasileiro houve uma preocupação do estado português em facilitar o processo de expandir o catolicismo ,então, coube aos jesuítas a responsabilidade de evangelizar e ensinar o latim aos povos que ali habitavam . Durante a União Ibérica, os jesuítas foram expulsos do litoral em função de serem os principais incentivadores da resistência dos nativos.

Com a retirada dos jesuítas o Marquês de Pombal instituiu o sistema de ensino régio no Brasil, ficando com o Estado a responsabilidade de contratar professores não religiosos. As línguas que integravam o currículo eram o Grego e o Latim. Em 22 de junho de 1809, D. João VI assinou o decreto criando as cadeiras de Inglês e Francês. E então o ensino das línguas modernas passou a ser valorizado.

Em 1837 com a fundação do Colégio Pedro II, constava em seu programa curricular sete anos de Francês, cinco de Inglês e três de Alemão. Este modelo se manteve até 1929, incluindo também a língua Italiana.

A língua era concebida como um conjunto de regras e privilegiava a escrita. Tinha como objetivo permitir o acesso a textos literários possibilitando o domínio da gramática normativa. As atividades tratavam de regras gramaticais, tradução, ditado e versões preocupando-se com o conhecimento gramatical.

Com a publicação de *Cours de linguistique générale* de Ferdinand de

Saussure em 1916 os estudos assumem assumiram um caráter científico.

Devido a um conjunto de fatores que marcaram a história da Europa, passou-se a creditar esperanças de melhoria da qualidade de vida no Brasil. Em alguns territórios brasileiros foram criadas colônias de imigrantes e, numa tentativa de preservar suas culturas, muitos colonos construíram escolas para seus filhos, uma vez que a educação já fazia parte da vida destes povos. Nestas escolas eram ensinadas a língua e a cultura dos ascendentes das crianças e a Língua Portuguesa era tida como uma língua estrangeira a ser ensinada.

Em 1917, o governo federal fechou as escolas estrangeiras e criou as escolas primárias buscando assim, impedir a desnacionalização da escola e da infância.

No estado de São Paulo,em 1920,admitia a oferta do ensino primário respeitando o caráter nacionalista, dando ênfase ao ensino da Língua Portuguesa e proibindo o ensino de Língua Estrangeira para menores de dez anos. Esta onda nacionalista estendeu-se durante o primeiro governo de Getúlio Vargas e foi intensificada a partir do golpe de Estado, em 1937.

Em 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério da educação e Saúde e as secretarias de Educação nos Estados.

A Reforma de 1931, feita por Francisco Campos atribuía à escola secundária a responsabilidade pela formação geral e pela preparação para o ensino superior dos alunos. Nesta Reforma, estabeleceu-se um método oficial de ensino de Língua Estrangeira: o Método Direto em contraposição ao Método Tradicional, onde só se priorizava a escrita em detrimento das habilidades orais.

Em 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, o Ministério de Educação e Saúde, privilegiou nos currículos oficiais os conteúdos de História do Brasil e seus heróis. Isto dificultou a atuação das minorias étnicas, linguísticas e culturais, pois para o governo estas minorias representavam riscos à segurança nacional. O resultado dessa aversão ao estrangeiro foi que muitas escolas alemãs e de outras línguas foram fechadas.

Em 1942, com a Reforma Capanema atribuiu-se ao ensino secundário um caráter patriótico, e o currículo atrelava todos os conteúdos ao nacionalismo. O Francês se apresentava ainda com uma vantagem sobre o Inglês e o Espanhol. O Latim permaneceu como língua clássica. O Ministério da Educação e Saúde indicava aos estabelecimentos de ensino o idioma a ser ministrado nas escolas e o

MEC preconizava que a disciplina de LE deveria contribuir para a formação do aluno e para o acesso ao conhecimento das tradições e civilizações de outros povos. O ensino do Espanhol passou a ser incentivado no lugar dos idiomas Alemão, Japonês e Italiano. O ensino de Inglês teve espaço garantido nos currículos oficiais por ser o idioma mais usado nas transações comerciais. Com isso intensificou-se a necessidade de aprender Inglês e houve anseio das populações urbanas em falar o idioma.

Em 1950, o sistema educacional brasileiro se viu responsável pela formação dos seus alunos para o mercado de trabalho e diante das exigências deste, o ensino foi substituído por um currículo cada vez mais técnico.

A LDB nº 4.024/61 criou os Conselhos Estaduais de Educação e cabia-lhes decidir da inclusão ou não da LE nos currículos. Essa mesma lei determinou a retirada da obrigatoriedade do ensino da língua estrangeira no colegial e instituiu o ensino profissionalizante. Identificou-se a valorização do Inglês devido às exigências de mercado de trabalho. Os linguistas Bloomfield, Fries e Lado, apoiavam-se na Escola Behaviorista, que defende que só é possível teorizar e agir sobre o que é cientificamente observado. Com isso criaram os Métodos Audiovisual e Áudio-Oral.

Na década de 1960, a validade da teoria Behaviorista passou a ser questionada. Surgiu o Modelo de Descrição Linguística postulado por Chomsky, onde a língua não poderia ser reduzida a um conjunto de enunciados a serem memorizados.

Nas décadas de 1970 e 1980 com Widdowson, Halliday e Hymes, que se contrapunham às ideias de Chomsky é que houve uma contribuição real para mudanças. Predominantemente na década de 1970, com a lei 5692/71, o pensamento nacionalista do regime militar tornava o ensino de LE um instrumento a mais das classes favorecidas para manter privilégios.

Em 1976, o ensino de LE voltou a ser valorizado porque a disciplina se tornou novamente obrigatória somente no segundo grau. De acordo com o Parecer nº 581/76 do Conselho Federal, a LE seria ensinada por acréscimo conforme as condições de cada estabelecimento. O grande interesse despertado pelos métodos audiolinguais, imperava de modo que o ensino de Inglês tornou-se hegemônico sob a finalidade instrumental. Então, deixava-se de ensinar língua e civilização estrangeiras para ensinar apenas a língua como recurso instrumental. No Estado do Paraná originou-se uma insatisfação por parte de professores com a reforma de

ensino. Esses movimentos ecoaram no Colégio estadual do Paraná que tinha professores de latim, grego, francês, inglês e espanhol. Com a criação do Centro de Línguas Estrangeiras neste mesmo Colégio ,em 1982, passou-se a oferecer aulas de inglês, espanhol, francês e alemão aos alunos do contra-turno. A UFPR também reconheceu a importância da diversidade de idiomas incluindo em seus vestibulares as Línguas espanholas, italiana e alemã.

Em meados de 1980, os professores lideraram um amplo movimento pelo retorno da pluralidade de oferta de LE nas escolas públicas e em virtude disto, a Secretaria de Educação criou, oficialmente, o CELEM para valorizar o plurilinguismo. Neste contexto histórico a Abordagem Comunicativa, método desenvolvido na Europa desde os anos 70, começou a ser discutido no Brasil. Em tal abordagem, a língua é concebida como instrumento de comunicação ou de interação social, concentrada em aspectos semânticos e não mais no código lingüístico. A concepção de aprendizagem pautava-se no cognitivismo para desenvolver a competência comunicativa. O antropólogo Hymes criou a Sociolingüística por considerar a linguagem parte de um sistema cultural maior. Halliday desenvolveu a teoria de funções da linguagem e a língua passou a ser vista como um sistema de escolhas de acordo com o contexto de uso.

Em 1980, Canale e Swain, ampliaram o conceito de competência incorporando a competência gramatical, sociolingüística, estratégica e discursiva e propuseram quatro habilidades: leitura, escrita, fala e audição.

Com o aparecimento das teorias da análise do discurso da Escola Francesa, surgiu uma nova orientação de ensino/aprendizagem baseada em textos e não em gramática.

Em 1990, a abordagem comunicativa recebeu críticas por intelectuais adeptos da pedagogia crítica inspirados nos ideais de Paulo Freire. Identificou-se, então, a oferta da Língua Inglesa que continua a ser prestigiada pelos estabelecimentos de ensino. Por corresponder diretamente às demandas da sociedade.

Em 1996, a LDB n.9.394 determinou a obrigatoriedade de pelo menos uma LEM no Ensino Fundamental, a partir da 5ª série. Para o Ensino Médio, a lei determinou que fosse incluída uma LEM como disciplina obrigatória e uma segunda língua, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

Em 1998, com o desdobramento da LDB/96, o MEC publicou os PCNs

para o Ensino Fundamental de LE, pautados numa concepção de língua como prática social fundamentada na abordagem comunicativa. Este documento dava ênfase na prática da leitura em detrimento das demais práticas.

Em 1999, o MEC publicou os PCNs de LE para o Ensino Médio enfatizando a comunicação orla e escrita. Esta diferença entre as concepções de língua nos dois níveis de ensino influencia resultados da aprendizagem desta disciplina na Educação Básica.

Em 2004, para valorizar o ensino da LEM, a SEED abriu concurso público para compor o quadro próprio do magistério com vagas para professores de espanhol e ampliou o número de escolas que ofertam o CELEM.

Em 2005, para destacar o Brasil no Mercosul, foi criada a lei 11.161, que tornou a língua espanhola obrigatória no Ensino Médio.A oferta desta disciplina é obrigatória para a escola ,mas de matrícula facultativa para o aluno.

No âmbito Federal, o MEC tem feito parcerias e promovido discussões sobre o ensino de espanhol nas escolas brasileiras ,e também,distribuiu material de suporte para professores da disciplina.

Indispensável nesta apresentação citar também que nós vivemos em um país aberto para diferentes culturas, não estamos isolados no mundo, e há um contínuo processo de interação e globalização entre os povos. Todo esse processo tem como meio de comunicação a Língua Inglesa, portanto ao inserirmos em nosso currículo este idioma, estamos proporcionando aos nossos educandos a oportunidade de gerar meios para que progridam em seus estudos posteriores perante a necessidade e importância de um conhecimento sistemático dessa Língua Estrangeira.

Esse processo de aprendizado principia-se no ensino fundamental e complementa-se no Ensino Médio procurando envolver o aluno na construção de significados sobre si e o mundo através de textos escritos e orais, considerando-se a adequação à idade dos alunos e ao meio social. Assim ao propor ações de trabalho efetivo para os alunos, priorizam-se as que desenvolvem as capacidades de ouvir, falar, escrever, interpretar situações, discutir, pensar criativamente, fazer suposições, aprimorar possibilidades de comunicação, relacionar propriedades da língua materna, através de temas que possam possibilitar trocas de experiências e dar continuidade na construção de novos conhecimentos.

2. CONTEÚDO ESTRUTURANTE

O conteúdo estruturante está relacionado com o momento histórico-social, sendo assim, define-se como conteúdo estruturante da língua estrangeira moderna o *discurso como prática social*. A língua será tratada de forma dinâmica, por meio de leitura, de oralidade e escrita que são as práticas que efetivam discurso.

A palavra discurso significa curso, percurso, correr por movimento. Isso indica que a postura frente aos conceitos fixos, imutáveis, deve ser diferenciada. A linguagem não é um sistema acabado, mas um contínuo processo de "vir a ser". A língua não é algo pronto, mas algo em que se ingressa numa corrente móvel de comunicação verbal. O discurso é produzido por um "eu", um sujeito responsável por aquilo que fala e escreve e preza o trabalho com os enunciados orais e escritos. O professor criará oportunidades para que os discentes percebam a interdiscursividade, as condições de produção dos diferentes discursos, das vozes que permeiam as relações sociais e de poder. E também levará em conta que o objeto de estudo da LEM, a língua, permite o trabalho em sala de aula com os mais variados textos de diferentes gêneros. Nesta perspectiva, a proposta de construção de significados por meio do engajamento discursivo estará completada. O foco na abordagem crítica de leitura enfatiza a interação dos sujeitos com o discurso dando condições de construir sentidos para o texto. O professor considerar a diversidade de gêneros existentes a fim de estabelecer critérios para definir os conteúdos específicos para o ensino.

CONTEÚDOS BÁSICOS:

Entende-se por conteúdos básicos os conhecimentos fundamentais para o Ensino Fundamental e Médio. São os gêneros discursivos a serem trabalhados nas práticas discursivas, assim como os conteúdos básicos que pertencem às práticas da **leitura** (identificação, intertextualidade, intencionalidade, léxico, coesão e coerência, funções das classes gramaticais no texto, elementos semânticos, recursos estilísticos, marcas linguísticas, variedade linguística, acentuação gráfica e ortografia);

Escrita (tema do texto, interlocutor, finalidade do texto, intencionalidade do texto, intertextualidade, condições de produção, informatividade, léxico, coesão e coerência funções das classes gramaticais no texto, estilos semânticos, recursos estilísticos, marcas linguísticas (particularidades da língua), variedade

linguística,ortografia,acentuação gráfica, **oralidade**(elementos extralinguísticos, adequação do discurso ao gênero, turnos de fala, variações linguísticas, marcas linguísticas, pronúncia).

A Lei nº. 10.639, sancionada em 09 de janeiro de 2003, pelo Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, torna obrigatório nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileiras, contemplando o estudo da História da África e dos Africanos.

Com diversos gêneros textuais em Língua Inglesa, podemos abordar:

- A situação contemporânea de africanos que vivem na América do Norte ou Inglaterra, sua cultura;
- A participação dos africanos nos cenários político, econômico e social dos EUA;
- Os atuais conflitos étnicos e políticos, as epidemias;
- Informar os alunos sobre fatos interessantes como existência de um museu de arte africana na Filadélfia e, também, que toda universidade americana de porte tem departamentos para estudar literatura africana e latino-americana;
- Assistir aos filmes propostos pelo Caderno Temático HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: EDUCANDO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - Série Cadernos temáticos.: “meu mestre,minha vida” “Mississipi em chamas”, “Homens de Honra”, “A encruzilhada (Crossroads)”,

A cor Púrpura”

- Informações sobre as palavras e a história de certas regiões africanas que influenciaram a língua inglesa.
- Mostrar as comemorações do calendário africano e fazer uma analogia com o calendário brasileiro;

A Lei nº 11.645/08 diz que: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Dentre as várias abordagens e metodologias sobre a importância desta lei, poderíamos, através da prática do discurso:

- visitar o site do instituto sócio-ambiental **"www.socioambiental.org.br"**, para conhecer as mais de duzentas culturas indígenas brasileiras e entrar em contato com sua cultura ,modo de vida, aspectos físicos,fazendo uma analogia com os indígenas americanos;
- explicitar e difundir entre os alunos as contribuições dos povos negros e indígenas em questão, para a formação do nosso povo e demais aspectos mencionados na própria lei, bem como as diversas tribos indígenas da América do Norte e suas contribuições, trazendo assim, um enriquecimento da cultura desses povos tanto em nosso país como também nos países onde a língua inglesa é usada;
- organizar um vocabulário com as contribuições africana e indígenas para a língua inglesa procurando estas palavras em sites de busca, livros, etc.

ENSINO FUNDAMENTAL: 5ª SÉRIE/6º ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
GÊNEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS. Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série. *Vide relação dos gêneros ao final deste documento. **LEITURA** • Identificação do tema; • Intertextualidade; • Intencionalidade; • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semãnticos; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua,	**LEITURA** É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões sobre: tema, intenções, intertextualidade; • Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época; • Relacione o tema com o contexto atual; • Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto. **ESCRITA** É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade; • Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto; • Acompanhe a produção do texto; • Encaminhe e acompanhe a reescrita	**LEITURA** Espera-se que o aluno: • Identifique o tema; • Realize leitura compreensiva do texto; • Localize informações explícitas no texto; • Amplie seu horizonte de expectativas; • Amplie seu léxico; • Identifique a ideia principal do texto. ESCRITA Espera-se que o aluno: • Expresse as ideias com clareza; • Elabore/reelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo: • às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...); • à continuidade temática; • Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;

pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística. • Acentuação gráfica; • Ortografia. **ESCRITA** • Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade do texto; • Intertextualidade; • Condições de produção; • Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semânticos; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Ortografia; • Acentuação gráfica. **ORALIDADE** • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc ...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição. • Pronúncia.	textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõe o gênero; • Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto; • Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. **ORALIDADE** É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos; • Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado; • Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como cenas de desenhos, etc. **LEITURA** Espera-se que o aluno: • Identifique o tema; • Realize leitura compreensiva do texto; • Localize informações explícitas no texto; • Amplie seu horizonte de expectativas; • Amplie seu léxico; • Identifique a ideia principal do texto. **ESCRITA** Espera-se que o aluno: • Expresse as ideias com clareza; • Elabore/reelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo: • às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...); • à continuidade temática; • Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; • Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, etc; • Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, etc. **ORALIDADE** • Espera-se que o aluno:	• Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, etc; • Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, etc. **ORALIDADE** • Espera-se que o aluno: • Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresente suas ideias com clareza, coerência, mesmo que na língua materna. • Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos, etc.; • Respeite os turnos de fala.

	• Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresente suas ideias com clareza, coerência, mesmo que na língua materna. • Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos, etc.; • Respeite os turnos de fala.	

ENSINO FUNDAMENTAL: 6ª SÉRIE/7° ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
GÊNEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS. Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série. * Vide relação dos gêneros ao final deste documento. **LEITURA** • Identificação do tema; • Intertextualidade; • Intencionalidade; • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semânticos; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas:	**LEITURA** É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros, ampliando também o léxico; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões sobre tema e intenções; • Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época; • Utilize textos verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como: gráficos, fotos, imagens, mapas e outros; • Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto. **ESCRITA** É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir: da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade;	**LEITURA** Espera-se que o aluno: • Realize leitura compreensiva do texto; • Localize informações explícitas; • Amplie seu horizonte de expectativas; • Amplie seu léxico; • Perceba o ambiente em que circula o gênero; • Identifique a ideia principal do texto; • Identifique o tema; • Deduza os sentidos das palavras e/ou expressões a partir do contexto. **ESCRITA** Espera-se que o aluno: • Expresse suas ideias com clareza; • Elabore textos atendendo: - às situações de produção propostas (gênero,

particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Acentuação gráfica; • Ortografia. ESCRITA • Tema do texto ; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade do texto; • Intertextualidade; • Condições de produção; • Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semãnticos; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Ortografia; • Acentuação gráfica. **ORALIDADE** • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição. • Pronúncia.	• Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos; • Acompanhe a produção do texto; • Acompanhe e encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõe o gênero; • Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto; • Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. **ORALIDADE** É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos; • Proponha reflexões sobre os argumentos utilizados nas exposições orais dos alunos; • Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado; • Prepare apresentações que explorem as Marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, etc.	interlocutor, finalidade...); - à continuidade temática; • Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; • Use recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc; • Utilize adequadamente recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc. **ORALIDADE** Espera-se que o aluno: • Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresente suas ideias com clareza; • Compreenda os argumentos no discurso do outro; • Organize a sequência de sua fala; • Respeite os turnos de fala; • Analise os argumentos apresentados pelos colegas de classe em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados; • Participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna.

ENSINO FUNDAMENTAL: 7ª SÉRIE/8º ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
GÊNEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS. Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série. **LEITURA** • Identificação do tema; • Intertextualidade; • Intencionalidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semânticos; • Recursos estilísticos(figuras	**LEITURA** É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões e reflexões sobre tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade; • Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época; • Utilize textos não-verbais diversos que dialoguem com não-verbais, como: gráficos, fotos, imagens, mapas e outros; • Relacione o tema com o contexto atual; • Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto; • Instigue a identificação e reflexão das	**LEITURA** Espera-se que o aluno: • Realize leitura compreensiva do texto; • Localize informações explícitas e implícitas no texto; • Posicione-se argumentativamente; • Amplie seu horizonte de expectativas; • Amplie seu léxico; • Perceba o ambiente no qual circula o gênero; • Identifique a ideia principal do texto; • Analise as intenções do autor; • Identifique o tema; • Reconheça palavras e/ou expressões que denotem ironia e humor no texto; • Compreenda as diferenças decorridas do uso de

de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Acentuação gráfica; • Ortografia. **ESCRITA** • Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade do texto; • Intertextualidade; • Condições de produção; • Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); • Vozes sociais presentes no texto; • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semãnticos; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Ortografia; • Acentuação gráfica.	diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor. **ESCRITA** É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade; • Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos; • Acompanhe a produção do texto; • Acompanhe e encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõem o gênero (por exemplo: se for uma narrativa de aventura, observar se há o narrador, quem são os personagens, tempo, espaço, se o texto remete a uma aventura, etc.); • Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto; • Estimule o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor; • Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.	palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo; • Identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto. **ESCRITA** Espera-se que o aluno: • Expresse suas ideias com clareza; • Elabore textos atendendo: - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...); - à continuidade temática; • Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal; • Utilize recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, etc; • Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, adjetivo, advérbio, etc; • Empregue palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto.

ENSINO FUNDAMENTAL: 8ª SÉRIE/9º ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
GÊNEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS. Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série. * Vide relação dos gêneros ao final deste documento. **LEITURA** • Identificação do tema; • Intertextualidade; • Intencionalidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes	**LEITURA** É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões e reflexões sobre: tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia; • Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época; • Utilize textos não-verbais diversos: gráficos, fotos, imagens, mapas e outros; • Relacione o tema com o contexto atual; • Oportunize a socialização das ideias	**LEITURA** Espera-se do aluno: • Realização de leitura compreensiva do texto; • Localização de informações explícitas e implícitas no texto; • Posicionamento argumentativo; • Ampliação do horizonte de expectativas; • Ampliação do léxico; • Percepção do ambiente no qual circula o gênero; • Identificação da ideia principal do texto; • Análise das intenções do autor; • Identificação do tema; • Dedução dos sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto;

gramaticais no texto; • Elementos semãnticos; • Discurso direto e indireto; • Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística. • Acentuação gráfica; • Ortografia. **ESCRITA** • Tema do texto ; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade do texto; • Intertextualidade; • Condições de produção; • Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); • Vozes sociais presentes no texto; • Discurso direto e indireto; • Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semãnticos; • Recursos estilísticos(figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Ortografia; • Acentuação gráfica.	dos alunos sobre o texto; • Instigue o entendimento/reflexão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor; • Estimule leituras que suscitem no reconhecimento do estilo, próprio de diferentes gêneros; • Incentive a percepção dos recursos utilizados para determinar causa e consequência entre as partes e elementos do texto. **ESCRITA** É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir da delimitação tema, do interlocutor, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade e ideologia; • Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos; • Acompanhe a produção do texto; • Acompanhe e encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõem o gênero; • Instigue o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e	• Compreensão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo. **ESCRITA** Espera-se do aluno: • Expressão de ideias com clareza; • Elaboração de textos atendendo: - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...); - à continuidade temática; • Diferenciação do contexto de uso da linguagem formal e informal; • Uso de recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc.; • Utilização adequada de recursos linguísticas como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc. • Emprego de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
GÊNEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS. Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série. * Vide relação dos gêneros ao final deste documento. LEITURA • Identificação do tema; • Intertextualidade; • Intencionalidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Léxico; • Coesão e coerência; • Marcadores do discurso; • Funções das classes	**LEITURA** É importante que o professor: • Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros; • Considere os conhecimentos prévios dos alunos; • Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; • Encaminhe discussões e reflexões sobre: tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia; • Proporcione análises para estabelecer a referência textual; • Conduza leituras para a compreensão das partículas conectivas; • Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época; • Utilize textos não-verbais diversos: gráficos, fotos, imagens, mapas e	**LEITURA** Espera-se do aluno: • Realização de leitura compreensiva do texto; • Localização de informações explícitas e implícitas no texto; • Posicionamento argumentativo; • Ampliação do horizonte de expectativas; • Ampliação do léxico; • Percepção do ambiente no qual circula o gênero; • Identificação da ideia principal do texto; • Análise das intenções do autor; • Identificação do tema; • Dedução dos sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto;

gramaticais no texto; • Elementos semãnticos; • Discurso direto e indireto; • Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; • Recursos estilísticos (figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística. • Acentuação gráfica; • Ortografia. **ESCRITA** • Tema do texto ; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade do texto; • Intertextualidade; • Condições de produção; • Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto); • Vozes sociais presentes no texto; • Vozes verbais; • Discurso direto e indireto; • Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; • Léxico; • Coesão e coerência; • Funções das classes gramaticais no texto; • Elementos semãnticos; • Recursos estilísticos(figuras de linguagem); • Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); • Variedade linguística; • Ortografia; • Acentuação gráfica. **ORALIDADE** • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc ...; • Adequação do discurso ao gênero;	outros; • Relacione o tema com o contexto atual; • Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto; • Instigue o entendimento/reflexão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor; • Estimule leituras que suscitem no reconhecimento do estilo, próprio de diferentes gêneros; **ESCRITA** É importante que o professor: • Planeje a produção textual a partir da delimitação tema, do interlocutor, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade e ideologia ; • Proporcione o uso adequado de palavras e expressões para estabelecer a referência textual; • Conduza à utilização adequada das partículas conectivas; • Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos; • Acompanhe a produção do texto; • Acompanhe e encaminhe a reescrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõem o gênero. • Instigue o uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que denotam ironia e humor; • Estimule produções em diferentes gêneros; • Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos. **ORALIDADE** É importante que o professor: • Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos levando em consideração a: aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e finalidade do texto; • Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;	• Compreensão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo; • Reconhecimento de palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual; **ESCRITA** Espera-se do aluno: • Expressão de ideias com clareza; • Elaboração de textos atendendo: - às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...); - à continuidade temática; • Diferenciação do contexto de uso da linguagem formal e informal; • Uso de recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc; • Utilização adequada de recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc; • Emprego de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto. **ORALIDADE** Espera-se do aluno: • Pertinência do uso dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos; • Reconhecimento de palavras e/ou expressões que estabelecem a referência textual; • Utilização do discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal); • Apresentação de ideias com

• Turnos de fala; • Vozes sociais presentes no texto; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito; • Adequação da fala ao contexto; • Pronúncia.	• Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal; • Estimule contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralinguísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros; • Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como: cenas de desenhos, programas infanto-juvenis, entrevistas, reportagem entre outros.	clareza; • Compreensão de argumentos no discurso do outro; • Exposição objetiva de argumentos; • Organização da sequência da fala; • Respeito aos turnos de fala; • Participação ativa em diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna, etc.; • Utilização consciente de expressões faciais corporais e gestuais, de pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

ESFERAS SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO	EXEMPLOS DE GÊNEROS	
PUBLICITÁRIA	Anúncio Caricatura Cartazes Comercial para TV E-mail Folder Fotos Slogan	Músicas Paródia Placas Publicidade Comercial Publicidade Institucional Publicidade Oficial Texto Político
POLÍTICA	Abaixo-Assinado Assembleia Carta de Emprego Carta de Reclamação Carta de Solicitação Debate	Debate Regrado Discurso Político “de Palanque” Fórum Manifesto Mesa Redonda Panfleto
JURÍDICA	Boletim de Ocorrência Constituição Brasileira Contrato Declaração de Direitos Depoimentos Discurso de Acusação Discurso de Defesa	Estatutos Leis Ofício Procuração Regimentos Regulamentos Requerimentos

PRODUÇÃO E CONSUMO	Bulas Manual Técnico Placas	Relato Histórico Relatório Relatos de Experiências Científicas Resenha Resumo Seminário Texto Argumentativo Texto de Opinião Verbetes de Enciclopédias
MIDIÁTICA	Blog Chat Desenho Animado E-mail Entrevista Filmes Fotoblog Home Page	Reality Show Talk Show Telejornal Telenovelas Torpedos Vídeo Clip Vídeo Conferência

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A partir do Conteúdo Estruturante *Discurso Como Prática Social* serão trabalhadas questões lingüísticas, sócio-pragmáticas, culturais e discursivas e também as práticas do uso da língua como: leitura,oralidade e escrita. O ponto de partida da aula de Língua Inglesa será o texto verbal e não-verbal abordando vários gêneros textuais, com atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e após, a gramática em si.

Deve-se provocar no aluno uma reflexão maior sobre o uso de cada de texto trabalhado considerando o contexto de uso e os seus interlocutores e por isso, os gêneros discursivos têm um papel tão importante para o trabalho na escola.

Os gêneros do discurso organizam as falas e se constituem historicamente a partir de novas situações de interação verbal. O aluno terá acesso a textos de várias esferas sociais: publicitária, literária, informativa, etc.

O trabalho pedagógico com o texto trará uma problematização e a busca por uma solução despertará o interesse dos alunos para desenvolverem uma prática analítica e crítica, ampliando seus conhecimentos linguísticos-culturais, percebendo as implicações sociais, históricas e ideológicas presentes num discurso no qual se revele às diferenças culturais, crenças e valores.

O professor criará estratégias para que os alunos percebam a heterogeneidade da língua, dizendo que um texto apresenta várias possibilidades de leitura e quem faz essa variedade é o sujeito.

Na abordagem da leitura discursiva, a inferência é um processo cognitivo relevante porque possibilita construir novos conhecimentos a partir daqueles existentes na memória do leitor. Com isso, as experiências dos alunos e o conhecimento de mundo serão valorizados. Espera-se que o aluno trabalhe com a leitura que vá além daquela superficial, linear. Para compreender um enunciado em particular, devem ter em mente quem disse o quê, para quem, onde, quando e por que.

O papel do estudo gramatical relaciona-se ao entendimento, quando necessário, de procedimentos para construção de significados usados na Língua Inglesa. Então, o trabalho com a análise lingüística torna-se importante na medida em que permite o entendimento dos significados possíveis das estruturas apresentadas. Ela deve estar subordinada ao conhecimento discursivo.

Destaca-se também que nenhuma língua é neutra, e as línguas podem representar diversas culturas e maneiras de viver. Passa a ser função da disciplina possibilitar aos alunos o conhecimento de valores culturais estabelecidos nas e pelas comunidades de quem queiram participar..O professor criará condições para que o aluno não seja um leitor ingênuo, mas propiciará situações de aprendizagem que favoreçam um olhar crítico reagindo aos textos com os quais se depare e entenda que por trás deles há um sujeito, uma história, uma ideologia e valores particulares próprios da comunidade a qual estão inseridos.

As estratégias específicas de oralidade têm como objetivo expor os alunos a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos, explicitando que há uma diversidade de gêneros na oralidade assim também como na escrita.

A escrita deve ser vista como uma atividade significativa e é importante que o docente direcione as atividades de produção textual definindo em seu encaminhamento qual o objetivo da produção e para quem escreve, em situações reais de uso.

A finalidade e o gênero discursivo serão explicitados ao aluno no momento de orientá-lo para uma produção, assim como a necessidade de adequação ao gênero, planejamento, articulação das partes, seleção da variedade lingüística (formal ou informal).

Propondo uma tarefa de escrita, é essencial disponibilizar recursos pedagógicos oferecendo ao aluno elementos discursivos, lingüísticos, sócio-pragmáticos e culturais para que ele melhore sua produção.

Articular sempre a Língua Inglesa coma as demais disciplinas do currículo para relacionar os vários conhecimentos é importante, pois o aluno verificará que outras disciplinas podem estar relacionadas com a língua inglesa.

As atividades serão abordadas a partir do contexto e envolverão práticas e conhecimentos mencionados, de modo a proporcionar ao aluno condições para assumir uma atitude crítica e transformadora com relação aos discursos apresentados. O professor poderá trabalhar, conforme o texto escolhido, o:

- gênero;
- aspecto cultural/interdiscursivo;
- variedade lingüística;
- análise linguística

Por fim, ao tratar os conteúdos de língua inglesa nessa perspectiva o professor proporcionará ao aluno pertencente a uma determinada cultura ir ao encontro de outras línguas e culturas.

Serão contempladas nesta disciplina:

- História do Paraná – Lei 13 381/2001;
- História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Lei 10639/03;
- História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – Lei 11645/08;
- Música – Lei 11.769/08;
- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente;
- Direitos das Crianças e Adolescente – Lei Federal 11525/07;
- Educação Tributária Decreto n° 1143/99, Portaria n° 413/02;
- Educação Ambiental – Lei Federal n° 9795/99, Decreto n° 4201/02;

Essas temáticas serão abordadas como conteúdos e/ou quando surgirem oportunidades.

4. AVALIAÇÃO

Quanto aos processos avaliativos, é válido salientar que a sua função é a aprendizagem. Isso implica considerar não apenas os instrumentos formais, como

as provas, mas sistematicamente, trabalhos em que os alunos precisam escrever elaborar, argumentar e que, efetivamente, revelem a sua participação como protagonista na aquisição do conhecimento escolar.

No caso das provas e dos testes, sugere-se que os critérios sejam explicitados aos alunos. É essencial que na construção desses instrumentos, haja questões de natureza diversa, como, por exemplo, aquelas que investiguem as habilidades de análise e síntese que dão significado às aquisições que exigem o uso da memória. O importante é que as questões construídas permitam identificar os saberes, e as competências que foram desenvolvidas e apropriadas.

Assim, quando se faz referência aos processos avaliativos, não é feita alusão apenas aos acertos e aos erros cometidos, mas ao redimensionamento das metodologias de ensino utilizadas. Os pressupostos avaliativos em sala de aula precisam estar vinculados à postura de trabalho de professor durante e após o ensino de cada unidade de trabalho. Por isso, eles podem auxiliar na definição de ações, seja no espaço da sala de aula seja no contexto escolar.

Nesse sentido, o caráter educacional da avaliação sobrepõe-se ao seu caráter eventualmente punitivo e de controle. Por conseguinte, a avaliação se constitui num instrumento facilitador na busca de orientações e intervenções pedagógicas, não se atendo apenas ao conteúdo desenvolvido, mas àqueles vivenciados ao longo do processo, de forma que os objetivos explicitados nesta Proposta Curricular sejam alcançados, respeitando as diferenças individuais e escolares.

A adaptação do processo de avaliação, seja por meio da modificação de técnicas como dos instrumentos utilizados, será realizada a partir dos ajustes que se fizerem necessários, tais como utilizar diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os aos diferentes estilos e possibilidades de expressão dos alunos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação**. Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica de Língua Estrangeira Moderna.** Curitiba: SEED, 2008.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE HISTÓRIA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA.

De acordo com a DCOE a História passou a existir como disciplina escolar com a criação do Colégio Pedro II, em 1837. Neste mesmo ano, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e construíram os programas escolares, os manuais didáticos e as orientações dos conteúdos que seriam ensinados.

Essas produções foram elaboradas sob a influência da História metódica e do positivismo, caracterizadas, em linhas gerais, por uma racionalidade histórica orientada pela linearidade dos fatos, pelo uso restrito dos documentos oficiais como fonte e verdade histórica e, por fim, pela perspectiva da valorização política dos heróis. O currículo oficial de História tinha como objetivo legitimar os valores aristocráticos, no qual o processo histórico conduzido por líderes excluía a possibilidade das pessoas comuns serem entendidas como sujeitos históricos. Este modelo de ensino de Historia foi mantido no inicio da República (1889), e o Colégio Pedro II, ainda era referência para a organização educacional brasileira. No ano de

1901, o corpo docente alterou o currículo do colégio e propôs que a História do Brasil passasse a compor a História Universal. Dessa maneira, o conteúdo de História do Brasil ficou relegado a um espaço restrito do currículo, que devido à sua extensão, dificilmente era tratado pelos professores nas aulas de História.

Desde o início da década de 1930, porém, debates teóricos sobre a inclusão da disciplina de Estudos Sociais na escola foram incentivados pelo recém-criado Ministério da Educação e Cultura. Para dar viabilidade à inserção dessa disciplina nos currículos escolares, Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), responsável pela Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e intelectual da Escola Nova, publicou uma proposta de Estudos Sociais para a escola elementar em 1934, denominada Programa de Ciências Sociais, contudo, essa proposta não chegou a ser instituída no Brasil dos anos 1930 e 1940.

Durante o regime militar, a partir de 1964, o ensino de História manteve seu caráter estritamente político, pautado no estudo de fontes oficiais e narrado apenas do ponto de vista factual. Mantiveram-se os grandes heróis como sujeitos da História narrada, exemplos a serem seguidos e não contestados pelas novas gerações. Modelo da ordem estabelecida, de uma sociedade hierarquizada e nacionalista, o ensino não tinha espaço para análise crítica e interpretações dos fatos, mas objetivava formar indivíduos que aceitassem e valorizassem a organização da pátria. Ainda no regime militar, a partir da Lei n. 5692/71, o Estado organizou o Primeiro Grau de oito anos e o Segundo Grau profissionalizante. O ensino centrou-se numa formação tecnicista, voltada a preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

No Primeiro Grau, as disciplinas de História e Geografia foram condensadas como área de Estudos Sociais, dividindo ainda a carga horária para o ensino de Educação Moral e Cívica. No Segundo Grau a carga horária de História foi reduzida a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) passou a compor o currículo.

Na década de 70, o ensino de História era predominantemente tradicional, tanto pela valorização de alguns personagens como sujeitos da história e de sua atuação em fatos políticos quanto pela abordagem dos conteúdos históricos de forma factual e linear, formal e abstrato, sem relação com a vida do aluno. A prática do professor era marcada por aulas expositivas, a partir das quais cabia aos alunos a memorização e a repetição do que era ensinado como verdade.

No início dos anos 80 o ensino de Estudos Sociais foi radicalmente contestado, sobretudo pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), que defendiam o retorno da disciplina de História ao universo da sala de aula.

Na segunda metade da década de 80 e inicio dos anos 1990 cresceram os debates em torno das reformas democráticas na área educacional, processo que repercutiu nas novas propostas de ensino de História.

Durante as reformas educacionais na década de 90 o ministério da educação divulgou, entre os anos de 1997 e 1999, os PCN para o ensino Fundamental e Médio. A disciplina de História foi apresentada de forma pragmática com a função de resolver problemas imediatos e próximos ao aluno. Ressaltou-se a relação que o conhecimento deve ter com a vivência do educando, sobretudo no contexto do trabalho e do exercício da cidadania. Essa perspectiva abriu espaço para uma visão presentista da História porque não se ocupava em contextualizar os períodos históricos estudados.

A História tem como objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações. As relações humanas produzidas por essas ações podem ser definidas como estruturas sócio-históricas, ou seja, são as formas de agir, pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente.

Fenômenos, processos, acontecimentos, relações ou sujeitos podem ser analisados a partir do conhecimento histórico construído, Ao confrontar ou comparar documentos entre si e com o contexto social e teórico que os constituíram, a produção do conhecimento propicia validar, refutar ou complementar a produção historiográfica existente. Como resultado pode ainda contribuir para rever teorias, metodologias e técnicas na abordagem do objeto de estudo historiográfico.

A finalidade da História é a busca da superação das carências humanas fundamentadas por meio de um conhecimento constituído por interpretações históricas. Essas interpretações são compostas por teorias que diagnosticam as necessidades dos sujeitos históricos e propõem ações no presente e projetos de futuro. Já a finalidade do ensino de História é a formação de um pensamento histórico a partir da produção do conhecimento. Esse conhecimento é provisório, configurado pela consciência histórica dos sujeitos. Entretanto, provisoriedade não

significa relativismo teórico, mas sim que existem várias explicações e interpretações para um mesmo fato. Outro aspecto fundamental da provisoriedade histórica é que as explicações e interpretações sobre um determinado processo histórico também se modificam temporalmente, ou seja, os diferentes contextos espaços-temporais das sociedades produzem suas próprias concepções de Historia. Neste sentido, o conhecimento histórico possui formas diferentes de explicar seu objeto de investigação, a partir das experiências dos sujeitos e do contexto em que vivem.

Assim sendo espera-se que, ao concluir a Educação Básica, o aluno entenda que não existe uma verdade histórica única, e sim que verdades são produzidas a partir de evidências que organizam diferentes problematizações fundamentadas em fontes diversas, promovendo a consciência da necessidade de uma contextualização social, política e cultural em cada momento histórico.

OBJETIVOS DO ENSINO DE HISTÓRIA.

- Identificar relações sociais no seu grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços.

- Situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos.

- Reconhecer que o conhecimento histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar.

- Compreender que as histórias individuais são partes integrantes de historias coletivas.

- Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais.

- Questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação.

- Dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros, materiais.

- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos.

- Valorizar o direito da cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.

Entendemos por Conteúdos Estruturantes os conhecimentos de grande amplitude, os conceitos e as práticas que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a sua compreensão. Constituem-se historicamente e são legitimados nas relações sociais.

Os conteúdos estruturantes propostos para o Ensino Fundamental e Médio são: relações de trabalho, relações de Poder e relações Culturais estruturam o campo da investigação do conhecimento histórico. Os conteúdos estruturantes são interligados entre si e permitem a busca do entendimento da totalidade das ações humanas. A articulação desses conteúdos é possível a partir das categorias de análise espaço e tempo as quais permitem a conexão para se compreender essas relações.

Estes Conteúdos Estruturantes apontam para o estudo das ações e relações humanas que constituem o processo histórico, o qual é dinâmico. Nas Diretrizes Curriculares as relações culturais, de trabalho e de poder são consideradas recortes deste processo histórico. Por meio destes Conteúdos Estruturantes, o professor deve discorrer acerca de problemas contemporâneos que representam carências sociais concretas. Dentre elas destacam-se, no Brasil, as temáticas da História local, História e Cultura Afro-Brasileira, da História do Paraná e da História da cultura indígena, constituintes da história do nosso país.

No Ensino Fundamental, os Conteúdos Estruturantes – Relações de Trabalho, Relações de Poder e Relações Culturais – tomados em conjunto, articulam os conteúdos básicos e específicos a partir das histórias locais e do Brasil e suas relações ou analogias com a História Geral, e permitem acesso ao conhecimento de múltiplas ações humanas no tempo e no espaço. Por meio do processo pedagógico,

buscando construir uma consciência histórica que possibilite compreender a realidade contemporânea e as implicações do passado em sua constituição.

Para o Ensino Médio, os conteúdos básicos/ temas históricos selecionados para o ensino devem articular-se aos Conteúdos Estruturantes propostos nas Diretrizes Curriculares. Tomá-los como ponto de partida é uma forma de responder às críticas a respeito da impossibilidade de ensinar “toda a história da humanidade”. A organização do trabalho pedagógico por meio de temas históricos possibilita ao professor ampliar a percepção dos estudantes sobre um determinado contexto histórico, sua ação e relações de distinção entre o passado e presente. Assim, ao problematizar situações ligadas às Relações de Trabalho, de Poder e Culturais é possível explicar, interpretar e narrar o objeto de estudo da disciplina da História, ou seja, ações e relações humanas no tempo, sendo que essas devem ser abordadas didaticamente no processo ensino/aprendizagem.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/ CONTEÚDOS BÁSICOS/ CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR SÉRIE/ANO.

ENSINO FUNDAMENTAL: **5ª SÉRIE/6º ANO** – Os Diferentes Sujeitos Suas Culturas Suas Histórias

ENSINO FUNDAMENTAL: 6ª SÉRIE/ 7°ANO - A Constituição Histórica do Mundo Rural e Urbano e a Formação da Propriedade em Diferentes Tempos e Espaços

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos
Relações de Trabalho	As relações de propriedade.	- A sociedade feudal - Terra e trabalho - O mundo feudal e a igreja católica - Cultura erudita e cultura popular na Idade Média - Poder e saber na Idade média - O fortalecimento do comércio e das cidades - A centralização do poder nas monarquias européias - As rebeliões camponesas - Cultura afro-brasileira e resistência: as múltiplas formas de luta contra a escravidão

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
Relações de Poder - Relação de Trabalho Relações Culturais -Relação de Poder -Relações Culturais	- A experiência humana no tempo A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade As relações entre o campo e a cidade. Conflitos e resistências e produção cultural campo/ cidade	- As origens da humanidade - Marcando o tempo cronológico - Vestígios de uma longa História Antiguidade na África - As sociedades econômicas Persas, fenícios, e hebreus
- Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo - As culturas locais e a cultura comum		- Aspecto da cultura grega - A origem de Roma, segundo os historiadores - Hábitos e culturas dos germânicos - A Igreja se divide: o cisma do Oriente - Justiniano: o auge do poder bizantino - Um local, diversas religiões - Herança cultural das sociedades muçulmanas

ENSINO FUNDAMENTAL: 7ª SÉRIE/8º ANO – O Mundo do Trabalho e os Movimentos de Resistência

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos
-Relações de Trabalho - Relações de Poder -Relações Culturais	- História das relações da humanidade com o trabalho - O trabalho e a vida em sociedade - O trabalho e as contradições da modernidade - Os trabalhadores e as conquistas de direito	Os holandeses e o negócio do açúcar A insurreição Pernambucana Grandes e Pequenos exploradores A sociedade Mineira A vida cultural na região das minas A revolução industrial Uma nova forma de produção A revolução industrial em movimento A Revolução Francesa As sementes da Revolução Revoltas e conflitos na colônia Portuguesa Conflitos, revoltas e reivindicações Lutas pela consolidação da independência O movimento social dos trabalhadores

ENSINO FUNDAMENTAL: 8ª SÉRIE/ 9ºANO - Relações de Dominação e Resistência:

A Formação do Estado e das Instituições Sociais

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos

Relações de trabalho Relações de Poder Relações Culturais	A constituição das instituições sociais.	- Movimentos Sociais no Brasil - Uma Sociedade desigual - De quem e a terra? - MST - As terras indígenas - O Movimento operário no Brasil - O Trabalho Infantil - O Movimento Negro
	A formação do Estado	- A ameaça totalitária - A ascensão do totalitarismo - O nascimento do facismo - Sob o tocão Nazista - O facismo na Espanha - Estado Imperialista e sua crise - Formação do Estado Republicano Brasileiro - Período de Ditadura Militar - Brasil: As Oligarquias no Poder - O Socialismo no Mundo - Conceitos de Estado, Pátria e Nação
	Sujeitos, Guerras e revoluções.	- A Primeira Guerra Mundial (1914-1918). - O Tenentismo e a Revolução de 1930. - A Revolução Russa - A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) - A Guerra Fria - Processo de colonização no Paraná e a resistência dos grupos indígenas. - Processo de escravidão africana no Paraná e a formação de quilombos como forma de resistência a ela. - Revoltas no Período Imperial - Revoltas no Período Colonial

HISTÓRIA - ENSINO MÉDIO

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos

Relações de Trabalho Relações de Poder Relações Culturais	**Tema 1** Trabalho Escravo, Servil, Assalariado e o Trabalho Livre.	- Consciência Histórica - O tráfico Negreiro - O Pensamento Europeu e a Escravidão - Escravos do século XXI. - Mundo Feudal - Servos e Vilões - Revolução Industrial - Divisão Social do Trabalho - A situação da classe operária (Trabalhadora) - Os trabalhadores reagem Movimento Operário - A Legislação Trabalhista 1934 CLT
Relações de Trabalho Relações de Poder Relações Culturais	**Tema 2** Urbanização e Industrialização	- Os Problemas da Vida Sedentária - Mesopotâmia – uma encruzilhada de povos. (As primeiras cidades) - Formação da Grécia Antiga - O conceito de Póleis - Atenas e Esparta - O Renascimento Comercial e Urbano. - A Colonização Portuguesa - A 1ª Vila do Brasil – São Vicente- SP - O Brasil no Início do Século XX - Expansão Industrial - A Era Mauá - Brasil e a

		Industrialização Vargas - Industrialização no Paraná
Relações de Trabalho Relações de Poder Relações Culturais	**Tema 3** O Estado e as relações de Poder	- A Soberania e o Estado Nacional - As Monarquias Nacionais - Humanismo e Renascimento - A Reforma Protestante - A Formação dos Impérios Coloniais - Os Estados Modernos e o Absolutismo - O Iluminismo - A Independência da América Espanhola - As Revoluções Socialistas - Ditadura e Violência na América Latina.
Relações de Trabalho Relações de Poder Relações Culturais	**Tema 4** Os sujeitos, as revoltas e as guerras	- As Guerras Greco-Pérsicas - Guerra do Peloponeso - O Helenismo - Roma: Ascensão da Peble - A Revolta de Espártaco - O Império Romano-Crise Social e Guerra Civil. - As Revoltas Populares na Idade Média - A Peste Negra - A Revolução Francesa

		- A América Portuguesa - Os portugueses e os nativos - Os Africanos e a Escravidão na América Portuguesa - Os Quilombos - Uma forma de Resistência - América Portuguesa no século XVIII - Os Sinais da crise do Sistema Colonial - O Império Português - Inconfidência Mineira - Proclamação da República

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos

Relações de Trabalho Relações de Poder Relações Culturais	**Tema 5** Movimentos sociais, políticos e culturais e as guerras e evoluções	- A Revolução Inglesa – Uma Revolução Política Pioneira. - Revolução Francesa - A Primeira Guerra Mundial - A Segunda Guerra Mundial - A Revolução Russa - A Descolonização da África e da Ásia - América Latina – Revolução Cubana; Chilena; Argentina, etc - Brasil e a Construção da Ditadura - Desafio da Redemocratização Brasileira - Fim do Regime Militar - A Reforma Agrária - As Guerras Separatistas - África do Sul: Apartheid- - 1994- Apartheid chega ao fim. - Mandela – Presidente - Enfim a Mulher conquista seu espaço.

Relações de Trabalho Relações de Poder Relações Culturais	**Tema 6** Cultura e religiosidade	- A Mitologia Grega - Império Romano do Politeísmo – Grandes Deuses ao Monoteísmo. - Índia: Tradição e Modernidade (Hinduísmo-Bramanismo) - O Egito e o processo de Mumificação - Ásia durante o Período Medieval (Budismo) - Império Islâmico - Os Reinos Africanos - Religiões Africanas - Igreja e Poder- Judeus e Católicos - As Festas Populares no Brasil- Nordeste principalmente cavalhadas, Folia de Reis, Boi de Mamão, etc. - Uma forma de manter a tradição

Em nosso trabalho será contemplado a legislação vigente: Lei 10.639/03 – História da Cultura Afro-Brasileira e Africana, a Lei 11.645/08 – História Cultura Afro-Brasileira e Indígena, a Lei 13381/01 – História do Paraná, a Lei federal 11769/08 ensino da Música: Lei federal 11525/07 direito das crianças e adolescentes: decreto nº 1143/99, portaria 413/02, educação tributária: Lei federal 9795/99, decreto nº4201/02 educação ambiental. Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, educação ambiental, educação fiscal, enfrentamento a

violência contra criança e o adolescente, educação do campo.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA.

A metodologia proposta tem como base a utilização dos conteúdos estruturantes: Relações de Trabalho, Relação de Poder e Relações Culturais os quais deverão estar articulados com a fundamentação teórica e os temas selecionados pelos professores e devem estar assegurando no PPP da escola.

O professor ao elaborar o problema e selecionar o conteúdo estruturante que melhor responde á problemática constitui o tema. E este se desdobra nos conteúdos específicos que fundamentam a resposta para a problemática. Assim propõem-se como encaminhamento metodológico que os conteúdos estruturantes da disciplina de História sejam abordados através de temas na compreensão de que não é possível representar o passado em toda a sua complexidade.

A proposta de seleção de temas é também pautada em relações interdisciplinares considerando que é na disciplina no caso a História, que ocorre a articulação dos conceitos metodológicos das diversas áreas do conhecimento. Assim, narrativas, gravuras, museus, filmes, músicas, etc., são documentos que podem ser transformados em materiais didáticos de grande valia na construção do conhecimento histórico.

Os documentos citados podem ser utilizados de diferentes maneiras em sala de aula. Na elaboração de biografias, confecções de dossiê, representações de danças folclóricas, exposições de objetos sobre o passado que estejam no alcance do aluno, com a descrição de cada objeto exposto e o contexto em que os mesmos foram produzidos e estabelecer relações entre as fontes.

AVALIAÇÃO

A avaliação é atividade essencial do processo ensino-aprendizagem, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96, ela deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A ação avaliativa é importante no processo ensino-aprendizagem, pois pode propiciar um momento de interação e construção de significados no qual o estudante aprende. Para que tal ação torne-se significativa, o professor precisa refletir e planejar sobre os procedimentos a serem utilizados e superar o modelo

consolidado da avaliação tão somente classificatória e excludente.

No processo avaliativo, é necessário que o professor faça uso da observação sistemática para diagnosticar as dificuldades dos alunos e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento.

A nota final deverá totalizar 10,0 sendo dividida:

- 6,0 pontos em avaliações escritas com ou sem consulta;
- 4,0 pontos em atividades como: debates, exposição de trabalhos, análise de textos, montagem de painéis e cartazes, trabalhos em grupo, exibição e análise de filmes, documentários e exercícios sobre o conteúdo.

Mediante as avaliações realizadas, quando necessário, será realizada a recuperação de conteúdos, com os mesmos critérios e instrumentos utilizados nas avaliações.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Serão utilizados critérios que possibilitem avaliar os conhecimentos dos alunos, de forma clara e adequada, como por exemplo: Compreensão e produção de textos, relatórios, resumos, debates, trabalho em grupo, questões discursivas e objetivas, pesquisas, entre outros.

Para tanto o professor deve se utilizar de diferentes atividades: leitura, interpretação e analise de textos historiográficos, mapas e documentos históricos, produção de narrativas históricas, pesquisas bibliográficas, sistematização de conceitos históricos, apresentação de seminários entre outras.

Tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, após a avaliação diagnóstica, o professor e seus alunos poderão revisitar as práticas desenvolvidas até então de modo que identifiquem lacunas no processo pedagógicos. Deseja-se que ao final do trabalho na disciplina de História os alunos tenham condições de identificar processos históricos reconhecer criticamente as relações de poder neles existentes, e investirem no mundo histórico em que vivem de modo a se fazerem sujeitos da própria História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe (Org.). O **saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 9394/96: **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional**, LDB. Brasília, 1996.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora.CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica de História**. Curitiba. 2008.

“Colégio Estadual "Professor Sílvio Tavares"
Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Rua João Manoel dos Santos, 1350 - Fone/Fax 532-4305 - Cambará - PR

Aut. De Func. Dec. 2432/76 - D.O.E. d 29/10/76 Rec. Do Estab. Res. 1709/82 - D.O.E. de 15/07/82

10.2 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

FORMAÇÃO DE DOCENTES

EMENTAS DAS DISCIPLINAS DA BASE NACIONAL COMUM

LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

EMENTA: Concepções teóricas e práticas da Língua Portuguesa. O discurso e as práticas de oralidade, a leitura e a escrita como princípios norteadores do Ensino de Língua Materna. Concepções teóricas e práticas da Literatura.

Conteúdos por Série

1ª SÉRIE

1. Prática de leitura e interpretação

- Idéia central e informações implícitas dos textos (textos ficcionais não-ficcionais, literários)
- Estrutura da narrativa (tipos de discurso)
- Linguagem verbal e não-verbal (charges, cartuns, quadrinhos...)
- Variedades linguísticas
- Linguagem formal e informal

2. Prática de Produção de Textos

- Gêneros textuais.
- Paragrafação, períodos argumentativos
- Textos práticos: carta, notícia, paródia, relatório, resumo, provérbio...
- Recursos coesivos
- Textos argumentativos / persuasivos

3. Prática da Reflexão ou Análise Linguística

- Origens da Língua Portuguesa e desdobramentos no território lusófono.
- Estrutura textual: morfologia- estrutura e formação das palavras; classes de palavras: substantivo, adjetivo, artigo, numeral; sintaxe: frase, oração, período.
- Controle da norma padrão: fonética – letra, fonemas, sílaba, tonicidade; centuação gráfica; ortografia; significado das palavras; homônimos e parônimos
- Domínio dos recursos expressivos: - Ciência da linguagem: língua, linguagem, discurso, contexto, interlocutor, enunciado e enunciação. - Figuras de linguagem - Contribuições dos afrodescendentes e demais nacionalidades (empréstimos lingüísticos, música, religião, costumes, etc)

4. Concepções Teóricas e Práticas da Literatura

- Conceito de Literatura
- Linguagem literária: verso e prosa
- Gêneros e estilos literários
- Contextualização literária: Idade Média - Trovadorismo, Humanismo / Era Clássica: Classicismo Português
- Manifestações literárias em Portugal
- Literatura de Informação
- Literatura Barroca
- Literatura Árcade
- Literatura de origem africana em Língua Portuguesa e de autoria de brasileiros afro - descendentes. diversos: contos, crônicas, romances, poesias
- Leitura de autores diversos: contos, crônicas, romances, poesias.

2 SÉRIE

1. Prática de Leitura e Interpretação

- Idéia central e informações implícitas do texto
- Reelaboração de idéias com pontos de vistas diferentes
- Debates relacionados à realidade dos jovens em fase de formação e transformação, subsidiando-os para a escrita, pesquisa e apresentação de seminários
- O sentido lógico e o sentido abstrato das palavras

2. Prática de Produção de Texto

- Gêneros textuais
- Textos práticos: carta, notícia, paródia, relatório, resumo, provérbio, informativo, publicitário
- Marcas da oralidade
- Qualidade do texto: coesão, coerência
- Recontextualização (oralidade / escrita formal)

3. Prática de Reflexão da Língua (Análise Linguística)

- Norma culta: acentuação gráfica, ortografia, pontuação, concordância
- Classe de palavras: verbo, pronome, advérbio, preposição, interjeição
- Sintaxe - Termos da oração

4. Concepções Teóricas e Práticas da Literatura

- Contextualização literária (revisão)
- Romantismo
- Poesia e prosa romântica
- Realismo (transição)
- Realismo e naturalismo
- Parnasianismo
- Simbolismo
- Literatura de origem africana em Língua Portuguesa e de autoria de brasileiros afro-descendentes
- Leitura de autores diversos

3ª SÉRIE

1. Prática de Leitura e Interpretação

- Seleção, organização e análise de argumentos
- Debates utilizando conhecimentos e informações de diferentes áreas e indicação de soluções que conciliem interesses e necessidades de toda humanidade
- Intenção textual
- Reelaboração de idéias com pontos de vistas diferentes, considerando a articulação temática, associações lexicais ou estilísticas

2. Prática de Produção de Texto

- Texto dissertativo, expositivo ou polêmico
- Carta argumentativa e persuasiva: e-mail e anexos
- Artigo de opinião / resenha crítica / sinopse /relatório
- Redação a partir de coletâneas de textos
- Padrões de aceitação: nível de conteúdos, nível estrutural, nível expressivo

3. Prática de reflexão da Língua

- Norma culta: acentuação gráfica, crase, ortografia, pontuação, ortoepia e prosódia
- Classe de palavras: conjunção (revisão das demais)
- Concordância verbal e nominal
- Regência verbal e nominal
- Uso dos pronomes oblíquos
- Sintaxe: coordenação e subordinação

4. Concepções teóricas e práticas da literatura

- Revisão dos séculos de XV a XIX
- Pré-Modernismo
- Vanguardas européias
- Modernismo: verso e prosa (1ª, 2ª e 3ª fase)
- Literatura de origem africana em Língua Portuguesa e de autores brasileiros afro-descendentes;
- Leitura de autores modernos e contemporâneos

4ª SÉRIE

1. Prática de Leitura e Interpretação

- Seleção, organização e análise de argumentos;
- Debates utilizando conhecimentos e informações de diferentes áreas e indicação de soluções que conciliem interesses e necessidades de toda humanidade
- Intenção textual
- Reelaboração de idéias com pontos de vistas diferentes, considerando a articulação temática, associações lexicais ou estilísticas

2 Prática de Produção de Texto

- Texto dissertativo, expositivo ou polêmico
- Carta argumentativa e persuasiva
- Artigo de opinião / resenha crítica / sinopse / relatório
- Redação a partir de coletâneas de textos
- Padrões de aceitação: nível de conteúdos, nível estrutural, nível expressivo

3. Prática de Reflexão da Língua

- Norma culta: acentuação, ortografia, pontuação, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, fonética, morfologia, sintaxe.
- Morfossintaxe: que e se

4. Concepções Teóricas e Práticas da Literatura

- Contextualização Literária - século XV ao XX
- Obras e autores contemporâneos (brasileiros, portugueses, africanos)

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

EMENTA: Textos em diferentes gêneros textuais. Conhecimentos lingüísticos, discursivos, sócio–pragmáticos e culturais. Práticas de oralidade, de leitura e de escrita – trabalhadas simultaneamente. Articulação com as demais disciplinas do currículo relacionando os vários conhecimentos.

Conteúdos por Série

3ª SÉRIE

- Textos mais complexos e mais longos serão propostos.
- Traditional celebrations.
- Cognates.
- Nacionalities.
- There is/ there are.
- Emprego do presente, passado e futuro, observando os mecanismos de concordância, relativos a número, gênero, grau e emprego de preposições, advérbios, dias da semana, meses, estações do ano, ordinais, horas.
- Emprego de adjetivos.
- Emprego: saudações, cumprimentos fazendo apresentações segundo um contexto.
-Emprego dos pronomes pessoais, possessivos, indefinidos, interrogativos/ contextualizados.
- Emprego adequado de ordens, pedidos e produções.
- Páginas de guias turísticos.
- Textos informativos, argumentativos.

4ª SÉRIE

- Dar títulos e identificar o assunto de diferentes tipos de texto (skimming).
- Identificação de informações presentes em diferentes tipos de texto.
- Textos informativos, narrativos, descritivos, dissertativos, poéticos, tiras, charges, propagandas, correspondências e fotos.
- Identificar relações de causalidade, temporalidade, oposição, comparação, conclusão, condição; organizando as informações.
- Emprego de palavras de acordo e aferição de significados a partir de um contexto.
- Seleção de verbetes e significado de um verbete adequado ao contexto.

- Emprego dos verbos modal em diferentes contextos (can, may, must, should).

ARTE

Teatro e Dança

EMENTA: Conhecimento teórico-prático dos fundamentos do teatro, dança, música e artes visuais como elementos essenciais para a formação dos sentidos humanos e familiarização dos bens culturais produzidos na história da humanidade. O conhecimento em arte constitui-se pelos seus **elementos formais e de composição**, relacionados aos **movimentos e períodos** e a compreensão do **tempo e espaço** nas obras de arte e no cotidiano.

1º semestre

1. HISTÓRIA DA ARTE

- Antiguidade (Pré-história, Egípcia, Mesopotâmia, Grega e Romana)
- Idade Média (Cristã Primitiva, Bizantina, Românica, Gótica, Renascimento, Barroco e Rococó, Academismo, Neoclassicismo, Romantismo e Realismo)

- ARTES PLÁSTICAS
- .MÚSICA
- TEATRO
- DANÇA

2º semestre

1**. HISTÓRIA DA ARTE**

- Idade Moderna (Impressionismo, Expressionismo, Fovismo, Cubismo, Futurismo, Abstracionismo e Dadaísmo)
- Idade Contemporânea (Concretismo, Surrealismo, Tachismo, Grafismo, Pop-Art, Op-Art / Diversidade Étnico-Racial).
- ARTES PLÁSTICAS
- MÚSICA
- TEATRO
- DANÇA

Música/Artes Visuais

EMENTA: Conhecimento teórico prático dos elementos básicos da linguagem musical e a utilização da música como instrumento para a educação infantil e anos iniciais. Conhecimento teórico-prático dos fundamentos das artes visuais. Enfoque da arte como área do conhecimento nas suas dimensões de criação, apreciação e comunicação como instrumento para a educação infantil e anos iniciais.

Os eixos serão desenvolvidos de acordo com o período histórico, ou seja, durante todo o ano.

- **ARTES PLÁSTICAS**

- Elementos visuais e formas (linhas, pontos, plano, volume, textura, cor, luz etc.);
- Qualidade plásticas (equilíbrio, harmonia, dinâmico);
- Qualidade estéticas dos objetos e da realidade através da linguagem plásticas;
- Composição plásticas (figurativa, Abstrata, Figura/fundo, Gênero, Técnicas)

- **MÚSICA**

- História da Música
- Elementos sonoros (altura, duração, timbre, intensidade e densidade);
- Qualidades sonoras ritmos, melodias, formas e estilo).

- **TEATRO**

- História do teatro;
- Elementos fundamentais do teatro (ator, espectador, expressão);
- Texto, espaços cênico, figurino, iluminação, sonoplastia e cenário;
- A relação do homem com a realidade na ação dramática;
- Artes audiovisuais (televisão, vídeo, cinema, telas de informática);
- Improvisação Teatral

- **DANÇA**

- História da Dança
- Corpo, Espaço e Tempo;
- Gênero, Coreografia, Rotação, Formação

GEOGRAFIA

EMENTA: Histórico da Geografia como ciência. Objeto de estudo e de ensino da Geografia: o espaço geográfico. Conceitos básicos da Geografia: paisagem, região, lugar, território, natureza e sociedade. A interpretação do objeto de estudo e dos conceitos básicos nas diferentes linhas de pensamento geográfico. Análise espacial: histórica, social, econômica e cultural nas diferentes escalas geográficas, tais como local, regional, nacional e global. Categorias de análise do espaço geográfico: relações espaço-temporais e relações sociedade-natureza.

Conteúdos por Série

1ª SÉRIE

Conteúdo Estruturante: A dimensão econômica da produção do espaço

Histórico da Geografia/ Categorias científicas:

- A evolução dos conhecimentos geográficos;
- o espaço;
- lugar, território e paisagem;
- espaços ecúmenos e anecúmenos; fronteiras.

Representações Cartográficas:

- As coordenadas geográficas; latitudes e longitudes.
- Noções de astronomia;
- teoria do Big Bang;

Sistema Solar;

- os movimentos da Terra e suas conseqüências;
- solstício e equinócio;
- fusos horários;
- a corrida espacial.
- O desenvolvimento tecnológico dos países ricos;
- o INPE e suas funções no Brasil.

Pontos de Orientação:

- Pontos Cardeais, colaterais e sub-colaterais

Cartografia:

- Projeções cartográficas;
- escala e legenda de um mapa.
- Geologia e geomorfologia do planeta.

Conteúdo Estruturante: Dimensão sócio ambiental

A origem da Terra:

- As camadas da Terra;
- a teoria da tectônica de placas;
- as eras geológicas;
- os minerais e as rochas;
- os combustíveis fósseis.

Domínios climatobotânicos:

- Climas do planeta;
- formações vegetais do planeta.

Atmosfera:

- O tempo e o clima;
- a temperatura;
- pressão atmosférica;
- a distribuição dos climas no planeta; as massas de ar;
- as correntes marítimas;
- o El Nino e a La Nina.

Hidrologia:

- Características da hidrografia;
- relevo submarino;
- as águas de superfície;
- as águas subterrâneas;
- o consumo de água na Terra;
- as bacias hidrográficas brasileiras;

- a navegação fluvial no Brasil;
- o uso dos rios para irrigação;
- as hidrelétricas do Brasil.

Configuração Espacial:

Brasil:

- Localização, pontos extremos;
- a organização política do Brasil;
- a organização regional do Brasil;
- divisão do IBGE;
- a atual divisão em complexos regionais: Nordeste, Amazônia e Centro Sul;
- características naturais, econômicas e culturais de cada região.

2ª SÉRIE

A dinâmica cultural e demográfica

Análise espacial: histórica, econômica, local, cultural das diferentes sociedades nas diferentes escalas geográficas: local, regional, nacional e mundial:

A população mundial:

O crescimento vegetativo;

- as taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade;
- o crescimento demográfico e as migrações;
- o crescimento positivo, neutro e negativo;
- transição demográfica;
- as taxas demográficas como referências do desenvolvimento e subdesenvolvimento;
- pirâmides etárias.

Teorias do crescimento da população:

- Teoria de Malthus;
- Neomalthusianismo e políticas demográficas;
- Reformistas.

A dimensão econômica da produção do/no espaço

Setores da economia:

- setor primário;
- setor secundário;

- setor terciário;
- trabalho informal;
- a mulher no mercado de trabalho;
- trabalho infantil.

Urbanização mundial:

- A origem e evolução das cidades.
- O êxodo rural: causas e conseqüências.
- A população urbana nos países desenvolvidos.
- A população urbana nos países subdesenvolvidos.
- As migrações.
- Xenofobia.
- Problemas sociais e ambientais das cidades.

O índice de Desenvolvimento Humano:

Critérios de análise;

- classificação dos países atualmente.

Sistemas econômicos:

- Capitalismo e Socialismo;
- fases dos capitalismo;
- características do capitalismo e socialismo.
- keynesianismo, Fordismo, Taylorismo e Toyotismo.

Geopolítica

Ordem Bipolar:

- Guerra fria.
- Potências econômicas: EUA e URSS.
- Objetivos da Guerra fria.
- Muro de Berlim.

Os países em transição econômica: Desintegração da URSS

- Por que ocorreu a desintegração da URSS?
- A criação da CEI (Comunidade dos Estados Independentes).
- A situação dos países que se desintegraram.
- A situação da Rússia.

A Ordem Multipolar:

- Globalização.

- O capitalismo financeiro.
- A tríade capitalista: Estados Unidos, Alemanha e Japão.
- As características de um mundo globalizado.
- As conseqüências de um mundo globalizado para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.
- Os blocos econômicos.
- 3 ° Revolução Industrial.

MATEMÁTICA

EMENTA: Conjuntos dos números reais. Noções sobre números complexos. Polinômios. Noções básicas de geometria não-Euclidiana. Análise combinatória. Binômio de Newton. Estatística e matemática financeira. Funções. Progressões. Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares. Geometria plana. Trigonometria. Geometria espacial e de posição. Probabilidade.

Conteúdos por Série

1ª SÉRIE

1. Conteúdo Estruturante: Números e Álgebra - Revisão:

Matemática Básica

- Máximo Divisor Comum e Mínimo Múltiplo Comum
- Frações
- Produtos Notáveis
- Fatoração
- Equações e Inequações do 1º Grau
- Equações do 2º Grau
- Potenciação
- Radiciação

2. Conteúdo Estruturante: Números e Álgebra

- Teoria dos Conjuntos
- Conjuntos dos números reais e noções de números complexos
- Intervalos Reais

3. **Conteúdo Estruturante: Funções**

- Relações (conceito, valor numérico, domínio, imagem e contradomínio)

- Funções (conceito, valor numérico, raiz, domínio, imagem e contradomínio)
- Classificação de Funções
- Inversão de Funções
- Composição de Funções
- Tipos de Funções:
- Função Polinomial do 1º Grau (definição, valor numérico, gráfico e seus elementos, estudo de sinais, resolução de inequações, resolução de problemas)
- Função Polinomial do 2º Grau (definição, valor numérico, gráfico e seus elementos, estudo de sinais, resolução de inequações, resolução de problemas).
- Função Modular (definição, gráfico e seus elementos, resolução de equações e inequações modulares, resolução de problemas).
- Função Exponencial (definição, gráfico e seus elementos, resolução de equações e inequações exponenciais, resolução de problemas).

2ª SÉRIE

1. Conteúdo Estruturante: Funções

-Função Logarítmica (definição do logaritmo e aplicação de suas propriedades, definição da função, gráfico e seus elementos, resolução de equações e inequações logarítmicas, resolução de problemas).

2. Conteúdo Estruturante: Funções – Trigonometria

- Razões trigonométricas no triângulo retângulo
-Trigonometria da 1ª volta (arcos e ângulos, ciclo trigonométrico, arcos côngruos, linhas trigonométricas, relações trigonométricas, operações com arcos e entidades trigonométricas)
- Funções trigonométricas
- Equações trigonométricas
- Triângulos Quaisquer (Lei dos Senos e Lei dos Cossenos)

3ª SÉRIE

1. Conteúdo Estruturante: Funções – Trigonometria

- Funções trigonométricas
- Equações trigonométricas
- 1Triângulos Quaisquer (Lei dos Senos e Lei dos Cossenos)

2. Conteúdo Estruturante: Funções - Sequências Numéricas

- Sequências
- Progressões Aritméticas
- Progressões Geométricas

3. **Conteúdo Estruturante: Números e Álgebra - Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares**

- Matrizes e Determinantes
- Sistemas Lineares

4. Conteúdo Estruturante: Tratamento da Informação - Análise Combinatória

- Princípio Fundamental da Contagem
- Fatorial
- Arranjos Simples
- Permutações Simples e com elementos repetidos
- Combinações Simples

4ª SÉRIE

1. Conteúdo Estruturante: Tratamento da Informação - Probabilidades

- Probabilidades

2. Conteúdo Estruturante: Tratamento da Informação – Matemática Financeira

- Porcentagem
- Lucro e Desconto
- Acréscimos Sucessivos e Descontos Sucessivos

FÍSICA

EMENTA: Movimentos: tempo, espaço, massa, leis de conservação (momentum e energia) e movimento oscilatório. Termodinâmica: leis da termodinâmica, entropia e calor. Eletromagnetismo: conceito de carga elétrica, conceito de campo elétrico e magnético, leis de Maxwell, onda eletromagnéticas e Óptica.

Conteúdos por Série

3ª SÉRIE

1º semestre

- História da Física.
- Mecânica.
- Cinemática escalar.
- Conceitos e definições.
- Movimento Uniforme, Movimento uniformemente variado e queda dos corpos.
- Cinemática vetorial.
- Operações com vetores.
- Dinâmica.
- Leis de Newton.

2º semestre

- Energia.
- Energia Potencial Gravitacional e elástica.
- Energia Cinética e Mecânica.
- Termologia.

Calorimetria.

- Estudo dos gases.
- Introdução a ondulatório.

4ª SÉRIE

1º semestre

Eletrostática

- Conceitos fundamentais.
- Carga elétrica.
- Tipos de eletrização.
- Princípios da eletrostática.
- Isolantes e condutores, processos de eletrização.
- Eletroscópio pendular e de folha.

Força Elétrica

- Lei de Coulomb.

Campo Elétrico

- Vetor campo elétrico, Campo elétrico de uma
- Campo elétrico de várias cargas puntiformes.
- Linhas de força.

Eletrodinâmica

- Corrente elétrica.
- Leis de Ohm.

2º semestre

- Estudo de resistores.
- Instrumentos de medidas elétricas.

Geradores e receptores.

- Circuito Elétrico.

Eletromagnetismo

- Campo magnético.
- Força magnética.
- Indução eletromagnética.

QUÍMICA

EMENTA: MATÉRIA E SUA NATUREZA: estrutura da matéria. Substância. Misturas. Métodos de separação. Fenômenos físicos e químicos. Estrutura atômica. Distribuição eletrônica. Tabela periódica. Ligações químicas. Funções químicas.

Radioatividade. BIOGEOQUÍMICA: soluções: Termoquímica. Cinética química. Equilíbrio químico. QUÍMICA SINTÉTICA: química do carbono. Funções oxigenadas. Polímeros. Funções nitrogenadas. Isomeria.

Conteúdos por Série

3ª SÉRIE

1º semestre

- Estrutura da Matéria.

Substância.

- Misturas.
- Métodos de Separação.
- Fenômenos Físicos e químicos.
- Estrutura Atômica.
- Distribuição Eletrônica.

2º semestre

- Tabela Periódica.
- Ligações Químicas.
- Funções Químicas.
- Radioatividade.

4ª SÉRIE

1º semestre

- Soluções.
- Termoquímica.
- Cinética Química.
- Equilíbrio Químico.

2º semestre

- Química do Carbono.
- Funções Oxigenadas.
- Funções Nitrogenadas.
- Polímeros.
- Isomeria.

BIOLOGIA

EMENTA: A Ciência no decorrer da história da humanidade. Organização dos seres vivos, classificação e distribuição dos seres vivos. Mecanismos biológicos, funcionamento dos sistemas biológicos. Biodiversidade, relações ecológicas, variabilidade genética, origem e evolução dos seres vivos.

1ª SÉRIE

1. Histórico, importância e abrangência da Biologia.

2. Organização Celular e Molecular:

- Histórico e métodos de estudo;
- aspectos físico-químicos da célula;
- membrana;
- citoplasma;
- núcleo;
- divisão celular;
- histologia.

3. Reprodução, Embriologia, Sexualidade e Saúde Bioética.

- Biotecnologia.

4. Biodiversidade

Biomas terrestres e aquáticos;

- relações ecológicas;
- ecossistemas;
- ciclos biogeoquímicos;
- desequilíbrio ambiental urbano e rural;
- educação ambiental;
- pesquisas científicas e biológicas.

2 SÉRIE

- Organização e distribuição dos Seres Vivos

- Os seres vivos e o ambiente;
- classificação geral nos reinos;
- .Origem das espécies;
- Fisiologia comparada;
- .Pesquisas científicas e biológicas.
- Ciência e saúde.
- .Bioética.
- .Biotecnologia.

2. Processo de Modificação dos Seres Vivos

- Origem e evolução da vida.
- Genética.
- Biotecnologia.

3. Implicações dos Avanços Biológicos no Contexto da Vida

-.Bioética.
- Ciência e saúde.
- Pesquisas científicas biológicas.

HISTÓRIA

EMENTA: Ações e relações humanas como objeto de estudo da história. Categorias de análise: espaço e tempo como contextualizadoras do objeto de estudo. A construção histórica das comunidades e sociedades e seus processos de trabalho no espaço e no tempo. A configuração das relações de poder nos espaços sociais no tempo. As experiências culturais dos sujeitos ao longo do tempo e as permanências e mudanças nas diversas tradições e costumes sociais. A história e cultura afro-brasileira e história do Paraná. Análise de fontes e historicidade.

CONTEÚDOS POR SÉRIE

1ª SÉRIE

- Reflexão sobre a História.
- Pré·História.
- Civilizações da antiguidade (Visão Geral).

- Civilização Bizantina.
- Civilização Islâmica.
- A formação dos Reinos Bárbaros.
- Reino dos Francos.
- O Sistema Feudal.
- O Poder da igreja medieval.
- O Fim da Idade Média.
- A Cultura na Idade Média.
- Idade Moderna.

O Estado Moderno.

- A conquista da América.
- Mercantilismo e o sistema colonial.
- O Renascimento Cultural Europeu.
- A reforma protestante e a reação católica.
- A Revolução Inglesa.
- O Iluminismo e o despotismo esclarecido.
- A Revolução Industrial.
- A Independência dos Estados Unidos.

2ª SÉRIE

- A Idade Contemporânea.
- A Revolução Francesa.
- A Era Napoleônica e o Congresso de Viena.
- A independência dos países da América Latina.
- Revoluções Européias, Nacionalismo e Unificação.
- Estados Unidos: A Conquista do Oeste e a Guerra de Secessão.
- A Expansão do Imperialismo.
- A Primeira Guerra Mundial.
- A Revolução Russa.
- A crise do capitalismo e os regimes totalitários.
- A Segunda Guerra Mundial.
- A descolonização e os conflitos regionais.
- Os países do primeiro mundo.

- Historia do Brasil.
- História do Paraná.
- Cultura Afro-Brasileira.
- História do Brasil (A conquista do Brasil, Sistema Colonial, Expansão Territorial, Emancipação Política, Primeiro e Segundo Reinados, Brasil República).

EDUCAÇÃO FÍSICA

EMENTA: Aspectos históricos da disciplina de Educação Física. Elementos lúdicos da Cultura Corporal (jogos, dança, luta, esporte, ginástica) levando em consideração a “práxis” pedagógica. Reflexões críticas da educação psicomotora.

Conteúdos por Série

1ª SÉRIE

1. Corpo Humano

- Fatores de risco das doenças degenerativas.
- Efeitos do exercício físico regular sobre o organismo.
- Implicações para a saúde quanto a adoção de estímulo de vida ativa e não ativa fisicamente.

2. Ginástica

- Importância dos exercícios localizados.
- Consciência da importância de executar exercícios corretos. História da Educação Física da pré-história aos dias de hoje.
- Jogos desportivos, cooperativos e lúdicos, trabalhando fundamentação, compreensão das regras, interação e socialização.

2ª SÉRIE

Aptidão Física

- Fisiologia, nutrição, capacidade físicas relacionadas com a saúde e com o desempenho físico.

Esportes

- Voleibol, handebol e basquetebol. Jogos e Brincadeiras

- Brincadeiras contadas, jogos: sensoriais, intelectuais e motores. Danças de salão, folclóricas e populares.

3ª SÉRIE

Condutas Psicomotoras

- Coordenação dinâmica, física, postura e equilíbrio.
- Educação da respiração.
- Organização espacial e organização temporal.
- Ginástica aeróbica e ginástica localizada.
- Noções de higiene.
- Primeiros socorros.

4ª SÉRIE

Esportes

- Fundamentos Técnicos
- Voleibol
- Histórico.

Regras oficiais

- Fundamentos básicos.
- Jogo.
- Basquetebol
- Histórico.
- Regras oficiais.
- Fundamentos básicos.
- Jogo.
- Saúde e Higiene

Carboidradros

- Proteínas.
- Gorduras.
- Colesterol.

SOCIOLOGIA

EMENTA: Conteúdo estruturante: O surgimento da Sociologia e teorias sociológicas. **Conteúdos específicos:** Modernidade (Renascimento; Reforma Protestante; Iluminismo; Revolução Francesa e Revolução Industrial). Desenvolvimento das ciências. Senso comum e conhecimento científico. Teóricos da Sociologia: Comte, Durkheim, Weber, Engels e Marx. Produção Sociológica Brasileira.

Conteúdos por Semestre

1º SEMESTRE

- **Conhecimento em ciências sociais:**

- Introdução ao estudo da sociedade.
- História, origem e precursores da Sociologia.
- Principais teóricos, suas teorias e métodos (Augusto Comte, Émile Durkheim, Marx, Max Weber, Antonio Gramsci, Pierre Bourdie e Florestan Fernandes).

- **Relação homem-natureza**:

- A questão do trabalho na perspectiva antropológica e histórica.
- A relação homem-natureza nas diversas sociedades.
- Capitalismo e trabalho.

- **Indivíduo, identidade e socialização:**

- A questão do indivíduo/ individualidade e socialização.
- A questão da família e da escola na formação do indivíduo.

Estrutura e estratificação social, as desigualdades sociais

- Relação entre estrutura social e estratificação.
- A diversidade das desigualdades sociais.

Mudanças, transformação social e movimentos sociais

- Mudanças sociais e revoluções; diferentes abordagens teóricas.
- Movimento operário.
- Os movimentos sociais contemporâneos.

Política, Cultura e diversidade

- Política, Estado, dominação e poder.
- O conceito antropológico de cultura e a compreensão do homem como totalidade.
- A unidade humana e a diversidade cultural.

Indústria cultural e ideologia

- Os meios de comunicação e a massificação/ homogeneização cultural.
- A Educação como técnica de planejamento social e desenvolvimento da democracia.

FILOSOFIA

EMENTA: A Diretriz Curricular de Filosofia do Estado do Paraná (DCE - PR) organiza seu ensino a partir de seis conteúdos estruturantes, conhecimentos de maior amplitude e relevância que, desmembrados em um plano de Ensino de Filosofia, de-verão garantir conteúdos relevantes e significativos ao estudante. Estes conteúdos estruturantes são: Mito e Filosofia; Teoria do Conhecimento; Ética; Filosofia Política; Estética; Filosofia da Ciência.

Conteúdos por Semestre

1°SEMESTRE

1) Ferramentas do filosofar/do estudar

Orientações para resumo cursivo e esquemático.
Orientações para resenha.
Orientações para apresentação em seminários, em aulas, etc.

2) Mito de Filosofia

Especificidades dos conhecimentos do Senso
Comum – Bom Senso – Conhecimento Mítico e Filosofia, Ciência.
Contexto histórico e político do surgimento da Filosofia.

O processo de construção da cultura humana (processo de humanização – cultura e humanização). A ciência como mito: interesses políticos e econômicos.

3) Teoria do Conhecimento

O conhecimento como problema: O que é conhecer? Conceituação da ciência, da filosofia. Saber acumulado, concreto, abstrato. Modos de conhecer o mundo: Tradição, Senso Comum – Bom Senso – Conhecimento Mítico, Religioso, Filosófico e Científico. Teorias do conhecimento: Inatismo, Ceticismo, dogmatismo, empirismo, racionalismo, idealismo, materialismo dialético, subjetivismo, relativismo. Critérios de verdade– possibilidade e Abrangência do conhecimento – Origem do conhecimento. Fatores históricos e temporais que interferem na construção do conhecimento.

4) Ética

Diferença entre problema ético e problema moral. Ética especulativa, normativa, propositiva e transgressiva. Relações de trabalho: trabalho e libertação / trabalho e alienação. Ética na perspectiva da Filosofia Sulamericana (Filosofia da libertação).

2º SEMESTRE

5) Filosofia Política

Iluminismo – liberalismo – Neoliberalismo – marxismo - socialismo – comunismo.
Relações de poder: política, ideologia e contra-ideologia.
Democracia: participação do povo e crise da representação política.
Democracia: Direitos Humanos e Políticos e Direitos Sociais Básicos (Onde está o nó da questão?). O sentido do poder na soberania, na democracia, na liberdade e na tolerância.
Política na perspectiva da Filosofia Sulamericana (Filosofia da libertação).

Estética (Arte)

Conceitos e objetos da estética.
A arte e a indústria cultural
Ideologia no belo e da arte – relação entre estética e política.

7) Filosofia da Ciência

Crítica aos princípios e métodos científicos.

A provisoriedade do conhecimento científico.
Ciência refém da ideologia, da religião, da política, da economia.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Conceitos de história e historiografia**.** História da Educação: recorte e metodologia. Educação Clássica: Grécia e Roma**.** Educação Medieval. Renascimento e Educação Humanista. Aspectos Educacionais da Reforma e da Contra-Reforma. Educação Brasileira no Período Colonial e Imperial: pedagogia "tradicional". Primeira República e Educação no Brasil (1889-1930): transição da pedagogia tradicional à pedagogia "nova". Educação no período de 1930 a 1982: liberalismo econômico, escolanovismo e tecnicismo. Pedagogias não-liberais no Brasil: características e ex-poentes. Educação Brasileira contemporânea: tendências neoliberais, pós-modernas versus materialismo histórico.

Conteúdos por Semestre

1º SEMESTRE

- Educação Clássica: Grécia e Roma.
- Educação Medieval.
- Renascimento e Educação Humanista.
- O Mercantilismo e os Aspectos Educacionais da Reforma e a Contra Reforma religiosa.
- Os Jesuítas – Um projeto político educacional.
- O Iluminismo e a Reforma Pombalina.
- Ascensão da burguesia na Europa e as origens da Escola Pública – a chegada da família Real ao Brasil.
- A Educação no Império – Constituição de 1824.
- Primeira República – Constituição de 1891. O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico.

2º SEMESTRE

- Segunda República – Getulio Vargas e as propostas educacionais.- Constituições de 1932 e 1937.

Governos Populistas – Constituição de 1946 e o projeto de tramitação da LDB 4024/61.

- Regime Militar – Constituição de 1967 - e as conseqüências para a educação brasileira.

- República pós-ditadura - Constituição de 1988 e a construção da nova LDBEN – 9394/96.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Pensar filosoficamente (criticamente) o ser social, a produção do conhecimento e a educação fundados no princípio histórico – social. Introdução à Filosofia da Educação norteada pela reflexão com base nas categorias de totalidade, historicidade e dialética. Principais pensadores da Filosofia da Educação moderna e contemporânea:

• Locke (1632 – 1704) e o papel da experiência na produção do conhecimento.

• Comenius (1592 – 1670) e Hebart (1776 – 1841): a expressão pedagógica de uma visão essencialista do homem.

• Rousseau(1712 – 1831): oposição à pedagogia da essência.

• Dewey(1859-1952): o pragmatismo.

• Marx e Gramsci: a concepção histórico – crítica da educação.

Conteúdos por Semestre

1º SEMESTRE

- Conceito, importância e metodologia da Filosofia.
- A atitude filosófica (a reflexão crítica).
- Mito e Filosofia.
- Clássicos da Filosofia: Os pré-socráticos e os sofistas.
- Os principais filósofos gregos: Sócrates, Platão e Aristóteles; e suas concepções de educação, sociedade, mundo, homem.
- Os principais períodos da História da Filosofia.
- As fontes do conhecimento: O Empírico e o Racionalismo.
- As bases do pensamento moderno: Descartes (a ciência positiva), Locke (a experiência) e Kant (síntese do empirismo e do racionalismo). As bases do

pensamento contemporâneo: Comte e Durkhein (o positivismo), Hegel (o conhecimento universal), Sartre (o existencialismo) e Hussel (a fenomenologia).
- A concepção dialética da filosofia: Marx e Engels (materialismo histórico e dialético).
- As relações de trabalho e poder (trabalho e alienação).

2º SEMESTRE

- A Filosofia da Educação enquanto reflexão.
- O homem como ser histórico.
- Educação como redenção, reprodução e transformação da sociedade.
- As teorias socialistas, crítico-reprodutivistas, progressistas e construtivistas.
- A abordagem histórico-cultural de Vigotsky.
- Tendências pedagógicas na prática escolar: pedagogia libertadora tradicional, renovada progressista, renovada não-diretiva e tecnicista.
- Pedagogia progressista libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos.
- Os novos pensadores da Educação e suas teorias: Morin, Perrenoud, Coll, Nóvoa, Hernández e Toro.

FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

EMENTA: O que é educação e o que é sociologia? A Educação como um fenômeno que é estudado pelas ciências sociais, especialmente pela sociologia.
Os diferentes olhares sobre a educação. Educação em diferentes formações sociais. Educação na teoria de Durkeim. Educação na teoria de Karl Marx. Educação na teoria de Weber. Educação na teoria de Gramsci. Educação na teoria de Florestan Fernandes. Educação e a industrialização. Relação entre saber e poder. Educação dentro e fora da escola. Teorias sobre a educação escolar e a desigualdade social. Bordieu: educação e reprodução cultural. Escola no Brasil. A educação como fato social, com as características de coerção, exterioridade e generalidade. Indivíduo e consciência coletiva. A Educação em diferentes formações sociais. Gênero e a educação. Desigualdades de acesso à educação. Educação escolar e exclusão social. Educação como fator essencial e constitutivo do equilíbrio da sociedade. A educação como técnica de planejamento e desenvolvimento da democracia. Crítica a essa visão teórica.

Conteúdos por Semestre

1º SEMESTRE

- O que é Educação e o que é Sociologia?
- A Educação como um fenômeno que é estudado pelas ciências sociais, especialmente pela sociologia

Os diferentes olhares sobre a educação:

- Augusto Comte – Positivismo.
- A Educação e o Funcionalismo de Emile Durkeheim.
- A Educação Republicana – laica de acordo com o desenvolvimento da divisão do trabalho social (os sociólogos brasileiros que desenvolveram estudos a partir dessa teoria, tais como Fernando de Azevedo e Lourenço Filho).
- A Educação como fator essencial e constitutivo do equilíbrio da sociedade.
- A Educação como técnica de planejamento social e desenvolvimento da democracia Criticas a essa visão.

As teorias Criticas sociológicas da educação escolar :

O trabalho e a educação no pensamento de Karl Marx e F. Engels.
- A racionalização da sociedade e a educação no pensamento de Max Weber.

A Educação como esfera de constituição de hegemonia e de contra hegemonia
- A Educação, produção e reprodução social.
- A escola como aparelho ideológico do estado.
- A escola pública enquanto mecanismo de integração da força de trabalho.

2º SEMESTRE

Estudos socioantropológicos sobre a educação e escola no Brasil (urbano e rural):

- A educação no campo.
- Movimento dos trabalhadores Sem-Terra e das ONGs.
- Educação dos Jovens e Adultos.

Concepções de Criança / infância como construção histórica e social; A infância no Brasil (urbano e rural)

Encaminhamento Metodológico

O encaminhamento metodológico para a disciplina de Fundamentos Sociológicos da Educação deverá observar os seguintes itens:

- Compor um arsenal teórico que ajude os professores a se orientarem, juntamente com as outras disciplinas, mas que deva oferecer aos futuros professores instrumentos para olhar a sociedade e a escola, as crianças, as famílias, a sua prática docente e o contexto macro social e político;
- Transição do senso comum para a consciência cientifica, por meio do desprendimento das imagens já construídas sobre a escola, os professores, os pobres, os ricos, as igrejas, as religiões.

FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Introdução ao estudo da Psicologia; Introdução à Psicologia da educação; Principais teorias psicológicas que influenciaram e influenciam a psicologia contemporânea: Skinner e a psicologia comportamental; Psicanálise e educação. O sócioconstrutivismo: Piaget, Vygotsky, Wallon**.** Psicologia do desenvolvimento da criança e do adolescente. Desenvolvimento da criança e do adolescente. Desenvolvimento humano e sua relação com aprendizagem. A linguagem, os aspectos sociais, culturais e afetivos da criança e a cognição.

Conteúdos por Semestre

1ª SEMESTRE

- Introdução ao estudo da psicologia.
- Histórico – evolução da psicologia.
- Principais teorias psicológicas e da aprendizagem.
- Reflexológico – I. Paula.
- Behaviorismo. B. F. Skinner.
- Gestalt, Kohler, Wertheiner, Kofka.
- Psicanálise de S. Freud.

2º SEMESTRE

- Introdução à psicologia da educação e as abordagens de ensino
- Desenvolvimento e aprendizagem.
- Epistemologia genética de Jean Piaget.

- Psicologia sócio-hitórica. L. S. Vygotsky.
- Psicogênese de H. Wallon.
- Pensamento e linguagem.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

EMENTA: Contexto sócio-político e econômico em que emerge e se processa a EI e seus aspectos constitutivos (sócio-demográficos, econômicos e culturais). Concepções de infância: contribuições das diferentes ciências -Antropologia, Filosofia, História, Psicologia, Sociologia. Infância e família. Infância e sociedade. Infância e cultura. História do atendimento à criança brasileira: políticas assistenciais e educacionais para a criança de zero a seis anos. A política de educação pré-escolar no Bra-sil. Perspectiva histórica do profissional de EI no Brasil. As crianças e suas famílias: diversidade. Políticas atuais: legislação e financiamento.

Conteúdos por Semestre

1º SEMESTRE

- Fundamentos da disciplina.
- Concepção de infância nas sociedades passadas e época contemporânea.
- Relacionamento entre pais e filhos na História do Brasil.
- Principais causas da necessidade de Educação Infantil no passado.
- Origem das instituições infantis.
- Principais educadores do passado que influenciaram a Educação Infantil.
- As primeiras instituições infantis no Brasil.
- Importância da Educação Infantil:
- Finalidades e objetivos.
- Funções: brincar, educar e cuidar.

2º SEMESTRE

- A política da Educação Infantil:
- Legislação.
- Constituição de 1988.
- Parecer 22/98.
- Deliberação 03/99.

- Deliberação 02/05.
- Diretrizes Curriculares Nacionais.
- LDB 9394/96.
- ECA.
- Profissional de Educação Infantil no Brasil:
- Relação adulto/criança.
- A família e sua influência.
- A escola: ambiente físico e social.
- Perfil profissional do atendente infantil.

TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

EMENTA: Os processos de desenvolvimento, aprendizagem e desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos - afetividade, corporeidade, sexualidade. Concepção de desenvolvimento humano como processo recíproco e conjunto: o papel das interações (adulto / criança e criança / criança). Articulação cuidado / educação. Concepções de tempo e espaço nas instituições de EI. O jogo, o brinquedo e a brincadeira na EI. Linguagem, interações e constituição da subjetividade da criança. Relações entre família e instituição de EI. A educação inclusiva na EI. Especificidades em relação à organização e gestão do processo educativo: o trabalho pedagógico na EI: concepção de educação, planejamento, organização curricular, gestão, avaliação. Relações entre público e privado. Gestão democrática, autonomia, descentralização. Políticas públicas e financiamento da EI e suas implicações para organização do trabalho pedagógico. Propostas pedagógicas para a EI. Legislação, demais documentos normativos e documentos de apoio, de âmbito federal (MEC e CNE), estadual (SEED e CEE) e local (sistemas municipais), para a organização do trabalho na EI: contexto de elaboração, interpretações e implicações para as instituições.

Conteúdos por Série

2ª SÉRIE

- Fundamentos e objetivos da disciplina.
- Processo de desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos nos aspectos bio-psico-social e afetivo.

- Interação social na Educação Infantil (adulto / criança e criança / criança).
- Concepções de tempo e espaço nas instituições de Educação Infantil.
- O jogo, o brinquedo e a brincadeira na Educação Infantil.
- Estimulação como fator de aprendizagem.
- O processo de desenvolvimento da linguagem da criança.
- Relações entre família e instituição de Educação Infantil.
- Métodos pedagógicos na Educação Infantil:
- Tendência romântica: Froebel, Decroly e Montessori.
- Tendência cognitiva: J. Piaget e Wallon.
- Tendência crítica: C. Freinet.
- Trabalho da Educação Infantil nas creches:
- A realidade das creches no Brasil.
- O profissional das creches.

3ª SÉRIE

- Fundamentos e objetivos da disciplina.
- Políticas Públicas da Educação Infantil:
- Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos no Estado do Paraná.
- A Educação Infantil, as novas definições e a legislação.
- O financiamento da Educação Infantil e suas implicações para organização do trabalho pedagógico.
- Situação da Educação Infantil no Paraná.
- Relações entre o Público e o Privado.
- O currículo da Educação Infantil:
- RCNEI
- Currículo Básico
- Proposta Pedagógica
- Planejamento
- Avaliação.
- A Educação Infantil e a diversidade:
- Gestão democrática
- A autonomia da criança
- Declaração de Salamanca
- Educação Inclusiva (objetivos)

- O trabalho de Inclusão
- O profissional de Educação Infantil.

CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

EMENTA: Reflexão crítica de questões ético - políticas e educacionais na ação do educador quanto à interação dos alunos com necessidades educacionais especiais. A proposta de inclusão visando à qualidade de aprendizagem e sociabilidade para todos, e principalmente, ao aluno com necessidades educacionais especiais. Conceito, legislação, fundamentos históricos, sócio - políticos e éticos. Formas de atendimento da Ed. Especial nos sistemas de ensino. A ação do educador junto a comunidade escolar: inclusão, prevenção das deficiências. As especificidades de atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais e apoio pedagógico especializado nas áreas da educação especial. Avaliação no contexto escolar. Flexibilização curricular, serviços e apoios especializados. Áreas das deficiências: mental, física neuromotor, visual, da surdez, das condutas típicas, da superdotação e altas habilidades.

Conteúdos por Semestre

1º SEMESTRE

- Concepção histórica da pessoa com necessidades especiais
- Conceituação da educação especial
- Fundamentação da educação especial:
- Constituição Federal.
- Constituição Estadual.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96.
- Estatuto da Criança e do Adolescente
- Plano Nacional da Educação-Lei 10.172/01
- Declaração Mundial de Educação Para Todos – JOMTIEN (1990).
- Declaração de Salamanca (1994)
- Deliberação número 02/03 – CEE.
- Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (2001).

- Classificação e caracterização da pessoa com necessidades educacionais especiais:
- Altas habilidades, deficiência mental, deficiência física, surdez, deficiência visual, múltiplas deficiências, condutas típicas.
- Prevenção de deficiências:
- Período pré-natal, período peri-natal e período pós-natal.

2º SEMESTRE

- Identificação da pessoa com necessidades educacionais especiais:
- Avaliação psicoeducacional, importância, objetivos, instrumentos de avaliação e recursos humanos envolvidos.
- Modalidades de atendimento educacional:
- Serviços especializados:
- Classe Especial.
-Escolas Especiais.
- Classes de Educação Bilíngüe.
- Escola de Educação Especial para Surdos com
- Educação Básica.
- Serviços de apoio pedagógicos especializados para apoiar, complementar e suplementar a escolarização formal:
- Intérprete de Libras/Língua Portuguesa.
- Instrutor surdo de Libras – (atua nos CAES).
- Escolas para surdos.
- Professor de apoio permanente.
- Sala de recursos (1 a 4 e 5 a 8 séries).
- Centro de atendimento especializado – CAE.
- Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual.
- (CAP).
- Inclusão na escola e sociedade: Na área educacional, no âmbito do trabalho e no campo do lazer.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.

EMENTA: Organização do sistema escolar brasileiro: aspectos legais. Níveis e modalidades de ensino. Elementos teórico-metodológicos para análise de políticas públicas: Nacional, Estadual e Municipal. Políticas para a Educação Básica. Análise da política educacional para a Educação Básica -Nacional, Estadual e Municipal. Políticas para a Educação Básica. Análise da política educacional para a Educação Básica -Nacional, Estadual e Municipal. Apresentação e análise das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação. Apresentação e análise crítica dos Parâmetros Curriculares e temas transversais. Financiamento educacional no Brasil. Fundamentos teórico-metodológicos do trabalho docente na Educação Básica. O trabalho pedagógico como princípio articulador da ação pedagógica. O trabalho pedagógico na Educação Infantil e Anos Iniciais. Os paradigmas educacionais e sua prática pedagógica. Planejamento da ação educativa: concepções de currículo e ensino. O currículo e a organização do trabalho escolar.

Conteúdos por Série

1ª SÉRIE

1. Organização do Sistema Escolar Brasileiro

1.1. O que é Educação: (Histórico; Constituição, Lei nº 4024/61, Lei nº 5692/71, Lei nº 9394/96)

1.2. Sistema Escolar

1.3. Sociedade e Sistema Escolar

1.4. Estrutura e Funcionamento do Sistema Escolar Brasileiro

2. A Escola Pública como espaço da educação de qualidade

2.1. Princípios da Educação:

2.2. Estrutura Administrativa do Ensino: (Nacional, Estadual, Municipal)

2.3. Recursos Financeiros da Educação

3. Estrutura Administrativa e Pedagógica do Cotidiano Escolar (Instituição)

3.1. Histórico da Escola

3.2. Organização Curricular (Currículo, matriz, calendário, terminalidade...)

3.3. Gestão Escolar / Conselho Escolar

3.4. Organização disciplinar: (Regime Escolar, Estatuto da Criança e do Adolescente, Regimento Escolar)

3.5. Organização Didática: (Filosofia da Escola, Objetivo do Curso, Avaliação, Aprovação, Conselho de Classe)

4. Estrutura Administrativa e Didática da Educação Básica

4.1. Finalidade da Educação Básica

4.2. Níveis – Etapas – Modalidades

4.3. A Lei de Diretrizes e Bases e a Educação Básica (Ed. Infantil, matrícula, jornada diária, ano letivo, freqüência, estudos de Recuperação, competências do Ensino fundamental...)

2ª SÉRIE

1. A Escola Pública como espaço da Educação de Qualidade

1.1. Garantia do direito à educação

1.2. Políticas para a Educação Pública

1.3. A Construção da Gestão democrática (amparo legal)

1.4. Plano de Educação (PNE – PEE – PME)

2. Gestão da Escola Pública

2.1. Antonomia: (conceitos, dimensões, formas)

2.2. Gestão democrática na escola e os mecanismos de participação

2.3. Política Educacional para a Educação Básica

2.4. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação

3. Projeto Político Pedagógico

3.1. Princípios, pressupostos, construção do P.P.P.

Diversidade Cultural / Inclusão

3.3. Trabalho como princípio educativo

3.4. Interdisciplinaridade

3.5. Propostas curriculares (disciplinas)

4. O trabalho docente na Educação Básica

4.1. O trabalho pedagógico na Educação Infantil e séries iniciais

4.2. Planos e programas oficiais

4.3. Parâmetros Curriculares Nacionais e Temas transversais

4.4. Proposta Curricular do Estado do Paraná

4.5. Paradigmas Curriculares

4.6. Planejamento da Ação Educativa

5. O papel dos profissionais da educação frente a gestão escolar

5.1. Identidade Profissional

5.2. Formação de recursos humanos

5.3. Gestão democrática e os trabalhadores em educação

LITERATURA INFANTIL

EMENTA: Contexto histórico da Literatura Infanto Juvenil, A primeira Leitura. Natureza mito poética na infância da humanidade e na infância do homem. Narrativa oral -o mundo simbólico dos contos de fadas. A importância do contador de histórias; Universo da poesia para crianças: Cecília Meireles**,** Sidónio Muralha e outros. Monteiro Lobato: realidade e imaginário. A formação do conceito de infância no educador: Lygia Bojunga Nunes, Ana Maria Machado e outros. Os clássicos reinventados e o panorama atual na narrativa e na poesia.

Conteúdos por Semestre

1º SEMESTRE

Unidade I

- A história da Literatura Infantil no mundo.
- A Literatura Infantil no Brasil com Monteiro Lobato.
- Literatura Infantil pós – Lobato.

Unidade II

- Literatura Infantil Contemporânea.
- Tendências temáticas e estilísticas da atual literatura contemporânea.

2º SEMESTRE

Unidade III

- O texto literário e as metodologias de abordagem textual.
- Gêneros literários: poesia infantil, a narrativa / Contos de Fadas, o Teatro, ditos poéticos.

Unidade IV

- Interesses de Leitura e seleção de Textos.
- O professor – leitor e formador de leitores (Projeto: leitura, pelas alunas de todo acervo de Literatura Infantil disponível).

METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E ALFABETIZAÇÃO

EMENTA: A leitura e a escrita como atividades sociais significativas. A atuação do professor de Língua e Alfabetização: pressupostos teórico-práticos. As contribuições das diferentes Ciências (História, Filosofia, Psicologia, Pedagogia, Lingüistica, Psicolingüística, Sociolingüística) na formação do professor de Língua Portuguesa e Alfabetização. Estudo e análise crítica dos diferentes processos de Ensino da Língua Portuguesa, da Alfabetização e do Letramento**.** Considerações teórico-metodológicas para a prática pedagógica de Alfabetização e Letramento. **Conteúdos Básicos:** lin-guagem e sociedade; concepção de linguagem, de linguagem escrita, de alfabetização e de letramento; concepção de ensino e de aprendizagem; teorias sobre aquisição do conhecimento e sobre aquisição da leitura e escrita; concepção de variação lingüistica; conceito de texto, de leitura e de escrita; padrões silábicos da língua; tipologia textual e funções da linguagem; processo de avaliação; história da escrita; análise crítica dos processos de alfabetização; noções básicas e fonética; características do sistema gráfico da língua portuguesa; procedimentos metodológicos; leitura e interpretação; produção e reescrita de textos; análise lingüistica; atividades de sistematização para o domínio do código; análise crítica dos PCNs e dos RCNEI; análise crítica dos diferentes programas de alfabetização desenvolvidos no Brasil; análise crítica de materiais didáticos de alfabetização e ensino da língua portuguesa; o papel da escola como promotora de alfabetização e letramento; como alfabetizar letrando.

Conteúdos por Série

3ª SÉRIE

- Concepção de língua e linguagem.
- A escrita e sua história.
- Conceito histórico de alfabetização.
- Evolução das concepções do processo de alfabetização.
- Métodos de alfabetização.
- Vocabulário infantil, pensamento e linguagem.

- Aquisição da linguagem oral e escrita.
- Fatores psico-sóciolingüísticos que interferem na aprendizagem da leitura e da escrita.
- Proposta Pedagógica para a alfabetização.
- Análise do Currículo Básico e RCNEI.
- Principais destaques dos programas de alfabetização.
- Programas de alfabetização para jovens e adultos.

4ª SÉRIE

- Tipologia textual: os diferentes tipos de texto.
- Encaminhamento metodológico: a leitura, produção de textos, reescrita de textos e análise lingüística.

Processo de avaliação.

- Análise crítica de materiais didáticos utilizados no ensino da Língua Portuguesa.
- Análise dos PCNs (segundo ciclo).
- Diretrizes curriculares do Ensino Fundamental.

METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA

EMENTA: Concepções de ciência e de conhecimento matemático das Escolas Tradi-cional, Nova, Tecnicista. Construtivismo e Pedagogia Histórico-Crítica. Pressupostos teórico-metodológicos do ensino e aprendizagem de Matemática e/ou tendências em Educação Matemática. Conceitos matemáticos, linguagem matemática e suas re-presentações. Cálculos e/ou algoritmos. Resolução de problemas. Etnomatemática. Modelagem matemática. Alfabetização tecnológica. História da matemática. Jogos e desafios. Pressupostos teórico-metodológicos da alfabetização matemática

Conteúdos por Semestre

1º SEMESTRE

- Concepções de ciência e de conhecimento matemático das escolas tradicional, nova, tecnicista, construtivismo e pedagogia histórica crítica.
- Pressupostos teóricos e metodológicos do ensino e aprendizagem de Matemática e/ou tendências em Educação Matemática:
- Conceitos matemáticos.

Linguagem matemática e suas representações.
- Cálculos e/ou algoritmos.
- Resolução de problemas.
- Etnomatemática.
- Modelagem matemática.
- Alfabetização tecnológica.
- História da matemática.
- Jogos e desafios.

2º SEMESTRE
- Especificidades inter-relações entre eixos de matemática, números e medidas geométricas.
- Conteúdos específicos por séries.

METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

EMENTA: História e memória social. As finalidades do ensino de História na sociedade brasileira contemporânea. A transposição didática da história e a construção da compreensão e explicação histórica. Relação entre a construção da noção de tempo e espaço e leitura do mundo pela criança. O trabalho com as fontes históricas. Objetivos e conteúdos programáticos de história dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento, seleção e avaliação em história. Análise crítica do material didático.

Conteúdos por Semestre
1º SEMESTRE
-.História e memória social: as finalidades do ensino de História na sociedade brasileira contemporânea:
- Concepção de História;
- Histórico do ensino no Brasil;
- Estudos Sociais: fundamentos, implantação e experiências no Brasil;
- O ensino de História no quadro das tendências históricas da educação brasileira;

- Novas tendências. A transposição didática da história e a construção da compreensão e explicação histórica
-Teorias críticas da aprendizagem: construtivismo e sociointeracionismo .Ensinar História: o que, como, quando.
- O papel do professor no ensino de História. Relação entre a construção da noção de tempo e espaço e leitura do mundo pela criança:
- Temporalidade: tempo vivido, percebido e concebido; desenvolvimento da noção de tempo e espaço na criança; - duração, permanência, continuidade e mudança; - relação passado / presente no pensamento histórico: aqui / hoje, hoje / em outro lugar e aqui / ontem.

2º SEMESTRE

-Trabalho com as fontes históricas:
- Textos de épocas;
- mapas históricos;
- Constituição do Brasil;
- meios de comunicação;
- poemas e letras de música;
- pesquisa, entrevista e outras fontes;
- possibilidades históricas do meio.

METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

EMENTA: Concepções de Geografia -a Geografia como Ciência. Compreensão do espaço produzido pela sociedade (espaço relacional). Aspectos teóricos -metodológicos de ensino da geografia. Objetivos e finalidades do Ensino da Geografia na Proposta Curricular do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, atendendo as especificidades do Estado do Paraná (quilombolas, indígenas, campo e ilhas). Relação entre conteúdos, método e avaliação. Os conteúdos básicos de Geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais. Diferentes tendências da Geografia. Bibliografia e concepção de Geografia como ciência. Análise crítica e elaboração de recursos didáticos para

Educação Infantil e Anos Iniciais. Análise crítica dos livros didáticos dos Anos Iniciais.

Conteúdos por Semestre

1º SEMESTRE

Mas que coisa é homem, que há sob o nome uma geografia? Carlos Drumond Andrade.

1. A geografia tem história

1.1 O Homem “encaixado” no quadro natural

1.2 A matemática a serviço da geografia

1.3 Em busca de um espaço mais humanizado

1.4 A geografia no Brasil.

2. A escrita da terra

2.1 Espaço geográfico

2.2 Tempo: na origem dos espaços

2.3 Produção de necessidades

2.4 Transformando a natureza e o próprio homem.

3. Ciclo Básico: A geográfica da vida cotidiana.

3.1Conhecimento que a criança traz

3.2Explorando o espaço da escola

3.3Alfabetizar par o mapa

3.4Procurando o rumo

3.5Itinerário casa/ escola

3.6Movimentos do sol

2º SEMESTRE

4. O trabalho organiza o espaço

4.1Relação cidade/ campo

4.2O local de produção

4.3Recursos da natureza

4.4Produzir é reproduzir espaço
4.5A sociedade modifica a natureza
4.6Construindo com o aluno

5. Recortes do Espaço
5.1Mapas e Plantas
5.2Pesquisa e estudo do meio
5.3Filmes
5.4Documentos históricos
5.5Painéis de textos e figuras
5.6Jogos para sala de aula
5.7Livro didático: um gira ou uma camisa de força

METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS

EMENTA: O Ensino de Ciências e a construção de uma cultura científica que possibilite ao cidadão comparar as diferentes explicações sobre o mundo. A energia para a vida e a inserção do homem no contexto do universo. Aprendizagem integrada de ciências como possibilidade para a compreensão das relações ciências, sociedade, tecnologia e cidadania. A construção dos conceitos científicos. O pensamento racional e o pensamento intuitivo na aprendizagem de ciências**.** O papel dos professores**,** das famílias e das comunidades na aprendizagem formal e informal de ciências.

Conteúdos por Semestre
1º SEMESTRE
- O ensino de Ciências e a construção de uma cultura científica que possibilite ao cidadão comparar as diferentes explicitações sobre o mundo.
- O histórico do ensino de Ciências.
- O pensamento racional e o pensamento intuitivo na aprendizagem de Ciências.
- A relação ciência-sociedade-tecnologia.
- A energia para a vida e a inserção do homem no contexto do universo.

- Noções de espaço / tempo e casualidade no que diz respeito à matéria, energia e suas transformações.

2º SEMESTRE

O acompanhamento do processo de aprendizagem e os conteúdos específicos por série – 1ª a 5ª séries do ensino fundamental:

- Currículo Básico para a escola pública do Paraná (eixos: Noções de Astronomia, Transformação e Interação de Matéria e Energia, Saúde - Melhoria da Qualidade de Vida).
- Diretrizes Curriculares Estaduais – Ciências.
- Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil e Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental (análise crítica). Livros Didáticos (análise crítica).

METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE

EMENTA: O papel da arte na formação humana, como conhecimento, como trabalho, como expressão. Estudos das diferentes concepções de arte. Conhecimento, trabalho e expressão, sua relação com o ensino. Estudo das tendências pedagógicas - Escola Tradicional, Nova e Tecnicista - com ênfase nos marcos históricos e culturais do ensino da arte no Brasil. Conhecimento teórico e prático dos elementos formais e de composição das artes visuais, da música**,** da dança e do teatro e sua contribuição na formação dos sentidos humanos desde a Educação Infantil e Anos Iniciais**.** Abordagens metodológicas para o ensino de artes. A atividade artística na escola: fazer e apreciar a produção artística. As atividades artísticas como instrumental para a Educação Infantil e Anos Iniciais.

Conteúdos por Semestre

1º SEMESTRE

- Estudo das tendências pedagógicas com ênfase nos marcos históricos e culturais do ensino de arte no Brasil.
- O papel da arte na formação humana.

- História da arte:
- Pré-História.
- Antiguidade.
- Arte Cristã.
- Arte Bizantina.
- Europa Ocidental e Idade Média.
- Renascimento.
- Barroco.
- Neoclassicismo e Romantismo.
Realismo.
- Principais Movimentos Artísticos do Século XX.
- A arte no Brasil: arte indígena e estilo barroco.

Conhecimento teórico e prático dos elementos formais e de composição das Artes Visuais, da Música, da Dança e do Teatro (artes cênicas) e sua contribuição na formação dos sentidos humanos desde a Educação Infantil e séries iniciais.

2º SEMESTRE
- Abordagens metodológicas para o ensino de artes na Educação Infantil e Ensino Fundamental:
- Currículo Básico X PCN.
- Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental.
- A atividade artística na escola: fazer e apreciar a produção artística.
- "Artistas" brasileiros e estrangeiros.

METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

EMENTA: O movimento humano e sua relação com o desenvolvimento dos domínios motor, cognitivo e afetivo - social do ser humano. Desenvolvimento motor e aprendizagem motora. A Educação Física como componente curricular. A cultura corporal de movimentos: ação e reflexão. A criança e a cultura corporal de movimentos: o resgate do lúdico e a expressão da criatividade.

Conteúdos por Semestre

1º SEMESTRE

- A Educação Física como componente curricular.
- Desenvolvimento psico-motor e aprendizagem motora.
- O movimento humano e sua relação com o desenvolvimento dos domínios motor, cognitivo e afetivo-social do ser humano.

2º SEMESTRE

- A cultura corporal de movimentos: ação e reflexão.
- A criança e a cultura corporal de movimentos; o resgate do lúdico e a expressão da criatividade.

PRÁTICA DE FORMAÇÃO (ESTÁGIO SUPERVISIONADO)

EMENTA: Sentidos e significados do trabalho docente. Pluralidade cultural, as diversidades, as desigualdades e a educação. Condicionantes da infância e da família no Brasil e a organização da educação. A ação docente, as práticas pedagógicas e a formulação da didática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa.

Temáticas do Estágio

1º - Sentidos e significados do trabalho do professor educador.
2º - A pluralidade cultural, as diversidades, as desigualdades e a educação.
3º - Condicionantes da infância e da família no Brasil e os fundamentos da Educação infantil; Artes, brinquedos, crianças e a educação nas diferentes instituições. O processo de conhecimento e aprendizagem da criança numa perspectiva histórico-cultural.
4º - Ação docente e práticas pedagógicas.

Colégio Estadual "Professor Sílvio Tavares"
Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Rua João Manoel dos Santos, 1350 - Fone/Fax 532-4305 - Cambará - PR

Aut. De Func. Dec. 2432/76 - D.O.E. d 29/10/76 Rec. Do Estab. Res. 1709/82 - D.O.E. de 15/07/82

11.3 PROPOSTA PEDAGÓGICA

CURRICULAR

RECURSOS HUMANOS

DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO

Carga horária total: 100 h/a – 83 h/r

EMENTA

Relações de trabalhistas - Direito dos trabalhadores e dos empregadores sobre a ótica da CF; OIT; CLT e Legislações Específicas.

CONTEÚDOS:

- História da Legislação do Trabalho e sua Razão de Ser;
- Legislação Trabalhista;
- Sindicatos - Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho;
- Processos Trabalhistas: Características das Demandas Judiciais, partes e substitutos;
- Legislação Previdenciária;
- Reflexos Legais, Assédio Moral e Sexual (OIT);
- Restrições Legais às Políticas de RH: a Regulação do Mercado de Trabalho.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

Carga horária total: 80 h/a - 66 h/r

EMENTA

Estratégias de capacitação e desenvolvimento de pessoas. Gerenciamento de necessidades de capacitação e desenvolvimento. Elaboração, execução e avaliação de programas de capacitação e desenvolvimento. Avaliação de desempenho.

CONTEÚDOS

- Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal**.**

- Aspectos gerais; importância da capacitação, legislação e políticas pertinentes;
- Evolução do treinamento empresarial;
- Atribuições e organização de um órgão de treinamento;
- Legislação relativa ao treinamento;
- Políticas de capacitação de recursos humanos;
- Papel da capacitação na empresa e na sociedade;
- Educação e treinamento;
- Planejamento e desenvolvimento de programas de treinamento;
- Levantamento de necessidades de treinamento;
- Elaboração de programas de treinamento;
- Desenvolvimento de planos de treinamento;
- Programas de cursos: cronogramas
- Registro e controle de cursos
- Técnicas e recursos utilizados;
- Tecnologia moderna e a capacitação;
- Recursos complementares a capacitação;
- Treinamento Técnico e Administrativo;
- Treinamento de Estagiário
- Treinamento Introdutório
- Formação Profissional
- Treinamento e desenvolvimento gerencial
- Formação e aperfeiçoamento de instrutores
- Sistema de avaliação do treinamento
- Conceito de Avaliação do Desempenho;
- Avaliação do Desempenho versus Avaliação e Gestão de Competências.
- Avaliação do desempenho como processo
- Objetivos da Avaliação do Desempenho;
- Intervenientes e Responsáveis pela Avaliação;
- Principais etapas de um Processo de Avaliação do Desempenho;
- Da Avaliação de Competências à Gestão das Competências: Definição de Competência. Atitudes, Personalidade e Competência. Competência e Desempenho. Identificação e Avaliação das Competências. Identificação das

Competências. Fatores determinantes do Desempenho Humano. Avaliação das Competências Individuais;

- Métodos de Avaliação do Desempenho: Métodos Tradicionais, Métodos Modernos e Métodos Mistos. Conseqüências da Avaliação do Desempenho. Conseqüências para as Pessoas Avaliadas. Conseqüências para os Avaliadores. Conseqüências para a Organização;
- A Cultura Organizacional, a Gestão e a Avaliação das Competências;
- Concepção e Elaboração de um Plano de Avaliação: Definição das principais etapas. Instrumentos de Diagnóstico. Definição dos Métodos (vantagens e limites de cada método);
- Análise e Avaliação do Plano
- Avaliando e Descobrindo a Produtividade do Trabalhador;
- Incentivos: Remuneração Fixa ou Variável;
- Incentivos: Remuneração Relativa e Torneios;
- Benefícios, Aposentadoria Complementar e Participação Acionária;
- Incentivos baseados em Senioridade;
- Competição pelos Talentos: Políticas em Relação a Ofertas Externas;
- Trabalho em Grupo (team production);
- Tarefas, Autoridade e Delegação (empowerment);

FUNDAMENTOS DO TRABALHO

Carga horária total: 80 h/a – 66 h/r

EMENTA

A perspectiva ontológica do trabalho: O trabalho como condição de sobrevivência e de realização humana. A perspectiva histórica do trabalho: Mudanças no mundo do trabalho, alienação, desemprego, qualificação do trabalho e do trabalhador. Relações sociais e ética: padrões valorativos, determinismo da produção, responsabilidade social e cidadania, determinantes culturais, tradição e negócios; padrões de comportamento profissional; desempenho profissional e cultura. A ética nas relações de trabalho.

CONTEÚDOS

- O trabalho humano: ação sobre o ambiente, produção de cultura e humanização.
- Perspectiva histórica:
- Diferentes modos de produção,
- Industrialismo,
- Alienação e exploração de mais valia,
- Emprego, desemprego e subemprego;
- Organizações dos trabalhadores;
- O papel do estado na proteção aos incapacitados.
- Código de Ética Profissional: Análise e Definições da Profissão; Prescrição Normativa de Conduta;
- Situações Concretas, o Comportamento do Profissional e do Indivíduo, a Ética do Administrador, Gerente ou Gestor (de Dados, de Pessoas, de Recursos ou de Informações);
- Crise de Valores, Imperícia, Negligência, Fraudes de Qualidade e Quantidade Desvios de Conduta x "Normalidade" de Conduta, Permissividade, Valores Individuais, Valores Predominantes ou "Gerais"; Conflito de Interesses, "Insider Information", "Insider Trading", Eleições com Governos, Relações com Partidos Políticos e com Políticos, Relações com Agentes Fiscalizadores;
- Padrões de Qualidade, Monitoramento da conduta Ética, Controle Interno, Códigos Internos de Conduta das Organizações;
- Legislação e Normas Éticas Profissionais.

FUNDAMENTOS SOCIOLOGICOS DAS ORGANIZAÇÕES

Carga horária total: 80 h/a – 66 h/r

EMENTA

Sociedades complexas, diferenciadas, desiguais, multirraciais e pluriétnicas que se formaram a partir da modernidade. Classe social e identidade; diversidade cultural e o multiculturalismo; movimentos sociais, grupos minoritários e ampliação de direitos civis, sociais e políticos. Políticas de inclusão e de exclusão (social, de raça, de gênero, etc). Efeitos da globalização para a cidadania, a identidade cultural e as políticas públicas. Dinâmica das Organizações. Práticas Sociais nas Organizações.

CONTEÚDOS

- Conceitos de Sociedade Complexa, Diversificada, Desigual, Multirracial e Pluriétnica;
- Descontinuidades da Modernidade e Tensões Sociais, Políticas e Culturais Contemporâneas;
- Liberdade e Igualdade na Formação da Esfera Pública. Indivíduo, Sociedade e Ação Coletiva;
- Importância da Cultura e a Questão das Identidades;
- Tradição, Valores e Ordem Moral;
- Diversidade Cultural e Multiculturalismo;
- Globalização e Cultura: Conectividade, Mediação e Comunicação;
- Cidadania, Expansão dos Direitos (civis, sociais e políticos), Movimentos Sociais, ONGs e Grupos Minoritários;
- Política da Diferença e as Relações de Raça, Gênero, Etnia, Preferência Sexual, etc;
- Legislação e Políticas de Inclusão e de Exclusão (preconceitos, segregações, e discriminações);
- Legitimidade dos movimentos sociais.
- Conceito de organização
- Tipos de organizações
- Dinâmica das organizações,
- Organização: pessoas, estratégia, estrutura e processo de trabalho
- Instituições e organizações
- Concepções de sociedade
- Sociedade; a Produção e Distribuição de Bens em Sociedade, a Conotação Moral e a Ética;
- Dominação, Poder e Racionalidade Burocrática
- Novos formatos organizacionais;
- Competitividade e sobrevivência no contexto atual
- Liderança
- Comunicação no trabalho.
- Indivíduos e Organizações
- Relações de Poder
- Hábitos

- Relações interpessoais
- Dimensão intrapessoal no ambiente organizacional.
- Capital Social e Cultural.
- Cultura, Identidade e Estilo de Vida.
- Dinâmicas das Organizações: continuidade e ruptura.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ADMINISTRAÇÃO

Carga horária total: 80 h/a – 66 h/r

EMENTA

Fundamentos da administração. Principais abordagens teóricas. Planejamento, organização, gestão, controle e avaliação. Administração de Recursos Humanos. Conceitos básicos de Logística. Principais conceitos e técnicas utilizados pelo Marketing.

CONTEÚDOS.

- Os fundamentos da administração
- Contextualização
- Abordagens
- Visão sistêmica das organizações
- Conceitos
- As organizações e seu ambiente
- Os subsistemas de uma organização
- Administração como um processo
- Planejamento
- Organização
- Direção
- Controle
- Contexto histórico da Administração de RH;
- História da formação profissional no Brasil;
- Administração de RH nas organizações; objetivos, políticas e estratégias; vínculo empregatício;
- Conceitos básicos de Logística;

- Custo Logístico;
- Conceito e evolução do Marketing.
- Mercado – Conceito Restrito e Alargado;
- Dimensão, Estrutura e Ciclo de Vida de um Mercado;
- Fatores de Evolução dos Mercados;
- Efeitos do Meio Envolvente.
- Teorias e Modelos Explicativos do Comportamento dos Consumidores;
- As Variáveis Psicológicas e Sociológicas que influenciam o Consumo.
- Os Meios de Comunicação de Marketing;

INFORMÁTICA

Carga horária total: 60 h/a – 50 h/r

EMENTA

Uso avançado de Planilhas Eletrônicas; Elaboração de Palestras, Seminários e Videoconferências utilizando Hipermídias; Noções de Redes Locais e Remotas de Computadores; Internet, Acesso Remoto (WAP, Wireless, etc.), Pesquisa Avançada, Downloads, Web Spaces e Ontologias de Web; Acesso a Informações On Line (CMA, Broadcast); Conceitos Básicos, Ferramentas de Apoio e Gerenciamento de Banco de Dados (SIG, GPS, etc); Sistemas Informatizados de Inteligência Empresarial e Rastreabilidade (ERP, MRP, Benchnarking, etc.).

CONTEÚDOS

- **EVOLUÇÃO DOS COMPUTADORES:**
- Estrutura dos Computadores;
- Breve Descrição do seu Funcionamento;
- Periféricos;
- Representação da Informação em Computador;
- Sistemas de Numeração;
- Utilização dos Computadores;
- Conceitos de Hardware e de Software;
- Software de base;
- Sistemas Operacionais;
- Aplicativos.

- **SISTEMAS OPERACIONAIS :**
- Os Elementos Básicos de um GUI (Graphic User Interface);
- A Interfaces de sistemas;
- Janelas – Componentes Principais e sua Manipulação;
- O Sistema de Armazenamento de Informação;
- O ‘Painel de Controle’;
- Os Acessórios de sistemas.

- **PROCESSADOR DE TEXTO :**
- Edição do Texto;
- Formatação do Texto;
- Definição dos Parâmetros de Impressão e Impressão de Documentos;
- Construção e Manipulação de Tabelas;
- Geração de Índices e Índices Alfabéticos;
- Correção de Erros Ortográficos;
- Ferramentas de Desenho;
- Escrita de Equações Matemáticas;
- Construção de Gráficos;
- Introdução aos Efeitos Artísticos de Programas.
- **APRESENTAÇÕES:**
- Navegação na Janela; Manipular Ficheiros e Criação de Apresentações;
- Formatação;
- Inserção de Objetos Exteriores;
- Ferramentas de Animação;
- Temporização de Apresentações.
- **INTERNET:**
- Evolução da Internet;
- Tipos de Conexão;
- Serviços Disponíveis;
- E-mail: Correio Eletrônico;
- Grupos de Discussão;
- Transferência de Ficheiros (ftp);
- Utilização Remota de Computadores (telnet);
- Pesquisa e Acesso à Informação;

- Protocolos www (world wide web);
- Aplicações de Navegação na Internet (browsers);
- Introdução ao HTML;
- Estrutura das Páginas;
- Utilização de programas de texto para Construção de Páginas;
- **CRIAÇÃO DE PLANHILHAS:**
- Folha de Cálculo;
- Entrada de Informação;
- Valores Numéricos, Fórmulas e Texto;
- Apagar, Copiar e Mover Informação;
- Formatação, Apresentação e Impressão de Folhas de Cálculo;
- Gravação e Leitura de Folhas de Cálculo;
- Configuração e Personalização;
- Utilização de Folhas de Cálculo Conjuntas
- Definição e Utilização de Fórmulas;
- Utilização das Funções;
- Criação de Gráficos;
- Criação e Manipulação de Listas;
- Formatação Condicional;
- Macros.

INTRODUÇÃO A ECONOMIA

Carga horária total: 60 h/a – 50h/r

EMENTA

Introdução à economia e ao pensamento econômico. Conceitos básicos. Noções de Microeconomia: teoria elementar do funcionamento do mercado. Estruturas de mercado. Macroeconomia básica: medidas de atividade econômica, teoria da determinação da renda e do produto nacional. Conceitos e instrumentos da ciência para analisar o comportamento de indivíduos e atividades empresariais e sua relação com o ambiente econômico. Economia Brasileira, impacto da globalização, o papel do Estado, desigualdades sociais e ou de renda.

CONTEÚDOS

- **Evolução do pensamento econômico**
- Pensamento econômico na História.
- Problemas econômicos:
- **Conceitos fundamentais da Economia**
- **Valor**
- **Introdução às Teorias Econômicas**
- Teoria Monetária: conceito, evolução, tipo, funções, ofertas e demanda de moeda.
- Quantidade de moeda e nível de preços.
- Moeda e valor.
- Teoria Bancária e Financeira, conceito, evolução e instituições do sistema bancário.
- Atuação dos bancos comerciais e do banco Central.
- Intermediários Financeiros não Bancários.
- O crédito e a evolução da economia.
- Teorias da inflação, teoria monetária, teoria estruturalista e teoria da inflação em economias oligopólicas.
- Moeda e Bancos no Brasil:
- A moeda no Brasil.
- O sistema Bancário Brasileiro.
- O sistema Financeiro no Brasil. A inflação brasileira.
- **Noções de comércio internacional**
- Os determinantes do comércio internacional
- **Funções do setor público**
- O papel do Estado.
- Impostos em geral;
- Papel dos tributos na sociedade;
- Inflação – o fenômeno, causas e efeitos - índices econômicos.
- Economia Fechada
- **Mensuração da atividade econômica**
- Sistema econômico.
- Crises econômicas:

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

Carga horária total: 80 h/a – 66 h/r

EMENTA

Noções de Matemática financeira. Derivadas e Integrais usos práticos. Capitalização Simples. Capitalização Composta. Equivalência de Capitais. Operações de Desconto. Séries de Pagamentos. Sistemas de Amortização. Análise de Investimentos. Produtos do Mercado Financeiro. Levantamento, Leitura, Interpretação, Análise e Aplicação de Dados Estatísticos.

CONTEÚDOS

- Conceitos de Matemática Financeira;
- Risco e Análise Financeira;
- Informação Contabilística;
- Preparação de Balanços e de Demonstrações de Resultado para Análise;
- Gráficos;
- Modelos Econômicos;
- Representados por Funções Noções de Limite;
- Derivada;
- Regras de Derivação;
- Derivação da Função Composta;
- Derivadas Sucessivas;
- Noções de Integração Indefinida;
- Técnicas de Integração: Integração Definida;
- Modelos de Otimização com Aplicação de Limites;
- Capitalização simples (juros, montante, valor presente)
- Capitalização composta (juros, montante, valor presente)
- Equivalência de alternativas de recebimentos e pagamentos
- Operações com taxas de juros (taxa equivalente, taxas nominal e efetiva, taxa over)
- Descontos (comercial e racional)
- Efeitos da inflação
- Reciprocidades (saldo médio, operações "casadas")
- Séries de pagamentos (postecipadas, antecipadas e diferidas)

- Sistemas de amortização de empréstimos (francês, americano, amortização constante e amortização mista)
- Análise de investimentos (taxa interna de retorno, valor presente líquido, payback)
- Produtos do mercado financeiro
- Derivadas e Integrais.
- **Introdução a Estatísitica**
- Objeto da Estatística;
- Natureza do Método;
- Conceitos Estatísticos;
- Conceitos Matemáticos importantes para o Estudo da Estatística;
- Arredondamento de Dados;
- Análise Combinatória: Permutação Simples, Arranjo e Combinação;
- Conceito de Probabilidade;
- Teoria Elementar da Probabilidade;
- Fases do Método Estatístico;
- Tabelas e Gráficos: Construções e Análises;
- Gráfico de Linha, de Colunas e de Setores;
- Distribuição de Freqüências: para dados não agrupados em classes e para dados agrupados em classes;
- Elementos para agrupamento de dados em classes: Freqüência Absoluta, Relativa , Acumulada, Amplitude Total, Amplitude da Classe;
- Representação Gráfica de uma Distribuição de Freqüência;
- Histograma;
- Polígono de Freqüência;
- Ogiva;
- Medidas de Tendência Central;
- Média Aritmética e Média Ponderada;
- Mediana;
- Moda;
- Medidas de Dispersão;
- Desvio Absoluto Médio;
- Variância;
- Desvio Padrão.

PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE FUNÇÕES

Carga horária total: 60 h/a – 50 h/r

EMENTA:

Princípios, objetivos, métodos, função da Análise de Funções. O planejamento na gestão dos Recursos Humanos: os objetivos e as estratégias de curto médio e longo prazo, integração, reintegração, adaptação, etc.

CONTEÚDOS

- Políticas e práticas da Gestão de Pessoas nas empresas;
- Planejamento na Gestão de RH, Objetivos, Políticas e Estratégias;
- A Gestão Estratégica de RH;
- A Gestão de Pessoas por Competências;
- Etapas de Um Processo de Análise e Descrição de Funções
- Métodos de Recolha de Dados
- Observação Direta
- Questionários
- Entrevistas
- A importância da Descrição de Funções na Gestão de Recursos Humanos
- A descrição de Funções e a avaliação, formação e gestão.
- A importância da clarificação de papéis
- Descrição de Funções
- Princípios da Análise e Qualificação de Funções
- Objetivos, Estrutura e Métodos de Análise e Descrição de Funções.
- As diferentes tipologias de descrição de Funções
- Mapas e Funções,
- Conhecimento dos elementos-chave de uma descrição de funções
- A entrevista de análise de Função
- Comportamentos a adotar e a evitar durante a entrevista
- Técnicas para a redação dos *dossiers* de análise
- Processos Subsequentes Relacionados com a Análise e Descrição de Funções
- Qualificação de Funções
- Definição

- Objetivo
- Motivos
- Métodos
- Vantagens e Desvantagens

PROCESSO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM RECURSOS HUMANOS

Carga horária total: 80 h/a – 66 h/r

EMENTA

Processo de comunicação; Diferentes tipos de linguagem; Codificação e decodificação de informações em diferentes meios; Linguagem Verbal dos meios de Comunicação; Análise crítica da linguagem dos meios de comunicação. Linguagem escrita e falada. Norma Culta. Teoria da Informação.

CONTEÚDOS

- Processo de comunicação: emissor, receptor e mensagem;
- Tipos de comunicação: escrita, verbal e não verbal;
- Normas e padrões da linguagem escrita e oral (ortografia, sintaxe, concordância);
- Linguagem: científica, técnicas, informal, matemática, artística, jornalística, informacional (informática);
- Leitura, análise, compreensão e interpretação de diferentes tipos de texto: domínio das representações estatísticas, matemáticas, gráficas e textuais;
- Levantamento bibliográfico;
- Produção de textos: relatórios, anotações, descrição de procedimentos, fichamento, resumo;
- Educação versus informação;
- Papel da Linguagem Verbal na Comunicação;
- Níveis de Abstração: Sistema, Norma e Fala;

- A Linguagem Verbal nos Meios de Comunicação: Construção de Identidades;
- As Normas Lingüísticas: Variedades Geográficas e Socioculturais;
- A "Norma Culta" e o Conceito de Erro na Língua Portuguesa. Critérios para a Conceituação de "Erro" Lingüístico. O "Purismo". Adequação e Inadequação;
- A Representação Escrita das Estruturas Faladas;

PSICOLOGIA SOCIAL E DO TRABALHO

Carga horária total: 80 h/a – 66 h/r

EMENTA

Objeto e correntes da Psicologia. Campos de estudo da Psicologia. Psicologia social e institucional. Comportamento humano nas organizações formais e informais: motivação, relações interpessoais, dinâmica dos grupos e da liderança. Formação da identidade e da auto-estima. Consciência ecológica e comportamento ambiental das empresas.

CONTEÚDOS

- Objeto de estudo da Psicologia.
- Correntes de pensamento em Psicologia: comportamentalismo, psicanálise e humanismo.
- Campos da Psicologia.
- Organizações humanas: organizações formais e informais; características das organizações e seu impacto sobre o comportamento humano.
- Abordagem Sistêmica e as Relações Interpessoais;
- Processos Interpessoais nos Relacionamentos;
- Desenvolvimento de Habilidades Interpessoais;
- Papel do Contexto Social e Cultural na Formação Subjetiva do Indivíduo;
- Psicologia das Relações Interpessoais aplicada à Relação de Ajuda;
- As Questões da Subjetividade no Mundo Moderno;
- Alteridade e Personalidade: O Olhar sobre o Outro.
- Motivação humana: modelos explicativos, necessidades, desejos e estímulos.
- Relações interpessoais.

- A Forma apropriada para Expressão de Pedidos, Conselhos, Instruções e Ordens (formas de cortesia);
- Comportamento e Bem-estar;
- Hábitos e Qualidade de Vida;
- Fatores Sensoriais e Hormonais que influenciam o Comportamento.
- Dinâmica dos diferentes grupos: importância na modelagem do comportamento.
- Importância da liderança na modelagem e funcionamento dos grupos: autonomia, heteronomia, competição, cooperação, tensão, estresse, organizações e saúde mental.

ROTINAS TRABALHISTAS

Carga horária total: 80 h/a – 66 h/r

EMENTA

Rotinas de admissão e demissão. Dados para elaboração da folha de pagamento. Incidência de impostos sobre o salário. Acidentes de Trabalho. Condições Ambientais e as condições de trabalho. Como gerenciar eficazmente, no meio ambiente laboral, a saúde e a segurança ocupacional. Modalidades de contratos.

CONTEÚDOS

- Recrutamento e Seleção de Pessoal:
- A Atuação do Gestor de RH no Processo de Admissão;
- Fases do Recrutamento e Seleção;
- Definição do Perfil do Cargo a Ser Preenchido;
- Iniciando o Recrutamento;
- Opções de Recrutamento;
- Recrutamento Interno;
- Recrutamento Externo;
- Seleção dos Currículos;
- Entrevista de Seleção;
- Seleção de Candidatos;
- O Convite;
- A Ética na Contratação.

- Rotatividade de mão de obra;
- Desligamento de Pessoal;
- Preparação de Procedimentos;
- A Atuação do Gestor de RH no Processo de Demissão;
- Procedimentos Burocráticos e Legais na Demissão;
- Comunicação de Aviso Prévio;
- Demissão por Justa Causa;
- Homologação da Rescisão;
- Outros Procedimentos;
- Procedimentos para evitar Reclamatórias Trabalhistas;
- Rotatividade de Pessoal (Turn-Over);
- Absenteísmo;
- Procedimentos Trabalhistas;
- Férias Individuais;
- 13º Salário;
- Atestado Médico;
- Conceitos de terceirização e saúde ocupacional.
- Acordo de Compensação de Horas;
- Aviso Prévio;
- Estágio Profissional;
- Férias Coletivas;
- Guarda de Documentos – Prazos;
- Licença Maternidade;
- Salários – Prazo de Pagamento;
- CIPA.
- O conceito de Problema;
- Identificação e Delimitação das Condições de Contorno de um Problema;
- Exemplares de Problemas;
- Coletividade e Competitividade;
- Conceito de Sistema;
- Abordagem Sistêmica;
- Otimização de Sistemas;
- Grafos, Diagramas e Mapas conceituais;
- Definição de Fluxo e Fluxograma;

- Heurísticas e Meta-heurísticas;
- Unidades Gerenciais Básicas;
- Procedimentos Operacionais;
- Planejamento Estratégico (curto, médio e longo prazo);
- Resolução de Problemas;
- Reuniões Relâmpagos, Circuitos de Controle;
- Gestão da Rotina;
- MASP, Brainstorning, Multi-votação;
- Conceito de Negociação.
- Contratação: terceirização, contrato por tarefa, pró-labore,
- Participação no lucro e na produção.
- Contrato coletivo de trabalho;
- Relações com as entidades representativas de classe: sindicatos, conselhos profissionais.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Carga horária total: 60 h/a – 50 h/r

EMENTA:

A tecnologia da informação e seu uso nas organizações. As principais questões técnicas e gerenciais sobre a tecnologia da informação para o desenvolvimento e implantação de sistema de informações em recursos humanos.

CONTEÚDOS

- Informação: diferença entre dado, informação e conhecimento aplicado a aspectos empresariais,
- Características fundamentais da informação.
- Processo de Gestão (Gerenciamento) da Informação: definição, aplicações nas empresas e estilos.
- Importância da gestão do conhecimento no negócio da organização;
- Tipos de conhecimento: tácito e explicito;
- Processo de conversão do conhecimento;
- Necessidade individual do investimento no aprendizado continuado

- Compartilhamento de conhecimento.
- Sistemas de Informação Gerencial: conceitos e aplicações,
- Banco de Dados de RH.
- Representação de dados e de conhecimento.
- Aplicações.
- Conceitos básicos de sistemas de informação.
- Classificações de sistemas de informação.
- Sistemas de informações gerenciais e de apoio à decisão.
- Sistema de Informações de RH.
- Sistema de Monitoração de RH.
- Sistemas de informação interna,
- Sistemas de informação externa,
- Internet como fonte de informação.
- Sistema de informação integrada.
- Tecnologia da Informação como ferramenta de compartilhamento do conhecimento.

Colégio Estadual "Professor Sílvio Tavares"
Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Rua João Manoel dos Santos, 1350 - Fone/Fax 532-4305 - Cambará - PR

Aut. De Func. Dec. 2432/76 - D.O.E. d 29/10/76 Rec. Do Estab. Res. 1709/82 - D.O.E. de 15/07/82

10.4 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

CURSO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE

- **ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO E MATERIAIS**

Carga horária total: 100 h/a

Teoria: 100 h/a

EMENTA_

Gestão de Estoques. Compras. Indicadores Gerenciais. Recursos Patrimoniais. Estudo da logística e ênfase a todos os processos presentes nos setores produtivos.

CONTEÚDO.

- Gestão de estoques;
- Codificação e classificação dos materiais;
- Função;
- Política de estoques;
- Previsão (o que, quanto, quando, de quem);
- Custos (de armazenagem, de compras);
- Níveis de estoques (máximo, mínimo, segurança, ponto de pedido, rotatividade: giro e cobertura);
- Curva ABC;
- Sistemas de controle;
- Indicadores Gerenciais:
  - Nível de Atendimento,
  - Acurácia,
  - Giro,
  - Cobertura de estoque,
  - Função,
  - Sistema (solicitação, cotação, pedido/contrato),
  - Desenvolvimento de novos fornecedores (uso da Internet),

    - Follow up,
    - Prazos (de entrega, pagamento),
    - Negociação.
- Recursos Patrimoniais.
- Introdução à Logística.
- Armazenamento.
- Movimentação.
- Distribuição Física.
- Almoxarifado (o edifício: especificações para a guarda de materiais comuns, inflamáveis, alimentos, pesados, etc).
- Lay-out.
- Equipamentos de armazenagem.
- Uso de EPI (responsabilidade legal do administrador).
- Embalagens.
- Localização Inventário (geral e rotativo),
    - Movimentação,
    - Recebimento,
    - Controle de Qualidade (quarentena),
    - Armazenagem (modelos e técnicas),
    - Fornecimento/Distribuição,
    - Nível de Atendimento,
    - Equipamento.
- Patrimônio da Empresa.
- Sistemas de Produção:
    - Estruturas e Roteiros,
    - Fluxo de Produção.

BIBLIOGRAFIA

MARTINS, Petrônio Garcia e LAUGENI, Fernando P. **Administração da Produção,** São Paulo: Saraiva, 1998.

MAYER, R. R**. Administração de Produção.** São Paulo: Atlas, 1997.

SLACK, Nigel; et al**. Administração da Produção.** São Paulo: Atlas, 1999.

VIANA, João José**. Administração de Materiais: um enfoque prático.** São Paulo: Atlas, 2000.

ARNOULD, J. R. Tony. **Administração de Materiais: uma introdução.** São Paulo:

Atlas, 1999.
BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial.** São Paulo: Atlas, 1995.

- **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Carga horária total: 60 h/a

Teoria: 60 h/a

EMENTA:

Mercado financeiro e mercado de capitais. Moedas, taxas e mercado de câmbio entre países. Fontes de financiamento de curto e longo prazo. Ciclo econômico financeiro. Introdução ao orçamento. Princípios do orçamento. Componentes do orçamento. Demonstrações financeiras projetadas. Acompanhamento e análise orçamentária. Preparação de relatórios financeiros orçamentários. Orçamento de capital. Tomada de decisão de investimento.

CONTEÚDO.

- Mercado financeiro e mercado de capitais:
  - Sistema financeiro nacional,
  - Mercados financeiros,
  - Bolsa de valores,
  - Políticas econômicas.
- Moedas, taxas e mercado de câmbio entre países.
- Fontes de financiamento de curto e de longo prazo:
  - Estrutura de capital,
  - Fontes de curto prazo,
  - Fontes de longo prazo,
  - Custo de capital.
- Ciclo econômico financeiro:
  - A Atividade financeira,
  - Os ciclos.
- Orçamento:
  - Introdução ao orçamento,

- Princípios,
- Componentes,
- Elaboração Demonstrações financeiras projetadas,
- Acompanhamento e análise orçamentária.

- Orçamento de capital e Decisões de investimentos.
- Alavancagem Financeira, Capacidade de Endividamento da Empresa:
  - Planejamento,
  - Orçamento de Vendas,
  - Orçamento de Produção,
  - Orçamento de Mão de Obra,
  - Orçamento de Custos,
  - Receita/ despesa.

BIBLIOGRAFIA

CASAROTTO FILHO, Nelson; KIPITTKE, Bruno Hartmut. **Análise de Investimentos.** São Paulo: 2000.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira: uma abordagem prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

WELSCHE, G. A. **Orçamento Empresarial: planejamento e controle do lucro**. São Paulo: USP, 1996.

AGUSTINI, Carlos Alberto Di. **Capital de Giro**. São Paulo: Atlas, 1999.

ÂNGELO, C.F. de. e SILVEIRA, J.A.G. da. **Finanças no varejo: gestão operacional.** São Paulo: Atlas, 1997.

BRAGA, R. **Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1998.

- **COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL**

Carga horária total: 60 h/a

Teoria: 60 h/a

EMENTA

Abordagem Comportamental da Administração: Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional. Abordagem Contingencial. Teoria Z. Administração Participativa. Administração da Qualidade: Fundamentos e princípios da Qualidade Total. Estrutura organizacional: comunicação, relações intergrupais,

liderança

CONTEÚDOS

- Teoria comportamental:
  - fundamentos e princípios.
- Teorias do Desenvolvimento Organizacional:
  - Origens e Princípios básicos.
- Motivação humana, Estilos de Administração, Processo de decisão e Mudança Organizacional.
- Comportamento Organizacional.
- Cultura Organizacional.
- Apreciação crítica.
- Teoria da Contingência:
  - Origens e Princípios básicos,
  - Ambiente e tecnologia,
  - Desenho Organizacional,
  - Modelo Contingencial de Motivação.
- Apreciação Crítica.
- Teoria Z:
  - Origens e Princípios básicos.
- Administração Participativa, Administração da Qualidade:
  - Fundamentos e princípios,
  - Globalização,
  - Reengenharia,
  - Benchmarketing,
  - Downsizing.
- Perspectivas de compreensão da Estrutura Organizacional:
  - Organização Formal E Informal,
  - Características Organizacionais,
  - Tipos de Organização.
- Dinâmica comunicativa:
  - Estruturas Comunicativas,
  - Bloqueios e Conflitos
  - Aspectos Formais e Informais.
- Dinâmica das relações intergrupais:

- Grupos e Equipes,
- Medidas de Atitudes.

- Liderança:
  - Abordagem de Traço e de Tipo,
  - Abordagem Comportamental,
  - Teorias de Liderança.
- Motivação e atitudes:
  - Teorias de Motivação,
  - Satisfação e Desempenho.
- Clima Organizacional

BIBLIOGRAFIA.

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração: teoria crítica e a questão ética nas organizações**. São Paulo: Excellus, 1992.

SPECTOR, Paulo E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BERGAMINI, C.W. **Psicologia Aplicada à Administração de Empresas: psicologia do comportamento organizacional**. São Paulo: Atlas, 1996.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para Administradores: integrando teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

ROBBINS, S. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Editora Pearson Educatio, 2002.

CONTABILIDADE.

Carga horária total: 100 h/a

Teoria: 100 h/a

EMENTA

Técnicas contábeis e análise das demonstrações contábeis.

CONTEÚDOS

- Noções básicas de contabilidade:
  - Funções,
  - Princípios e normas,
  - Campos de atuação;
- Métodos das partidas dobradas;
- Mecanismos de escrituração contábil:
  - Plano de contas,

- Funções das contas e lançamentos;
- Métodos de avaliação de estoque (PEPS, UEPS e Custo Médio);
- Noções das demonstrações contábeis (DRE e BP).
- Noções de folha de pagamento
- Noções de Custos;
- Capital de giro;
- Fluxo de Caixa;
- Análise das demonstrações contábeis e financeiras (Vertical e Horizontal);
- Índices Econômicos e Financeiros.
- Uso de recursos informatizados

BIBLIOGRAFIA

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Gerencial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

IUDÍCIBUS, Sérgio, **Contabilidade Gerencial**, São Paulo: Atlas, 1998

RIBEIRO, Osni Moura, **Contabilidade básica.** 19.ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

SÁ, Antônio Lopes, **Princípios Fundamentais de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

5. ELABORAÇÃO E ANALISE DE PROJETOS

Carga horária total: 60 h/a

Teoria: 60 h/a

EMENTA:

Projeto desenvolvido nas modalidades de plano de negócio, estudo de caso, perfil de consumidor entre outros.

CONTEÚDO:

- Roteiro de Projeto;
- Coleta de dados;
- Redação do projeto;
- Técnicas de Apresentação.

BIBLIOGRAFIA.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Projeto de pesquisa**: Propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1991.

MALHOTRA. N. **Pesquisa de Mkt**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

RODRIGUES, Tui Martinho. **PESQUISA ACADÊMICA: Como Facilitar o Processo de Preparação de suas Etapas.** Editora Atlas, 2007. (local)

- **ESTATÍSTICA APLICADA**

Carga horária total: 60 h/a

Teoria: 60 h/a

EMENTA:

Bases conceituais de Estatística; Coleta, Organização, Análise e interpretação de dados. Instrumentos estatísticos. Apresentação de resultados.

CONTEÚDOS:

- Conceitos de estatística;
  - Coleta,
  - Organização,
  - Análise e interpretação e validação de dados de fontes primárias e secundárias.
- Fontes de dados:
  - População,
  - Amostra,
  - tipos de variáveis,
  - Freqüência absoluta,
  - Freqüência relativa;
- Analise de gráficos estatísticos;
- Representação gráfica;
- Medidas descritivas:
  - Tendência central: moda, mediana, media aritmética;
- Medidas de dispersão:
  - Amplitude total,
  - Interquatrílica,
  - Desvio médio,

- Coefeciente de variação,
- Medidas de assimetria,
- Medidas de curtose;

- Probabilidade e estatística;
- Experimento aleatório, espaço amostral, evento;
- Função ou distribuição de probabilidade;
- Probabilidade frequencista e lei dos grandes números;
- Curva de distribuição e distribuição normal;
- Utilização de recursos da informática para organização e apresentação de informações.

BIBLIOGRAFIA

CRESPO, A A**. Estatística Fácil. 17. ed.** São Paulo: Saraiva, 2002.

DANTE, L. R. **Matemática Contexto e Aplicações. Ensino médio**. Volume único. São Paulo: Editora Ática. 2000.

DOWNING, D. **Estatística Aplicada**. Douglas Downing, Jeffey Clark; Tradução de Alfredo Alves de Farias. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARTINS, G de. **Estatística Geral e Aplicada**. 2.ed.. São Paulo: Atlas, 2002.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação, Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica: Matemática. Curitiba: SEED-PR, 2006.

- **FUNDAMENTOS DO TRABALHO**

Carga horária total: 40 h/a

Teoria: 40 h/a

EMENTA:

O Trabalho humano nas perspectivas ontológicas e histórica; o trabalho como realização da humanidade, como produtor da sobrevivência e da cultura; o trabalho como mercadoria no industrialismo e na dinâmica capitalista. As transformações no mundo do trabalho: tecnologias, globalização, qualificação do trabalho e do trabalhador.

CONTEÚDOS:

- O ser social; mundo do trabalho; sociedade
- Dimensões do trabalho humano;
- Perspectiva histórica das transformações do mundo do trabalho;

- O trabalho como mercadoria: processo de alienação;
- Emprego, desemprego e subemprego;
- O processo de globalização e seu impacto sobre o mundo do trabalho;
- O impacto das novas tecnologias produtivas e organizacionais no mundo do trabalho; qualificação do trabalho e do trabalhador;
- Perspectivas de inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho.

BIBLIOGRÁFIA

SANTOS, B. **Reinventando a democracia.** Entre o pre-contratualismo e o pós-contratuialismo. In: Beller, Agnes et al. ***A crise dos paradigmas em ciências sociais****.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

CHESNAIS, F. ***Mundialização do capital***. Petrópolis: Vozes, 1997.

FROMM, E. ***Conceito marxista de homem***. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GENRO, T. **O futuro por armar. Democracia e socialismo na era globalitária**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GENTILI, P. **A educação para o desemprego**. **A desintegração da promessa integradora**. In. Frigotto, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho*: perspectivas de final de século. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, A. ***Concepção dialética da história****.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JAMESON. F. ***A cultura do dinheiro***. Petrópolis: Vozes, 2001.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. *Temas de Ciências Humanas.* São Paulo: [s.n], 1978.

HOBSBAWM, E.. ***A era dos extremos*** - **O Breve Século XX** - 1914-1991. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

MARTIN, H. P.; SCHUMANN, H**.** ***A armadilha da globalização****:* O assalto à democracia e ao bem-estar. São Paulo: Globo, 1996.

NEVES, L.M. W. *Brasil 2000*: **nova divisão do trabalho na educação**. São Paulo: Xamã, 2000.

NOSELLA, P. Trabalho e educação. In: Frigotto, G. (Org**.). *Trabalho e conhecimento***: dilemas na educação trabalhador. 4 ed. São Paulo:Cortez, 1997.

8. GESTÃO DE PESSOAS

Carga horária total: 100 h/a

Teoria: 100 h/a

EMENTA

Evolução das modalidades de gestão de pessoas nas organizações. Processos e atividades de gestão de pessoas nas organizações..

CONTEÚDOS

- Evolução da Administração de Pessoas:
  - Evolução histórica da Administração de R.H. no Brasil;
- A Administração de R.H. e os seus Processos;
- As principais tendências da gestão de pessoas na organização:
  - Função do gestor de recursos humanos.
- As Organizações e a Administração de Pessoas:
  - Interação organização/indivíduo;
- Planejamento Estratégico da Gestão de Pessoas;
- Desenvolvendo objetivos, políticas, planejamento e desenvolvimento.
- Recrutamento e Seleção:
  - Métodos de recrutamento;
- Técnicas de seleção:
  - Entrevistas,
  - Dinâmicas,
  - Provas de conhecimento,
  - Testes de personalidade.
- Desenvolvimento e Treinamento:
  - Diagnóstico;
  - Processo;
  - Avaliação.
- Política de salários:
  - Remuneração.
- Avaliação de desempenho:
  - Auto-avaliação,
  - Avaliação 360º.

BIBLIOGRAFIA

CHIAVENATO, I. Recursos Humanos. São Paulo: Atlas, 2000.GIL, A. de L. Administração de Recursos Humanos: um enfoque **profissional**. São Paulo: Atlas, 1996.

RIBEIRO, A de L. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Editora Saraiva:2006

DESSLER, G. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

PONTELO, Juliana. Cruz, Lucineide. **Gestão de Pessoas. Manual de Rotinas Trabalhistas.** Brasilia: Senac. 2006.

9. INFORMÁTICA

Carga horária total: 120 h/a

Teoria: 120 h/a

EMENTA

Aspectos teóricos e práticos para o uso de informação na gestão empresarial. Aplicação de ferramentas informatizadas. Operação de Computadores e de Sistemas Operacionais.

CONTEÚDO

Arquitetura geral de computadores.

Periféricos:

Mouse (convencional / ótico),

Monitores (convencional / LCD)

Teclados (ABNT)

Impressoras (Matricial / Jato de Tinta / Laser)

Scanner / Câmeras.

Funções do sistema operacional:

Serviços do sistema operacional,

Configurações (Painel de Controle),

Gerenciamento de arquivos.

Operação e configuração de programas de computadores;

Processadores de Texto (formatação básica, organogramas, desenho, figuras, mala direta, etiquetas)

Planilha eletrônica (Formatação, fórmulas, funções, gráficos**)**

BIBLIOGRÁFIA

CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A***.; Introdução à Informática***. São Paulo:

Pearson/Prentice Hall, 2004.

MARILYN M.; ROBERTA B. & PFAFFENBERGER, B., ***Nosso Futuro e o Computador***. 3.ed. Bookman, 2000. (local)

NORTON, PETER, ***Introdução à Informática***, Editora Makron Books, 1997. (local)

MINK, CARLOS, ***Microsoft Office 2000***. Editora Makron Books Ltda, 1999. (local)

WHITE, R., ***Como Funciona o Computador***, 8.ed. Editora QUARK, 1998. (local)

CATAPULT, Inc. ***Microsoft Windows 98 passo a passo*.** São Paulo: Makron Books, 1999.

CATAPULT, Inc. ***Microsoft Excel 2000 passo a passo*.** São Paulo: Makron Books, 2000.

10. INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Carga horária total: 100 h/a

Teoria: 100 h/a

EMENTA

Conhecimentos gerais sobre os diversos aspectos que envolvem a economia atual. Abordagem histórica da economia; definições e abordagens conceituais. Variável micro e macroeconômicas. O Brasil no mercado globalizado: contas nacionais, o papel do setor público, emprego e renda, política monetária, câmbio e balança de pagamentos, transferências, estabilização e crescimento. A dinâmica da dependência econômica e tecnológica. Déficits ambientais**.**

CONTEÚDO

Introdução ao Estudo da Economia

- Problemas básicos de um sistema econômico
- Necessidades do ser humano – Lei da Escassez
- Definição de economia
- Relação da economia com as demais ciências
- Dez princípios da economia

- Evolução do pensamento econômico
  - A economia na antiguidade
  - Mercantilismo
  - Liberalismo Econômico
  - A Escola Fisiocrata
  - A Escola Clássica

- Pensamento Liberal e reações
- A Teoria Marginalista
- O Keinesyanismo

- Demanda
- Principais variáveis determinantes da demanda;
- Deslocamento da curva e ao longo da curva de demanda.

- Oferta
  - Principais variáveis determinantes da oferta
  - Deslocamento da curva e ao longo da curva de oferta
- Elasticidade
  - Elasticidade-preço
  - Elasticidade renda e receita total
- Economia Brasileira.
  - Desenvolvimento e dependência.
  - As contas nacionais e papel do setor público.
  - PIB e distribuição da riqueza.
  - O papel do mercado interno e da matriz de exportações.
  - O Brasil no mercado globalizado.
  - Crescimento e déficit ambiental.

BIBLIOGRAFIA

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. **Economia Brasileira: fundamentos e atualidades**. São Paulo: Atlas, 2001.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval & outros. **Economia Brasileira Contemporânea: para cursos de economia e administração.** São Paulo: Atlas, 1999.

ARAÚJO, C.R.V. **História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória.** São Paulo: Atlas, 1996.

GIAMBIAGI, Fabio; ALËM, Cláudia Ana. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELOS, Marco Antonio 5.ed. & GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

11. MARKETING

Carga horária total: 60 h/a

Teoria: 60 h/a

EMENTA

Conceitos e fundamentos do Marketing. O conhecimento do mercado. O Marketing na integração das estratégias empresariais. Comportamento do consumidor, ambiente concorrencial, ferramentas fundamentais do Marketing.

CONTEÚDOS

- Conceito de Marketing
  - O que é marketing
  - História do marketing
  - Os 4 P`s(produto, preço, promoção, praça)
- Ferramentas do Marketing
  - Merchandising
  - Marketing Direto
  - E-commerce
  - Pós vendas
- Análise de comportamento de mercado
  - Definição de Consumidor
    - Segmentação de Mercado
    - Processo de Decisão de Compra
    - Definição de necessidades, desejos, satisfação
- Produtos, Marcas e embalagens
  - Definição de Produto
  - Ciclo de vida dos Produtos
  - Conceito de marcas
  - Conceito de embalagens
- Vendas
  - Análise de Concorrência
  - Atendimento
  - Comunicação (saber usar uma linguagem com o consumidor)
- Sistema Integrado de Marketing

- Pesquisa de Mercado
- Tabulação de Dados
- Aplicação da Pesquisa

BIBLIOGRAFIA

Philip Kotler **Administração de Marketing**, São Paulo: Atlas, data

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing**. São Paulo: Atlas, 2000.

GRACIOSO, Francisco. **Marketing Estratégico**. São Paulo: Atlas, 2001.

BENNETT, P. D. **O Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Atlas, 1995.

GRACIOSO, Francisco. **Marketing: o sucesso em 5 movimentos**. São Paulo: Atlas, 1998.

GRUENWALD, G. **Como Desenvolver e Lançar um Produto Novo no Mercado**. São Paulo: Makron Books, 1994.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing: **Conceito, exercícios, casos**. 4. Ed.. São Paulo: Atlas, 1997.

12. MATEMÁTICA FINANCEIRA.

Carga horária total: 80 h/a

Teoria: 80 h/a

EMENTA:

Revisão de álgebra e aritmética; Regimes de capitalização: conceitos de juro, capital e taxa de juros; capitalização a juros simples e a juros compostos; Taxas: equivalência; taxa efetiva e nominal; taxa de desconto. Uso de recursos da informática.

CONTEÚDOS:

- Razões e proporções;
- Números proporcionais;
- Regra de sociedade;
- Grandezas proporcionais;
- Regra de três simples;
- Regra de três composta;
- Porcentagem;
- Operações Comerciais;
- Capitalização simples:

- Juros simples,
- Descontos simples,
- Montante simples,
- Taxas equivalentes;

- Capitalização composta:
  - Juro composto,
  - Desconto composto;
- Cálculos de taxas;
- Amortização;
- Depreciação.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, C. R. V. **Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas. 2000.

ASSAF NETO, A. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CRESPO, A. A. **Matemática Comercial e Financeira**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MENDONÇA, L. G. **Matemática Financeira**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação, Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica: Matemática. Curitiba: SEED-PR, 2006.

VIEIRA SOBRINHO, J. D. **Matemática Financeira**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

13. NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO

Carga horária total: 100 h/a

Teoria: 100 h/a

EMENTA

O estado moderno e a noção de direito: fundamentos e doutrina do direito. Ordenamento Jurídico Legislação: Constituição Federal, legislação trabalhista e previdenciária. Direito Civil, Administrativo, Tributário e Direito Difuso.

CONTEÚDO

- Estado moderno e a noção de direito:
  - Fundamentos e doutrina do direito.
- Legislação:
  - Constituição Federal,
  - Legislação trabalhista

    - Previdenciária.
- Hierarquia das Leis:
    - Norma fundamental,
    - Norma secundária
    - Norma de validade derivada;
- Hierarquia das fontes formais.
- Fontes estatais do direito; Processo Legislativo e Espécies Normativas.
- Noções Básicas de Direito do Trabalho.
- Princípios gerais do direito do trabalho.
- Trabalho da mulher, menor e portador de necessidades especiais.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT): Principais convenções internacionais sobre direito do trabalhador.
- Conteúdo legal do contrato de trabalho;
- Elementos da responsabilidade civil e criminal do empregador.
- Competências.
- Direito Civil:
    - Pessoas,
    - Capacidade,
    - Bens,
    - Espécies de Contrato,
    - Responsabilidade contratual.
- Direito Comercial:
    - Legislação,
    - Direito de Empresa – Lei n. 10.406 de 22/01/2002.
- Direito Administrativo:
    - Administração direta e indireta,
    - Lei de Responsabilidade Fiscal, 4.3. A Lei 4320,
    - Orçamento e licitação.
- Direito Tributário: C.T.N.,
    - Responsabilidade civil e penal,
    - Sujeitos da relação tributária,
    - Tributos, Lei 123 (Super Simples).
- Direito Difuso:
    - Direito do Consumidor,

- Direto Ambiental,
- Direito da criança e adolescente,
- Direito do Idoso.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da republica federativa do brasil. SP: Saraiva: 2007.

_____ Código civil brasileiro – CCB: lei 10.406/02. SP: Saraiva: 2007.

_____ Consolidação das leis do trabalho – CLT: lei 5452/43. SP: Saraiva: 2007.

_____ Código de defesa do consumidor – CDC. SP: Saraiva: 2007.

_____ Código tributário nacional – CTN. SP: Saraiva: 2007.

_____ Estatuto da criança e do adolescente – ECA. SP: Saraiva: 2007.

_____ Estatuto do idoso. SP: Saraiva: 2007.

_____ Legislação previdenciária. SP: Saraiva: 2007.

_____ Legislação ambiental. SP: Saraiva: 2007

PALAIA, Nelson**. Noções essenciais de direito**. 3.ed.: Saraiva: SP: 2005.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Manual de introdução ao estudo do direito**. 4.ed.: Saraiva: SP: 2002.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. 19.ed.: Saraiva: SP: 2004.

BRASIL. Vade Mecum. Saraiva: SP: 2006.

COTRIM, Euclides L. **Direito básico**. Curitiba: LBR: 2004.

MONTEIRO, Washington de B. **Direito civil**. SP: Saraiva: 2003.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. SP: LTR: 2004.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. SP: Saraiva: 2003.

GIAMBIAGI, Fabio. ALEM, Claudia Ana. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. RJ: Campus: 1999.

MORAES, Alexandre. **Direito administrativo**. SP: Atlas: 2006.

_____ **Direito constitucional**. SP: Atlas: 2006.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. **Instituições de direito público e privado**. 13. ed.: SP: Saraiva: 2007.

14. ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS.

Carga horária total: 60 h/a

Teoria: 60 h/a

EMENTA

Organização empresarial e de seus componentes estruturais. Distribuição, processamento e métodos de trabalho e implantação de projetos de mudança organizacional.

CONTEÚDOS

- Sistemas Administrativos;
- Sistemas de informações gerenciais;
- Departamentalização;
- Arranjo físico;
- Técnica de representação gráfica;
- Manuais administrativos;
- Desenvolvimento Organizacional;
- Empreendedorismo.
-

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, L. C. de. **Organização Sistemas e Métodos**. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, D de P. R . **O & M**. São Paulo: Atlas, 1994.

FILHO, J. C. **O & M Integrado à Informática**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

Cury, A.. **ORGANIZAÇÃO & MÉTODOS: Uma Visão Holística**. Editora Atlas. (local e data)

- **PRÁTICA DISCURSIVA E LINGUAGEM**

Carga horária total: 60 h/a

Teoria: 60 h/a

EMENTA:

Metodologia de produção e apresentação de trabalhos, instrumentos de coletas de dados.

CONTEÚDOS:

- Conceitos de metodologia científica;
- Tipos de conhecimento –
  - Popular,
  - Científico,
  - Filosófico

  - Teológico;
- Tipos de pesquisa –
  - Documental
  - De campo
  - Experimental
  - Bibliográfica;
- Leitura e interpretação de texto;
- Resumos, Resenhas e Relatórios;
- Coleta de dados –
  - Questionário,
  - Entrevista
  - Formulário;

- Normas da ABNT;
- Etapas de um Projeto de Pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1991.

BASTOS, C. et al. Introdução à Metodologia Científica. Petrópolis: Vozes, 1993.
CANONICE, B C.F. Manual Para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. Maringá: Unicorpore, 2006.

16. TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Carga horária total: 100 h/a

Teoria: 100 h/a

EMENTA.

Conceitos básicos de administração e organização. Tipos de organizações Desenvolvimento histórico: diferentes abordagens e seus pressupostos. Mudança nas organizações empresariais e a integração da empresa com o mercado.

CONTEÚDOS

- Conceitos básicos de administração e organização:
  - Organização e Administração,
  - Definição e visão geral do papel da administração;
  - Abordagem sobre a Administração e suas perspectivas;
  - Antecedentes históricos da Administração;

- Abordagem científica / clássica da administração:
  - A Administração Científica de Taylor; Gilberth,Gantt e Emerson;
  - A abordagem Anatômica de Fayol;
  - O Fordismo e outras técnicas.
- Abordagem humanística da administração;
  - Teoria das Relações Humanas da Administração;
  - Mary P Follett ;
  - A experiência de Hawthorne (Elton Mayo);
- Decorrências da teoria das Relações Humanas:
  - Influência da motivação humana;
  - Liderança;
  - Comunicações;
  - Dinâmica de grupo;
- Níveis da administração:
  - Processo administrativo,
  - Funções da administração,
  - Perfil do administrador.
- Administração contemporânea:
  - Mundialização e a emergência do Terceiro Setor

BIBLIOGRAFIA

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da Administração**. 3. 3d. São Paulo: Atlas, 2002.

KWASNICKA, Eunice Lacava. **Teoria Geral da Administração.** 2 ed. São Paulo: Atlas ,1997.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Introdução à Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MONTANA, Patrick J. **Administração**. 2. ed. São Paulo: Saraiva,1998.

SILVA, Reinaldo Oliveira. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

PREDEBON, José. **Criatividade, abrindo o lado inovador da mente**. 2.ed São

Paulo: Atlas, 1998.

WOOD JÚNIOR, Thomaz. **Gurus, Curandeiros e Modismos Gerenciais**. 2 ed.São Paulo: Atlas,1999.

“Colégio Estadual "Professor Sílvio Tavares"

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional

Rua João Manoel dos Santos, 1350 - Fone/Fax 532-4305 - Cambará - PR

Aut. De Func. Dec. 2432/76 - D.O.E. d 29/10/76 Rec. Do Estab. Res. 1709/82 - D.O.E. de 15/07/82

10.5 PROPOSTA PEDAGÓGICA

CURRICULAR

CURSO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

INTEGRADO

ARTE

Carga horária total: 80 h/a

Teoria: 80 h/a

EMENTA:

Linguagens da Arte: música, teatro, dança e artes visuais. Estrutura morfológica e sintática das diferentes linguagens. História e movimentos das diferentes linguagens. O impacto do desenvolvimento tecnológico na produção, divulgação e conservação de obras de arte.

CONTEÚDOS:

- **Linguagens da Arte:**
  - música,
  - teatro,
  - dança
  - artes visuais.
- **Música**:
  - estrutura morfológica (som, silêncio, recursos expressivos, qualidades sonoras, movimento, imaginação);
  - estrutura sintática (modalidades de organização musical-
  - organização sucessivas de sons e ruídos, linhas ritmicas, melódicas e tímbricas-,
  - organizações simultâneas de sons e ruídos, sobreposições rítmicas, melódicas, harmonias, clusters, contraponto, granular, etc.,)

- estruturas musicais (células, repetições, variações, frases, formas, blocos, etc.);
- textura sonora (melodias acompanhadas, polifonias, poliritmia, pontilhismo, etc);
- estéticas, estilos e gêneros de organização sonora, criação, execução e fruição de músicas;
- fontes de criação musical (corpo, voz, sons da natureza, sons do quotidiano, paisagens sonoras, instrumentos musicais -acústico, eletroacústico, eletrônicos e novas mídias-).
- História da música.
- Impacto da ciência e da tecnologia na criação, produção e difusão da música.
- A interação da música com as outras linguagens da arte.
- A música brasileira: estética, gênero, estilos e influências.

- **Teatro** –
  - Introdução à História do Teatro.
  - Personagem,
  - Expressões corporais, vocais, gestuais e faciais,
  - Ação,
  - Espaço Cênico,
  - Representação,
  - Sonoplastia/ iluminação/Cenografia/ figurino/ caracterização/ maquiagem/ adereços,
  - Jogos teatrais,
  - Roteiro,
  - Enredo,
  - Gêneros,
  - Técnicas;
- **Dança –**
  - Movimento corporal,
  - Tempo,
  - Espaço,
  - Ponto de apoio,
  - Salto e queda,

- Rotação,
- Formação,
- Deslocamento,
- Sonoplastia,
- Coreografia,
- Gêneros,
- Técnicas.

- **Artes Visuais**:
  - Ponto,
  - Linha,
  - Superfície,
  - Textura,
  - Volume,
  - Luz,
  - Cor;
  - Composição Figurativa, Abstrata, Figura-fundo, Bidimensional/tridimensional, Semelhanças, Contrastes, Ritmo visual, Gêneros, Técnicas.
  - O impacto do desenvolvimento científico e tecnológico na produção, divulgação e conservação das obras de arte:
  - Rádio, cinema, televisão, internet (popularização, massificação e novos padrões de valorização);
  - Novos conhecimentos e produtos químicos e físicos e preservação; tecnologia digital e novos parâmetros estéticos.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes,1992.

BARBOSA, A. M. (org.) **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAGALDI, Sábato. **Iniciação ao Teatro.** São Paulo: Editora Ática, 2004.

MARQUES, I. **Dançando na escola**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTIN-BARBERO, Jesus; REY, Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Senac, 2001.

NETO, Manoel J. de S. (Org.). **A (des)construção da Música na Cultura**

Paranaense. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

PEIXOTO, Maria Inês Hamann. **Arte e grande público:** a distância a ser extinta. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 84).

BIOLOGIA

Carga horária total: 240 h/a

Teoria: 240 h/a

EMENTA:

Compreensão da classificação dos seres vivos, componentes celulares e suas respectivas funções. Sistemas que constituem os grupos de seres vivos. Biodiversidade, biotecnologias e genética.

CONTEÚDOS:

- Origem da Vida;
- Evolução;
- Formas de organização dos seres vivos;
- Metabolismo, reprodução e adaptação;
- Tipos celulares procariontes e eucariontes;
- **Vírus** –
- estrutura morfológica,
- ciclo de vida,
- aspectos de interesse sanitário e econômico**;**
- **Reino *Monera***
- Estrutura dos moneras;
- Reprodução;
- Nutrição;
- Metabolismo celular energético.
- Fotossíntese.
- Quimiossíntese;

- Respiração;
- Fermentação;
- Controle do metabolismo pelos gens;
- Aspectos históricos e ambientais relacionados às bactérias;
- Doenças causadas por bactérias;
- Emprego na indústria;
- Armas biológicas;
- **Reino *Protista* –**
- Reprodução e nutrição;
- Algas e protozoários,
- aspectos evolutivos;
- Aspectos históricos e ambientais relacionados à descoberta dos protozoários;
- Saneamento básico e meio ambiente: tratamento e abastecimento de água, coleta, destinação e tratamento de esgoto.
- Doenças causadas por protozoários;
- Impactos da ação do homem sobre os “habitats” naturais.
- **Reino *Fungi* –**
- Estrutura e organização dos fungos;
- Reprodução e nutrição;
- Tipos de fungos; liquens; emprego nas industrias e aspectos econômicos e ambientais;
- Doenças causadas por fungos;
- **Reino *Plantae* –**
- Aspectos evolutivos da classificação das plantas;
- Relações dos seres humanos com os vegetais;
- Desmatamento;
- Agricultura;
- Plantas medicinais;
- Indústria;
- Biopirataria de princípios ativos;
- **Reino *Animalia* -**
- Aspectos evolutivos da classificação dos invertebrados e vertebrados;
- **Citologia –**
- Bioquímica celular;

- Célula e estruturas celulares;
- Osmose;
- Difusão;
- Núcleo e estruturas nucleares – DNA e RNA;
- Síntese de proteínas;
- Mitose e Meiose;
- **Gametogênese;**
- **Tipos de Reprodução** –
- **Embriologia** –
- Classificação dos animais pelo desenvolvimento embrionário;
- Anexos embrionários;
- Embriologia animal comparada;
- Aspectos da sexualidade humana;
- Substâncias teratogênicas;
- Fertilização *in vitro;*
- Aborto;
- **Histologia**;
- Animal e vegetal;
- Principais tipos de tecidos e suas funções;
- Fisiologia e Anatomia **–**
- Principais aspectos do funcionamento dos sistemas e órgãos do corpo humano;
- **Ecologia –**
- Conceitos básicos;
- **Componentes Abióticos e Bióticos; Cadeias e Teia Alimentar –**
- Fluxo de Energia e Matéria;
- **Biosfera;**
- **Biomas –**
- Principais características e implicações ambientais;
- **Ecossistema –**
- Dinâmica das populações;
- **Relações ecológicas –**
- Relações entre o homem e o ambiente;
- Implicações do desequilíbrio ambiental;

- **Genética –**
- leis, tipos de herança genética,
- conceitos básicos da hereditariedade;
- **Projeto GENOMA;**
- **Clonagem;**
- **Transgenia;**
- **Bioética;**
- **Biotecnologia.**
- Impacto das novas tecnologias no desenvolvimento do conhecimento em Biologia: materiais, equipamentos e modelos para compreensão da dinâmica da vida.

BIBLIOGRAFIA

BERNARDES, J. A *et al.* Sociedade e natureza. *In*: CUNHA, S. B. da *et al.* **A questão ambiental:** diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHASSOT, A. **A ciência através dos tempos**. São Paulo: Moderna, 2004.

CUNHA, S. B. da e GUERRA, A.J.T. **A questão ambiental** – diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DARWIN, C. **A Origem das espécies**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FERNANDES, J. A. B. Ensino de ciências: a biologia na disciplina de ciências.**Revista da Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia**, São Paulo, v.1, n.0,ago 2005.

FRIGOTTO, G. *et al*. **Ensino Médio:** ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

KRASILCHIK, M.. **Prática de ensino de biologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Carga horária total: 320 h/a

Teoria: 320 h/a

EMENTA:

A Educação Física como instrumento de saúde, sociabilidade, formação e expressão de identidades para a cooperação e competitividade. Movimento, força, resistência, equilíbrio, energia, harmonia, ritmo e coordenação através dos diferentes tipos de esportes, ginástica, jogos e danças. Atitudes que favorecem a

saúde e a qualidade de vida.

CONTEÚDOS:

- **Ginástica Geral e de Manutenção –**
- Ginástica aeróbica;
- Ginástica localizada;
- Ginástica laboral: especificidades de trabalho na construção civil;
- Alongamento;
- Exercícios para a melhoria das qualidades físicas;
- Exercícios de correção postural;
- Avaliação postural;
- Técnicas de relaxamento;
- Percepção corporal (leitura corporal);
- **Jogos –**
- Cooperativos;
- Dramáticos;
- Lúdicos;
- Intelectivos;
- **Esporte –**
- Fundamentos técnicos;
- Regras;
- Táticas;
- Análise crítica das regras;
- Origem e história;
- Para quem e a quem serve;
- Modelos de sociedade que os reproduziram;
- Incorporação na sociedade brasileira;
- O esporte como fenômeno cultural;
- O esporte na sociedade capitalista;
- Competições de grande porte: Pan, olimpíada, copa do mundo;
- Massificação do esporte;
- Esportes radicais;
- Lutas;
- **Recreação –**
- Brincadeiras;

- Gincanas;
- **Dança** –
- De salão;
- Folclórica;
- Popular;
- **Qualidade de vida –**
- Higiene e saúde;
- Corpo humano e sexualidade;
- Primeiros socorros;
- Acidentes e doenças do trabalho;
- Caminhadas;
- Alimentação;
- Avaliação calórica dos alimentos;
- Índice de massa corporal;
- Obesidade;
- Bulimia;
- Anorexia;
- Drogas lícitas e ilícitas e suas conseqüências,
- Padrões de beleza e saúde.

BIBLIOGRAFIA

Luiz Cirqueira. **As Práticas Corporais e seu Processo de Re-signficação:** apresentado os subprojetos de pesquisa. In: Ana Márcia Silva; Iara Regina Damiani. (Org.). **Práticas Corporais:** Gênese de um Movimento Investigativo em Educação Física.. 1 ed. Florianópolis: NAUEMBLU CIÊNCIA & ARTE, 2005.

FALCÃO, J. L. C.. Capoeira. In: KUNZ, E. **Didática da Educação Física 1.** 3.ed.Ijuí: Unijuí, 2003, p. 55-94.

OLIVEIRA, Maurício Romeu Ribas & PIRES, Giovani De Lonrezi. O esporte e suas manifestações mídiaticas, novas formas de produção do conhecimento no espaço escolar. **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** Belo Horizonte/MG, 2003.

SILVA, Ana Márcia. Práticas Corporais: invenção de pedagogias?. In: Ana Márcia Silva;Iara Regina Damiani. (Org.). **Práticas Corporais**: Gênese de um Movimento Investigativo em Educação Física. 1 ed. Florianópolis: Nauemblu Ciência & Arte,

2005, v. 1, p. 43-63.

VAZ, Alexandre Fernandez; PETERS, Leila Lira; LOSSO, Cristina Doneda. Identidade cultural e infância em uma experiência curricular integrada a partir do resgate das brincadeiras açorianas. **Revista de Educação Física UEM**, Maringá, v. 13, n. 1, 2002, p. 71-77.

VAZ, Alexandre Fernandez, SAYÃO Deborah Thomé, PINTO, Fábio Machado (Org.).Treinar o corpo, dominar a natureza: notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. **Cadernos CEDES**, n. 48,ago. 1999, p. 89-108.

FILOSOFIA

Carga horária total: 80 h/a

Teoria: 80 h/a

EMENTA:

Diferentes perspectivas filosóficas na compreensão do conhecimento humano. O estado e a organização social. Ética e Estética.

CONTEÚDOS

- **Mito e Filosofia** –
- Desenvolvimento do pensamento racional do homem;
- Desenvolvimento do pensamento científico;
- **Teoria do Conhecimento:**
- O problema do conhecimento;
- Filosofia e método em Platão, Aristóteles, Decartes, Hume, Kant, Marx e Hegel.
- **Ética:**
- Virtude,
- Liberdade,
- As questões éticas do mundo moderno.
- **Filosofia Política:**
- O que é o político.
- A questão do Estado e a democracia:
- Liberalismo Clássico,
- Neoliberalismo,
- Socialismo Científico,
- Social Democracia.

- **Estética:**
- A beleza,
- O gosto,
- finalidade da arte, dimensão político, cultural e econômica e apropriação da arte, padrões culturais e estéticas

BIBLIOGRAFIA

CHAUÍ, Marilena. O que é Ideología? 30ª ed. São Paulo, Brasiliense , 1989, 125p. (Col. Primeiros Passos, 13).

ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. in:ANTUNES, R. A dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. A ideologia da Marilena Chauí. In: Teoria e Política. São Paulo, Brasil Debates, 1985.

GENRO FILHO, Adelmo. Imperialismo, fase superior do capitalismo / Uma nova visão do mundo. In Lênin: Coração e Mente. c /Tarso F. Genro, Porto Alegre, Ed. TCHÊ, 1985, série Nova Política.

FÍSICA

Carga horária total: 240 h/a

Teoria: 240 h/a

EMENTA:

A produção do conhecimento em Física. Movimento, Termodinâmica e eletromagnetismo e seus elementos: distância, velocidade, tempo, aceleração, espaço, força, temperatura, calor, ondas, ótica e eletricidade para a compreensão do universo físico.

CONTEÚDOS:

- Momentum e Inércia;
- Intervalo de tempo;
- Deslocamento;
- Referenciais;
- Conceito de velocidade;
- 2ª Lei de Newton;

- Grandezas físicas;
- Vetores – direção e sentido de uma grandeza física vetorial;
- 3ª Lei de Newton e condições de equilíbrio;
- Centro de gravidade;
- Equilíbrio estático;
- Força;
- Aceleração;
- Massa gravitacional e inercial;
- Lei da gravitação de Newton;
- Leis de Kepler;
- Leis de Newton;
- Energia e o princípio da conservação da energia;
- Variação da energia de parte de um sistema-trabalho e potência;
- **Fluidos** –
    - Massa específica;
    - Pressão em um fluido;
    - Princípio de Arquimedes;
    - Viscosidade;
    - Peso aparente;
    - Empuxo;
- **Oscilações –**
    - Ondas mecânicas;
    - Fenômenos ondulatórios;
    - Refração;
    - Reflexão;
    - Difração;
    - Interferência;
    - Efeito Doplller;
    - Ressonância;
    - Superposição de Ondas;
- **Lei zero da Termodinâmica –**
    - Temperatura;
    - Termômetros e escalas termométricas;
    - Equilíbrio térmico;

- Lei dos gases ideais;
- Teorias cinética dos gases;

- **1ª Lei da Termodinâmica –**
  - Capacidade calorífica dos sólidos e dos gases;
  - Calor específico;
  - Mudança de fase;
  - Calor latente;
  - Energia interna de um gás ideal;
  - Trabalho sobre um gás;
  - Calor como energia;
  - Dilatação térmica;
  - Coeficiente de dilatação térmica;
  - Transferência de energia térmica: condução, convecção e radiação;
  - Diagrama de fases;
- **2ª Lei da Termodinâmica –**
  - Máquinas térmicas;
  - Eficiência das máquinas térmicas – rendimento;
  - Máquina de Carnot – ciclo de Carnot;
  - Processos reversíveis e irreversíveis;
  - Entropia;
- **3ª Lei da Termodinâmica –**
  - Entropia;
  - Entropia e probabilidade;
  - Propriedades elétricas dos materiais;
  - Processos de eletrização;
  - Propriedades Magnéticas dos materiais – imãs naturais;
  - Efeito magnético da corrente elétrica e os demais efeitos;
  - Lei de Ampere;
  - Lei de Gauss;
  - Lei de Coulomb;
  - Lei de Faraday;
  - Lei de Lenz;
  - Força de Lorenz;
  - Indução eletromagnética;

- Transformação de energia;
- Campo eletromagnético;
- Ondas eletromagnéticas;
- Corrente elétrica;
- Capacitores;
- Resistores e combinação de resistores;
- Leis de Ohm;
- Leis de Kirchhoff;
- Diferença de potencial;
- Geradores;
- Dualidade onda – Partícula;
- Fenômenos Luminosos: Refração; difração; reflexão; interferência; absorção e espalhamento;
- Formação de imagens e instrumentos óticos.

BIBLIOGRAFIA

CHAVES, A.; SHELLARD, R. C.. **Pensando o futuro:** o desenvolvimento da Física e sua inserção na vida social e econômica do país. São Paulo: SBF, 2005.

MARTINS, R. Andrade. Física e História: o papel da teoria da relatividade. In**: Ciência e Cultura** 57 (3): 25-29, jul/set, 2005.

MENEZES, L. C. **A matéria** – Uma Aventura do Espírito: Fundamentos e Fronteiras do Conhecimento Físico. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2005.

NARDI, R. e ALMEIDA, M. J. P. M. **Analogias, Leituras e Modelos no Ensino de Ciência**: a sala de aula em estudo. São Paulo: Escrituras, 2006.

SAAD, F. D. **Demonstrações em Ciências**: explorando os fenômenos da pressão do ar e dos líquidos através de experimentos simples. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2005.

TIPLER, P. A.; MOSCA, G. **Física**: Mecânica, Oscilações e Ondas. v.1, 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

TIPLER, P. A.; MOSCA, G. **Física**: Eletricidade, Magnetismo e Óptica. v.2, 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006

GEOGRAFIA

Carga horária total: 240 h/a

Teoria: 240 h/a

EMENTA:

As relações de produção sócio-histórica do espaço geográfico em seus aspectos econômicos, sócias, políticos e culturais; Relações de poder que determinam fronteiras constroem e destroem parcelas do espaço geográfico nos diferentes tempos históricos; Análises de questões socioambientais a partir das transformações advindas no contexto social, econômico, político e cultural; Formação demográfica das diferentes sociedades; Migrações, novas territorialidades e as relações político-econômicas dessa dinâmica. Geografia urbana: território ocupado e o direito à cidade.

CONTEÚDOS:

- Modos de Produção e formações socioespaciais;
- A Revolução técnico-científico-informacional e o novo arranjo do espaço da produção;
- A revolução tecnológica e seu impacto na produção, conhecimento e controle do espaço geográfico: tecnologia da informação e a perspectiva macro e micro dos territórios
- Distribuição espacial da indústria nas diversas escalas geográficas;
- Oposição Norte-Sul e aspectos econômicos da produção;
- Formação dos blocos econômicos regionais;
- Urbanização e a hierarquia das cidades: habitação, infra-estrutura, territórios marginais e seus problemas (narcotráfico, prostituição, sem-teto,etc),
- mobilidade urbana e transporte.
- Apropriação do espaço urbano e distribuição desigual de serviços e infra estrutura urbana.
- Novas Tecnologias e alterações nos espaços urbano e rural;
- Obras infra-estruturais e seus impactos sobre o território e a vida das populações.
- Industrialização dos países pobres: diferenças tecnológicas, econômicas e ambientais;
- A Nova Ordem Mundial no início do século XXI: oposição Norte-Sul;
- Fim do Estado de Bem-estar social e o Neoliberalismo;
- Os atuais conceitos de Estado-Nação, país, fronteira e território;
- Regionalização do espaço mundial;

- Redefinição de fronteiras: conflitos de base territorial, tais como: étnicos, culturais, políticos, econômicos, entre outros;
- Movimentos sociais e reordenação do espaço urbano;
- Conflitos rurais e estrutura fundiária;
- Questão do clima, da segurança alimentar e da produção de energia.

BIBLIOGRAFIA

CALLAI, H. C. A**. A Geografia e a escola**: muda a Geografia? Muda o ensino? **Terra Livre,** São Paulo, n. 16, p. 133-152, 2001.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2003.

COSTA, W. M. da. **Geografia política e geopolítica:** discurso sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC, 2002.

DAMIANI, A. L. Geografia política e novas territorialidades. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de, (Orgs.). **Geografia em perspectiva**: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** Niterói: EdUFF; São Paulo : Contexto, 2002.

MARTINS, C. R. K. O ensino de História no Paraná, na década de setenta: as legislações e o pioneirismo do estado nas reformas educacionais. **História e ensino:** Revista do Laboratório de Ensino de História/UEL. Londrina, n.8, p. 7-28, 2002.

HISTÓRIA

Carga horária total: 200 h/a

Teoria: 200 h/a

EMENTA:

Processo de construção da sociedade no tempo e no espaço; Formação cultural do homem; Ascensão e consolidação do capitalismo; Produção científica e tecnológica e suas implicações; Aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos do Brasil e do Paraná – a partir das relações de trabalho, poder e cultura**.** Processo de urbanização:

CONTEÚDOS:

- A Construção do sujeito histórico;
- A produção do conhecimento histórico;
- O mundo do trabalho em diferentes sociedades;
- O Estado nos mundos antigo e medieval;
- As cidades na História;
- Relações culturais nas sociedades Grega e Romana na Antigüidade: mulheres, plebeus e escravos;
- Relações culturais na sociedade medieval européia: camponeses, artesãos, mulheres, hereges e outros;
- Formação da Sociedade Colonial Brasileira;
- A construção do trabalho assalariado;
- Transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a mão de obra no contexto de consolidação do capitalismo nas sociedades brasileira e estadunidense;
- O Estado e as relações de poder: formação dos Estados Nacionais;
- Relações de dominação e resistência no mundo do trabalho contemporâneo (séc. XVIII e XIX);
- Desenvolvimento tecnológico e industrialização;
- Reordenamento das relações entre estados e nações, poder econômico e bélico. A posição do Brasil do cenário mundial: educação, ciência e tecnologia: processo histórico e dependência científica
- Movimentos sociais, políticos, culturais e religiosos na Sociedade Moderna;
- O Estado Imperialista e sua crise;
- O neocolonialismo;
- Urbanização e industrialização no Brasil;
- O trabalho na sociedade contemporânea;
- Relações de poder e violência no Estado;
- Urbanização e industrialização no Paraná;
- Urbanização e industrialização no século XIX;
- Movimentos sociais, políticos e culturais na sociedade contemporânea: é proibido proibir?;
- Urbanização e industrialização na sociedade contemporânea;
- O processo brasileiro de urbanização;..
- Globalização e Neoliberalismo.

BIBLIOGRAFIA

A CONQUISTA DO MUNDO. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, jan. 2006.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

AQUINO, Rubim Santos Leão de et al .**Sociedade brasileira:** uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record. [s.d.]

BARCA, Isabel (org.). **Para uma educação de qualidade:** actas das Quartas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Centro de Investigação em Educação(CIEd)/ Instituto de Educação e Psicologia/Universidade do Minho, 2004.

BARRETO, Túlio Velho. A copa do mundo no jogo do poder. **Nossa História.** São Paulo,ano 3, n. 32, jun./2006.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história:** especialidades e abordagens. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FONTANAM Josep. **A história dos homens.**.Tradução de Heloisa J. Reichel e Marclo F. da Costa. Bauru. Edusc. 2004

LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

Carga horária total: 400 h/a

Teoria: 400 h/a

EMENTA:

O discurso enquanto prática social em diferentes situações de uso. Práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita) e análise lingüística.

CONTEÚDOS:

- **Oralidade:**
- Coerência global;
- Unidade temática de cada gênero oral;
- Uso de elementos reiterativos ou conectores (repetições, substituições pronominais, sinônimos, etc.);
- Intencionalidade dos textos;
- As variedades lingüísticas e a adequação da linguagem ao contexto de uso: diferentes registros, grau de formalidade em relação à fala e à escrita;

- Adequação ao evento de fala: casual, espontâneo, profissional, institucional, etc; (reconhecimento das diferentes possibilidades de uso da língua dados os ambientes discursivos);
- Elementos composicionais, formais e estruturais dos diversos gêneros discursivos de uso em diferentes esferas sociais;
- Diferenças lexicais, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal e a informal;
- Papel do locutor e do interlocutor na prática da oralidade;
- Participação e cooperação;
- Turnos de fala;
- Variedades de tipos e gêneros de discursos orais;
- Observância da relação entre os participantes (conhecidos, desconhecidos, nível social, formação, etc.);
- Similaridades e diferenças entre textos orais e escritos;
- Ampla variedade X modalidade única;
- Elementos extralingüísticos (gestos, entonação, pausas, representação cênica) X sinais gráficos;
- Prosódia e entonação X sinais gráficos;
- Frases mais curtas X frases mais longas;
- Redundância X concisão;
- Materialidade fônica dos textos poéticos (entonação, ritmo, sintaxe do verso);
- Apreciação das realizações estéticas próprias da literatura improvisada, dos cantadores e repentistas;
- **Leitura:**
- Os processos utilizados na construção do sentido do texto de forma colaborativa: inferências, coerência de sentido, previsão, conhecimento prévio, leitura de mundo, contextualização, expressão da subjetividade por meio do diálogo e da interação;
- Intertextualidade;
- A análise do texto para a compreensão de maneira global e não fragmentada (também é relevante propiciar ao aluno o contato com a integralidade da obra literária);

- Utilização de diferentes modalidades de leitura adequadas a diferentes objetivos: ler para adquirir conhecimento, fruição, obter informação, produzir outros textos, revisar, etc;
- Construção de sentido do texto: Identificação do tema ou idéia central;
- Finalidade;
- Orientação ideológica e reconhecimento das diferentes vozes presentes no texto;
- Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários;
- Contato com gêneros das diversas esferas sociais, observando o conteúdo veiculado, possíveis interlocutores, assunto, fonte, papéis sociais representados, intencionalidade e valor estético;
- Os elementos lingüísticos do texto como pistas, marcas, indícios da enunciação e sua relevância na progressão textual:
- A importância e a função das conjunções no conjunto do texto e seus efeitos de sentido;
- Os operadores argumentativos e a produção de efeitos de sentido provocados no texto;
- Importância dos elementos de coesão e coerência na construção do texto;
- Expressividade dos nomes e função referencial no texto (substantivos, adjetivos, advérbios) e efeitos de sentido;
- O uso do artigo como recurso referencial e expressivo em função da intencionalidade do conteúdo textual;
- Relações semânticas que as preposições e os numerais estabelecem no texto;
- A pontuação como recurso sintático e estilístico em função dos efeitos de sentido, entonação e ritmo, intenção, significação e objetivos do texto;
- Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomada e seqüenciação do texto;
- Valor sintático e estilístico dos tempos verbais em função dos propósitos do texto, estilo composicional e natureza do gênero discursivo;
- Análise dos efeitos de sentido dos recursos lingüístico-discursivos;
- Em relação ao trabalho com literatura:
- Ampliação do repertório de leitura do aluno (textos que atendam e ampliem seu horizonte de expectativas);

- Diálogo da Literatura com outras artes e outras áreas do conhecimento (cinema, música, obras de Arte, Psicologia, Filosofia, Sociologia, etc);
- O contexto de produção da obra literária bem como o contexto de sua leitura;
- **Escrita:**
- Unidade temática;
- Escrita como ação / interferência no mundo;
- Atendimento à natureza da informação ou do conteúdo veiculado;
- Adequação ao nível de linguagem e/ou à norma padrão;
- Coerência com o tipo de situação em que o gênero se situa (situação pública, privada, cotidiana, solene, etc);
- Relevância do interlocutor na produção de texto;
- Utilização dos recursos coesivos (fatores de coesão: referencial, recorrencial e seqüencial);
- Importância dos aspectos coesivos, coerentes, situacionais, intencionais, contextuais, intertextuais;
- Adequação do gênero proposto às estruturas mais ou menos estáveis;
- Elementos composicionais, formais e estruturais dos diversos gêneros discursivos de uso em diferentes esferas sociais;
- Fonologia;
- Morfologia;
- Sintaxe;
- Semântica;
- Estilística;
- Pontuação;
- Elementos de coesão e coerência;
- Marcadores de progressão textual; operadores argumentativos; função das conjunções; seqüenciação, etc;
- **Análise linguística:**
- Adequação do discurso ao contexto, intenções e interlocutor (es);
- A função das conjunções na conexão de sentido do texto;
- Os operadores argumentativos e a produção de efeitos de sentido provocados no texto;

- O efeito do uso de certas expressões que revelam a posição do falante em relação ao que diz (ou o uso das expressões modalizadoras (ex: felizmente, comovedoramente, principalmente, provavelmente, obrigatoriamente, etc.);
- Os discurso direto, indireto e indireto livre na manifestação das vozes que falam no texto; Importância dos elementos de coesão e coerência na construção do texto;
- Expressividade dos substantivos e sua função referencial no texto;
- A função do adjetivo, advérbio e de outras categorias como elementos adjacentes aos núcleos nominais e predicativos;
- A função do advérbio: modificador e circunstanciador;
- O uso do artigo como recurso referencial e expressivo em função da intencionalidade do conteúdo textual;
- Relações semânticas que as preposições e os numerais estabelecem no texto;
- A pontuação como recurso sintático e estilístico em função dos efeitos de sentido, entonação e ritmo, intenção, significação e objetivos do texto;
- Recursos gráficos e efeitos de uso, como: aspas, travessão, negrito, itálico, sublinhando, parênteses, etc;
- Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e seqüenciação do texto;
- Valor sintático e estilístico dos modos e tempos verbais em função dos propósitos do texto, estilo composicional e natureza do gênero discursivo;
- A elipse na seqüência do texto;
- A representação do sujeito no texto (expresso/elíptico; determinado/ indeterminado; ativo/ passivo) e a relação com as intenções do texto;
- O procedimento de concordância entre o verbo e a expressão sujeito da frase;
- Os procedimentos de concordância entre o substantivo e seus termos adjuntos;
- Figuras de linguagem e os efeitos e sentido (efeitos de humor, ironia, ambigüidade, exagero, expressividade, etc);
- As marcas lingüísticas dos tipos de textos e da composição dos diferentes gêneros;
- As particularidades lingüísticas do texto literário;

- As variações lingüísticas.

BIBLIOGRÁFIA

BAGNO, Marcos. **A Língua de Eulália.** São Paulo: Contexto, 2004.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

BASTOS, Neusa Barbosa; CASAGRANDE, Nancy dos Santos. Ensino de Língua Portuguesa e políticas lingüísticas: séculos XVI e XVII. In BASTOS, Neusa Barbosa(org). **Língua Portuguesa – uma visão em mosaico**. São Paulo: Educ, 2002.

GARCIA, Wladimir Antônio da Costa. **A Semiologia Literária e o Ensino.** Texto inédito (prelo).

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 7ªed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

KRAMER . **Por entre as pedras:** arma e sonho na escola. 3ªed. São Paulo: Ática, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita.** São Paulo: Cortez,2001

MATEMÁTICA

Carga horária total: 400 h/a

Teoria: 400 h/a

EMENTA:

Números e Álgebra, Geometrias, Funções e Tratamento de Informação, e as relações existentes entre os campos de estudo da disciplina de Matemática.

CONTEÚDOS:

- Conjunto de números reais e noções de números complexos;
- Matrizes;
- Determinantes;
- Sistemas Lineares;
- Polinômios;
- Função afim;
- Função quadrática;
- Função exponencial;
- Função logarítmica;

- Função trigonométrica;
- Função modular;
- Progressão Aritmética;
- Progressão Geométrica;
- Geometria Plana;
- Geometria Espacial;
- Geometria Analítica;
- Noções Básicas de geometria não-euclidiana;
- Análise Combinatória;
- Binômio de Newton;
- Probabilidades;
- Matemática Financeira:
- Capitalização composta: juro composto, desconto composto (por dentro e por fora);
- Cálculos de taxas;
- Amortização;
- Depreciação;
- Financiamento.
- Estatística: Conceito de estatística;
- Arredondamento de números;
- Propriedades da somatória;
- Variável discreta e continua;
- Populações e amostras;
- Técnicas de amostragem: amostragem causal simples, sistemática e estratificada;
- Tendenciosidade da amostra; Séries estatísticas;
- Medidas de tendência central (ou de posição): média, mediana, moda, quartis.
- Medidas de dispersão: Variância, desvio padrão, coeficiente de variação;
- Distribuição de freqüências: dados brutos, rol, tabela de freqüências, elementos de uma distribuição de freqüências, tipos de freqüências.
- Apresentação gráfica;

- Dados agrupados: histograma e outros gráficos;
- Noções de correlação e regressão;
- Aplicação da estatística a Administração.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, J. C. **Modelagem matemática e os professores:** a questão da formação **Bolema**: Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, n.15, p.5-23, 2001.

BICUDO, M. A. V.; BORDA, M. C. (Orgs.) **Educação matemática pesquisa em movimento**. São Paulo: Cortez, 2004.

BORBA, M. C.; PENTEADO, M. G. **Informática e educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BORBA, M. **Educação Matemática:** pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004. p.13-29.

ARAÇA, B. J. **Conceitos fundamentais da matemática**. 4.ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

COURANT, R. ; ROBBINS, H. **O que é matemática?** Uma abordagem elementar de métodos e conceitos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2000.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

.

QUÍMICA

Carga horária total: 240 h/a

Teoria: 240 h/a

EMENTA:

Matéria e sua natureza; Química orgânica sintética. As ligas metálicas (de ouro, níquel-cromo, estanho-antimônio,etc.) e suas propriedades químicas.

CONTEÚDOS:

- A Química na abordagem do cotidiano;
- Definições de Química;
- Estrutura da Matéria;
- Substâncias Simples e Compostas;
- Métodos de Separação de Misturas;
- Fenômenos Físicos e Químicos; Modelos Atômicos;

- Diagrama de Energia e Distribuição eletrônica;
- Tabela Periódica;
- Classificação;
- Propriedades;
- Ligações Químicas;
- Regras de Ligações;
- Ligação Iônica;
- Ligação Covalente;
- Geometria Molecular;
- Polaridade de ligações e moléculas;
- Oxi-redução;
- ligação metálica;
- Forças intermoleculares;
- Reação de Simples Troca ou Deslocamento;
- Reação de Síntese ou Adição;
- Reação de Análise ou Decomposição;
- Reação de Dupla Troca;
- Reações de oxi-redução;
- Radioatividade;
- Introdução a Química Orgânica;
- Estudo do Carbono:
    - Tipos de ligações covalentes e as formas de hibridação do carbono;
- Funções orgânicas: Identificação, propriedades, nomenclatura e elaboração de fórmulas;
- Isomeria;
- Conceito de ácidos e bases de acordo com as teorias de Arrhenuis, Brönsted-Lowry e Lewis;
- Propriedades químicas das ligas metálicas observando o intervalo de fusão e a densidade da liga.
- Distinguir os problemas, causas e soluções no processo da fundição tais como: falhas na fundição e solidificação com o preenchimento incompleto

do molde; porosidade por contração, porosidade por gás e por retroaspiração.

BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Marcelo de Moura. Fundamentos de Química Orgânica São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

CARVALHO, Geraldo Camargo de. Química Moderna, volumes 1, 2 e 3.São Paulo: Editora Scipione,2000.

COMPANION, Audrey Lee. Ligação Química. São Paulo: Edgard Blucher, 1975.

FELTRE, Ricardo. Química, volumes 1,2 e 3. São Paulo: Moderna, 1996.

FERNANDEZ,J. Química Orgânica Experimental. Porto Alegre: Sulina, 1987.

GALLO NETTO, Carmo. Química, volumes I,II e III. São Paulo: Scipione, 1995.

SOCIOLOGIA

Carga horária total: 120 h/a

Teoria: 120 h/a

EMENTA:

O surgimento da Sociologia; Processo de socialização e instituições sociais; Cultura e indústria cultural; Trabalho, produção e classes sociais; Poder, política e ideologia; Cidadania e movimentos sociais a partir das diferentes teorias sociológicas. Sociologia urbana: relações sociais na cidade, estigmas, preconceitos e dominação nos espaços marginais.

CONTEÚDO

- Modernidade (Renascimento, Reforma Protestante, Iluminismo, Revolução Francesa e Revolução Industrial);
- desenvolvimento das ciências;
- senso comum e conhecimento cientifico;
- teóricos da sociologia: Conte, Durkheim, Weber, Engels e Marx; Produção Sociológica Brasileira;
- Conceito de Estado;
- Estado moderno;
- Conceito de: poder, dominação, política, ideologia e alienação;

- Democracia;
- As expressões da violência na sociedade moderna;
- Conceitos de: Direito, Movimento Social; Cidadania; Direitos Humanos; Socialização; Instituição familiar; Instituições Escolares; Instituições Religiosas; Instituições Políticas; Diversidade Cultural; Cultura de Massa; Cultura Erudita e Popular; Sociedade de Consumo; Desigualdade Social;
- Trabalho nas diferentes sociedades;
- Mudanças nos padrões de sociabilidade provocados pela globalização; desemprego, subemprego; cooperativismo; agronegócios; produtividade; capital humano; reforma trabalhista;
- Organização Internacional do Trabalho;
- Neoliberalismo;
- Estatização e Privatização;
- Parcerias Público-privadas
- Relações de Mercado, avanço científico e tecnológico e os novos modelos de sociabilidade.
- Elementos de Sociologia Urbana: relações sociais nas cidades, novas organizações familiares, territórios marginais: estigma, preconceito, exclusão, padrões de dominação e violência.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R.(Org.). **A dialética do trabalho:** Escritos de Marx e Engels. São Paulo:Expressão Popular, 2004.

AZEVEDO, F. **Princípios de sociologia:** pequena introdução ao estudo da sociologia geral. 11ª ed. São Paulo: Duas Cidades,1973.

BOBBIO,N. **A teoria das formas de governo.** 4ª ed. Brasília: Unb,1985.

DURKHEIM,E. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978.

ENGELS,F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1978.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização.** São Paulo: Bomtempo,

INFORMÁTICA

Carga horária total: 160 h/a

Teoria: 160 h/a

EMENTA

Aspectos teóricos e práticos para o uso de informação na gestão empresarial. Aplicação de ferramentas informatizadas. Operação de Computadores e de Sistemas Operacionais.

CONTEÚDO

- Arquitetura geral de computadores.
- Periféricos:
- Mouse (convencional / ótico),
- Monitores (convencional / LCD)
- Teclados (ABNT)
- Impressoras (Matricial / Jato de Tinta / Laser)
- Scanner / Câmeras.
- Funções do sistema operacional:
- Serviços do sistema operacional,
- Configurações (Painel de Controle),
- Gerenciamento de arquivos.
- Operação e configuração de programas de computadores;
- Processadores de Texto (formatação básica, organogramas, desenho, figuras, mala direta, etiquetas);
- Planilha eletrônica (Formatação, fórmulas, funções, gráficos)

BIBLIOGRÁFIA

CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A***; Introdução à Informática***. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

MARILYN M.; ROBERTA B. & PFAFFENBERGER, B., ***Nosso Futuro e o Computador***. 3.ed. Bookman, 2000.

NORTON, PETER, ***Introdução à Informática***, Editora Makron Books, 1997.

MINK, CARLOS, ***Microsoft Office 2000***. Editora Makron Books Ltda, 1999.

WHITE, R., ***Como Funciona o Computador***, 8.ed. Editora QUARK, 1998.

CATAPULT, Inc. ***Microsoft Windows 98 passo a passo*****.** São Paulo: Makron Books, 1999.

CATAPULT, Inc. ***Microsoft Excel 2000 passo a passo*****.** São Paulo: Makron Books, 2000.

LEM-INGLÊS

Carga horária total: 160 h/a Teoria: 160 h/a

EMENTA:

O discurso enquanto prática social em diferentes situações de uso. Práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita) e análise lingüística.

CONTEÚDOS: Oralidade –

- Aspectos contextuais do texto oral;
- Intencionalidade dos textos;
- Adequação da linguagem oral em situações de comunicação, conforme as instâncias de uso da linguagem;
- Diferenças léxicas, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal e informal;
- Compreensão do texto de maneira global e não fragmentada;
- Contato com diversos gêneros textuais;
- Entendimento do aluno sobre o funcionamento dos elementos lingüísticos/gramaticais do texto;
- Importância dos elementos coesivos e marcadores de discurso;
- Provocar outras leituras;
- A abordagem histórica em relação aos textos literários;
- Trabalho com o texto visando provocar reflexão, transformação;
- Adequar o conhecimento adquirido à norma padrão;
- Clareza na exposição de idéias;
- Utilização dos recursos coesivos;
- Elementos de coesão e coerência, incluindo os conteúdos relacionados aos aspectos semânticos e léxicos;
- Conteúdos relacionados à norma padrão: concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, tempos verbais;
- Gêneros discursivos: jornalísticos, charges, cartas, receitas, cartoons, informativos, literários;
- Interdiscurso: intertextualidade, intencionalidade, contextualização, etc;
- Particularidades lingüísticas: aspectos pragmáticos e semânticos no uso das

diferentes línguas;

- Gêneros Textuais diversificados (Narrativos, Imprensa, Divulgação científica,Da ordem do relator, Da ordem do expor, Instrucionais ou prescritivos, Lúdicos, Narrativa gráfica visual, Midiáticos, Correspondência, etc);
- Imagens, fotos, pinturas, esculturas;
- Mapas, croqui, recado, aviso, advertência, textos não verbais no geral, etc.

BIBLIOGRAFIA

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elizabeth; PASQUALIN, Ernesto. **Sun – Inglês para o Ensino Médio 1**. 2ª Edição . Rischmond: 2004.

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elizabeth; PASQUALIN, Ernesto. **Sun – Inglês para o Ensino Médio 2**. 2ª Edição . Rischmond: 2004.

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elizabeth; PASQUALIN, Ernesto. **Sun – Inglês para o Ensino Médio 3**. 2ª Edição. Rischmond: 2004.

MURPHY,RAYMOND. **Essenssial Grammar in use. Gramática Básica da língua inglesa.**Cambridge: Editora Martins fontes.

ZAMARIN, Laura; MASCHERPE, Mario. **Os Falsos Cognatos**. 7ª Edição. BERTRAND BRASIL: 2000.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Carga horária total: 80 h/a Teoria: 80 h/a

EMENTA:

Mercado financeiro e mercado de capitais. Moedas, taxas e mercado de câmbio entre países. Fontes de financiamento de curto e longo prazo. Ciclo econômico financeiro. Introdução ao orçamento. Princípios do orçamento. Componentes do orçamento. Demonstrações financeiras projetadas. Acompanhamento e análise orçamentária. Preparação de relatórios financeiros orçamentários. Orçamento de capital. Tomada de decisão de investimento.

CONTEÚDO.

- Mercado financeiro e mercado de capitais:

- Sistema financeiro nacional,
- Mercados financeiros,
- Bolsa de valores,
- Políticas econômicas.
- Moedas, taxas e mercado de câmbio entre países.
- Fontes de financiamento de curto e de longo prazo:
- Estrutura de capital,
- Fontes de curto prazo,
- Fontes de longo prazo,
- Custo de capital.
- Ciclo econômico financeiro:
- A Atividade financeira,
- Os ciclos.
- Orçamento:
- Introdução ao orçamento,
- Princípios,
- Componentes,
- Elaboração Demonstrações financeiras projetadas,
- Acompanhamento e análise orçamentária.
- Orçamento de capital e Decisões de investimentos.
- Alavancagem Financeira, Capacidade de Endividamento da Empresa:
- Planejamento,
- Orçamento de Vendas,
- Orçamento de Produção,
- Orçamento de Mão de Obra,
- Orçamento de Custos,
- Receita/ despesa.

BIBLIOGRAFIA

HOJI, Masakazu. Administração Financeira: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2000.

WELSCHE, G. A. Orçamento Empresarial: planejamento e controle do lucro. São Paulo: USP, 1996.

AGUSTINI, Carlos Alberto Di. Capital de Giro. São Paulo: Atlas, 1999.

ÂNGELO, C.F. de. e SILVEIRA, J.A.G. da. Finanças no varejo: gestão operacional. São Paulo: Atlas, 1997.

BRAGA, R. Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 1998.

ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO E MATERIAIS

Carga horária total: 120 h/a Teoria: 120 h/a

EMENTA

Gestão de Estoques. Compras. Indicadores Gerenciais. Recursos Patrimoniais. Estudo da logística e ênfase a todos os processos presentes nos setores produtivos.

CONTEÚDO.

- Gestão de estoques;
- Codificação e classificação dos materiais;
- Função;
- Política de estoques;
- Previsão (o que, quanto, quando, de quem);
- Custos (de armazenagem, de compras);
- Níveis de estoques (máximo, mínimo, segurança, ponto de pedido, rotatividade: giro e cobertura);
- Curva ABC;
- Sistemas de controle;
- Indicadores Gerenciais:
  - Nível de Atendimento,
  - Acurácia,
  - Giro,
  - Cobertura de estoque,
  - Função,
  - Sistema (solicitação, cotação, pedido/contrato),

    - Desenvolvimento de novos fornecedores (uso da Internet),
    - Follow up,
- Prazos (de entrega, pagamento),
- Negociação.
- Recursos Patrimoniais.
- Introdução à Logística.
- Armazenamento.
- Movimentação.
- Distribuição Física.
- Almoxarifado (o edifício: especificações para a guarda de materiais comuns, inflamáveis, alimentos, pesados, etc).
- Lay-out.
- Equipamentos de armazenagem.
- Uso de EPI (responsabilidade legal do administrador).
- Embalagens.
- Localização Inventário (geral e rotativo),
    - Movimentação,
    - Recebimento,
    - Controle de Qualidade (quarentena),
    - Armazenagem (modelos e técnicas),
    - Fornecimento/Distribuição,
    - Nível de Atendimento,
    - Equipamento.
- Patrimônio da Empresa.
- Sistemas de Produção:
    - Estruturas e Roteiros,
    - Fluxo de Produção**.**

BIBLIOGRAFIA

MARTINS, Petrônio Garcia e LAUGENI, Fernando P. Administração da Produção, São Paulo: Saraiva, 1998.

MAYER, R. R. Administração de Produção. São Paulo: Atlas, 1997.

SLACK, Nigel; et al. Administração da Produção. São Paulo: Atlas, 1999.

VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque prático. São Paulo:

Atlas, 2000.

ARNOULD, J. R. Tony. Administração de Materiais: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.

BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial. São Paulo: Atlas, 1995.

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Carga horária total: 80 h/a Teoria: 80 h/a

EMENTA

Abordagem Comportamental da Administração: Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional. Abordagem Contingencial. Teoria Z. Administração Participativa. Administração da Qualidade: Fundamentos e princípios da Qualidade Total. Estrutura organizacional: comunicação, relações intergrupais, liderança

CONTEÚDOS

- Teoria comportamental:
- fundamentos e princípios.
- Teorias do Desenvolvimento Organizacional:
- Origens e Princípios básicos.
- Motivação humana, Estilos de Administração, Processo de decisão e Mudança Organizacional.
- Comportamento Organizacional.
- Cultura Organizacional.
- Apreciação crítica.
- Teoria da Contingência:
- Origens e Princípios básicos,
- Ambiente e tecnologia,
- Desenho Organizacional,
- Modelo Contingencial de Motivação.
- Apreciação Crítica.
- Teoria Z:
- Origens e Princípios básicos.
- Administração Participativa, Administração da Qualidade:
- Fundamentos e princípios,
- Globalização,

- Reengenharia,
- Benchmarketing,
  - Downsizing.
  - Perspectivas de compreensão da Estrutura Organizacional:
  - Organização Formal E Informal,
  - Características Organizacionais,
  - Tipos de Organização.
  - Dinâmica comunicativa:
  - Estruturas Comunicativas,
  - Bloqueios e Conflitos
  - Aspectos Formais e Informais.
  - Dinâmica das relações intergrupais:
  - Grupos e Equipes,
  - Medidas de Atitudes.
  - Liderança:
  - Abordagem de Traço e de Tipo,
  - Abordagem Comportamental,
  - Teorias de Liderança.
  - Motivação e atitudes:
  - Teorias de Motivação,
  - Satisfação e Desempenho.
  - Clima Organizacional

BIBLIOGRAFIA.

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. Psicologia aplicada à administração: teoria crítica e a questão ética nas organizações. São Paulo: Excellus, 1992.

SPECTOR, Paulo E. Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2002.

BERGAMINI, C.W. Psicologia Aplicada à Administração de Empresas: psicologia do comportamento organizacional. São Paulo: Atlas, 1996.

FIORELLI, José Osmir. Psicologia para Administradores: integrando teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

ROBBINS, S. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Editora Pearson Educatio, 2002.

CONTABILIDADE.

Carga horária total: 120 h/a

Teoria: 120 h/a

EMENTA

Técnicas contábeis e análise das demonstrações contábeis.

CONTEÚDOS

- Noções básicas de contabilidade:
  - Funções,
  - Princípios e normas,
  - Campos de atuação;
- Métodos das partidas dobradas;
- Mecanismos de escrituração contábil:
  - Plano de contas,
  - Funções das contas e lançamentos;
- Métodos de avaliação de estoque (PEPS, UEPS e Custo Médio);
- Noções das demonstrações contábeis (DRE e BP).
- Noções de folha de pagamento
- Noções de Custos;
- Capital de giro;
- Fluxo de Caixa;
- Análise das demonstrações contábeis e financeiras (Vertical e Horizontal);
- Índices Econômicos e Financeiros.
- Uso de recursos informatizados

BIBLIOGRAFIA

FRANCO, Hilário. Contabilidade Gerencial. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

IUDÍCIBUS, Sérgio, Contabilidade Gerencial, São Paulo: Atlas, 1998

RIBEIRO, Osni Moura, Contabilidade básica. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

SÁ, Antônio Lopes, Princípios Fundamentais de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2000.

ELABORAÇÃO E ANALISE DE PROJETOS

Carga horária total: 80 h/a

Teoria: 80 h/a

EMENTA:

Projeto desenvolvido nas modalidades de plano de negócio, estudo de caso, perfil de consumidor entre outros.

CONTEÚDO:

- Roteiro de Projeto;
- Coleta de dados;
- Redação do projeto;
- Técnicas de Apresentação.

BIBLIOGRAFIA

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Projeto de pesquisa**: Propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1991.

MALHOTRA. N. **Pesquisa de Mkt**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

RODRIGUES, Tui Martinho. **PESQUISA ACADÊMICA: Como Facilitar o Processo de Preparação de suas Etapas.** Editora Atlas, 2007.

GESTÃO DE PESSOAS

Carga horária total: 120 h/a

Teoria: 120 h/a

EMENTA

Evolução das modalidades de gestão de pessoas nas organizações. Processos e atividades de gestão de pessoas nas organizações..

CONTEÚDOS

    - Evolução da Administração de Pessoas:
- Evolução histórica da Administração de R.H. no Brasil;
- A Administração de R.H. e os seus Processos;
- As principais tendências da gestão de pessoas na organização:
- Função do gestor de recursos humanos.
- As Organizações e a Administração de Pessoas:
- Interação organização/indivíduo;
- Planejamento Estratégico da Gestão de Pessoas;
- Desenvolvendo objetivos, políticas, planejamento e desenvolvimento.
- Recrutamento e Seleção:
- Métodos de recrutamento;
- Técnicas de seleção:
- Entrevistas,
- Dinâmicas,
- Provas de conhecimento,
- Testes de personalidade.
- Desenvolvimento e Treinamento:
- Diagnóstico;
- Processo;
- Avaliação.
- Política de salários:
- Remuneração.
- Avaliação de desempenho:
- Auto-avaliação,
- Avaliação 360º.

BIBLIOGRAFIA

CHIAVENATO, I. Recursos Humanos. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, A. de L. Administração de Recursos Humanos: um enfoque profissional. São Paulo: Atlas, 1996.

RIBEIRO, A de L. Gestão de Pessoas. São Paulo: Editora Saraiva:2006

DESSLER, G. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

PONTELO, Juliana. Cruz, Lucineide. Gestão de Pessoas. Manual de Rotinas Trabalhistas. Brasilia: Senac. 2006.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Carga horária total: 120 h/a

Teoria: 120 h/**a**

EMENTA

Conhecimentos gerais sobre os diversos aspectos que envolvem a economia atual. Abordagem histórica da economia; definições e abordagens conceituais. Variável micro e macroeconômicas. O Brasil no mercado globalizado: contas nacionais, o papel do setor público, emprego e renda, política monetária, câmbio e balança de pagamentos, transferências, estabilização e crescimento. A dinâmica da dependência econômica e tecnológica. Déficits ambientais.

CONTEÚDO

Introdução ao Estudo da Economia

- Problemas básicos de um sistema econômico
- Necessidades do ser humano – Lei da Escassez
- Definição de economia
- Relação da economia com as demais ciências
- Dez princípios da economia
- Evolução do pensamento econômico
- A economia na antiguidade
- Mercantilismo
- Liberalismo Econômico
- A Escola Fisiocrata
- A Escola Clássica
- Pensamento Liberal e reações
- A Teoria Marginalista
- O Keinesyanismo
- Demanda
- Principais variáveis determinantes da demanda;
- Deslocamento da curva e ao longo da curva de demanda.
- Oferta
- Principais variáveis determinantes da oferta

- Deslocamento da curva e ao longo da curva de oferta
- Elasticidade
- Elasticidade-preço
- Elasticidade renda e receita total
- Economia Brasileira.
- Desenvolvimento e dependência.
- As contas nacionais e papel do setor público.
- PIB e distribuição da riqueza.
- O papel do mercado interno e da matriz de exportações.
- O Brasil no mercado globalizado.
- Crescimento e déficit ambiental.

BIBLIOGRAFIA

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. Economia Brasileira: fundamentos e atualidades. São Paulo: Atlas, 2001.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval & outros. Economia Brasileira Contemporânea: para cursos de economia e administração. São Paulo: Atlas, 1999.

ARAÚJO, C.R.V. História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1996.

GIAMBIAGI, Fabio; ALËM, Cláudia Ana. Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LACERDA, Antônio Corrêa de. O impacto da globalização na economia brasileira. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELOS, Marco Antonio 5.ed. & GARCIA, Manuel E. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

MARKETING

Carga horária total: 80 h/a

Teoria: 80 h/a

EMENTA

Conceitos e fundamentos do Marketing. O conhecimento do mercado. O Marketing na integração das estratégias empresariais. Comportamento do consumidor, ambiente concorrencial, ferramentas fundamentais do Marketing.

CONTEÚDOS

- Conceito de Marketing
- O que é marketing
- História do marketing
- Os 4 P`s(produto, preço, promoção, praça)
- Ferramentas do Marketing
- Merchandising
- Marketing Direto
- E-commerce
- Pós vendas
- Análise de comportamento de mercado
- Definição de Consumidor
- Segmentação de Mercado
- Processo de Decisão de Compra
- Definição de necessidades, desejos, satisfação
- Produtos, Marcas e embalagens
- Definição de Produto
- Ciclo de vida dos Produtos
- Conceito de marcas
- Conceito de embalagens
- Vendas
- Análise de Concorrência
- Atendimento
- Comunicação (saber usar uma linguagem com o consumidor)
- Sistema Integrado de Marketing
- Pesquisa de Mercado
- Tabulação de Dados
- Aplicação da Pesquisa

BIBLIOGRAFIA

Philip Kotler Administração de Marketing, São Paulo: Atlas, 2000

COBRA, Marcos. Administração de Marketing. São Paulo: Atlas, 2000.

GRACIOSO, Francisco. Marketing Estratégico. São Paulo: Atlas, 2001.

BENNETT, P. D. O Comportamento do Consumidor. São Paulo: Atlas, 1995.

GRACIOSO, Francisco. Marketing: o sucesso em 5 movimentos. São Paulo: Atlas,

1998.

GRUENWALD, G. Como Desenvolver e Lançar um Produto Novo no Mercado. São Paulo: Makron Books, 1994.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing: Conceito, exercícios, casos. 4. Ed.. São Paulo: Atlas, 1997.

NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO

Carga horária total: 120 h/a

Teoria: 120 h/a

EMENTA

O estado moderno e a noção de direito: fundamentos e doutrina do direito. Ordenamento Jurídico Legislação: Constituição Federal, legislação trabalhista e previdenciária. Direito Civil, Administrativo, Tributário e Direito Difuso.

CONTEÚDO

- Estado moderno e a noção de direito:
- Fundamentos e doutrina do direito.
- Legislação:
- Constituição Federal,
- Legislação trabalhista
- Previdenciária.
- Hierarquia das Leis:
- Norma fundamental,
- Norma secundária
- Norma de validade derivada;
- Hierarquia das fontes formais.
- Fontes estatais do direito; Processo Legislativo e Espécies Normativas.
- Noções Básicas de Direito do Trabalho.
- Princípios gerais do direito do trabalho.
- Trabalho da mulher, menor e portador de necessidades especiais.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT): Principais convenções internacionais sobre direito do trabalhador.
- Conteúdo legal do contrato de trabalho;
- Elementos da responsabilidade civil e criminal do empregador.

- Competências.
- Direito Civil:
- Pessoas,
- Capacidade,
- Bens,
- Espécies de Contrato,
- Responsabilidade contratual.
- Direito Comercial:
- Legislação,
- Direito de Empresa – Lei n. 10.406 de 22/01/2002.
- Direito Administrativo:
- Administração direta e indireta,
- Lei de Responsabilidade Fiscal, 4.3. A Lei 4320,
- Orçamento e licitação.
- Direito Tributário: C.T.N.,
- Responsabilidade civil e penal,
- Sujeitos da relação tributária,
- Tributos, Lei 123 (Super Simples).
- Direito Difuso:
- Direito do Consumidor,
- Direto Ambiental,
- Direito da criança e adolescente,
- Direito do Idoso.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da republica federativa do Brasil. SP: Saraiva: 2007.

PALAIA, Nelson. Noções essenciais de direito. 3.ed.: Saraiva: SP: 2005.

BRASIL. Vade Mecum. Saraiva: SP: 2009.

COTRIM, Euclides L. Direito básico. Curitiba: LBR: 2004.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. SP: Saraiva: 2003.

MORAES, Alexandre. Direito administrativo. SP: Atlas: 2006.

_____ Direito constitucional. SP: Atlas: 2006.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado. 13. ed.: SP: Saraiva: 2007.

ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS.

Carga horária total: 80 h/a

Teoria: 80 h/a

EMENTA

Organização empresarial e de seus compo componentes estruturais. Distribuição, processamento e métodos de trabalho e implantação de projetos de mudança organizacional.

CONTEÚDOS

- Sistemas Administrativos;
- Sistemas de informações gerenciais;
- Departamentalização;
- Arranjo físico;
- Técnica de representação gráfica;
- Manuais administrativos;
- Desenvolvimento Organizacional;
- Empreendedorismo.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, L. C. de. Organização Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, D de P. R . O & M. São Paulo: Atlas, 1994.

FILHO, J. C. O & M Integrado à Informática. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Carga horária total: 120 h/a

Teoria: 120 h/a

EMENTA

Conceitos básicos de administração e organização. Tipos de organizações Desenvolvimento histórico: diferentes abordagens e seus pressupostos. Mudança nas organizações empresariais e a integração da empresa com o mercado.

CONTEÚDOS

- Conceitos básicos de administração e organização:
- Organização e Administração,

- Definição e visão geral do papel da administração;
- Abordagem sobre a Administração e suas perspectivas;
- Antecedentes históricos da Administração;
- Abordagem científica / clássica da administração:
- A Administração Científica de Taylor; Gilberth,Gantt e Emerson;
- A abordagem Anatômica de Fayol;
- O Fordismo e outras técnicas.
- Abordagem humanística da administração;
- Teoria das Relações Humanas da Administração;
- Mary P Follett ;
- A experiência de Hawthorne (Elton Mayo);
- Decorrências da teoria das Relações Humanas:
- Influência da motivação humana;
- Liderança;
- Comunicações;
- Dinâmica de grupo;
- Níveis da administração:
- Processo administrativo,
- Funções da administração,
- Perfil do administrador.
- Administração contemporânea:
- Mundialização e a emergência do Terceiro Setor

BIBLIOGRAFIA

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 6. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria Geral da Administração. 3. 3d. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Introdução à Administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MONTANA, Patrick J. Administração. 2. ed. São Paulo: Saraiva,1998.

SILVA, Reinaldo Oliveira. Teorias da Administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

PREDEBON, José. Criatividade, abrindo o lado inovador da mente. 2.ed São Paulo:

Atlas, 1998.
WOOD JÚNIOR, Thomaz. Gurus, Curandeiros e Modismos Gerenciais. 2 ed.São Paulo: Atlas,1999.

Colégio Estadual "Professor Sílvio Tavares"
Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Rua João Manoel dos Santos, 1350 - Fone/Fax 532-4305 - Cambará - PR

Aut. De Func. Dec. 2432/76 - D.O.E. d 29/10/76 Rec. Do Estab. Res. 1709/82 - D.O.E. de 15/07/82

10.6 PROPOSTA CURRICULAR

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

SUBSEQUENTE

ABERTURA E FECHAMENTO DE EMPRESAS

Carga horária total: 60 h/a - 50 h

EMENTA: Estudo dos fatores determinantes do processo de abertura e encerramento de empresas, bem como, a aplicação das práticas inerentes a este processo.

CONTEÚDOS:

- Empresa;
- Sociedade;
- Teoria geral das sociedades contratuais;
- Funcionamento das sociedades contratuais;
- Dissolução e liquidação;
- Sociedade simples;
- Sociedade em nome coletivo;
- Sociedade e comandita simples;
- Sociedade Ltda;
- Sociedade por ações;
- Outras sociedades institucionais;
- Prática de abertura e fechamento de empresa: processo institucional-legal e processo contábil;
- Tópicos específicos sobre sociedades regidas por contratos ou por estatutos.

BIBLIOGRAFIA

FABRETTI, Láudio Camargo. **Fusões, Aquisições, Participações e outros Instrumentos de Gestão de Negócios**: Tratamento Jurídico, Tributário e Comercial. São Paulo: Atlas, 2005.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Prática Tributária Da Micro, Pequena E Média Empresa - Legislações Tributária E Empresarial. Lei Do Simples. Tributação Da Média Empresa.** São Paulo: Atlas, 2006.

MAMEDE, Gladston. **Manual do Direito Empresarial.** São Paulo: Atlas, 2005.

RUSSO, Luiz Roberto Romero. **Como Abrir sua Empresa Comercial.** São Paulo: Atlas, 2003.

RUSSO, Luiz Roberto Romero. **Como Abrir sua Empresa de Prestação de Serviços.** São Paulo: Atlas, 2003

RUSSO, Luiz Roberto Romero. **Como alterar Contratos Sociais: Manual de Alteração de Contrato e Adequação ao Novo Código Civil.** São Paulo: Atlas, 2004.

CONTABILIDADE GERAL

Carga horária total: 120 h/a – 100 h

EMENTA: Estudo dos elementos básicos da estática e da dinâmica patrimonial, técnicas de escrituração contábil por meio do sistema de partidas dobradas, bem como, práticas de elaboração de balancetes, balanço patrimonial e demonstração de resultado.

CONTEÚDOS:

- Noções preliminares;
- Estática patrimonial – o balanço;
- Procedimentos contábeis básicos segundo o método das partidas dobradas;
- As variações do patrimônio líquido;
- Operações com mercadorias;
- Balanço patrimonial e demonstração de resultado – aspectos contábeis legais e societários;
- Problemas contábeis diversos;
- Ativo imobilizado e o problema das amortizações;
- Tópicos especiais na introdução de procedimentos contábeis.

BIBLIOGRAFIA

AKEMI, Cecília et al. **Contabilidade Introdutória:** Exercícios. São Paulo: Atlas, 2006.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso Básico de Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2005.

FIPECAFI. **Contabilidade Introdutória:** Texto. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica:** Exercícios. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica:** Texto. São Paulo: Atlas, 2006.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Manual de Contabilidade Básica.** São Paulo: Atlas, 2004.

CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA

Carga horária total: 80 h/a – 67 h

EMENTA: Estudo das técnicas contábeis relativas aos fatos de natureza intermediária, bem como, casos empíricos ou simulados a geração de todas as demonstrações contábeis tidas como imprescindíveis.

CONTEÚDOS:

- Estoques aspectos gerais;
- Estoques de mercadorias: comércio;
- Estoques de indústria: produtos;
- Folha de pagamento;
- Operações bancárias;
- Operação para créditos de liquidação duvidosa;
- Adiantamentos;
- Aquisição de bens por intermédio de consórcio;
- Despesas de exercício seguinte;
- Depreciação, exaustão e amortização;
- Outras previsões contábeis;
- Matriz e filiais: centralização versus descentralização;
- Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC);
- Técnicas de elaboração de fluxo de caixa;
- Notas explicativas;
- Desenvolvimento de exercícios (Estudo de casos) com a geração de todas as

demonstrações contábeis (balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração de mutação do patrimônio líquido, demonstração de origens e aplicações de recursos, demonstração de fluxo de caixa e notas explicativas).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Intermediária**, São Paulo: Atlas, 2005.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo, Atlas, 2003

OLIVEIRA, Luis Martins de e PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Manual de Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHMIDT, Paulo et al. **Contabilidade Avançada: Aspectos Societários e Tributos**. São Paulo: Atlas, 2003

SCHMIDT, Paulo et al. **Fundamentos de Contabilidade Intermediária**. São Paulo: Atlas, 2004.

CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

Carga horária total: 80 h/a – 67 h

EMENTA: O processo orçamentário como instrumento do sistema de informação gerencial e sua aplicação no processo decisório das entidades. Desenvolver estudos acerca da utilização da prática de orçamento como instrumento para o acompanhamento da evolução de uma entidade, propiciando condições de avaliação e decisões gerenciais.

CONTEÚDOS:

- Planejamento e Orçamento Empresarial;
- Aspectos conceituais básicos do planejamento;
- Aspectos conceituais básicos do orçamento;

- Elaboração e controle do orçamento;
- Orçamento de Vendas;
- Orçamento de Produção;
- Orçamento de compras de matérias-primas;
- Orçamento de Mão-de-obra;
- Orçamento de custos indiretos e despesas comerciais e administrativas;
- Orçamento de investimentos;
- Orçamento de caixa;
- Orçamento de resultados;
- Balanço Patrimonial Projetado;
- Demonstração de Resultado do Exercício Projetada;
- Fluxos de Caixa Projetados;
- Análise do Orçamento Empresarial;
- Medidas para a avaliação de desempenho econômico-financeiras;
- Análise do orçamento: Orçado X Realizado.

BIBLIOGRAFIA

CASAROTTO FILHO, Nelson; KIPITTKE, Bruno Hartmut. **Análise de Investimentos**. São Paulo: 2000.

HOJI, Masakazu. Administração Financeira: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2000.

PEÇANHA. Djalma. Contabilidade Pública e Administração Financeira e Orçamentária – AFO - CESPE. São Paulo: Método, 1ª Edição, 2009.

CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA E LEGISLAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

Carga horária total: 120 h/a – 100 h

EMENTA: A contabilidade tributária e a legislação social do trabalho aplicadas à contabilidade.

CONTEÚDOS:

- Distinção entre Direito Público e Direito Privado;
- Direito Administrativo;

- Administração Pública e Cidadania;
- Ato administrativo;
- Poderes Administrativos;
- Agentes e Cargos Públicos;
- Responsabilidades;
- Serviços Públicos;
- Licitação e Contrato Administrativo;
- Domínio Público;
- Responsabilidade Civil do Estado;
- Direitos dos Usuários dos Serviços Públicos;
- Organizações Sociais;
- Introdução ao Direito Empresarial;
- Sociedades empresárias;
- Títulos de créditos;
- Falência e concordata;
- Contratos comerciais;
- Proteção do consumidor;
- Introdução aos direitos: societário e comercial;
- Contrato de sociedade;
- Personificação das sociedades;
- Contrato social;
- Direitos e obrigações dos sócios;
- Administração societária;
- Dissolução parcial e total da sociedade;
- Liquidação da sociedade;
- Coligação, transformação, incorporação, fusão e cisão;
- Descontinuidade da personalidade jurídica;
- Sociedades contratuais em espécies;
- Sociedades institucionais (estatutárias);
- Falência e recuperação da empresa;
- Abordagens ao direito comercial;
- Comércio eletrônico;
- Direito do consumidor;
- Noções gerais e evolução do direito tributário;

- Princípios jurídicos da tributação;
- Sistema tributário;
- Tributo – conceito, espécies e função;
- Vigência e aplicação da norma tributária;
- Interpretação e integração da legislação tributária;
- Fato Gerador;
- Obrigação tributária;
- Crédito tributário;
- Sujeição ativa e passiva em matéria tributária;
- Exonerações tributárias;
- Infrações e sanções tributárias;
- Administração tributária;
- Contencioso tributário;
- Previdência Social, Assistência Social e a Saúde;
- Ministério da Previdência e Assistência Social;
- Demais órgãos da Seguridade Social;
- Princípios e fontes da Seguridade Social;
- Custeio da Seguridade social: natureza jurídica das contribuições sociais;
- Segurados e contribuintes;
- Arrecadação e recolhimento;
- Crimes contra a seguridade social;
- Previdência Social;
- Sistema nacional Previdenciário e legislação vigente;
- Prestações, benefícios e serviços previdenciários;
- Legislação tributária: federal, estaduais e municipais;
- Princípios constitucionais tributários, elementos fundamentais do tributo, imunidade e isenção tributária, regulamentos dos impostos;
- Principais funções e atividades da contabilidade tributária;
- Normas para escriturações dos livros fiscais e contábeis;
- Contribuições sociais e tributos sobre o lucro das pessoas jurídicas;
- Contribuições sociais sobre o faturamento;
- Contabilização de contribuições e impostos.

BIBLIOGRAFIA

CASSONE, Vitório. Direito Tributário. São Paulo: Atlas, 2006.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial V-1, V-2 e V-3.de Acordo com a nova Lei de Falências. São Paulo: Saraiva, 2006.

DENARI, Zelmo. Curso de direito Tributário. São Paulo: Atlas, 2002.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições do Direito Público e Privado. São Paulo, Saraiva, 2005.

FABRETTI, Láudio Camargo. Direito Tributário Aplicado: Impostos e Contribuições das Empresas. São Paulo: Atlas, 2000

FIPECAFI. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. São Paulo: Atlas, 2003.

FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo e MILARE, Edis. Manual de Direito Público e Privado. Editora RT., 2005.

GLADSTON, Mamede. Direito Empresarial Brasileiro: V-1 e V-2. São Paulo: Atlas, 2004.

HERKENHOFF, João Baptista. Introdução ao Direito. Editora Thex, 2006.

MARTINS, Sergio Pinto. Comentários à CLT. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Sergio Pinto. Flexibilização das Condições do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Sergio Pinto. Fundamentos do Direito da Seguridade Social. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Sergio Pinto. Fundamentos do Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Sergio Pinto. Legislação Previdenciária. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Sergio Pinto. Manual do Imposto sobre Serviços. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, Amauri mascaro e PINHO, Ruy Rebelo. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Luiz Martins de et al. Manual de Contabilidade Tributária. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Thelma de Mesquita Garcia e. Governança Corporativa e o Conflito de Interesses na Sociedade Anônima V-1 e V-2. São Paulo: Atlas, 2005.

VENOSA, Silvio de Salvo e AZEVEDO, Álvaro Villaça. Código Civil Anotado e Legislação Complementar. São Paulo: Atlas, 2004.

YOSHIAKI, Ichihara. Direito Tributário. São Paulo: Atlas, 2006.

CONTAS E BALANÇOS

Carga horária total: 80 h/a – 67 h

EMENTA: Estudo dos saldos das contas das Demonstrações Contábeis para constatar seu fluxo de movimentação e sua existência física, bem como, gerar os indicadores de estrutura e de desempenho, interpretando-os e reportando-os aos interessados.

CONTEÚDOS:

- Necessidade e importância da estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis;
- Sistema de informação contábil e os princípios de contabilidade;
- Análise das contas;
- Estruturas das demonstrações contábeis;
- Introdução à análise de balanços e DRE (Demonstrativo de Resultados Exercícios): análise horizontal e análise vertical. Tópicos especiais de análise de relatórios.

BIBLIOGRAFIA

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços.** São Paulo: Atlas, 2006.

HOJI, Masakuzu. **Administração Financeira.** São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços:** análise de liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeiro. São Paulo: Atlas, 2006.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços.** São Paulo: Atlas, 2003.

CUSTOS

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

EMENTA: Estudo dos elementos e vetores de custos, bem como, os métodos e técnicas de mensuração e contabilização de custos nas empresas.

CONTEÚDOS:

- Princípios básicos de custos, terminologia, sistemas de custos;
- Natureza da Contabilidade de Custos e Conceitos Básicos;
- Classificação dos custos;
- Materiais diretos;
- Mão-de-obra direta;
- Custos Indiretos de Fabricação;
- Métodos de Custeio e apropriação;
- Contabilização;
- Custos para decisão;
- Ponto de equilíbrio;
- Custos por Processo;
- Orçamento Flexível;
- Formação de preço de venda;
- Preço de transferência;
- Sistema de acumulação de custos;

- Margem de contribuição;
- Relação custo x volume x lucro;
- Análise e Controle;
- Relatórios gerenciais de custos.

BIBLIOGRAFIA

BANKER, Ragiv D. et al. **Contabilidade Gerencial.** São Paulo: Atlas, 2000.

FARIA, Ana Cristina de. **Gestão de Custos Logísticos.** São Paulo: Atlas, 2005.

HANSEN, Don R. e MOWEN, Maryanne M. **Gestão dos Custos, Contabilidade e Controle.** Ed. Thomson Pioneira, 2001

LEONE, Jorge Sebastião Guerra. **Curso de Contabilidade de Custos** (texto). São Paulo: Atlas, 2000.

LEONE, Jorge Sebastião Guerra. **Curso de Contabilidade de Custos** (exercício). São Paulo: Atlas, 2000.

MAHER, Michael. **Contabilidade de Custos.** São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos** (exercícios). São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos** (texto). São Paulo: Atlas, 2003.

WERNKE, Rodoney. **Gestão de Custos.** São Paulo: Atlas, 2004.

ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

EMENTA: Estudo das variáveis de decisões contempladas nas atividades da empresa, voltadas para o ambiente competitivo de negócios.

CONTEÚDOS:

- Estrutura básica e aspectos gráficos e materiais de uma empresa;
- Diagnóstico da realidade de empresa no mercado;
- Estudando da sistemática desenvolvida nas atividades da contabilidade;

- Pratica dos procedimentos contábeis dentro da empresa;
- Desenvolvimento da prática profissional do contador;
- Conhecimento do plano de contas das empresas;
- Execução da escrituração contábil;
- Conciliação contábil;
- Fechamento de Balancetes Mensais;
- Execução da Apuração de Resultado do Exercício;
- Exercício da legislação fiscal;
- Simulação de práticas de criatividade;
- Simulação de práticas de integração e trabalho em equipe;
- Simulação de práticas na gestão de marketing com controle de qualidade;
- Simulação de práticas de liderança em vendas com controle de qualidade;
- Simulação de práticas de compra, logística de suprimento e produção com controle de qualidade;
- Simulação de práticas de mensuração de custos com controle de qualidade;
- Simulação de práticas de logística de distribuição com controle de qualidade;
- Simulação de práticas de gestão de tesouraria com controle de qualidade;
- Simulação de práticas de R&H com controle da qualidade;
- Simulação de práticas de gestão de serviços gerais com controle da qualidade;
- Simulação de avaliação do desempenho organizacional com base em variáveis da contabilidade financeira e gerencial;
- Simulação de tópicos estratégicos e competitivos da organização.

BIBLIOGRAFIA

GRAMIGNA, Maria Rita Miranda. **Jogos de Empresa e Técnicas Vivenciais.** Editora Makron, 1996.

JALOWITZKY, Marise. **Manual Comentado de Jogos e Técnicas de Vivências.** Editora Sulina, 2002.

KIRBY, Andy. **150 Jogos de Treinamento.** T&D Editora, 1995.

KROEHNERT, Gary. **Instruções Básicas Para Treinamentos em Empresas:** um manual prático. Editora Manole, 2000.

SUGIURA, Tadashi. **Introdução a Jogos de Treinamento para Equipes.** Editora Qualitymark, 1998.

VICENTE, Paulo. **Jogos de Empresas:** A Fronteira do Conhecimento em Administração de Negócios. Ed. Makron, 2000.

ESTATÍSTICA APLICADA

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

EMENTA: Estudo das ferramentas de estatística descritiva na aprendizagem do conhecimento das ciências contábeis.

CONTEÚDOS:

- Conceitos básicos;
- Séries estatísticas;
- Medidas de tendência central;
- Medidas separatrizes;
- Medidas de dispersão;
- Medidas de assimetria e curtose;
- Probabilidade;
- Cálculo de probabilidades.

BIBLIOGRAFIA

EPPRECHT, Eugênio Kahn, et al. **Controle Estatístico de Qualidade.** São Paulo: Atlas, 2005.

HOFFMANN, Ronaldo e VIEIRA, Sonia. **Elementos de Estatística.** São Paulo: Atlas, 2003.

LAPPONI, Juan Carlos. **Estatística Usando o Excel.** Rio de Janeiro: Campus, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade e FONSECA, Jairo Simon da. **Curso de Estatística.** São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e Aplicada.** São Paulo: Atlas, 2005.

MUROLO, Afrânio Carlos et al. **Estatística para Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis.** V-1. São Paulo: Atlas, 1999.

SMAILES, Joane e MCGRANE, Ângela. **Estatística Aplicada na Administração com Excel.** São Paulo: Atlas, 2002.

ÉTICA GERAL E COMERCIAL

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

EMENTA: Estudo da ética em suas principais abordagens, bem como, disseminá-la, principalmente no convívio social, empresarial e profissional.

CONTEÚDOS:

- Moral e ética;
- Definições, sua importância no dimensionamento humano;
- Fundamentação de ética: pessoa humana, atributos principais, fim e último;
- O bem, principais posicionamentos éticos;
- Valores: definições, valores supremos;
- A ética e as mudanças sócio-culturais;
- O mundo em que vivemos: posicionamento da ética, a realidade brasileira face ao progresso moral;
- Inteligência emocional;
- A Formação Ética e as profissões;
- Formação ética dos profissionais;
- Profissionais da contabilidade;
- A ética profissional e o trabalho humano;
- Deveres profissionais;
- Conduta do profissional de contabilidade;
- Código de ética Profissional do Contabilista;
- Segredo profissional;
- Legislação da Profissão Contábil.

BIBLIOGRAFIA

CAMARGO, Marculino. **Ética na Empresa.** Editora Vozes, 2006.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Ética na Profissão do Contador**, 2006.

CRUZ, Sebastião C. Velasco E. **Globalização, Democracia e Ordem Internacional:** Ensaios de Teoria e História. Editora UNESP, 2004.

HBR. Coleção Harvard Business Review. **Ética e Responsabilidade Social nas Empresas.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

RACHELS, James. **Elementos da Filosofia Moral.** Editora Gradiva, 2004.

RUSSELL, Bertrand. Sociedad Humana – **Etica y Politica.** Editora Catedra, 1987.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Editora Civilização Brasileira, 2005.

FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

EMENTA: A evolução e as funções da administração e a relação com o ambiente contemporâneos das organizações.

CONTEÚDOS:

- Gerenciamento e funcionalidade do sistema corporativo da empresa;
- Conceitos básicos de administração;
- Esquema de classificação das atividades administrativas;
- Funções de administração geral e de administração específica;
- A evolução da Administração como ciência;
- Administração científica, teoria da burocracia, teoria geral de sistemas e abordagem contingencial da administração;
- Organização e os estilos gerenciais: administração por objetivos;
- Auto-conhecimento, criatividade, desenvolvimento da visão e identificação de oportunidades, validação de uma idéia, construção de um Plano de Negócios e negociação.

BIBLIOGRAFIA

CABRAL, E. H. S. **Terceiro Setor**. Editora Saraiva. 2006

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração** – Edição Compacta. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

DRUCKER, Peter. **Introdução à Administração**. Editora Thomson Pioneira, 1998.

KWASNICKA, Eunice Laçava. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Introdução à Administração** – Edição Compacta. São Paulo: Atlas, 2006.

MOTTA, Fernando C. P.; VASCONCELOS, Isabella F. G. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Thomson, 2002.

FUNDAMENTOS DO TRABALHO

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

EMENTA: O Trabalho humano nas perspectivas ontológicas e histórica; o trabalho como realização da humanidade, como produtor da sobrevivência e da cultura; o trabalho como mercadoria no industrialismo e na dinâmica capitalista. As transformações no mundo do trabalho: tecnologias, globalização, qualificação do trabalho e do trabalhador.

CONTEÚDOS:

- O ser social;
- Mundo do trabalho;
- Sociedade;
- Dimensões do trabalho humano;
- Perspectiva histórica das transformações do mundo do trabalho;
- O trabalho como mercadoria: processo de alienação;
- Emprego, desemprego e subemprego;
- O processo de globalização e seu impacto sobre o mundo do trabalho;
- O impacto das novas tecnologias produtivas e organizacionais no mundo do trabalho; qualificação do trabalho e do trabalhador;
- Perspectivas de inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

CHESNAIS, F. ***Mundialização do capital***. Petrópolis: Vozes, 1997.

FROMM, E. ***Conceito marxista de homem***. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GENRO, T. **O futuro por armar. Democracia e socialismo na era globalitária**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GENTILI, P. **A educação para o desemprego**. **A desintegração da promessa integradora**. In. Frigotto, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho*: perspectivas de final de século. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, A. ***Concepção dialética da história****.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOBSBAWM, E.. ***A era dos extremos*** - **O Breve Século XX** - 1914-1991. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

JAMESON. F. ***A cultura do dinheiro***. Petrópolis: Vozes, 2001.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. *Temas de Ciências Humanas.* São Paulo: [s.n], 1978.

MARTIN, H. P.; SCHUMANN, H**.** ***A armadilha da globalização****:* O assalto à democracia e ao bem-estar. São Paulo: Globo, 1996.

NEVES, L.M. W. *Brasil 2000*: **nova divisão do trabalho na educação**. São Paulo: Xamã, 2000.

NOSELLA, P. Trabalho e educação. In: Frigotto, G. (Org**.**). ***Trabalho e conhecimento***: dilemas na educação trabalhador. 4 ed. São Paulo:Cortez, 1997.

SANTOS, B. **Reinventando a democracia.** Entre o pre-contratualismo e o pós-contratuialismo. In: Beller, Agnes et al. ***A crise dos paradigmas em ciências sociais****.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

INFORMÁTICA

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

EMENTA: Estudo dos recursos computacionais de geração de textos, planilhas eletrônicas, banco de dados e de apoio a conferências.

CONTEÚDOS:

- A organização;
- Processamento de dados e sistemas de informação contábil-financeiros;
- Ciências contábeis, banco de dados e sistemas.
- Histórico: processamento de dados;
- O computador: hardware;
- O computador: software;
- Processamento de dados: soluções;
- Microprocessador – microinformática;
- Sistemas operacionais;
- Entendendo sistemas operacionais e ambiente gráfico;
- Entendendo processadores de texto;
- Entendendo planilhas de cálculos;
- Entendendo gerenciadores de banco de dados;
- Entendendo apresentação em PowerPoint;
- Usando a Internet;
- Tópicos especiais relativos às inovações tecnológicas computacionais – contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA

CORNACHIONE JR., Edigard B. **Informática Aplicada às Áreas de Contabilidade, Administração e Economia** (livro texto). São Paulo: Atlas, 2001.

CORNACHIONE JR., Edigard B. **Informática Aplicada às Áreas de Contabilidade, Administração e Economia** (livro exercício). São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Aldemar de A. **Informática na Empresa.** São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antonio de Loureiro. **Qualidade Total em Informática.** São Paulo: Atlas, 1999.

GUEVARA, Praza Antonio. **Informática Aplicada a La Gestion de La Empresa.** Espanha: Editora Pirámide, 2004.

INTRODUÇÃO A ECONOMIA

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

EMENTA: Estudo dos aspectos importantes da economia, bem como, as ações sociais, políticas, empresariais e institucionais no relacionamento e tratamento com ciência.

CONTEÚDOS:

- Evolução do pensamento econômico;
- Fundamentos da economia: conceito, escassez e problemas econômicos, economia positiva e economia normativa, relação da economia com as demais ciências, divisão do estudo econômico;
- Comportamento do consumidor, comportamento da firma e funcionamento do comércio;
- Oferta e demanda no Mercado de bens e serviços;
- Microeconomia e Macroeconomia;
- Contas Nacionais (investimento, impostos, tributos, produção, governo);
- Teoria da determinação da renda;
- Inflação;
- Deflação;
- Economia internacional;
- Economia no setor público;
- Crescimento e desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA

SOUZA, Neli De Jesus de. **Curso de Economia.** São Paulo: Atlas, 2003.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de Et Al. **Economia Brasileira**

Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2005.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: Micro e Macro.** São Paulo: Atlas, 2006.

MATOS, Orlando Carneiro de. **Economia Básica.** São Paulo: Atlas, 2000.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

EMENTA: Estudo dos métodos e técnicas de cálculos financeiros na aprendizagem do conhecimento das ciências contábeis.

CONTEÚDOS:

- Conceitos gerais de juros simples;
- Juros compostos;
- Descontos;
- Matemática financeira e inflação;
- Matemática financeira e empréstimos para capital de giro;
- Matemática financeira, reciprocidade bancária e taxa de over;
- Fluxo de caixa;
- Coeficiente de financiamento;
- Matemática financeira e estratégias comerciais de compra e venda;
- Análise de investimentos e reposição de ativos;
- Matemática financeira e títulos de renda fixa;
- Sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos. Matemática financeira e avaliação de ações.

BIBLIOGRAFIA

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. São Paulo: Atlas, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 2006.

BRUNI, Adriano Leal e FAMÁ, Rubens. **Matemática Financeira com HP 12C e Excel**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRUNI, Adriano Leal. **Administração de Custos, Preços e Lucros com aplicações na HP 12C e Excel**. V.5. São Paulo: Atlas, 2006.

HIRSCHFELD, Henrique. **Engenharia Econômica e Análise de Custos**. São Paulo: Atlas, 2000.

MERCHEDE, Alberto. **Matemática Financeira: para Usuários de Excel e HP 12C**. São Paulo: Atlas, 2001.

REDAÇÃO COMERCIAL

Carga horária total: 40 h/a – 33 h

EMENTA: Estudo dos aspectos lingüísticos e gramaticais pertinentes à produção textual na área de Ciências Contábeis. Levar o aluno à construção de textos técnicos pertinentes ao discurso do contador. Desenvolver estudos lingüísticos sobre as principais dificuldades no uso da língua materna na produção textual na área contábil.

CONTEÚDOS:

- Aspectos lingüísticos da comunicação escrita;
- O texto técnico;
- A abordagem instrumental;
- Níveis de linguagem;
- A organização do texto;
- O parágrafo;
- As funções da linguagem;
- Aspectos estruturais dos textos técnicos;
- Estrutura e organização do ofício;
- Estrutura e organização do requerimento;
- Estrutura e organização do atestado;
- Estrutura e organização da ata;

- Estrutura e organização da procuração;
- Estrutura e organização do relatório;
- Estrutura e organização de circular;
- Estrutura e organização do memorando;
- Estrutura e organização do regulamento;
- Estrutura e organização do estatuto;
- Estrutura e organização da convocação;
- Estrutura e organização do aviso;
- Estrutura e organização do bilhete;
- Estrutura e organização da ordem de serviço;
- Estrutura e organização de declaração;
- Estrutura e organização do edital;
- Estrutura e organização de recibo;
- Aspectos gramaticais pertinentes à linguagem contábil.

BIBLIOGRAFIA

ASPARY, Adalberto. **Português nas Comunicações Administrativas**.

BARBOSA, Severino Antonio M. **Redação**: 5ª ed. Campinas, Papiros, 1989.

CINTRA, Anna Maria Marques, MARQUESI, Sueli Cristina e FONSECA, José Ismar (1992). **Português Instrumental para a Área de Ciências Contábeis**. São Paulo, Atlas.

Gramáticas normativas e manuais de ensino.

MARQUES, Ana Maria et aliii. **Português Instrumental para a área de Ciências Contábeis**. São Paulo, Atlas, 1992.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Instrumental: Para Cursos de Contabilidade, Economia e Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

NADOLKIS, Hêndricas.**Comunicação Redacional Atualização**. São Paulo, IBEP, 1994.

PINTO, Elisa Guimarães. **A articulação do texto**. São Paulo Paulo, Ática.

SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos**. 5ª. ed. São Paulo, Globo, 1992.

SOARES, Magda e CAMPOS, Edson Nascimento. **Técnica de Redação.** Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1978.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

ZIBERKNOP, Lúbia Scliar e MARTINS, Dileta Silveira. **Português Instrumental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TEORIA GERAL DA CONTABILIDADE

Carga horária total: 60 h/a – 50 h

EMENTA: Estudo dos principais fatos históricos inerentes ao conhecimento contábil no tempo e no espaço, inclusive no Paraná.

CONTEÚDOS:

- Pensamento contábil: primórdios, evolução e contemporaneidade;
- Evolução do conceito e dos procedimentos contábeis nos continentes: europeu, americano, latino-americano, no Brasil e no Paraná;
- Conceito, objetivo, finalidade e metodologia da contabilidade;
- Seguimentos, abordagens x usuários da contabilidade;
- Profissionais da contabilidade;
- Evolução histórica da ciência contábil;
- Doutrina Contábil;
- Estrutura conceitual básica da contabilidade;
- Evolução e importância da Contabilidade no mundo moderno;
- Conceitos fundamentais da Contabilidade: bens, direitos, obrigações, ativo, passivo, despesa, receita, inventários, fatos contábeis administrativos, escrituração e lançamentos;
- Noções de débito e crédito;
- Contabilidade entre matriz e filial
- Demonstrações contábeis;
- Consolidação de Demonstrações Contábeis;
- A contabilidade comercial e a informática. Importação e exportação.

BIBLIOGRAFIA

HENDRIKSEN, Eldon S. e Breda, Michael F. Van. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, Sergio e MARION, José Carlos. Introdução à Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDICIBUS, Sergio et al. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2000.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. A Evolução das Ciências Contábeis no Brasil. São Paulo: FGV, 2005.

MARTINS, Eliseu e LOPES, Alexsandro Broedel. Teoria da Contabilidade. São paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Eliseu e LOPES, Alexsandro Broedel. Teoria da Contabilidade: uma nova Abordagem. São Paulo: Atlas, 2000

SÁ, Antonio Lopes de. Teoria da Contabilidade. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHMIDT, Paulo et al. Fundamentos da Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2005.

SCHULER, Maria, Comunicação Estratégica. São Paulo: Atlas, 2004

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Para Gadotti avaliação é um tema que qualifica a educação, como também os serviços prestados pela instituição. Ele cita alguns temas a respeito da avaliação, sendo a avaliação da aprendizagem, e a avaliação institucional. Podemos fazê-lo através de um diálogo construtivo ou, ao contrário, transformar a avaliação num momento autoritário e repressivo. Esta ou aquela opção dependerá da nossa concepção educacional e dos objetivos que desejamos atingir.

A avaliação institucional não pode reduzir-se a um processo técnico por que ela deve estar inserida num projeto de educação e de sociedade, um projeto político-pedagógico.

Como sustenta Celso dos Santos Vasconcellos (1998), na perspectiva de uma “práxis transformadora” a avaliação deve ser considerada como um “compromisso com a aprendizagem de todos” e “compromisso com a mudança institucional”.

A avaliação institucional e escolar coloca em evidência o projeto institucional, os fins da educação e as concepções pedagógicas, ela se constitui num momento privilegiado de discussão do projeto político-pedagógico da escola.

A avaliação institucional, interna e externa são também maneiras de estimular a melhoria do desempenho e de evitar que a rotina descaracterize os objetivos fundamentais. A avaliação institucional preocupa-se essencialmente com os resultados das ações educativas da escola, em particular, os relativos a ensinar e aprender. Deve ser um processo contínuo e aberto, no qual os setores da escola - pedagógicos e administrativos - reflitam sobre seus modos de atuação e os resultados de suas atividades em busca da melhoria da escola como um todo.

A avaliação do Projeto Político Pedagógico será da seguinte forma:

- Semestral durante a Semana Pedagógica.

- O projeto político pedagógico estará a disposição para a comunidade escolar;

- A avaliação se faz importante e necessária no sentido de rever os objetivos, retomar caminhos, refazer o processo para atingir as finalidades numa linha pedagógica histórico-crítica.

A contrapartida da autonomia é a transparência. Ela vem associada à necessidade de avaliação não só do aprendizado dos alunos, mas também dos

professores e da escola como um todo. Somente dessa maneira pode-se:

1) prestar contas à sociedade que, afinal, é quem paga a educação que recebe;

2) realimentar o processo educativo que a escola desenvolve, revelando erros e acertos que servem para redirecionar práticas e reformular as estratégias que devem levar aos objetivos visados.

3) Estabelecer diretrizes básicas de organização e funcionamento da escola, integradas às normas comuns do sistema nacional e do sistema ou rede ao qual ela pertence.

4) Reconhecer e expressar a identidade da escola de acordo com sua realidade, características próprias e necessidades locais.

5) Definir coletivamente objetivos e metas comuns à escola como um todo.

6) Possibilitar ao coletivo escolar a tomada de consciência dos principais problemas da escola e das possibilidades de solução, definindo as responsabilidades coletivas e pessoais.

7) Estimular o sentido de responsabilidade e de comprometimento da escola na direção do seu próprio crescimento.

8) Dar unidade ao processo de ensino, integrando as ações desenvolvidas seja na sala de aula ou na escola como um todo, seja em suas relações com a comunidade.

9) Estabelecer princípios orientadores do trabalho do coletivo da escola.

10) Definir, de forma racional, os recursos necessários ao desenvolvimento da proposta.

A partir dessas finalidades, é preciso destacar que o projeto político-pedagógico extrapola a dimensão pedagógica, englobando também a gestão financeira e administrativa, ou seja, os recursos necessários à sua implementação e as formas de gerenciamento. Em suma: construir o projeto político-pedagógico significa enfrentar o desafio da transformação global da escola, tanto na dimensão pedagógica, administrativa, como na sua dimensão política.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Jarbas J. **A Gestão Democrática da Escola**. Jarbas José Cardoso. Revista: Espaços da Escola , 542P. Unijuí , ano 4 , n} 19 , Jan/Mar. 96, p, 31-38

DALBEN, Ângela I.L. de Freitas. **Gestão escolar democrática e o lugar dos conselhos de classe.** In: Conselhos de classe e avaliação**:** perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP: Papirus, 2004, p.31-39-55-68.

SANTOMÉ, J. Torres**. A organização relevante dos conteúdos nos currículos**. In: Desafios da Globalização. Ladislau Dawbor, Otávio Ianni, Paulo E.A. Rezende (orgs.) Petrópolis, R.J.: Vozes, 1998, p.95-128.

PASSOS I. **As dimensões do projeto político-pedagógico**:Novos dsafios para a escola/Ilma Passos Alencastro Veiga, Marília Fonseca (orgs.) – Campinas, SP: Papirus, 2001 – (coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PINO, A. **Escola e Cidadania**: apropriação do conhecimento e exercício da cidadania. In: Severino, A.J., Martins, I de S., Zawar A. e outros- Sociedade Civil e Educação. Campinas, SP: Papirus: Cedes, São Paulo: Cinde: Anped, 1992, p. 15-25.

CHARLOT, Bernard. **O fracasso escolar**: um objeto de pesquisa inencontrável: Serão a reprodução, a origem social e as deficiências – a causa do fracasso escolar? In: da relação com o saber: elementos para uma teoria. – Trad. Bruno Magne.- Porto Alegre: Artes médicas Sul, 2000, p. 13-31.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho** – Porto Alegre: Mediação, 2001-p.144

EDLER CARVALHO, Rosita. **Educação inclusiva: com os pingos nos is**. Porto Alegre:Mediação, 2004.

EDLER CARVALHO, Rosita. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2001.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação** in- siva. Rio de Janeiro:DP&A, 2003.

LANDÍVAR, J. Adaptaciones curriculares. **Guia para los professores tutores de educación primaria y de educación especial**. Espanha – Madrid: Ci- encias de la educación preescolar y especial, 2002.

GONZÁLEZ, José A. T**. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: ARTMED, 2002. p. 67

FERNANDES, Sueli. **Metodologia da Educação Especial**. Curitiba: IBPEX, 2006.

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conferencia_seb.pdf. acesso em 26 de fevereiro 2010.

ISHIDA, Valter Kenji **Estatuto da Criança e do Adolescente**: doutrina e jurisprudência/ (Comentários) Valter Kenji Ishida – 10 ed. – São Paulo: Atlas 2009.

GAUER, Ruth M. Chitó. Falar em Tempo, Viver o Tempo. In: *Tempo/História.* (Org.) Mouzart Linhares da Silva. Porto Alegre:Edipurcs, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Que é Educação.* 33. 543P., São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

http://www.diaadia.pr.gov.br/nre/toledo/arquivos/File/afro.pdf. Acesso em: 03/03/2010

http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/estagio-nao-obrigatorio. Acesso em: 06/03/2010

http://www.diaadia.pr.gov.br/cdec/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=163. Acesso em 06/03/2010

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/sem_ped_2009/textos_apoio/DEDI/arquivo_CD_DEDI.pdf. Acesso em 06/03/2010

http://www.plprhelioantonio.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43. Acesso em 13/03/2010

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2533-8.pdf?PHPSESSID=2010012615581245. Acesso em 14/03

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf. Acesso em 26 de JUL. de 2011.

REFERENCIAS CONSULTADAS

Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola / elaboração Ignez Pinto Navarro – Brasília: 543P543, Seed, 2004, cadernos 2,3,4 e 5.

Estatuto APMF – SEED

Gestão em rede – Heloisa Lück e Marta Alencar Parente – nº 62, junho de 2005. Consed.

A construção do projeto de ensino e a avaliação, série Idéias, nº 8. São Paulo, FDE, 1990, 544P. 73-80.

Deliberação nº 007/99 – Normas Gerais para Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em Nível de Ensino Fundamental e Médio.

Texto : “Aprender, desaprender, reaprender” – prof. Dr. João Luiz Gasparin.

Texto: A construção coletiva do Projeto Político – Pedagógico da Escola Pública: um roteiro de elaboração.

Texto: Contexto Educacional dos anos 90 – Lourdes Marcelino Machado – Jornal O Diretor, edição de Janeiro / 98, pela União dos Diretores do Ensino Médio Oficial.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/2010/Pedagogia/treunioesped.pdf. Acesso em 30 de JUN. de 1011

http://www.abemeducacaomusical.org.br/Masters/revista21/revista21_artigo8.pdf . Acesso em: 05 de SE. de 2011.

ANEXOS